

Mauro Henrique Renner,
Procurador-Geral de Justiça.

Isabel Dias Almeida,
Subprocuradora-Geral de Justiça
para Assuntos Jurídicos.

Anizio Pires Gavião Filho,
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Administrativos.

Eduardo de Lima Veiga,
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Institucionais.

Mário Cavalheiro Lisbôa,
Corregedor-Geral do Ministério Público.

Armando Antônio Lotti,
Subcorregedor-Geral do Ministério Público.



EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO-GERAL

Jayme Weingartner Neto, Promotor-Assessor.

PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO

Organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI

Rio Grande do Sul. Procuradoria-Geral de Justiça.

Ministério Público do Rio Grande do Sul – Relatório 2006. Porto Alegre, 2007. 267p.

1. Ministério Público – Rio Grande do Sul – Relatórios. I. Título

CDU 347.963(816.5)(047)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca João Bonumá, da Procuradoria-Geral de Justiça/RS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradoria-Geral de Justiça
Rua Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Porto Alegre/RS - 90050-190
Telefone: (0XX51) 3295 1100 E-mail (geral): pgj@mp.rs.gov.br



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	04
I - ESTRUTURA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.....	07
II - ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
A - ATIVIDADES DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA.....	231
B - ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA.....	237
III – ORGANOGRAMAS.....	265



APRESENTAÇÃO

A materialização da transformação do Ministério Público de órgão de promoção da ação penal e de intervenção em instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, caracteriza o atual momento de nossa trajetória institucional.

Nesse sentido, necessário conferir-se eficiência à gestão da coisa pública, como condição de sobrevivência do próprio regime democrático. Para tanto, a administração da instituição ampara-se em quatro valores nucleares: democracia, transparência, lealdade e efetividade.

Democracia é um eixo transversal, que perpassa todas as ações do Ministério Público, sejam internas (pela independência funcional e qualidade ímpar de seus membros) ou externas – na luta para, agindo como indutor de políticas públicas e catalisador de demandas sociais, tornar a sociedade brasileira mais justa, com direitos substanciais como saúde e educação a ultrapassar o mero plano da declaração formal.

Transparência, um valor basilar da República, exercita-se em vários espaços, inclusive no responsável e equilibrado diálogo com os meios de comunicação e no correto manejo do orçamento e das autonomias garantidas pela Constituição em favor da cidadania.

Lealdade e muito trabalho já fazem parte da tradição do Ministério Público, que é um parceiro da sociedade e dos poderes públicos na superação das adversidades, que está naturalmente ao lado dos Poderes na construção conjunta de alternativas de promoção social; e, da mesma forma, denuncia equívocos e desvios na estrutura dos mesmos Poderes.

Efetividade, nesta quadra histórica, é vital. A gestão profissional qualifica e aprimora os serviços prestados à sociedade. Uma de nossas prioridades é a definição de metas, a partir de indicadores de efetividade, derivados de planejamento e com um viés prático, com olhos nas atividades de ponta, dos órgãos de execução.



Nossos Promotores e Procuradores de Justiça são homens e mulheres competentes acima de tudo e combativos, altivos guerreiros do povo que sabem manter a serenidade que sua grave missão exige. Sempre dispostos ao diálogo e à conciliação, entusiastas das soluções alternativas para resolução de conflitos. Prontos para as boas lutas, buscando um papel ativo na implantação de um novo Estado, a serviço da cidadania, que tenha a sabedoria de conciliar a agenda do desenvolvimento com inclusão social.

Nesse cenário, graças à compreensão dos governantes e ao incessante trabalho desenvolvido por seus membros e servidores, pode ser constatado, ao lado do fortalecimento da estrutura da Instituição, o crescimento do espaço de atuação, nas áreas da infância e juventude, do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão, do controle da Administração Pública (defesa do patrimônio público, fiscalização dos serviços públicos e de relevância social), do consumidor, das pessoas portadoras de deficiência, do parcelamento e uso do solo e de outras matérias.

A partir da Constituição Federal de 1988, paralelamente à ampliação das garantias dos integrantes da Instituição, surgiu a salutar necessidade de prestação de contas relativas à missão conferida ao Ministério Público, o que se revela indispensável para o fortalecimento da democracia.

Dessa forma, a prestação de contas à cidadania é ferramenta indispensável para demonstrar que o investimento orçamentário no Ministério Público tem retorno social, oportunizando o aperfeiçoamento dos mecanismos de defesa da cidadania.

A presente publicação representa, portanto, a prestação de contas do Ministério Público na busca do crescimento responsável e da legitimação social. É com tal desiderato que, novamente, nos submetemos ao crivo da Casa do Povo Gaúcho.

Porto Alegre, maio de 2007.

Mauro Henrique Renner,
Procurador-Geral de Justiça.



Ministério Público do Rio Grande do Sul

ESTRUTURA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



I PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

1 Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

O Procurador-Geral de Justiça, que exerce a chefia do Ministério Público, tem múltiplas atividades de execução perante o Segundo Grau, concentrando sua atuação ante os tribunais estaduais, especialmente nos feitos de competência originária do Tribunal de Justiça do Estado, notadamente naqueles de competência do Tribunal Pleno, e em processos que tramitam junto aos Tribunais Superiores.

Para tanto, conta o Procurador-Geral de Justiça com o auxílio da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, bem como dos órgãos sob sua coordenação ou supervisão, quais sejam, Assessoria Jurídica, Procuradoria de Recursos e Procuradoria de Prefeitos.

1.1 Secretaria

ATIVIDADES	TOTAL
1 Autorização de portarias	1996
2 Correspondências recebidas	12298
3 Convênios - cadastro e controle dos Termos de Convênio do MP	44
4 Memorandos	2420
5 Memorandos Circulares	79
6 Ofícios	1.537
7 Ofícios Circulares	29
8 Pagamentos de diárias	529

Além dos dados acima fornecidos, a Secretaria tem, entre suas principais atividades, determinadas atribuições que não podem ser expressas de maneira numérica, tais como:

1. Informações em processos de Ajuda de Custo;
2. Controle, inclusão e exclusão de pagamentos de gratificação de Difícil Provimento;
3. Comandos de pagamento e implantação de férias, 1/3 e antecipação de vencimentos;
4. Implantação de efetividade de Promotores e Procuradores;



5. Implantação, no Mapa de Frequência, dos comandos de pagamento de substituição emitidos pela CGMP e Secretaria do Subprocurador-Geral para Assuntos Jurídicos;
6. Atestado em processos de acúmulo de cargo;
7. Controle da agenda dos auditórios, anfiteatro, sala do Conselho e espaço para exposições;
8. Revisão de documentos emitidos pelo Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;
9. Registro, no sistema de Protocolo do MP, das correspondências recebidas;
10. Atendimento ao público;
11. Revisão ortográfica dos Termos de Cooperação e convênios a serem firmados;
12. Controle da publicação do Diário Oficial da Justiça e do Estado;
13. Triagem e encaminhamento de documentos recebidos.

2 Ouvidoria do Ministério Público

Criada pela Lei n.º 12.473, de 03 maio de 2006, decorre da exigência da Emenda Constitucional n.º 45/2004 (Art. 130-A § 5º), também conhecida como Reforma do Judiciário. Integra a estrutura administrativa do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, tendo por objetivo contribuir para elevar os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas pela Instituição, permitindo o fortalecimento da cidadania.

Um dos objetivos da Ouvidoria é permitir, de forma transparente, o exercício da cidadania, tornando a atividade do Ministério Público do Rio Grande do Sul mais próxima da população.

A ouvidoria pretende ser a porta de entrada ao Ministério Público, propiciando ao cidadão um espaço para manifestação, encaminhamento de reclamações, denúncias, críticas, comentários, elogios, pedidos de informação ou sugestões sobre as atividades desenvolvidas por nossos membros e servidores.

Recebida a manifestação, compete à Ouvidoria, nos casos em que se fizer necessário, requisitar informações e realizar diligências junto aos setores administrativos e órgãos auxiliares da Justiça, analisar o conteúdo e encaminhar o assunto aos órgãos competentes, para as devidas providências, dando ciência do encaminhamento ao interessado.

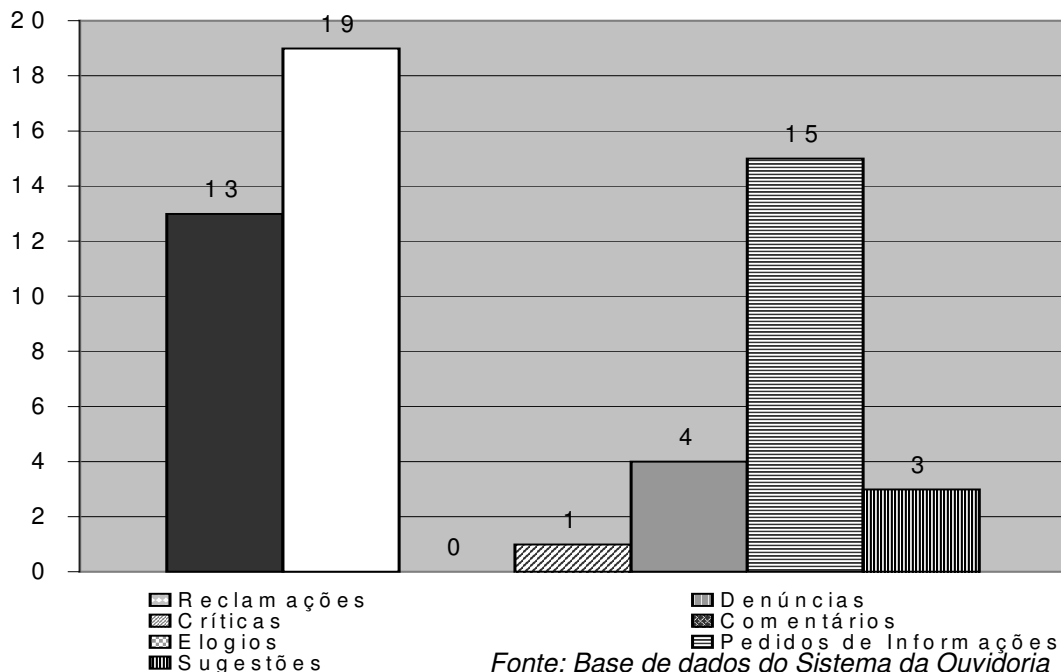


Dependendo do conteúdo, a Ouvidoria representará ao Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília, encaminhando cópia ao Procurador- Geral de Justiça.

Cabe, ainda, à Ouvidoria, promover a definição de um sistema de comunicação, para a divulgação sistemática do seu papel institucional à sociedade; informar ao interessado as providências adotadas pelo Ministério Público em razão de seu pedido, excepcionados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo; definir e implantar instrumentos de coordenação, monitoria, avaliação e controle dos procedimentos de ouvidoria; elaborar e encaminhar à Procuradoria-Geral de Justiça e ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça relatório semestral referente às reclamações, denúncias, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões recebidas, bem como os seus encaminhamentos e resultados, bem como propor aos órgãos as providências que julgar pertinentes e necessárias ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo Ministério Público, visando ao adequado atendimento à sociedade e à otimização da imagem institucional.

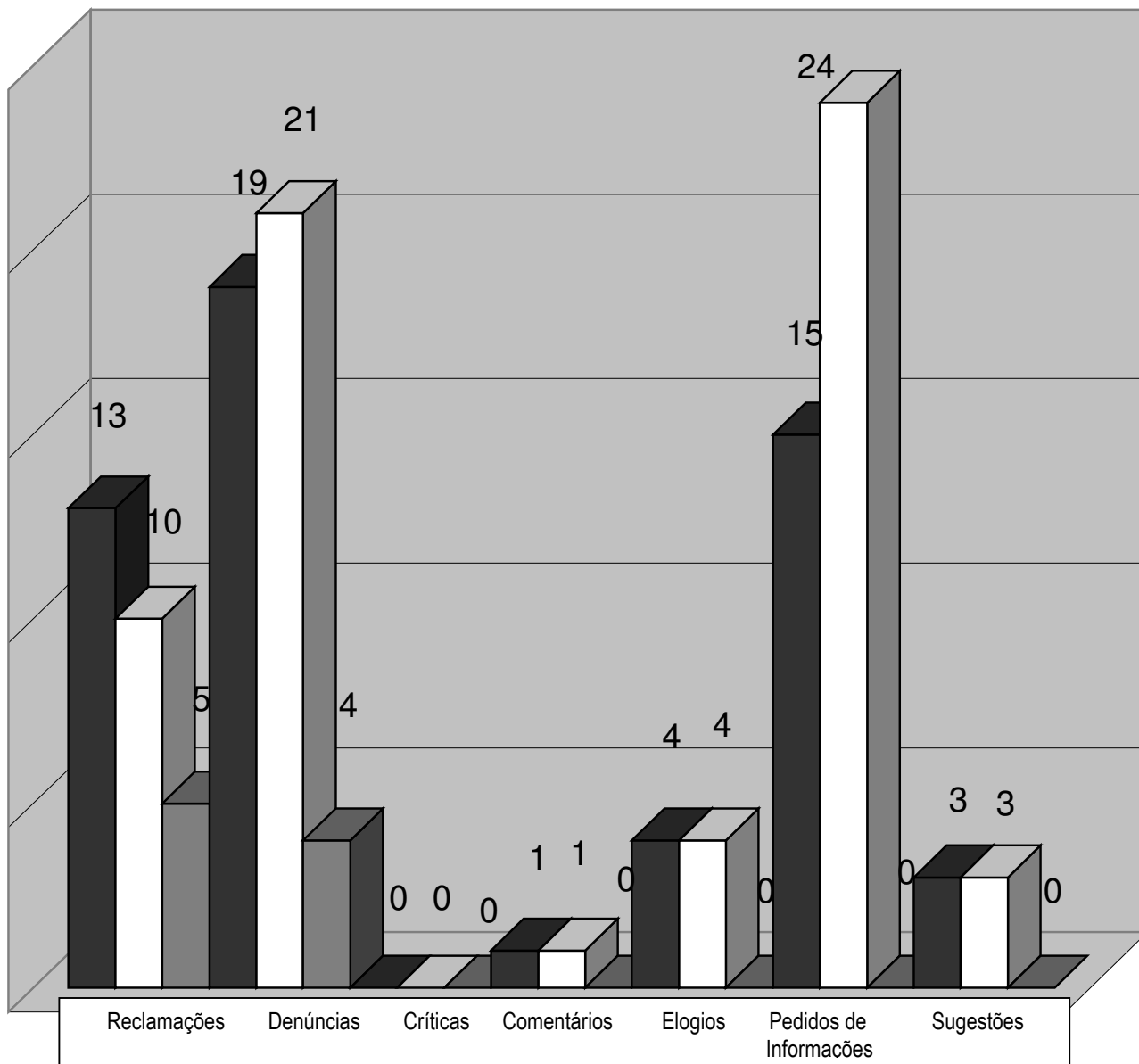
Importante salientar, ademais, que, quando solicitada, a Ouvidoria poderá manter em sigilo o nome do autor da reclamação, denúncia, crítica, comentário, elogio, pedido de informação ou sugestão.

Período: 01/12 a 31/12/2006
Manifestações Recebidas: 55





Período: 01/12 a 31/12/2006
Manifestações recebidas, encerradas e aguardando diligências

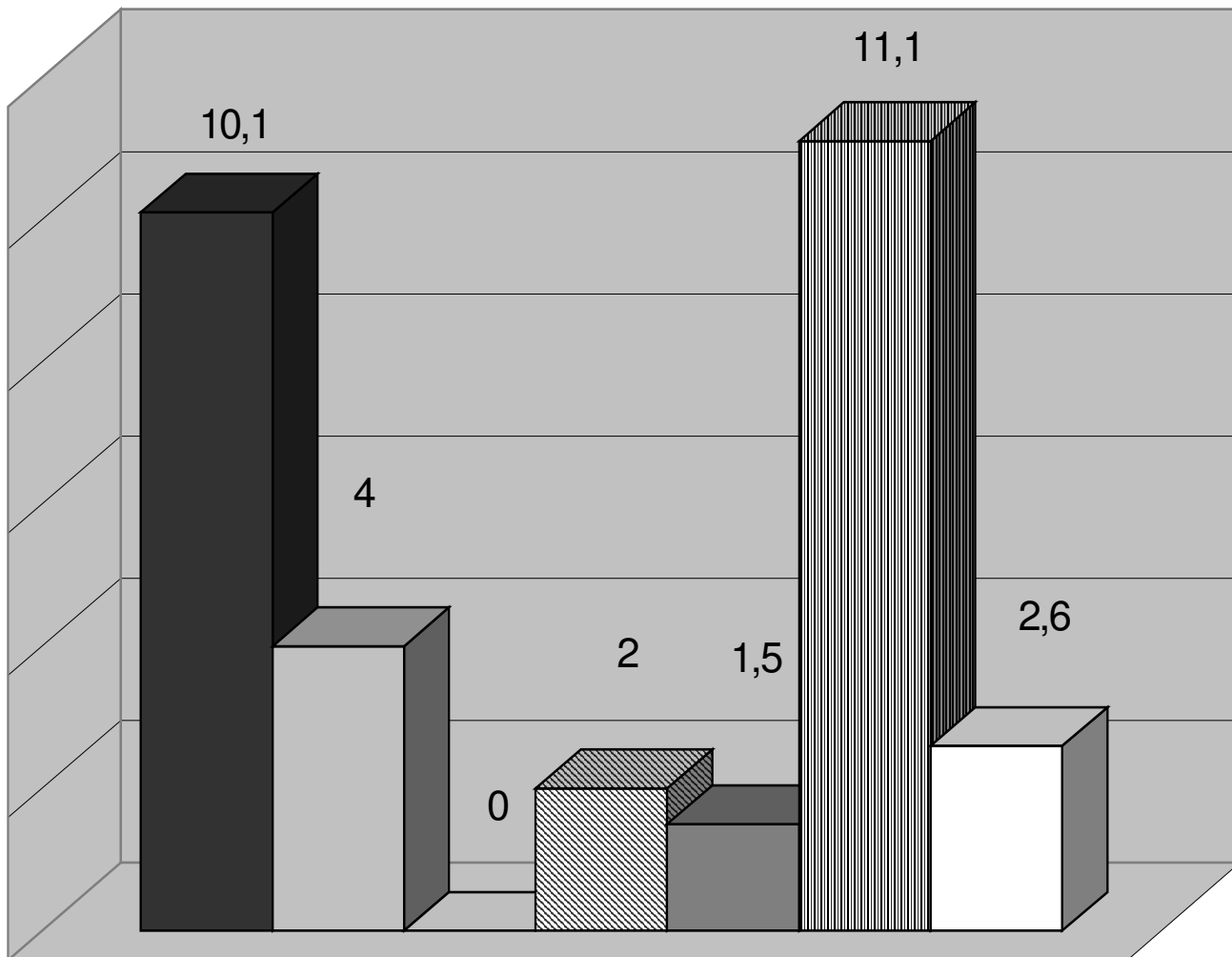


Fonte: Base de dados do Sistema da Ouvidoria

■ Recebidas **□** Encerradas **■** Aguardando Diligências



Período: 01/12 a 31/12/2006
Média de tempo entre recebimento e resposta: 8,07 dias

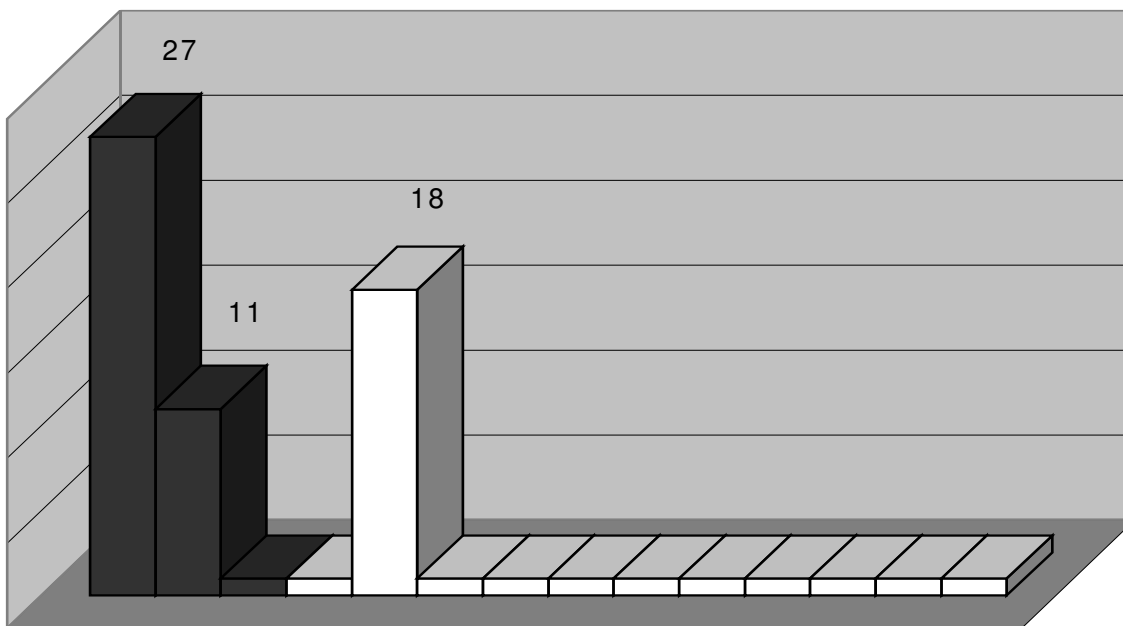


- Reclamações
- Críticas
- Elogios
- Sugestões
- Denúncias
- ▨ Comentários
- ▤ Pedidos de Informações

Fonte: Base de dados do Sistema da Ouvidoria



Período: 01/12 a 31/12/2006 Destino dos Encaminhamentos



- Promotorias de Justiça
- Procurador-Geral de Justiça
- Corregedoria- Geral do MP
- Gabinete Eleitoral
- Diversos
- Corregedoria-Geral da Polícia Civil
- Corregedoria-Geral da Brigada Militar
- MP do Trabalho
- Ministério Público do Distrito Federal
- Ouvidoria do Ministério da Fazenda
- Câmara dos Deputados
- Senado Federal
- Secretaria Estadual da Saúde
- Corregedoria de Justiça

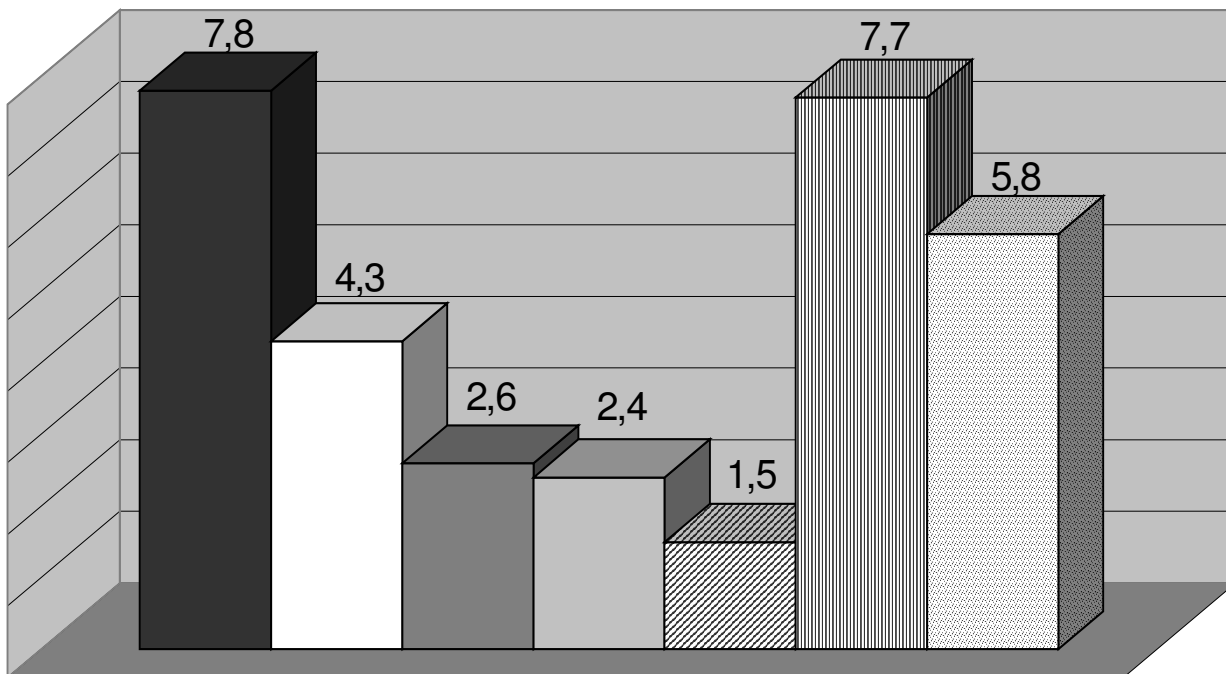
Observação: Algumas manifestações recebidas geram mais de um encaminhamento.

Fonte: Base de dados do Sistema da Ouvidoria

- 72,7%- Ministério
- 27,3% - Outros Órgãos Público RGS



Cumulativo
Período: 25/07 a 31/12/2006
Média de Tempo entre Recebimento e resposta: 6,05 dias

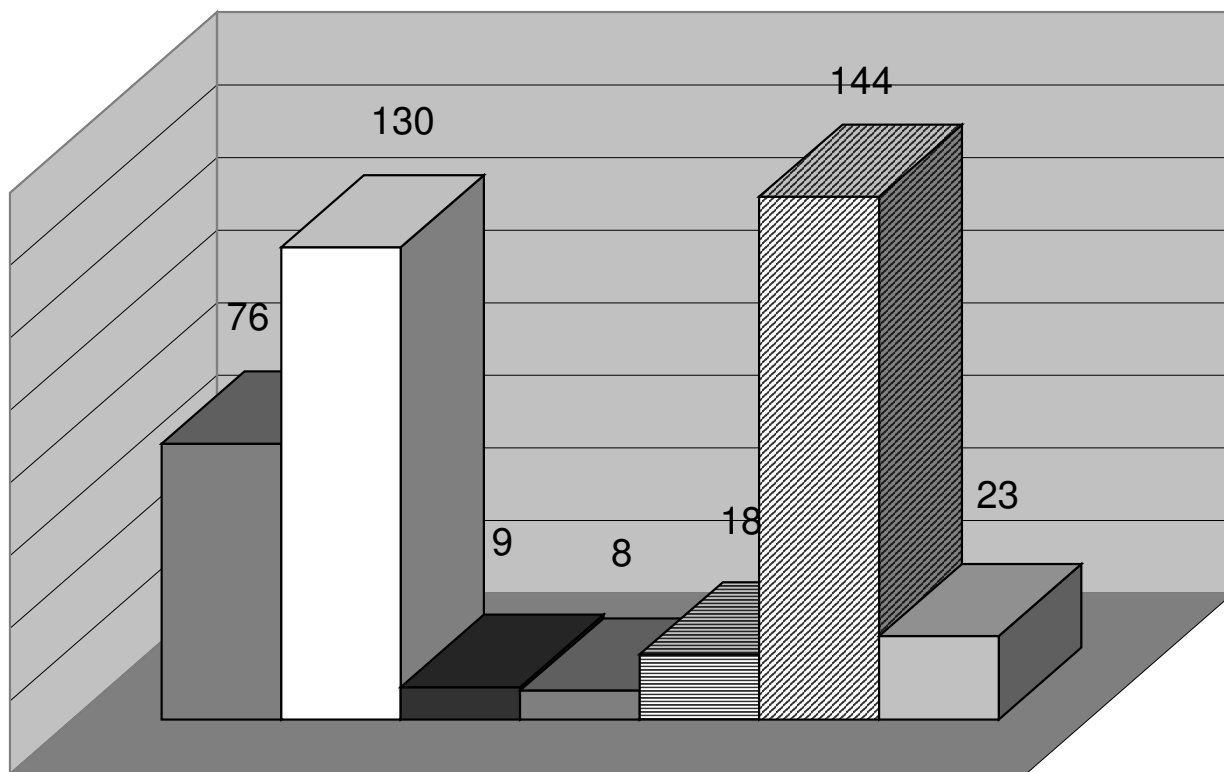


- Reclamações
- Denúncias
- Críticas
- Comentários
- ▨ Elogios
- ▨ Pedidos de Informações
- ▨ Sugestões

Fonte: Base de dados do Sistema da Ouvidoria



Cumulativo
Período: 25/07 a 31/12/2006
Manifestações Recebidas: 408

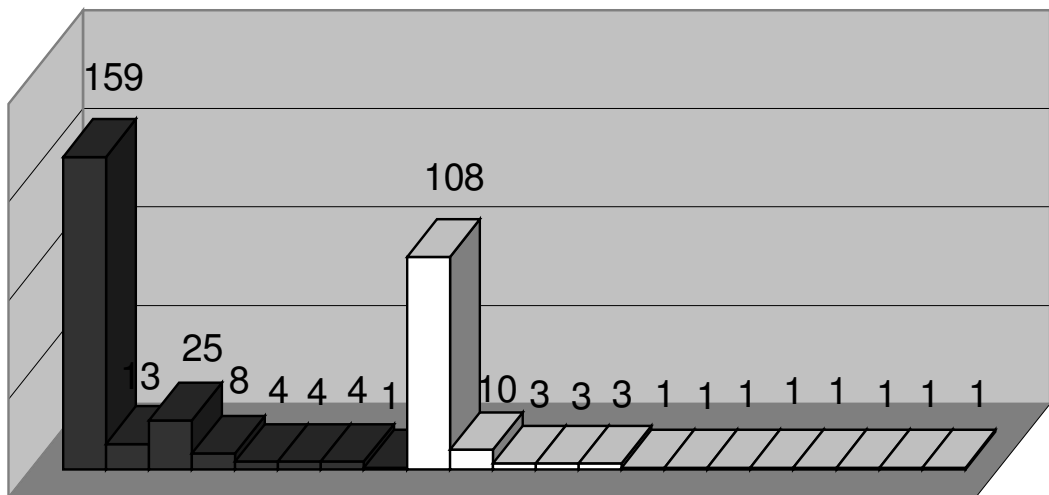


- Reclamações
- Críticas
- ▨ Elogios
- Sugestões
- Denúncias
- Comentários
- ▨ Pedidos de Informações

Fonte: Banco de dados do Sistema da Ouvidoria



Cumulativo
Período: 25/07 a 31/12/2006
Destino de Encaminhamentos



- Promotorias de Justiça
- Procurador-Geral de Justiça
- Comissão de concursos
- Subprocuradoria Administrativa
- Diversos
- Defensoria Pública da União
- Foro central(Direção)
- Corregedoria-Geral da Brigada Militar
- Ouvidoria da Brigada Militar
- Corregedoria-Geral de Justiça
- Senado Federal
- Força-Tarefa (Op. Bingos)
- Corregedoria-Geral do MP
- Gabinete Eleitoral
- Direção Geral
- Defensoria Pública Estadual
- Justiça Federal
- Corregedoria-Geral da Polícia Civil
- Corregedoria da Defensoria Pública
- Ouvidoria do Ministério da Fazenda
- Câmara dos Deputados

Observação: Algumas manifestações recebidas geram mais de um encaminhamento.

Fonte: Banco de dados do Sistema da Ouvidoria

■ 61,7% - Ministério Público RGS

□ 38,3% - Outros Órgãos



3 Gabinete de Assessoramento Especial e para Assuntos Legislativos – GAEL

Criado em 22 de agosto de 2006, pelo Provimento n.º 38, pela necessidade de reorganizar a estrutura administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça, face ao crescimento da demanda e da ocupação do novo prédio do Ministério Público.

O Gabinete de Pesquisa e Planejamento - GAPP é Órgão Auxiliar do Ministério Público, vinculado à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, que tem como uma de suas finalidades o assessoramento legislativo, doutrinário e jurisprudencial ao Ministério Público do Estado no exercício de suas atividades, atuou até agosto de 2006.

O Gabinete de Pesquisa e Planejamento desenvolveu eficaz trabalho na elaboração de Anteprojetos de Lei, que, após aprovação do Órgão Especial do Colégio de Procuradores e assinatura do Procurador-Geral de Justiça, são enviados à Assembléia Legislativa do Estado. Também era atribuição do Gabinete de Pesquisa e Planejamento a elaboração de Projetos dos atos administrativos, provimentos, circulares, portarias, que são formas pelas quais a chefia da Instituição exerce a atividade administrativa.

Atividades do GAPP/GAEL em 2006	
Pesquisas atendidas no período de janeiro/dezembro de 2006.	1.028 pesquisas
Acompanhamento de processos do interesse dos membros do Ministério Público perante o STF e STJ, conforme solicitações.	STJ: 10 processos STF: 94 processos
Acompanhamento de Projetos de Lei (Federal e Estadual) do interesse do Ministério Público.	
Atualização das Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, e do Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul.	
Legislação Federal - pesquisa diária pelo Diário Oficial da União, para posterior divulgação.	
Legislação Estadual - pesquisa diária pelo Diário Oficial do Estado e Diário de Justiça do Estado, para posterior divulgação.	
Acompanhamento e atualização da Legislação Estadual e Federal.	
Leitura diária do Diário da Justiça do Estado e do Diário Oficial do Estado para acompanhamento de atos do interesse do Ministério Público.	
Publicação da Legislação Federal do Ministério Público: Estatuto do Ministério Público da União e Lei Orgânica Nacional, em convênio com a Fundação Escola Superior do Ministério Público.	



Atividades do GAPP/GAEL em 2006
Publicação da Legislação Estadual do Ministério Público: Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul e Estatuto do Ministério Público do Rio Grande do Sul, em convênio com a Fundação Escola Superior do Ministério Público.
Publicação dos Regimentos Internos: do Conselho Superior do Ministério Público, do Colégio de Procuradores do Ministério Público e do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público, em convênio com a Fundação Escola Superior do Ministério Público.
Distribuição dos Informativos do STF e do STJ, mediante solicitação.
Serviço de reprodução de textos e imagens através de <i>scanner</i> , para diversos setores do Ministério Público.
Atualização constante da legislação pertinente ao Ministério Público Estadual, a partir da edição da Revista do Ministério Público nº 25.
Obtenção de íntegra de acórdãos não publicados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, através de convênio firmado com o Poder Judiciário, mediante solicitação dos membros do Ministério Público.
Disponibilização e constante atualização na internet dos Atos Normativos da Procuradoria-Geral de Justiça, da Legislação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, de Súmulas (STJ, STF, TJRS, e Conselho Superior do MP/RS, através da página do Ministério Público.
Disponibilização e constante atualização na intranet da página do GAPP, site direcionado aos servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul, incluindo “Novidades Jurídicas” e “Legislação de Pessoal da PGJ”.

Atos Normativos em 2006

PROVIMENTOS: 67
ORDENS DE SERVIÇO: 27
INSTRUÇÕES NORMATIVAS: 03
RESOLUÇÕES: 05
PORTARIAS: 04
TOTAL: 106



Projetos de Lei

Aprovados e Sancionados em 2006

1. PROJETO DE LEI N.º 192/2005 (APROVADO).

Dispõe sobre a Lei Estadual n.º 7.669/82 – Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul. (Criação de cargo de Promotor de Justiça em Lajeado)

2. PROJETO DE LEI N.º 210/2005 (APROVADO).

Dispõe sobre a Lei Estadual n.º 7.669/82 – Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul. (Criação de cargo de Promotor de Justiça em Caxias do Sul).

3. PROJETO DE LEI N.º 275/2005 (APROVADO).

Cria a Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

4. PROJETO DE LEI N.º 276/2005 (ARQUIVADO).

Disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor do Ministério Público, e dá outras providências.

5. PROJETO DE LEI N.º 337/2005 (RETIRADO).

Recompõe os vencimentos dos membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

6. PROJETO DE LEI N.º 338/2005 (APROVADO).

Recompõe os vencimentos dos servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

7. PROJETO DE LEI N.º 339/2005 (APROVADO).

Dispõe sobre criação de Promotorias de Justiça, de cargos de Promotor de Justiça, na Lei Estadual nº 7.669/82 – Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul –, e de cargos de servidor, no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul – Lei Estadual nº 7.253, de 12 de janeiro de 1979.

(Criação de 02 Promotorias, 62 cargos de Promotor de Justiça e 248 cargos de servidores)

8. PROJETO DE LEI N.º 343/2005 (APROVADO).

Dispõe sobre a Lei Estadual n.º 7.669/82 - Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

(Modifica o nome da “Promotoria de Justiça de Falências e Concordatas” para Promotoria de Justiça de Falências e Recuperação de Empresas”)



9. PROJETO DE LEI N.º 110/2006 (APROVADO).

Dispõe sobre as Leis nºs 7.669/82 e 6.536/73 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

10. PROJETO DE LEI N.º 111/2006 (APROVADO).

Transforma cargos de Promotor de Justiça Substituto de Entrância intermediária do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

11. PROJETO DE LEI N.º 194/2006 (APROVADO).

Dispõe sobre cargos de Procurador de Justiça do Ministério público do Rio Grande do Sul.

12. PROJETO DE LEI N.º 207/2006 (APROVADO).

Dispõe sobre a Lei Estadual n.º 7.669/82 – Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

13. PROJETO DE LEI N.º 210/2006 (APROVADO).

Dispõe sobre a Lei estadual n.º 7.669/82 – Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

14. PROJETO DE LEI N.º 240/2006 (ARQUIVADO).

Institui gratificação por regime especial de trabalho.

15. PROJETO DE LEI N.º 280/2006 (DEVOLVIDO PARA REEXAME).

Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, a nomeação de cargos e a designação de função gratificada.

16. PROJETO DE LEI N.º 324/2006 (APROVADO).

Dispõe sobre cargos de Procurador de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

17. PROJETO DE LEI N.º 350/2006 (APROVADO).

Dispõe sobre o Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

18. PROJETO DE LEI N.º 424/2006 (APROVADO).

Dispõe sobre a Lei Estadual n.º 7.669, de 17 de junho de 1982 – Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul.



19. PROJETO DE LEI N.º 429/2006 (ARQUIVADO).

Fixa o subsídio mensal dos Membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, e dá outras providências.

20. PROJETO DE LEI N.º 434/2006 (ARQUIVADO).

Dispõe sobre os cargos de Procuradores de Justiça e dá outras providências.

21. PROJETO DE LEI N.º 447/2006 (ARQUIVADO).

Dispõe sobre o Quadro Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

22. PROJETO DE LEI N.º 448/2006 (ARQUIVADO).

Dispõe sobre a Lei Estadual n.º 7.669/82 – Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

4 Gabinete de Articulação e Responsabilidade Social

- 1) **Projeto “Envelhecendo com dignidade”** – em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, este Gabinete elaborou projeto de realização de 8 seminários regionais, tendo como objetivo geral verificar, provocar e articular a criação, a sistematização e/ou o aperfeiçoamento da Rede Social de Atendimento ao Idoso, no âmbito municipal, com vistas à efetivação e garantia dos direitos assegurados no Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/03). No ano de 2006, este Gabinete participou dos encontros realizados nas cidades de Santa Maria, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Ijuí e Porto Alegre.
- 2) **Projeto “Destaque de Responsabilidade Social”** – início da execução do referido projeto em janeiro de 2006, que tem por objetivo o reconhecimento do mérito das atividades desenvolvidas pelos integrantes da Instituição e estímulo e fomento ao desenvolvimento de atividades socialmente responsáveis e que revertam em benefício da sociedade. No ano de 2006, foram destacados os seguintes trabalhos:
 - 2.1) Dr. Rodrigo Schoeller de Moraes, Promotoria de Justiça de Rio Grande - “Programa Aliança”;
 - 2.2) Dr. José Olavo Bueno dos Passos, Promotoria de Justiça de Pelotas - Projeto “Adote um abrigo”;



- 2.3) Dra. Ana Cristina Ferrareze Cirne, Promotoria de Justiça de Passo Fundo – “Rastreamento Neonatal e Prevenção da violência no âmbito escolar e familiar”;
- 2.4) Dra. Ximena Cardozo Ferreira, Promotoria de Justiça de Taquara -“Regularização Ambiental da Atividade de Mineração: a Experiência de Taquara”;
- 2.5) Dr. Luis Augusto Gonçalves Costa, Promotoria de Justiça de Vacaria –“Projeto de Recuperação da Vida Vegetal - P.R.E.V.E.”;
- 2.6) Dr. Nilton Kasctin dos Santos, titular da Promotoria de Justiça de Catuípe – palestra no Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual;
- 2.7) Dra. Cíntia Foster de Almeida, titular da Promotoria de Justiça de São Sepé - “Projeto Trabalho para a Vida e Cooperativa Social Esperança”.
- 3) **“Ministério Público”** – lançamento da pesquisa sobre qualidade de vida, no período de 15 de março a 20 de abril do ano em curso para toda a Instituição, objetivando, após a **Projeto “Gestão de Qualidade de Vida no Trabalho do** avaliação dos resultados, elaboração de programa permanente de Qualidade de Vida no Trabalho, visando desenvolver ações para melhorar a qualidade de vida dos integrantes do Ministério Público. Em outubro de 2006 foi editado o Provimento 53/2006 que dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Permanente de Qualidade de Vida no Trabalho do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. A referida comissão objetiva promover a qualidade de vida no trabalho, bem como estabelecer políticas de atuação voltadas para a gestão da Qualidade de Vida no Trabalho no âmbito do Ministério Público. Em dezembro de 2006 foi lançada página na Intranet com a finalidade de ser um meio de comunicação com os integrantes da Instituição para sugestões; críticas e reclamações à Comissão que as avaliará e formulará alternativas de solução que serão submetidas a apreciação da Administração Superior.
- 4) **Projeto “Questões indígenas: O Estatuto do Índio e o Estatuto da Criança e do Adolescente”** – parceria com o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude para a realização de seminário na cidade de Passo Fundo, ocorrido em 14 de agosto de 2006, com o objetivo de oportunizar um maior conhecimento da cultura dos grupos indígenas do Estado aos Promotores de Justiça, de forma a subsidiar suas ações de fiscalização e proteção e formulação de proposta de trabalho com o Ministério Público Federal, principalmente no que se refere a direitos individuais de crianças e adolescentes indígenas.



- 5) **Participação no Programa Veraneio Cidadão 2006 e “Seminário contra o uso de bebidas alcóolicas por crianças e adolescentes”** – articulação realizada por este Gabinete, em conjunto com o CAO Infância e Juventude para realização de reuniões com o Sindicato Médico do RS e DECA que resultaram na assinatura de Termo de Cooperação para a efetivação de campanha de conscientização da proibição da venda de bebidas alcóolicas para crianças e adolescentes, deflagrada nos meses de janeiro e fevereiro do ano em curso, por ocasião da execução do Programa Veraneio Cidadão 2006, no litoral. A referida ação originou o projeto “Seminário contra o uso de bebidas alcóolicas por crianças e adolescentes” que será realizado em cidades do interior do Estado no ano de 2007.

- 6) **Projeto Alvorecer – a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa** realizou diversas reuniões acerca da violência no município de Alvorada, constantemente noticiada pela mídia. A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, sensibilizada com o malefício causado aos munícipes da referida comuna, resolveu enfrentar tal realidade, efetuando reunião com os Promotores de Justiça daquela cidade, bem como, com a Brigada Militar; Polícia Civil; Poderes Executivo e Legislativo municipais e comunidade. Elencadas as dificuldades, houve o traçamento de um divisor de águas, de tal sorte que as forças policiais ficariam encarregadas de solver as questões de segurança e o Ministério Público, através deste Gabinete, enfrentaria o problema social, propriamente dito e apresentaria uma proposta de trabalho. Para a execução deste mister foram realizadas reuniões com o CAO de Defesa dos Direitos Humanos; CAO Infância e Juventude; Serviço Biomédico e assistente social da PGJ. Dessa forma, foi elaborado o Projeto Alvorecer que busca o enfrentamento das deficiências de atendimento na área social, enfocando, principalmente, as áreas da infância e juventude; saúde pública e assistência social. Em articulação com a Promotoria de Justiça de Alvorada foram realizadas reuniões com representante do empresariado local entidades assistenciais, buscando alternativa de atendimento às crianças e adolescentes do referido município. A proposta apresentada consiste em proporcionar atividades esportivas; culturais e profissionalizantes. O citado projeto prosseguirá durante o ano de 2007.

- 7) **Divulgação da Campanha do Agasalho 2006 – como** ocorreu no ano anterior, o Gabinete de Articulação e Responsabilidade Social foi encarregado da divulgação da Campanha do Agasalho 2006, em decorrência da parceria firmada pelo Gabinete do Procurador-Geral de Justiça e Gabinete da Primeira-Dama do Estado. No ano de 2006 foram arrecadadas 413 peças de roupas e calçados nos pontos de coleta na Instituição.



- 8) **Programa de Acompanhamento de Servidores** – este Gabinete, juntamente com a Comissão Disciplinar Permanente; Serviço Biomédico e Divisão de Assessoramento Técnico elaboraram projeto que contempla o atendimento aos servidores que necessitem de atendimento biopsicossocial. A Comissão Disciplinar Permanente, na realização de sindicâncias, constatou situações de ordem comportamental, envolvendo uma parcela de servidores da Instituição. As referidas situações estão relacionadas, muitas vezes, com fatores externos ao ambiente de trabalho, mas que acabam gerando um comprometimento no desempenho das funções do servidor, além de dificultar o relacionamento do mesmo com chefia e colegas, acarretando, destarte, a recorrência de instauração de procedimentos administrativos de sindicância. Considerando-se a detecção da complexidade dos problemas que afetam diretamente a vida funcional do servidor e cuja a busca de soluções ultrapassa o âmbito do procedimento de sindicância, torna-se necessário a realização de trabalho multidisciplinar e intersetorial, visando a valorização do servidor e a humanização da Instituição. Para o atingimento de tal finalidade, foi elaborada minuta de Ordem de Serviço, bem como, iniciada a formatação do programa propriamente dito. No mês de novembro do ano em curso, foi realizada apresentação da proposta para o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos que após avaliá-la, aprovou-a, aguardando a elaboração do programa para edição do ato administrativo regulatório.
- 9) **Projeto “Selo de Responsabilidade Social”** – início da execução em dezembro de 2005, objetivando a divulgação do Programa de Responsabilidade Social do Ministério Público; apoio as ações que estejam inseridas no conceito de responsabilidade social definido no referido programa e estímulo para que as atividades organizacionais da Instituição sejam adequadas aos princípios de responsabilidade social.
- 10) **Anteprojeto de lei para inquirição de crianças e adolescentes** – a partir da experiência já em execução do “depoimento sem dano” que possibilita a criança ou adolescente, vítima de violência sexual, prestar depoimento, em juízo, em sala reservada, com isolamento acústico, onde é inquirido por psicólogo e assistente social, sendo este, acompanhado por juiz, promotor de justiça e advogado de defesa, em sala separada, através de sistema de vídeo e microfones, este Gabinete tomou a iniciativa de convidar especialistas do Ministério Público, na matéria supramencionada, em reuniões que estão sendo realizadas periodicamente, com finalidade de, através do somatório de conhecimentos, avaliar a possibilidade de ser adotado depoimento único, na hipótese acima aludida. Realizado contato com a Associação de Juizes do RS – AJURIS - , esta noticiou a existência de anteprojeto de lei que será encaminhado a Câmara de Deputados. O referido documento recebeu



sugestão de alterações feitas pelo citado grupo de estudos e que serão apreciadas em reunião que será brevemente aprazada.

5 Memorial do Ministério Público

5.1 Secretaria

5.1.1 Organização, arquivamento e elaboração

- Caderno de protocolo
- Encaminhamento de termo de cessão de direitos autorais das entrevistas
- Ficha e termo de consulta ao acervo
- Roteiro para entrevistas
- Termo de doação e termo de empréstimo

5.1.2 Controle de material e serviços

- Comunicação de pagamento de ligações telefônicas
- Elaboração e encaminhamento dos recibos de pagamentos de serviços prestados (programas)
- Solicitação e controle de material de expediente
- Solicitação de pagamento de profissionais contratados (programas)
- Solicitação de orçamentos (publicações, serviços, materiais)

5.1.3 Controle de pessoal

- Escala de férias
- Informação de datas de início de cursos
- Mapa de frequências/atestado de afetividade
- Solicitação de dispensa de ponto

5.1.4 Organização e funcionamento

- Relatório anual de atividades
- Arquivamento dos relatórios de atividades dos profissionais contratados
- Taxações de jornais com matérias sobre o Memorial
- Ofícios e memorandos
- Envio de correspondência e e-mail para divulgação dos eventos, atividades e publicações do Memorial
- Adequação do plano de classificação as necessidades e atividades do Memorial.



- Organização de lançamento das publicações e eventos
- Rotina de marcação de entrevistas da secretaria a ser executada através do Memorial
- Atualização da planilha de localização e distribuição de entrevistas
- Agendamento com entrevistados e envio de roteiro por telefone e/ou correio
- Disponibilização de equipamentos necessários e transportes dos mesmos, saída e retorno, sob a responsabilidade do Memorial
- Confirmação e contato com o entrevistado um dia antes da entrevista
- Recebimento de fitas da entrevistas e repasse para a taquigrafia

5.1.5 Recuperação da História do Ministério Público - arquivamento e controle

- Arquivamento de fitas com gravações de palestras de membros do Ministério Público
- Arquivamento de fitas VHS e K7 de entrevistas dos membros do Ministério Público
- Atualização de banco de dados para o acervo- documental, fotográfico, bibliográfico e audiovisual
- Alimentação do banco de dados
- Conclusão de arquivo adequado para a guarda do acervo
- Encadernação de todos os periódicos produzidos pela Associação do Ministério Público do RS
- Conclusão da coleta e avaliação da documentação do Arquivo Tarso Dutra.
- Criação de vídeo sobre a história do palácio
- Degração e transcrição de fitas K7 usadas em entrevistas

5.1.6 Publicações e Prêmios

- Inclusão do Memorial do Ministério Público no Sistema Estadual de Museus – SEM/RS



Artigos:

- Garibaldi: História e Mito
Revista “Nossa História”.
Edição 37/2006, páginas 34 – 40
Cíntia Vieira Souto e Alvaro Walmrath Bischoff

Livros:

- Reedição do livro Evolução Histórica – O Ministério Público no Rio Grande do Sul
- A Constituinte de 1988, Volume IV da série “Histórias de Vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul”
- Reedição do Catálogo – Procuradores-Gerais de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Folders:

- Reedição do folder do Memorial
- Produção de folder informativo: Um Palácio de Muitas Histórias
- Produção de folder informativo: Ministério Público – Estado do Rio Grande do Sul

5.1.7 Outras atribuições:

- Atualização e confecção de etiquetas personalizadas
- Atualização do mailing list
- Atualização do mailing list de e-mails
- Consulta diária ao correio eletrônico
- Assessoramento a todas as necessidades do Programa de Pesquisas e Publicações e do Programa de Exposições e Eventos
- Circulação (entrega, retirada e devolução) de materiais e documentos entre o Memorial e a Sede.

Programa de Exposição e Eventos

- **PROJETO DE VISITAÇÃO** - O Memorial do Ministério Público, em parceria com o Sesi, recebeu turmas de alunos de escolas de Porto Alegre e região metropolitana. Na oportunidade, além da apresentação de vídeo institucional sobre a memória institucional, foi exposto a importância de conhecer-se o passado, de recuperar-se e preservar a memória,



apresentando-os ao histórico prédio que abriga a sede do Ministério Público Estadual.

- **REALIZAÇÃO DE EVENTO COM A FESMP** - Foram recebidos no palácio do Ministério Público, durante todo e segundo semestre deste ano, alunos de 3º ano do 2º grau de escolas públicas e particulares da cidade de Porto Alegre que tiveram a oportunidade de conhecer como funciona a instituição do Ministério Público e a história do palácio.

- **VISITAÇÃO DE FACULDADES** - Foram recebidas pelo memorial, turmas de alunos do curso de Direito da Unilassale e de Arquitetura da Puc, que fizeram visita pelo prédio do palácio, conheceram a história e a arquitetura do prédio, assim também como explanação das atribuições do Ministério Público, através de vídeo.

- **SIMPÓSIO** - Ocorreu no Palácio do Ministério Público o Simpósio sobre Políticas Públicas para a Tratamento dos Acervos Oriundos dos Períodos da Ditadura no Brasil.

- **PALESTRA** - O Memorial, juntamente com a Fundação Gaia aproveitando a estada em Porto Alegre do fundador do Gaia Trust e da Rede Mundial de Ecovilas (GEN), o canadense J. T. Ross Jackson, organizou a palestra “Mudando a Economia Global em Busca da Sustentabilidade”, que tratou do tema sobre a sustentabilidade e seus aspectos econômicos. O evento ocorreu no auditório do Palácio do Ministério Público. Ross Jackson, Ph.D., é Membro Fundador da Organização Dinamarquesa Gaia Trust. Tem formações em física, gerência e economia, especializando-se em pesquisa de operações. Jackson foi por muitos anos consultor em gerência e designer de sistemas IT, trabalhando em diferentes ramos do mundo dos negócios, especializando-se em finanças internacionais, onde seu *know-how* de sistemas de troca forneceu financiamento para programas da Gaia Trust, organização criada para subsidiar um mundo mais sustentável e espiritual. Ross é membro do Conselho Consultivo da GEN - Rede Global de Ecovilas e da recente iniciativa Gaia Education.

- **REALIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO: MEMÓRIAS DE GUERRA A PARTICIPAÇÃO DE GIUSEPPE GARIBALDI NO COMBATE DE SÃO JOSÉ DO NORTE** - Durante as comemorações da Semana Farroupilha, o Palácio do Ministério Público sediou a exposição “Memória de Guerra” que tratou da participação de Giuseppe Garibaldi no combate de São José do Norte, em 16 julho de 1840, através de objetos como um canhão pedreira do Séc XIX e 04 balas, baionetas, fardas republicanas e a bandeira da república riograndense. Os materiais apresentados foram fornecido pelo Sr. Fernando



Costamilan e pelo Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte/RS. O Instituto Anita Garibaldi, através da pesquisadora Elma Sant'Ana.

- **REALIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO "AS TRÊS CAPITAIS FARROUPILHAS"** – O Memorial em parceria com o Memorial do Rio Grande do Sul expôs no Palácio do Ministério Público, painéis de fotos sobre as 3 cidades do Rio Grande do Sul que foram capitais durante a República Riograndense (Caçapava, Alegreti e Piratini)

- **SEMANA FARROUPILHA NA PRAÇA** - Em parceria com a Secretaria da Cultura, TVE, Memorial do RS, Instituto Estadual do Cinema, Museu Antropológico do RS, Biblioteca Pública, MTG e Secretaria da Educação, com vistas à integração das ações culturais dos poderes e instituições nas comemorações da Semana Farroupilha na Praça da Matriz, o Memorial disponibilizou seus espaços para palestras, seminários, exibição de filmes e montagem de exposições.

- **EXIBIÇÃO DE FILME** – o Memorial exibiu durante a Semana Farroupilha um documentário produzido pela TV italiana RAI, em 2003, que conta a trajetória de Giuseppe Garibaldi desde sua fuga da Itália e posterior ida para o Brasil. O documentário da RAI relata a participação de Garibaldi na Revolução Farroupilha, na República Juliana (SC) - onde conhece Anita - e, após, sua ida para o Uruguai. Depois volta para Itália, de onde teve que fugir novamente, passando inclusive por New York, até retornar definitivamente a terra natal e se instalar na Ilha de Caprera. Esse contexto mostra as várias faces de Garibaldi: conspirador, comandante de navio mercante, fabricante de velas, estrategista militar, agricultor, guerrilheiro e corsário. Enriquecido com depoimentos de especialistas em vários assuntos, incluindo Giuseppe Garibaldi - bisneto do herói de dois mundos - , além de médicos - falando sobre a artrite reumatóide, da qual Garibaldi era portador - e estrategistas militares, falando sobre os feitos da Batalha de Santo Antonio do Salto (Uruguai).

- **SITE** - Foi lançado oficialmente o novo site do Memorial do Ministério Público em audiência com o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador de Justiça Ricardo Vaz Seelig, Coordenador do Memorial do Ministério Público, classificou o novo site como uma das ferramentas institucionais de divulgação das realizações da instituição na proteção do patrimônio histórico e cultural. Além de divulgar as atividades do Memorial, como seminários, exposições, painéis, publicações, entre outras, o site também permite o acesso ao banco de dados dos membros inativos do MP/RS, desde o século XIX, bem como aos depoimentos de diversas personalidades ao programa de História Oral. Destacam-se também os passos



da construção e restauração do prédio que hoje abriga o Palácio do Ministério Público, sede da Procuradoria-Geral de Justiça, bem como de sua história em consonância com a história da Praça Matriz.

- **FÓRUM** – O Memorial integrou o 3º Fórum Mundial de Turismo, que aconteceu em Porto Alegre abrigando no palácio a exposição de jóias que foram premiadas no XIII Concurso de Design de Jóias, promovido pelo IBGM (Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos) em parceria com o Ministério do Turismo, assim também como abrigou um dos roteiros da Mostra Gastronômica, ambos eventos integrante ao fórum.

- **LANÇAMENTO DO LIVRO “A Constituinte de 1988”** – O Memorial lançou o 4º volume da série Histórias de Vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul, dedicado especialmente à Constituinte. A publicação traz depoimentos dos ex-constituintes Antônio Britto Filho, Ibsen Pinheiro e Plínio de Arruda Sampaio. Também dos procuradores de Justiça paulistas Antônio Visconti, Hugo Nigro Mazzilli, Oscar Xavier de Freitas e Luiz Antonio Marrey. Completam a obra, os depoimentos do ex-procurador-geral de Justiça gaúcho, Sérgio Gilberto Porto, e dos juristas Paulo Moraes Dutra, Garibaldi Almeida Wedy e José Antônio Paganella Boschi.

- **EXPOSIÇÃO DE ARTES** – O Memorial em parceria com o SESI, realizou a Mostra de Artes Visuais 2006, fase municipal do programa SESI Descobrimos Talentos, onde foram expostos os critérios de escolha das obras selecionadas para a etapa estadual do programa. A Mostra reuniu artistas de diversas áreas e aconteceu no subsolo do Palácio do Ministério Público.

- **EXPOSIÇÃO DE JÓIAS** - O Palácio do Ministério Público foi palco da solenidade oficial de abertura da exposição de Jóias “Destinos do Brasil” em Porto Alegre. A cerimônia contou com a presença do Procurador-Geral de Justiça, Roberto Bandeira Pereira, do Ministro do Turismo Walfrido Mares Guia, do Presidente da ABRASEL Paulo Solmucci, do representante do IBGM Rogério Sperban, dos Subprocuradores-Gerais de Justiça, Antônio Carlos de Avelar Bastos e Cláudio Barros Silva, do Coordenador do Memorial do Ministério Público, Ricardo Vaz Seelig, de embaixadores e representantes diplomáticos de outros países, além de diversas autoridades locais. O evento fez parte da programação oficial do 3º Fórum Mundial de Turismo. A exposição de jóias é uma mostra das peças vencedoras do XIII Prêmio IBGM de Design de Jóias 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos - IBGM - e pelo Ministério do Turismo e ficará aberta ao público até o próximo dia 15 de dezembro no subsolo do Palácio do Ministério Público.



- **MOSTRA GASTRONÔMICA** – O Memorial em parceria com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL - e o Ministério do Turismo, elaborou o roteiro gastronômico de Porto Alegre, evento oficial do 3º Fórum Mundial de Turismo que teve como itinerário a rua Padre Chagas, o Mercado Público Municipal e o Bistrô do Palácio do Ministério Público.

- Durante o ano, o Memorial do Ministério Público recebeu no Palácio aproximadamente 1.400 pessoas participantes de eventos, exposições, seminários, palestras e visitas.

Programa de História Oral/Programa de Pesquisas e Publicações

LIVRO A COSTITUINTE DE 1988 - que faz parte da série *Histórias de Vida, do Ministério Público do Rio Grande do Sul.*

Reedição do livro *Evolução Histórica do Ministério Público*

Promotorias de Justiça

- Pesquisa sobre o histórico, legislação e nominata dos Promotores de Justiça que atuaram em diversas Promotorias do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Para a realização da pesquisa foram utilizados os dados constantes no Banco de Dados de Membros Inativos do MP. As informações sobre os membros em atividade foram utilizadas mediante informações repassadas pela Corregedoria do Ministério Público, bem como pela Divisão de Recursos Humanos. Foram formulados históricos das seguintes Promotorias de Justiça do Rio grande do Sul:
 - Nova Petrópolis
 - Arvorezinha
 - Erechim
 - Feliz
 - Novo Hamburgo
 - Parobé
 - Salto do Jacuí
 - São Leopoldo
 - São Vicente do Sul
 - Cachoeira do Sul
 - Alegrete



ENTREVISTAS DO PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL:

- Sérgio Santos Marino (17/4/2006)
- Carmen Luiza Dias de Azambuja (18/09/2006)

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS:

- VIII Encontro Estadual da ANPUH – 24 a 28 de julho de 2006 – Caxias do Sul –RS.

Apresentação dos seguintes trabalhos:

- a) Alvaro W. Bischoff – Giusseppe Garibaldi: Mito, contradição e esquecimento.
- b) Cíntia Vieira Souto – Anita Garibaldi: uma biografia conturbada.

- IV Mostra de Pesquisa do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Agosto de 2006 – Porto Alegre – RS.
Getúlio Vargas Promotor.
- I Encontro de História Regional – 16 e 17 de novembro de 2006 – Passo Fundo – RS.
O Memorial do Ministério Público e a história regional.

Avaliação do Acervo Documental do Castelo de Pedras

Altas: entre 25 e 27 de janeiro de 2006, os historiadores se deslocaram (acompanhados da historiadora Evelise Zimmer Neves da DAT) ao Castelo de Pedras Altas para uma avaliação do estado do acervo documental com vistas a uma futura catalogação desse material.

Limpeza e separação da documentação do Acervo Tarso

Dutra – encerramento, em maio de 2006, do trabalho de limpeza e de separação cronológica da documentação do Acervo Tarso Dutra. Em 22 de maio, o acervo foi entregue ao Arquivo Histórico do RS e à Comissão da Luta contra a Ditadura.



Projetos Gráficos e Audiovisuais para outros setores

- Criação de capa para o livro “Consolidação de Ementas”, CAO Criminal
- Criação de capa para o livro “Estatuto da Criança e do Adolescente – revisado e atualizado (2006)”, CAO Infância
- Projeto de sinalização da nova sede do Ministério Público
- Capa do “Relatório Anual 2005”, Gabinete do PGJ.
- Apresentação Multimídia “Nova Sede do Ministério Público do Rio Grande do Sul”, Gabinete do PGJ.
- Criação de folder de apresentação do nova sede do MP.
- Digitalização de vídeos de entrevistados e demais documentários históricos e conversão para padrão DVD.
- Digitalização, tradução e legendagem do Vídeo “Giuseppe Garibaldi”, finalizado em 2 DVDs.
- Digitalização de vídeo integrante de material de investigação da Assessoria de Segurança Institucional.



II SUBPROCURADORIAS-GERAIS DE JUSTIÇA

1 Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Órgão Auxiliar do Ministério Público, destina-se a auxiliar o Procurador-Geral de Justiça na sua atuação como Órgão de Execução.

Segundo disposição da Lei n.º 7.669, de 17 de Junho de 1982 (Lei Orgânica do Ministério Público Estadual), ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos compete¹:

- I - substituir o Procurador-Geral em suas faltas;
- II - coordenar os serviços da Assessoria Jurídica;
- III - coordenar o recebimento e a distribuição dos processos oriundos dos Tribunais, entre os Procuradores de Justiça com atuação perante os respectivos colegiados, obedecida a respectiva classificação ou designação;
- IV - remeter, mensalmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, relatório dos processos recebidos e dos pareceres emitidos pelos Procuradores de Justiça junto aos Tribunais;
- V - elaborar, anualmente, o relatório geral do movimento processual e dos trabalhos realizados pela Assessoria Jurídica remetendo-o ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público;
- VI - exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas.

Com o advento do Provimento n.º 15/2003, de 10 de abril de 2003, dispondo sobre a Administração do Ministério Público, à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos foi atribuída nova incumbência, qual seja, a supervisão das Procuradorias com atuação delegada em funções de execução nas áreas recursal, de crimes de Prefeitos e de defesa do patrimônio público.

Em decorrência dessas disposições legais, cumpre à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, rotineiramente:

a. Manejar a escala de substituições dos Procuradores de Justiça em atuação perante os Tribunais locais (Tribunal de Justiça, Tribunal Militar, Tribunal de Contas) e Junta Comercial, providenciando as designações nos

¹ Redação do caput do art. 17 alterada pela Lei n.º 11.410/00.



casos de substituições (p. ex.: nos casos de férias, licenças...) dos respectivos titulares;

b. Elaborar a escala de férias dos Procuradores de Justiça, observando a proposição dos Procuradores de Justiça-Coordenadores das Procuradorias de Justiça Criminal e Cível;

c. Organizar o material necessário ao comparecimento do Procurador-Geral de Justiça, ou de quem lhe faça as vezes, nas sessões de julgamento do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça;

d. Elaborar relatórios, mensais e anuais, dos feitos distribuídos à Assessoria Jurídica e aos Procuradores de Justiça em atuação perante o Tribunal de Justiça, Tribunal Militar, Tribunal de Contas e Junta Comercial;

e. Realizar reuniões periódicas com os integrantes das Procuradorias de Justiça para fixar orientações, sem caráter vinculativo, com encaminhamento ao Procurador-Geral de Justiça e para deliberação sobre matéria administrativa;

f. Realizar reuniões com os Procuradores de Justiça-Coordenadores das Procuradorias com atuação delegada (Procuradoria de Recursos e Procuradoria de Prefeitos e com os membros da Assessoria Jurídica;

g. Coordenar as tarefas da Sala do Ministério Público junto ao Tribunal de Justiça, onde se desenvolvem atividades de apoio aos Órgãos do Ministério Público e de atendimento ao público externo que busca a Instituição nas instalações do Tribunal de Justiça;

h. Receber, controlar e distribuir os processos de atribuição do Procurador-Geral de Justiça à Assessoria Jurídica.



1.1 Quadro de Pessoal da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
PROCURADORES-ASSESSORES	5	5	6	2	2	2	2
PROMOTORES-ASSESSORES	10	12	11	3	4	4	5
Subtotal	15	17	17	5²	6	6	7³
SERVIDORES DO MP	14	14	20	7	11	11	11
SERVIDORES ADIDOS (Extinta CEE)	3	3	3	1	2	2	2
SERVIDORES CEDIDOS	1	1	1	0	0	0	0
VOLUNTÁRIOS	0	0	0	0	0	0	1
Subtotal	18	18	24	8	13	13	14
ESTAGIÁRIOS	21	28	29	6	5	5	5
TOTAL	54	64	70	19	24	24	26

1.2 Atividades da Secretaria da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

A Secretaria da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos é responsável pela rotina administrativa, cabendo-lhe receber e expedir documentos, registrar e distribuir processos à Assessoria Jurídica, com a conseqüente devolução dos autos à origem.

Também incumbe à Secretaria cumprir as diligências necessárias à instrução de expedientes instaurados no âmbito da Assessoria Jurídica, bem como acompanhar o andamento de processos de interesse da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos junto aos órgãos do Poder Judiciário.

² A redução verificada no ano de 2003, deve-se à reestruturação da Administração do Ministério Público segundo o Provimento nº 15/2003, notadamente por ter havido remoção de membros, servidores e estagiários da Assessoria Jurídica para a Procuradoria de Recursos e para a Procuradoria de Prefeitos, eis que abarcaram parte das atividades até então desenvolvidas pela Assessoria Jurídica

³ 2 Promotores de Justiça – Assessores atuam junto à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos prestando assessoramento nas mais diversas questões administrativas, tais como no exame de expedientes administrativos, elaboração de pareceres com caráter normativo, provimentos, etc. 1 Promotor de Justiça – Assessor atua, também, junto à Procuradoria de Fundações.



Em 2006, a Secretaria elaborou, entre outros documentos, 614 ofícios, 81 comandos de portaria e 117 memorandos.

1.3 Atividades da Assessoria Jurídica

À Assessoria Jurídica cumpre examinar:

a. Processos e expedientes que versem sobre a suscitação de inconstitucionalidade de leis e de atos da administração pública estadual e municipal;

b. Promoções de arquivamento não homologadas em Inquéritos Policiais (art. 28 do CPP), em Inquéritos Policiais Militares (art. 397 do CPPM) e em Procedimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 181, § 2º, do ECA), com o oferecimento de denúncia/representação, se for o caso;

c. Conflitos de atribuições estabelecidos entre membros do Ministério Público;

d. Recursos Ordinários em *Habeas Corpus* e em Mandados de Segurança interpostos nos feitos de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça;

e. Representações para fins de intervenção Federal no Estado e deste nos Municípios;

f. Precatórios⁴;

g. Expedientes Administrativos;

h. Representações cíveis e criminais dirigidas ao Procurador-Geral de Justiça.

Em 2006, a Secretaria da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos deu continuidade ao serviço iniciado em 2004, relativo ao registro das Ações Diretas de Inconstitucionalidade propostas perante o Tribunal de Justiça do Estado. Assim, foram catalogados dados atinentes às ADIns

⁴ Em 2002 a Assessoria Jurídica deixou de efetuar o exame formal e aritmético de precatórios, excetuando-se os casos de inadimplemento, pedidos de seqüestro de verbas e de intervenção da União no Estado e deste nos Municípios, conforme parecer lançado no Expediente Administrativo 9880-0900/02-3, de 22 de julho de 2002.



propostas em 2000 e 2001, faltando apenas a indexação de alguns poucos acórdãos ainda não obtidos junto ao Tribunal de Justiça. Também foram coletados os dados (incluindo-se petições e pareceres) das ADIns propostas pelo Procurador-Geral de Justiça em 1999. Todas essas informações estão disponibilizadas na Internet (www.mp.rs.gov.br), juntamente com dados relativos às ADIns dos anos de 2000 a 2006, incluindo-se a disponibilização das peças processuais mais importantes, tais como petições iniciais, pareceres, acórdãos e recursos.

1.4 Processos Recebidos pela Assessoria Jurídica

	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Saldo final
ADM – ADMINISTRATIVOS	7	272	245	34
ADM ESPECIAL	0	20	12	8
AG – AGRAVO DE INSTRUMENTO ⁵	0	03	03	0
CA – CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES	11	37	43	5
CC – CONFLITO DE COMPETÊNCIA	0	134	113	21
DIV – DIVERSOS	35	253	170	118
ECA – PROCED. REF. ECA	0	2	2	0
INC – INCONSTITUCIONALIDADE	152	447	478	121
IPANH – INQUÉRITO POLICIAL ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADO	8	72	71	9
IPFP – INQUÉRITO POLICIAL FORO PRIVILEGIADO	36	260	126	170
IADEP – ASSJUR – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1	0	1	0
IASEC – ASSJUR – IMPROBIDADE SECRETÁRIO	2	0	2	0

⁵ Considerados apenas os processos recebidos pela Assessoria Jurídica, excluídos aqueles recebidos pela Procuradoria de Recursos – Custos Legis, que utiliza o mesmo Sistema (SESP) de controle de processos.



ITV E- REPRESENTAÇÃO PARA FINS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO EM MUNICÍPIO	79	54	121	12
ITV F – REPRESENTAÇÃO PARA FINS DE INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO	51	26	73	4
MS – MANDADO DE SEGURANÇA	37	78	112	3
PRC – PRECATÓRIO	43	90	123	10
RHC – RECURSO ORDINÁRIO EM <i>HABEAS CORPUS</i>	0	0	0	0
RMS- RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA	1	12	8	5
Total	463	1760	1703	520

1.5 Processos Recebidos pela Assessoria Jurídica (Comparativo com anos anteriores)

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
EE	8348	7737	11048	882	211	0	0	28226
AGR	141	152	304	449	62	1	3	1112
RO	23	7	19	19	12	17	12	109
PRE	2586	3779	1999	31	19	51	90	8555
ADI	270	202	226	314	317	353	447	2129
MS	73	72	69	104	147	47	78	590
DIV	350	298	1032	377	257	127	253	2694
ITV	260	285	393	168	292	111	80	1589
ADM	69	126	216	239	313	271	292	1526
CRZ	123	63	0	0	0	0	0	186
IADEP	0	0	0	0	0	1	0	1
IAGOV	0	0	0	0	0	2	0	2
IASEC	0	0	0	0	0	6	0	6
CC	0	51	36	50	120	142	134	533



ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
CA	0	0	0	0	0	0	37	37
ECA	0	0	0	0	0	0	2	2
IPANH	0	0	0	0	0	0	72	72
IPFP	0	0	0	0	0	0	260	260
TOTAL	12243	12272	15342	2633	1750	1129	1760	47129

1.6 Variação Percentual da Movimentação Processual da Assessoria Jurídica

ANO	Processos Recebidos	Variação Percentual em Relação ao Ano Anterior
2000	12.243	74,33%
2001	12.772	4,32%
2002	15.342	20,12%
2003	2.633 ⁶	-82,83%
2004	1.750 ⁷	-33,53%
2005	1.129	-35,48%
2006	1.760	55,89%

1.7 Ações Diretas de Inconstitucionalidade Propostas

O Procurador-Geral de Justiça, no período de 01/12/2005 a 30/11/2006, propôs, através da Assessoria Jurídica, 91 Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado. Dessas, 33 foram julgadas procedentes; 2 procedentes em parte; 03 improcedentes; 5 extintas sem julgamento do mérito e 48 pendem de julgamento, conforme situações abaixo relacionadas:

⁶ Vide nota 7, de modo que a redução decorre da criação da Procuradoria de Recursos, fato que também importou na redução do pessoal da Assessoria Jurídica, como se vê no quadro de pessoal da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

⁷ Com exceção dos AI, RCI/MP Parte e RCR recebidos pela Procuradoria de Recursos - *Custos Legis*.



ORDEM	PROCESSO	DATA DECISÃO	SITUAÇÃO
1	70013783451	26/06/2006	Procedente
2	70013783709	27/03/2006	Procedente
3	70013783444	10/04/2006	Procedente
4	70013784632	10/04/2006	Procedente
5	70013795547	10/04/2006	Improcedente
6	70013812086	27/03/2006	Procedente
7	70013982236		Tramitando
8	70013991179	10/04/2006	Parcialmente Procedente
9	70013991229	10/04/2006	Procedente
10	70013981790	25/09/2006	Procedente
11	70013980909	08/05/2006	Extinção do Processo
12	70014034565	19/04/2006	Procedente
13	70014083943	08/05/2006	Procedente
14	70014217863	10/07/2006	Procedente
15	70014215479	08/05/2006	Extinção do Processo
16	70014218457	18/09/2006	Improcedente
17	70014217673	31/05/2006	Extinção do Processo
18	70014323372	15/05/2006	Procedente
19	70014370894	12/06/2006	Extinção do Processo
20	70014370688	12/06/2006	Procedente
21	70014370654	22/05/2006	Procedente
22	70014697312	12/06/2006	Parcialmente Procedente
23	70014696454	18/09/2006	Procedente
24	70014703193		Tramitando
25	70014788962	20/06/2006	Extinção do Processo
26	70014840540	21/08/2006	Procedente
27	70014840508	10/07/2006	Procedente
28	70014840011	04/09/2006	Procedente
29	70014839856	21/08/2006	Procedente
30	70014840359		Tramitando
31	70014896377	18/09/2006	Procedente
32	70014924807		Tramitando
33	70014924070	18/09/2006	Procedente
34	70014925515		Tramitando
35	70014923932		Tramitando
36	70015000334	24/07/2006	Procedente
37	70015000789		Tramitando
38	70015038912	28/08/2006	Procedente



ORDEM	PROCESSO	DATA DECISÃO	SITUAÇÃO
39	70015085400	21/08/2006	Procedente
40	70015120819	28/08/2006	Procedente
41	70015121973	21/08/2006	Procedente
42	70015120249	21/08/2006	Improcedente
43	70015122476	14/08/2006	Procedente
44	70015121841		Tramitando
45	70015187750		Tramitando
46	70015220072	25/09/2006	Procedente
47	70015479298	28/08/2006	Procedente
48	70015479116		Tramitando
49	70015549686		Tramitando
50	70015548944	18/09/2006	Procedente
51	70015620206		Tramitando
52	70015666985	25/09/2006	Procedente
53	70016148249		Tramitando
54	70015751746	16/10/2006	Procedente
55	70016153017		Tramitando
56	70015792898	18/09/2006	Procedente
57	70015837131		Tramitando
58	70015868482		Tramitando
59	70015882764	25/09/2006	Procedente
60	70015870645		Tramitando
61	70016000788		Tramitando
62	70016021354		Tramitando
63	70016131146		Tramitando
64	70016176042		Tramitando
65	70016433278		Tramitando
66	70016528374		Tramitando
67	70016668196		Tramitando
68	70016667917		Tramitando
69	70016712200		Tramitando
70	70016772360		Tramitando
71	70017025370		Tramitando
72	70017041914		Tramitando
73	70017079294		Tramitando
74	70017197997		Tramitando
75	70017198896		Tramitando
76	70017238668		Tramitando
77	70017428749		Tramitando
78	70017515719		Tramitando



ORDEM	PROCESSO	DATA DECISÃO	SITUAÇÃO
79	70017510223		Tramitando
80	70017572173		Tramitando
81	70017684242		Tramitando
82	70017737875		Tramitando
83	70017748518		Tramitando
84	70017749938		Tramitando
85	70017737511		Tramitando
86	70017748104		Tramitando
87	70017748831		Tramitando
88	70017737560		Tramitando
89	70017851908		Tramitando
90	70017851668		Tramitando
91	70017852229		Tramitando

1.8 Atividades Específicas em Assuntos Administrativos

Dentre os membros da Assessoria Jurídica, dois prestam assessoramento à Administração do Ministério Público em temas de cunho jurídico-administrativo, visando conferir maior agilidade e uniformidade nos posicionamentos jurídicos a serem adotados nos procedimentos administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça.

No período de dezembro de 2005 até novembro de 2006, referidos membros desenvolveram as atividades expostas, resumidamente, no quadro abaixo, além de terem examinado os processos administrativos que lhes foram atribuídos.

ATIVIDADE	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	T
	Reuniões, Palestras, Comissões, Seminários	03	08	05	08	06	12	10	06	13	09	09	06
Convênios	04	09	02	03	03	06	02	04	01	04	01	02	41
Ofícios e Informações	12	13	06	06	06	05	18	08	06	06	25	11	122
Sindicâncias	0	01	01	01	0	02	01	01	01	0	0	01	9
Promoções	20	27	16	29	22	22	18	17	12	17	19	19	238
Pareceres	10	06	07	12	16	11	19	16	11	20	12	08	148
Instruções Normativas/Anteprojeto de Lei/Ordem de Serviço/Portaria	0	0	01	0	0	0	0	0	02	0	01	0	4
Provimentos	01	0	0	0	0	0	0	01	01	01	0	0	4
TOTAL	50	64	38	59	53	58	68	53	47	57	67	47	661



1.9 Núcleo Processual

O Núcleo Processual é o setor, subordinado à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, responsável pela distribuição de processos às Procuradorias de Justiça Cível e Criminal, bem como pela organização do material necessário ao comparecimento dos Procuradores de Justiça nas sessões de julgamento do Tribunal de Justiça.

Conta o referido setor com o efetivo seguinte:

PESSOAL	2002	2003	2004	2005	2006
SERVIDORES DO MP	10	7	7	7	7
SERVIDORES ADIDOS (Extinta CEE)	1	1	1	1	1
ESTAGIÁRIOS	1	3	2	2	4
TOTAL	12	11	10	10	12

1.10 Atividades Desenvolvidas na Sala do Ministério Público Junto ao Tribunal de Justiça

Aos serviços da Sala do Ministério Público junto ao Tribunal de Justiça incumbe prestar atendimento ao público que busca o Ministério Público no prédio do Tribunal de Justiça, bem como prestar apoio aos Procuradores de Justiça em dias de sessão de julgamento, além de prestar auxílio aos demais Órgãos da Instituição e, por vezes, até para Órgãos de Ministérios Públicos de outros Estados, no que concerne à extração de cópias de peças processuais e retirada de processos em carga.

Referida sala dispõe de computador com acesso à *Internet* e à *Intranet* do MP para o fim de propiciar a solicitação *on line* de interposição de recursos à Procuradoria de Recursos, mediante o uso de formulário eletrônico, bem como dispõe, ainda, de *Scanner* para o fim de digitalizar cópias de peças processuais solicitadas pelos diversos setores, e remetê-las mediante o uso de correio eletrônico.

Atua na Sala do MP junto ao Tribunal de Justiça o efetivo seguinte:

	2002	2003	2004	2005	2006
SERVIDORES DO MP	1	2	2	2	2
ESTAGIÁRIOS	1	1	1	1	1
TOTAL	2	3	3	3	3



Em 2006, efetuaram-se as atividades seguintes:

Extração de cópias:

Acórdãos Encaminhados (RS): 1172

Acórdãos encaminhados para outros Estados: 21

Pareceres do MP: 41

Outras peças processuais: 324

Pesquisas:

Cópias de revistas, de Diário Oficial, livros e artigos: 88

Atendimentos ao Público Externo:

Informações sobre processos com vista ao MP: 320

Solicitação de Processos:

Processos retirados em carga: 3968

Processos devolvidos nas Secretarias da Câmaras: 6636

Outras Atividades:

Auxílio aos Procuradores de Justiça nas sessões;

Recebimento de recursos encaminhados pelas Promotorias via fax;

Pesquisas em processos de 1.º grau (Foro Central e Promotorias);

Acompanhamento de processos aguardando intimação do Ministério Público, para retirada de carga;

Digitalização de peças de processos e encaminhamento por “e-mail”;

Acompanhamento de pedidos (acórdãos, decisões e despachos) feitos por Promotorias e Procuradorias de Justiça.

2 Procuradorias de Justiça com Atuação Delegada

Com o advento do Provimento n.º 15/2003, que dispõe sobre a Administração do Ministério Público, as Procuradorias de Justiça com atuação delegada, destinadas a atuar em funções de execução nas áreas recursal, de crimes de Prefeitos e de defesa do Patrimônio Público, ficaram sob a supervisão do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.



2.1 Procuradoria de Recursos

A Procuradoria de Recursos passou a funcionar no decorrer de abril de 2003, resultando da extinção do então Departamento de Recursos, bem como das alterações efetuadas na Assessoria Jurídica, donde foram deslocados, inicialmente, membros e servidores para compor, juntamente com os serviços auxiliares do extinto Departamento, a equipe de atuação nos feitos cujos recursos se dirigem aos Tribunais Superiores.

A referida Procuradoria dividiu seus trabalhos em duas frentes: uma para atuar na condição de “custos legis”, emitindo opinião quanto à admissão de recursos especiais e extraordinários e, ainda, no oferecimento de contra-razões a tais recursos nos casos em que o Ministério Público figure como recorrido; outra, para auxiliar os membros do Ministério Público na elaboração, na execução, no acompanhamento e no julgamento de recursos de competência do Tribunal de Justiça local e, especialmente, dos Tribunais Superiores, bem como para interpor recursos perante os mesmos.

A Procuradoria de Recursos conta com o efetivo seguinte:

	“CUSTOS LEGIS”		TOTAL
PROCURADORES-ASSESSORES	0	1	1
PROMOTORES-ASSESSORES	4	3	7
Subtotal	4	4	8
SERVIDORES DO MP	17	11	28
SERVIDORES ADIDOS (Ex-CEE)	1	2	3
Subtotal	18	13	31
ESTAGIÁRIOS	11	6	17
TOTAL	56		



2.2 Procuradoria de Recursos (Atuação “Custos Legis”)

No período de dezembro de 2005 a novembro de 2006, a Procuradoria de Recursos, na sua atuação como Fiscal da Lei, apresentou a movimentação processual seguinte:

	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvido	Saldo Final
RCI–Recursos Especiais e/ou Extraordinários Cíveis	90	11794	11378	506
AGR – Agravo de Instrumento	2	618	609	11
RCI MP PARTE – Resp/Rex Cível MP Parte*	3	382	372	13
RCR – Recurso Especial e Extraordinário Criminal*	22	733	736	19
TOTAL	117	13527	13095	549

2.3 Procuradoria de Recursos - “Recorrente”

Em 2005, a Procuradoria de Recursos, na condição de “Recorrente”, apresentou a movimentação seguinte:

RELATÓRIO GERAL TOTALIZADO - DADOS GERAIS:

PROCESSOS RECEBIDOS	6133
MEDIDAS JUDICIAIS PROTOCOLADAS	4032
PROCESSOS COM INVIABILIDADE RECURSAL	923
PROCESSOS COM OUTRAS PROVIDÊNCIAS ⁸	1699

⁸ Intimações, Manifestações pela não-intervenção e finalizações manuais.



TIPOS DE RECURSOS INTERPOSTOS:

TIPO DE RECURSO	CÍVEL	CRIME	TOTAL
Agravo de Instrumento	59	420	479
Agravo Interno	47	0	47
Agravo Regimental	0	149	149
Apelação Cível	0	0	0
Carta Sentença	0	63	63
Embargos Declaração	31	559	590
Embargos Infringentes	25	0	25
Medida Cautelar	1	6	7
Outros Feitos	10	37	47
Pedido Reconsideração	0	0	0
Promoção de Praxe	0	0	0
Recurso Especial	187	1638	1825
Recurso Extraordinário	34	764	798
Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	0	2	2
Reclamação STJ/STF	0	0	0
Suspensão de Segurança	0	0	0
TOTAL	394	3638	4032

ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL JUNTO AOS TRIBUNAIS

1. STF	
1.1 Área Criminal	
1.1.1 NÃO CONHECIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	06
Total	06
1.1.2 PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	10
RECURSO ESPECIAL	1
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1
Total	12
1.1.3 NÃO PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	36
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	4
Total	40



1.1.4 PREJUDICADO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	278
RECURSO ESPECIAL	1
RECURSO ESPECIAL/EXTRAORDINÁRIO	6
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	50
Total	335
1.1.5 PARCIALMENTE PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	1
Total	1
1.1.6 NÃO ADMITIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	5
Total	5
1.1.7 NEGADO SEGUIMENTO	
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	6
AGRAVO DE INSTRUMENTO	27
Total	33
1.1.8 NEGADO SEGUIMENTO/PERDA DE OBJETO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	32
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	3
Total	35
1.1.9 LIMINAR DEFERIDA	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	1
Total	1
1.2 Área Cível	
1.2.1 NÃO CONHECIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	1
Total	1
1.2.2 NÃO PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	10
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1
Total	11



1.2.3 PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	6
RECURSO ESPECIAL	1
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1
Total	8
1.2.4 NÃO ADMITIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	13
Total	13
1.2.5 PREJUDICADO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	1
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1
OUTROS FEITOS	2
Total	4
1.2.6 ADMITIDO	
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	1
Total	1
1.2.7 NEGADO SEGUIMENTO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	16
RECURSO ESPECIAL	1
Total	17
2. STJ	
2.1 Área Criminal	
2.1.1 IMPROCEDENTE	
MEDIDA CAUTELAR	8
Total	8
2.1.2 LIMINAR DEFERIDA	
SUSPENSÃO DE SEGURANÇA	1
MEDIDA CAUTELAR	2
Total	3



2.1.3 LIMINAR NÃO DEFERIDA	
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	1
MEDIDA CAUTELAR	9
Total	10
2.1.3 NÃO ADMITIDO	
MEDIDA CAUTELAR	2
RECURSO ESPECIAL	19
Total	21
2.1.4 NÃO CONHECIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	12
RECURSO ESPECIAL	40
Total	52
2.1.5 NÃO PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	158
MEDIDA CAUTELAR	1
RECURSO ESPECIAL	102
Total	261
2.1.6 ORDEM DENEGADA	
HABEAS CORPUS	1
Total	1
2.1.7 PARCIALMENTE PROVIDO	
RECURSO ESPECIAL	143
Total	143
2.1.8 PREJUDICADO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	17
MEDIDA CAUTELAR	27
RECURSO ESPECIAL	30
Total	74
2.1.9 PROCEDENTE	
MEDIDA CAUTELAR	1
Total	1
2.2.0 PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	139
RECURSO ESPECIAL	1060
TOTAL	1199



2.2.1 PROCESSO EXTINTO	
RECURSO ESPECIAL	1
Total	1
2.2.2 NEGADO SEGUIMENTO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	1
RECURSO ESPECIAL	87
SUSPENSÃO DE SEGURANÇA	1
Total	89
2.2. Área Cível	
2.2.1 ADMITIDO	
EMBARGO DE DIVERGÊNCIA	12
Total	12
2.2.2 NÃO ADMITIDO	
RECURSO ESPECIAL	9
Total	9
2.2.3 PREJUDICADO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	2
RECURSO ESPECIAL	3
OUTROS FEITOS	1
Total	6
2.2.4 LIMINAR DEFERIDA	
SUSPENSÃO DE SEGURANÇA	1
MEDIDA CAUTELAR	1
Total	2
2.2.5 LIMINAR NÃO DEFERIDA	
EMBARGO DE DIVERGÊNCIA	1
Total	1
2.2.6 NÃO CONHECIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	2
RECURSO ESPECIAL	10
Total	12
2.2.7 NÃO PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	22
RECURSO ESPECIAL	32



2.2.8 NEGADO SEGUIMENTO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	1
RECURSO ESPECIAL	6
SUSPENSÃO DE SEGURANÇA	1
Total	8
2.2.9 PARCIALMENTE PROVIDO	
RECURSO ESPECIAL	6
Total	6
2.3.0 PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	25
EMBARGO DE DIVERGÊNCIA	1
RECURSO ESPECIAL	54
Total	80

3 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
3.1 Área Criminal	
3.1.1 ADMITIDO	
RECURSO ESPECIAL	1429
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	168
RECURSO ESPECIAL- EXTRAORDINÁRIO	4
CARTA DE SENTENÇA	1
Total	1602
3.1.2 NÃO ADMITIDO	
RECURSO ESPECIAL /EXTRAORDINÁRIO	1
RECURSO ESPECIAL	262
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	452
Total	715
3.1.3 IMPROCEDENTE	
CARTA DE SENTENÇA	1
Total	1
3.1.4 NÃO PROVIDO	
RECURSO ESPECIAL	2
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1
Total	3



3.1.5 PROVIDO	
CARTA DE SENTENÇA	2
Total	2
3.1.6 NEGADO PROVIMENTO	
RECURSO ESPECIAL	1
Total	1
3.1.7 PREJUDICADO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	1
RECURSO ESPECIAL	2
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1
Total	4
3.2 Área Cível	
3.2.1 ADMITIDO	
RECURSO ESPECIAL	97
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	13
Total	110
3.2.2 NÃO ADMITIDO	
RECURSO ESPECIAL	42
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	17
Total	59
3.2.3 PREJUDICADO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	1
RECURSO ESPECIAL	1
Total	2
3.2.4 RECEBIDO DA FORMA RETIDA	
RECURSO ESPECIAL	2
Total	2

Observa-se que no mês de maio de 2004 efetuaram-se alterações no Sistema Gerenciador de Recursos quanto ao acompanhamento dos recursos junto aos Tribunais. Assim, passou-se a lançar registro preciso da data das decisões proferidas. Anteriormente, registrava-se tão-somente a data de *lançamento* das decisões no sistema de controle. Desse modo, no presente relatório constam dados atinentes a decisões lançadas neste exercício. Entretanto, algumas podem se referir a recursos ajuizados antes do período ora relatado.



Além disso, salienta-se que vários recursos extraordinários foram interpostos juntamente com recursos especiais. Porém, cabe notar que de acordo com a sistemática recursal, onde em primeiro lugar é apreciado o recurso especial, muitos dos recursos extraordinários sequer são julgados porquanto o provimento do especial torna prejudicada a apreciação da questão constitucional. Em razão disso, verifica-se baixa a quantidade de recursos extraordinários apreciados pelo Supremo Tribunal Federal.

2.4 Procuradoria de Prefeitos

A Procuradoria de Prefeitos passou a funcionar sob a supervisão do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos com o advento do Provimento n.º 15/2003.

Em 01 de agosto de 2005, fundiram-se a anterior Procuradoria de Prefeitos com a então Procuradoria da Probidade Administrativa, formando-se a atual Procuradoria de Prefeitos. Dita Procuradoria localiza-se no 11.º andar do prédio da Procuradoria-Geral de Justiça.

Convém lembrar que a Procuradoria da Probidade Administrativa foi criada em razão da edição da Lei n.º 10.628/02, bem como da criação da 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça que detinha competência, entre outras matérias, para processar e julgar, originariamente, as ações de improbidade administrativa promovidas contra Prefeitos e ex-Prefeitos Municipais. A referida Procuradoria iniciou suas atividades em fevereiro de 2003 em função da Lei n.º 10.628/02, que alterou a redação do art. 84 do Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, centralizando sua atuação em Processos e Inquéritos Cíveis contra Prefeitos e ex-Prefeitos.

Todavia, no dia 15 de setembro de 2005, o STF julgou a ADI 2797, proposta pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, declarando a inconstitucionalidade do foro privilegiado instituído pelo § 2º, do art. 84, do CPP, que havia sido alterado pela Lei n.º 10.628/2002. Porém, a Procuradoria de Prefeitos continuou analisando procedimentos investigatórios referentes a crimes de atuais Prefeitos, bem como continua oficiando em procedimentos investigatórios referentes à improbidade administrativa de Prefeitos e ex-prefeitos, até a sua conclusão (arquivamento, ação civil pública e denúncia), segundo entendimento sufragado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

A Procuradoria de Prefeitos passou a utilizar, a partir do dia 18 de setembro de 2006, o Sistema Gerenciador de Promotorias – SGP.



O quadro de pessoal da Procuradoria de Prefeitos é o seguinte:

	2003	2004	2005	2006
PROCURADORES-ASSESSORES	2	2	3	3
PROMOTORES-ASSESSORES	4	5	9	9
Subtotal	6	7	12	12
SERVIDORES – ASSESSORES	7	8	10	17
SERVIDORES – SECRETARIA	6	6	4	12
SERVIDORES ADIDOS (Extinta CEE)	1	1	1	1
Subtotal	14	15	15	30
ESTAGIÁRIOS	5	4	5	5
TOTAL	25	26	32	47

No período de dezembro de 2005 a novembro de 2006, na área criminal, a Procuradoria de Prefeitos desenvolveu as seguintes atividades:

	EM EXPEDIENTES	TOTAL
I	Denúncias oferecidas/aditamentos	56
	Arquivamentos	293
	Pareceres com remessa a Tribunais Federais	3
	Pareceres com remessa de feitos às Comarcas	4
	Parecer sobre audiências preliminares/Transações	8
	Pedido de quebra do sigilo bancário/Telefônico	5
II	EM PROCESSOS	TOTAL
	Manifestações sobre respostas escritas	24
	Pedidos de dilig. e apresentação de quesitos-Art.10	27
	Alegações Finais	18
	Pareceres c/remessa de processos a outros Órgãos	6
	Pedidos de extinção de punibilidade	18
	Promoções e pareceres diversos	71
III	Recursos – Especial/Extraordinário	9
IV	Intimações	185
V	Inquéritos Policiais, QC, e TCs	79



VI	DECISÕES EM SESSÕES DE JULGAMENTO	TOTAL
	Condenações	8
	Absoluções	9
VI	Absoluções a pedido do Ministério Público	5
	Denúncias recebidas/Queixas-Crime	16
	Denúncias não recebidas/Queixas-Crime	7
VII	Sessões de Julgamento – Quarta Câmara Criminal	34
	N.º de Processos julgados e arquivamentos apreciados	93
VIII	AUDIÊNCIAS INSTRUÇÃO PROCESSUAL	TOTAL
	Audiência por precatória (Promotores Comarca)	4
	Audiências de instrução no interior	29
	Audiências de instrução em Porto Alegre	26
IX	Processos em andamento na 4.ª Câmara Criminal – TJE – em 30/11/2006	60

E, em matéria de improbidade administrativa, a movimentação processual foi a seguinte:

ANO	ACP 22.CC	PRE	DEP	SEC	GOV	OUT	MP	TJ	TC	TOTAL
2003	400	2418	6	22	8	4	0	0	0	2858
2004	561	1898	8	21	5	3	0	1	0	2497
2005	191	1059	7	12	6	2	0	1	0	1278
2006	28	292	-	-	-	-	-	-	-	320

ACP – Ação Civil Pública – Processos;
PRE – Prefeitos - Inquéritos;
DEP – Deputados - Inquéritos;
SEC – Secretários - Inquéritos;
GOV – Governador - Inquéritos;
OUT – Outros - Inquéritos;
MP – Ministério Público - Inquéritos;
TJ – Tribunal de Justiça - Inquéritos;
TC – Tribunal de Contas - Inquéritos.



Ainda em matéria de improbidade administrativa, a Procuradoria de Prefeitos, apresentou os resultados resumidos no quadro abaixo:

	2003	2004	2005	2006
ACP Ajuizadas	22	13	60	104
Recursos contra decisões da 22ª Câmara Cível	52	129	53	2
Expedientes Arquivados	173	1421	973	673
Declinação de Atribuições/ Promoções/ Diligências em Proced.	204	285	175	1854

Já a Secretaria da Procuradoria de Prefeitos, encarregada de toda a rotina administrativa referente ao protocolo de documentos, recebimento, registro e distribuição de processos e expedientes, com a conseqüente devolução dos autos à origem, elaborou, em 2006, entre outros documentos, 5423 ofícios, 58 memorandos e 87 comandos de portaria.



2 Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

2.1 Direção-Geral

A Direção-Geral, órgão administrativo, criado por lei, ligado diretamente ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, tem como atribuições: assistir ao Procurador-Geral e ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos no desempenho de suas funções; supervisionar os serviços administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça e os serviços auxiliares do Ministério Público; coordenar, orientar e acompanhar as atividades das unidades subordinadas; despachar, com o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o expediente dos servidores do Ministério Público; dar, junto ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, posse e exercício aos funcionários e servidores; autorizar a convocação de funcionários e servidores para a prestação de serviços extraordinários ou em horário especial de trabalho; autorizar, aos funcionários e servidores, gozo de férias e de licença-prêmio; determinar a instauração de procedimento para a apuração de infrações disciplinares dos funcionários e servidores, exceto o processo administrativo; aplicar aos funcionários e servidores, as sanções disciplinares de advertência, repreensão e suspensão até trinta dias; praticar os atos e exercer as atividades que lhe forem delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

2.1.1 Assessoria de Planejamento e Orçamento

A Assessoria de Planejamento e Orçamento, vinculada à Direção-Geral, tem como principais atribuições a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei de orçamento, o controle da execução orçamentária, dentro dos limites impostos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei do Orçamento, anualmente aprovadas pela Assembléia Legislativa, assim como a observação do correto enquadramento das normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conforme regramento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

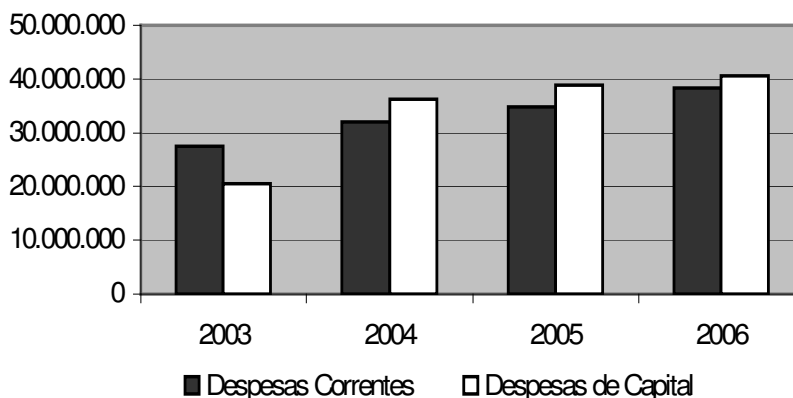
A Assessoria é composta por quatro assessores que também desempenham funções junto às comissões permanentes de controle do uso de veículos particulares e de análise de concessão de canais de consignação e de descontos autorizados em folha de pagamento de pessoal entre outras.



Demonstrativo Orçamento Aprovado 2003 a 2006				
Contas	2003	2004	2005	2006
Pessoal e Encargos Sociais	268.423.014	336.000.000	373.120.000	410.000.000
Despesas Correntes	23.615.523	30.566.793	33.104.108	40.259.712
Despesas de Capital	24.961.463	30.229.642	32.841.854	42.865.409
TOTAL	317.000.000	396.796.435	439.065.962	493.125.121

Demonstrativo Orçamento Executado 2003 a 2006				
Contas	2003	2004	2005	2006
Pessoal e Encargos Sociais	280.910.070	317.568.915	373.197.296	407.187.983
Despesas Correntes	27.532.123	32.023.772	34.760.714	38.400.923
Despesas de Capital	20.405.586	36.197.829	38.765.349	40.687.532
TOTAL	328.847.779	385.790.515	446.723.359	486.276.438

O gráfico abaixo demonstra a evolução das principais despesas do Ministério Público previstas em orçamento:



Com relação a 2005, é possível notar um crescimento em torno de 8%, no que diz respeito às despesas correntes e de capital.

Dento do grupo de despesas correntes, os valores mais expressivos foram as aquisições com materiais de consumo, combustíveis, materiais para processamento de dados e despesas com prestação de serviços. No grupo de despesas de capital, houve uma inversão com relação ao exercício



de 2005. O maior valor foi aplicado na aquisição de bens permanentes e não nas despesas com obras, como anteriormente. Tal fato se deve ao término da construção do prédio sede da Instituição e no efetivo reaparelhamento com mobiliário, equipamentos de informática, entre outros.

Cabe ressaltar que o crescimento nos gastos se deve ao exercício pleno da autonomia administrativa nos projetos de construção de novas Promotorias, com o reaparelhamento das mesmas, que vêm sendo executados no interior do Estado, e ao projeto de modernização e interligação da rede de informática da Instituição, que demanda grandes investimentos em rede lógica e serviços de comunicação. Em consequência desses investimentos, as despesas com custeio aumentaram na mesma proporção.

Tal acréscimo de despesa decorre da expansão natural do Ministério Público frente a uma demanda social cada vez mais crescente e que tende a se ampliar ainda mais devido a fatores como aumento populacional, densidade populacional, desemprego, má distribuição de renda, nível de pobreza, inacessibilidade ao bem-estar, dentre outros que contribuem para a geração de conflitos, para a divergência hostil, para a quebra de regras, para os descaminhos e, enfim, para a criminalidade.

A demanda da sociedade é algo ilimitado haja vista que, nos tempos atuais, os meios de comunicação e o acesso às informações tornam o cidadão mais preparado para reivindicar os seus direitos nas diversas esferas e instâncias, as quais têm, por disposição constitucional, a interveniência da Instituição, que é considerada a de maior confiabilidade e credibilidade junto à opinião pública.

Estas são as razões principais para que o Ministério Público procure adequar sua estrutura à dimensão da sua responsabilidade constitucional e ao tamanho dos anseios da sociedade.

2.1.2 Comissão Permanente de Licitações

A Comissão Permanente de Licitações é órgão administrativo interno, tendo por atribuição realizar os procedimentos licitatórios para aquisição de bens e serviços para o Ministério Público, com recursos oriundos da execução orçamentária relativos às despesas correntes e às de capital.

No exercício de 2006, efetuou 111 (cento e onze) procedimentos licitatórios, assim distribuídos: 12 (doze) Convites, 44 (quarenta e quatro) Tomadas de Preços, 02 (duas) Concorrências e 53 (cinquenta e três) Pregões.



Comparando com o exercício de 2005, quando foram realizados 56 procedimentos, houve um acréscimo de 98%.

Também houve crescimento de 88% no número de sessões (reuniões) em 2006 (162) em comparação ao de 2005 (86).

Considerando os preços médios de mercado (valores estimados), a economia, nos 111 procedimentos licitatórios julgados, foi de R\$ 11.244.123,98 (onze milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, cento e vinte e três reais e noventa e oito centavos), correspondente a 17,09%.

Os valores licitados em 2006 (R\$ 54.544.004,85), frente àqueles licitados em 2005 (R\$ 10.648.764,99), representam um aumento de 412%, ou seja, R\$ 43.895.239,86. Acresce anotar, ainda, o incremento registrado em procedimentos pelo sistema de registro de preços que, em apenas 7 pregões, importaram registros no valor de R\$ 30.162.000,00, equivalente a 55,30% do total licitado.

Justifica-se o incremento da utilização do sistema de registro de preços, no caso de bens de uso e consumo continuado (neste caso: cadeiras, poltronas, equipamentos multifuncionais, sistemas telefônicos, pneus, microcomputadores, impressoras e suprimentos), pois: (a) os preços de mercado apresentam-se com relativa estabilidade, de tal forma que não resta desatualizado o registro; (b) reduz a necessidade de estoque e guarda, o que implica redução de custos; (c) permite a aquisição, frente à necessidade, de forma rápida e eficaz, com desembolso programável; (d) permite sua utilização por período de até 12 meses; (e) mesmo na vigência da ata, a Administração não fica obrigada a adquirir o produto pelo preço registrado; (f) em cada ordem de fornecimento é realizada negociação do preço, obtendo-se, com isso, vantagens econômicas; (g) permite, ainda, a aquisição de bens com atualização tecnológica; (h) propõe melhor aproveitamento, pela Administração, dos prazos de garantia; (i) proporciona, por tudo isso, maior vantagem para a Administração.

Dos R\$ 30.162.000,00, registrados, ocorreram empenhos ou estão na fase de contratação, R\$ 5.118.493,92, o que representa 16,97% do total registrado.

A íntegra da Relação de Procedimentos Licitatórios de 2006, encontra-se disponível no site: <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao>, para exame dos interessados.



2.1.3 Divisão de Informática

A Divisão de Informática é a área responsável pela implantação da informatização do Ministério Público do Rio Grande do Sul, projeto que está sendo executado e que vai permitir a obtenção de resultados que facilitarão e agilizarão os trabalhos dos membros e servidores do Ministério Público. Compete à Divisão de Informática: supervisionar as atividades relacionadas com a área de informática, de forma que sejam atendidas as orientações do Diretor-Geral; propor uma política de informática para a Instituição e implementá-la após aprovada; mediar e coordenar o relacionamento da Divisão de Informática com as outras Divisões e Unidades; efetuar o planejamento da Divisão de Informática, consolidando e integrando os planos das Unidades subordinadas; estabelecer metas e indicadores de desempenho para a Divisão, Assessoria e Unidades e efetuar o seu controle.

Compõem a Divisão de Informática:

- a) Assessoria em Projetos de Tecnologia da Informação;
- b) Unidade de Aplicativos e Internet;
- c) Unidade de Apoio ao Usuário;
- d) Unidade de Desenvolvimento de Sistemas;
- e) Unidade de Equipamentos;
- f) Unidade de Suporte e Rede.

2.1.3.1 Assessoria de Projetos em Tecnologia da Informação

À Assessoria de Projetos em Tecnologia da Informação, criada pelo Provimento 34/06 de 22/08/2006, incumbe: planejar a infra-estrutura de software e hardware da Instituição em conjunto com as demais áreas ou órgãos envolvidos; pesquisar e propor à Coordenação da Divisão de Informática, juntamente com as demais áreas ou órgãos envolvidos, a aquisição e implementação de novas tecnologias de interesse da Instituição; realizar a especificação de compra e acompanhamento do processo de aquisição de equipamentos e softwares aplicativos; assessorar a Coordenação da Divisão Informática no desenvolvimento e gerenciamento de projetos de Tecnologia da Informação.

A Assessoria de Projetos em Tecnologia da Informação desenvolveu as seguintes atividades:

- Assessora as demais Unidades na gestão do 33 contratos hoje em andamento;



- Assessorou as Unidades da Divisão de Informática e participou da coordenação dos trabalhos de mudança do Datacenter para a Sede Nova;
- Elaborou e acompanhou o andamento dos processos envolvendo os editais, pedidos de compras e minutas de contrato para aquisição dos equipamentos, serviços de suporte e logística necessários para o funcionamento dos serviços de informática da Sede Nova;
- Elaborou e acompanhou o andamento dos processos envolvendo os editais, pedidos de compras e minutas de contrato para aquisição dos equipamentos e serviços de informática previstos para 2006 e 2007;
- Assessorou as demais Unidades da Divisão na elaboração dos processos de doação dos equipamentos de informática que se tornaram obsoletos para a instituição;
- Assessorou a Divisão de Informática no planejamento e acompanhamento das decisões envolvendo Tecnologia da Informação em questões de infra-estrutura e serviços oferecidos à Instituição, tais como: análise e aquisição do i2 (Software de Análise Investigativa), Pedofilia na Internet.

2.1.3.2 Unidade de Aplicativos e Internet

À Unidade de Aplicativos e Internet incumbe: criar, administrar e manter os sites web da Instituição; administrar e manter o correio eletrônico da instituição; administrar e manter a documentação eletrônica da instituição; administrar normas técnicas, padrões, orientações e recomendações relacionadas à segurança e à privacidade da informação constante do correio e documentação eletrônicos da instituição; cadastrar, treinar e administrar os usuários na utilização dos aplicativos à disposição da instituição; cadastrar, administrar e manter a conta dos usuários nos aplicativos à disposição da instituição; pesquisar, testar e propor à Coordenação da Divisão de Informática a aquisição e implementação de novas tecnologias de interesse da instituição; prestar apoio técnico à atividade-fim do Ministério Público nas áreas de sua atribuição.

Na manutenção do site Intranet do Ministério Público, foram feitas as seguintes ações:

- Apoio e Instalação de módulo de Consulta do Acervo do Novo Sistema de Biblioteca (Pergamum);



- Atualização do sistema NXT para a versão 4;
- Sistema de apuração das eleições para o Órgão Especial do Colégio de Procuradores e para Corregedor-Geral;
- Sistema de Gerenciamento de Férias dos Membros na Intranet;
- Customização de Sistema de HelpDesk;
- Desenvolvimento do módulo Intranet do Sistema Gerenciador de Documentos (SGDOC);
- Desenvolvimento de sistema de homologação entidades candidatas a doações oriundas de TAC;
- Desenvolvimento do Sistema de manutenção de contas de correio eletrônico;
- Desenvolvimento do Cadastro de Serviço Voluntário;
- Elaboração do site da Qualidade de Vida no Trabalho;
- Mudança do lay-out da página da Intranet (menu, clipping, notícias, aviso destacado, opinião, etc);
- Criação da página do Gabinete de Assessoramento Eleitoral;
- Criação da página do Plano Geral de Atuação Institucional(PGAI)
- Reformulação da página da Corregedoria-Geral;
- Reformulação da página da DAT;
- Reformulação da página da UPP;

Na manutenção do site da Internet do Ministério Público, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

- Desenvolvimento de sistema de cadastro de entidades candidatas a doações oriundas de TAC;
- Elaboração da página da Ouvidoria do MP;
- Elaboração da página do Memorial do MP;
- Elaboração de sistema de registro de manifestações da Ouvidoria do MP;
- Mudança do lay-out da página da Internet (menu, clipping, notícias, etc);

Referente à operação do serviço de correio eletrônico do Ministério Público, foram realizados os seguintes projetos:

- Implantação do sistema de anti-spam;
- Configuração de métodos de verificação de remetente e listas de bloqueio de endereços de spam;



- Criação de 355 novas contas de correio eletrônico (acréscimo de 17%).

Além das atividades anteriores, desenvolvimento de material referente aos eventos:

- Encontro Nacional de Assistentes de Serviço Social;
- CAO da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias;
- Projeto de Implantação da Ouvidoria;
- Criação de DVD com notícias sobre Atuação do MP;
- Criação de CD com Matéria Cível e Criminal para Corregedoria.

2.1.3.3 Unidade de Apoio ao Usuário

À Unidade de Apoio ao Usuário teve modificada as suas atribuições através do provimento 34/2006 de 22/08/2006, passando a incumbir o que segue: administrar normas técnicas, padrões, orientações e recomendações relacionadas ao uso das estações de trabalho e aplicativos da Instituição; auxiliar e orientar os usuários na utilização das estações de trabalho, equipamentos, sistemas e aplicativos utilizados na Instituição; cadastrar, administrar e manter a conta dos usuários nos aplicativos e sistemas à disposição da Instituição (rede, sistemas corporativos, sistemas externos e correio eletrônico); solucionar incidentes relacionados a software e hardware nos equipamentos de informática da Instituição em atendimento de 1º nível; identificar necessidades de treinamento de usuários, realizando seu planejamento juntamente às demais áreas envolvidas; coordenar os serviços de atendimento ao usuário de serviços de informática da Instituição, realizando o registro das solicitações, controlando seus prazos e avaliando a qualidade dos serviços prestados; prestar assessoria técnica no planejamento e execução de apreensões de equipamentos e na realização de perícias técnicas em informática.

Em 2006, a Unidade de Apoio ao Usuário desenvolveu as seguintes atividades:

- Implantação e treinamento do Sistema Gerenciador de Promotorias (SGP) nas seguintes comarcas: Restinga Seca, Tupanciretã, Marau, Rodeio Bonito, Santo Augusto, Tapera, Panambi, Três Coroas e Nova Petrópolis, atingindo com isso a totalidade de Promotorias do interior no uso deste sistema. Destacam-se ainda o reforço no treinamento no SGP nas Promotorias de Canela, Camaquã, Santa Rosa, Sapiranga, Ijuí e Tenente Portela.



Na cidade de Porto Alegre, foram treinadas ainda a Procuradoria de Prefeitos, a Promotoria de Infância e Juventude (Fórum de Porto Alegre) e o Protocolo da sede (com isso a carga e baixa de processos é realizado totalmente pelo SGP dentro da sede da PGJ).

- Término da migração do software cliente do correio eletrônico de Lotus Notes para o software livre Mozilla Thunderbird.
- Acompanhamento e treinamento dos Procuradores de Justiça e assessores de Procuradores no uso do Sistema Themis em sessões informatizadas do Tribunal de Justiça;
- Manutenção de cadastros dos usuários no correio eletrônico corporativo, Expedição, IMS (PROCERGS): APJ, CEC, FIN, SPI, TJP, LIC, LIP, AFE, Infoseg, Bases de Dados Setoriais no NXT4, rede, Ronda (Controle de Efetividade), SAP, ARH, COMPRAS, SUPRIMENTOS, SESP, SIJ, SGP, MOC, INSP, SJS (VIN, MOT, Consultas Integradas - CSI) e outros.
- Instalação e configuração de microcomputadores e impressoras na mudança da Sede da Andrade Neves, IPERGS, Foro Central, Ed. Dona Ziza para a nova sede na Aureliano de Figueiredo Pinto, bem como em diversas Promotorias do interior do Estado.
- Instalação e configuração dos computadores de mesa, portáteis e de impressoras adquiridas em 2006 em toda a PGJ, bem como o remanejo dos demais computadores, junto com a Unidade de Equipamentos.
- Na prestação de assessoria em apreensões, perícias e auditorias de equipamentos e sistemas de informática merecem destaque as participações nas operações com as Promotorias das cidades de Cruz Alta (envolvendo a UNICRUZ), Uruguiana e, Santana do Livramento. A confecção de sistema para acompanhamento de material apreendido em investigação de compras irregulares de material hospitalar para a Promotoria Especializada de Porto Alegre e diversas manifestações em sindicâncias internas requisitadas pela Comissão Disciplinar Permanente.
- Prestação de assessoria em eventos realizados pelos Centros de Apoio e pelo CEAf.



- Gravação de cópias em CD's/DVD's de materiais para eventos, cópias de dados de usuários e de materiais diversos.
- Manutenção e suporte em Sistemas de microinformática para as Unidade de Arquivo, Promotoria de Família e Sucessões, Divisão de Assessoramento Técnico , CEAF e Unidade de Pagamento de Pessoal.

A fim de melhor atender a demanda crescente nos serviços de informática a unidade começou a reestruturar-se junto com a Divisão de Informática. Como um dos resultados implantou internamente um sistema de acompanhamento de chamados de código aberto (software livre).

A Unidade de Apoio ao Usuário capacitou seu quadro técnico, através de treinamento específico, em Planejamento, Implementação e Manutenção de Infraestrutura de Active Directory do Windows Server 2003 da Microsoft e seu coordenador em ITIL.

2.1.3.4 Unidade de Desenvolvimento de Sistemas

À Unidade de Desenvolvimento de Sistemas compete: planejar, desenvolver, avaliar e manter os sistemas da Instituição; administrar a utilização e a configuração das bases de dados; elaborar manuais de dados técnicos e de apoio ao usuário; orientar e fiscalizar o desenvolvimento de sistemas por empresas contratadas.

SISTEMAS CORPORATIVOS

INTERDITOS	Sistema de Controle de Interditos e Instituições
SAP	Sistema de Atividades das Promotorias
SIJ	Sistema Processual das Procuradorias de Justiça
SUP	Sistema de Suprimentos
EXP	Expedição
RH	Administração de Recursos Humanos
PROTOCOLO	Sistema de Protocolos da Direção Geral
CAP	Controle de Arquivamento de Procedimentos Administrativos
SESP	Sistema de Entrada e Saída de Processos da SubJurídica
INSP	Inspeções da Corregedoria-Geral
SGP	Sistema Gerenciador de Promotorias

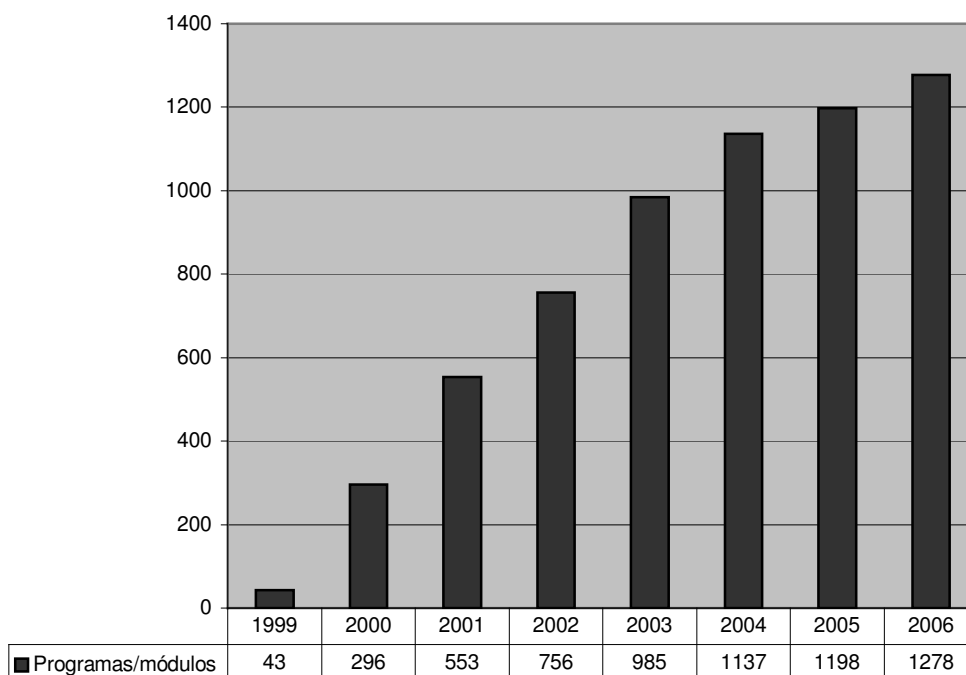


PMP	Protocolo de correspondências destinadas ao MP
SGR	Sistema Gerenciador de Recursos
MOC	Sistema de Monitoração de Postos de Combustíveis
TTP	Gerenciador da Tabela de Temporalidade de Documentos
TNP	Sistema de Gerência de Transportes
SGC	Sistema Gerenciador de Promotorias - CORREGEDORIA
TJRS	Consultas on-line ao banco de dados do TJ/RS
SPU	Sistema de Protocolo Unificado

Gráfico Evolutivo

A seguir é apresentado gráfico demonstrativo do número de operações disponibilizadas para os usuários nos sistemas, os quais integram, além de sistemas novos, sistemas já implantados em anos anteriores que agregaram funcionalidades.

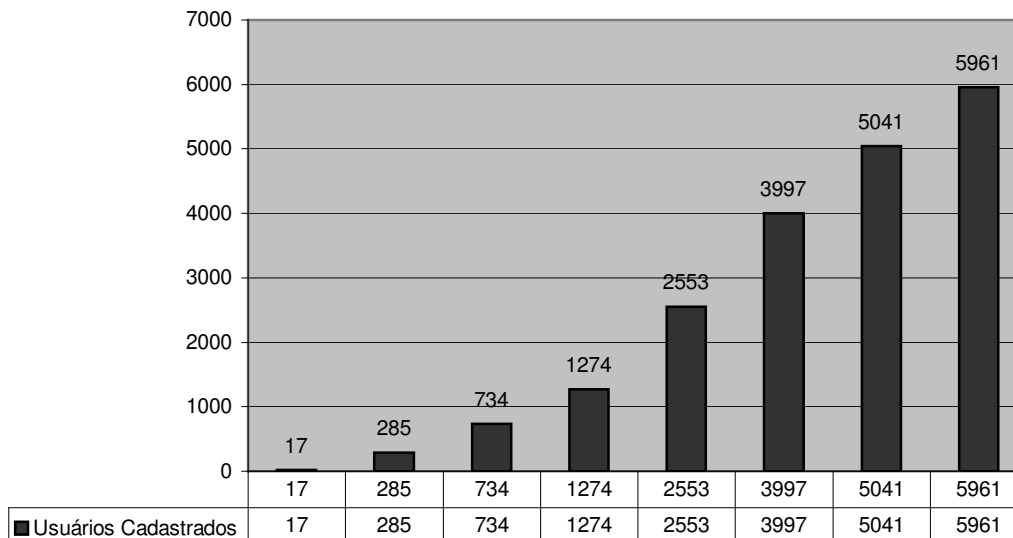
Programas/Módulos Implantados





Crescimento da base de usuários

Total de Usuários Cadastrados para acesso aos Sistemas Corporativos



Novos Projetos

Sistemas	Descrição	Status	Prazo
ARH – Controle de Promoções/ Remoções de membros	Readequação da rotina de trabalho nesta área.	Levantamento	(não definido)
Protocolo Unificado	Integração de toda a Instituição em um sistema único de protocolo, através da entrega de uma ferramenta para as Unidades que ainda não possuem protocolo (ou possuem bases de dados isoladas) e integração dos demais sistemas (SGP, SESP, SIJ, Compras, etc.).	Desenvolvimento	Jan/07
SGP Procuradoria de Prefeitos	Implantação do SGP na Procuradoria de Prefeitos, a qual demanda modificações no sistema original.	Desenvolvimento	Set/06 para as funcionalidades essenciais (já cumprido); há pendências sem prazo definido.



Biomédico	Dotar o Serviço Biomédico de ferramenta de controle da agenda e produtividade de seus funcionários.	Análise	(não definido)
Serviços Gerais	Dotar a USG de sistema para controle dos contratos terceirizados.	Aguardando	(não definido)
Sistema de Compras - nova versão	Atualizar o Sistema de Compras em função de nova sistemática a ser adotada, definida pela UOEM em conjunto com os principais gestores do sistema.	Aguardando	Jul/07
SGF - Férias de Membros	Gerenciamento on-line das férias dos membros do MP.	Desenvolvimento	1ª etapa - out/06; 2ª etapa - jan/07
Temporalidade	Controle da tabela de temporalidade do MP.	Desenvolvimento	Jan/07
Acompanhamento Processual	Permitir acompanhamento de prazos em processos em função da visualização diária do andamento dos mesmos no judiciário.	Análise	Dez/06
Concursos	Controle dos concursos regionalizados.	Levantamento	Abr/07
Estagiários - novo arquivo Banrisul	Alteração no layout de saída do arquivo enviado ao Banrisul para processamento do pagamento de estagiários remunerados.	Aguardando	(não definido)
ARH - Ficha Funcional de Membros	Criação de consulta à ficha funcional dos membros do MP.	Desenvolvimento	Out/06 para as funcionalidades essenciais (já cumprido); há pendências sem prazo definido.
Consulta Processual TJ - múltiplos processos	Modificar a consulta por número de forma a permitir que sejam informados vários.	Aguardando	(não definido)
RHE - estudo	Verificar a viabilidade de implantação do RHE no MP, bem como sua integração com o ARH.	Levantamento	(não definido)
SESP – Graus de sigilo de processos	Adequação à classificação de sigilo do MP.	Análise	Jan/07
SGP – Lei Maria da Penha	Incorporação ao SGP das demandas desta lei ao MP.	Levantamento	(não definido)



2.1.3.5 Unidade de Equipamentos

À Unidade de Equipamentos teve modificada as suas atribuições através do provimento 34/2006 de 22/08/2006, passando a incumbir o que segue: instalar, configurar, testar e manter os equipamentos de informática da Instituição; manter controles dos equipamentos de informática no que se refere a prazos de garantia, locais de instalação, quantidades e outros que venham a ser necessários; solucionar incidentes relacionados a software e hardware nos equipamentos de informática da Instituição em atendimento de 2º nível; realizar, juntamente com a Divisão de Suprimentos, a gestão e padronização do estoque referente a itens de Informática; gerenciar os contratos de manutenção das estações de trabalho e impressoras; realizar a manutenção dos equipamentos de informática da Instituição e o controle das manutenções de equipamentos em garantia.

A equipe composta de um coordenador, um agente administrativo, cinco técnicos de informática e cinco estagiários

No ano de 2006, a Unidade de Equipamentos efetuou 10.114 instalações e configurações de equipamentos de informática, conforme quadro a seguir. Estas instalações são subdivididas em três categorias:

Acréscimos de novos equipamentos, após a verificação da necessidade e sua viabilidade;

Substituições e remanejamentos, objetivando a disponibilização de melhores equipamentos e recursos para atender a maior quantidade de membros, servidores e estagiários do Ministério Público;

Desativações, nos casos em que o equipamento se torna obsoleto para a tecnologia empregada.



Demonstrativo de Instalações realizadas em 2006:

Descrição	Acrescidos	Substituídos e Remanejados	Desativados	Serviços realizados
Microcomputadores	2370	3800	1200	7370
Impressoras	680	650	480	1810
Scanners	0	7	4	11
Notebooks	683	80	15	778
Servidores	5	0	0	5
Equip. Rede	100	40	0	140
TOTAL	3838	4577	1699	10.114

A Unidade de Equipamentos, seguindo uma de suas atribuições, atendeu 10.657 chamados de usuários para manutenção preventiva e/ou corretiva de equipamentos de informática do Ministério Público. Os atendimentos realizados objetivam uma solução imediata para os problemas, evitando a intervenção de empresa terceirizada. Ao utilizarmos recursos próprios, obtemos uma significativa diminuição dos custos e um atendimento personalizado.

Demonstrativo de atendimentos realizados em 2006:

Descrição	Computadores	Impressoras	Equipamentos de Rede	Totais
Sedes da Procuradoria-Geral de Justiça (nova e antiga)	2.350	577	57	2.984
Procuradorias	983	284	18	1.285
Promotorias Especializadas / Santana	365	128	15	508
Foro Central / IPE / Esplanada	1.500	520	36	2.056
Promotorias nos Foros Regionais	86	21	4	111
Promotorias do Interior	2.813	835	65	3.713
TOTAL	8.084	2.365	195	10.657

Quando existe a necessidade de troca de módulos para a solução de um chamado solicitado por um usuário, a Unidade de Equipamentos é responsável pela abertura de chamado técnico para empresas contratadas, monitorando o seu atendimento e exigindo o cumprimento das cláusulas



contratuais. Este acompanhamento é registrado em sistema e periodicamente são gerados relatórios com dados estatísticos.

Seguindo o Plano de Informatização do Ministério Público, a Unidade de Equipamentos encerrou o ano de 2006 participando efetivamente das instalações, mudanças e ampliações das redes lógicas e equipamentos nas Procuradorias e Promotorias de Justiça do interior do estado e capital, com seus computadores interligados entre si e conectados à sede do Ministério Público. Para isto, foram necessários desde a inspeção das estruturas existentes, passando pela adequação dessas para a instalação do cabeamento lógico, até os efetivos serviços de implantação/ampliação, identificação e certificação do cabeamento lógico e as instalações e configurações dos equipamentos de informática. Em algumas situações, as Promotorias de Justiça sofreram ajustes de layout e ampliações tanto de cabeamento lógico assim como de equipamentos.

Serviços técnicos prestados às Promotorias e Procuradorias

Interior do Estado:

Abrange todas as Promotorias de Justiça de entrância inicial e intermediária do Estado do Rio Grande do Sul.

Capital:

Incluem-se os diversos setores administrativos e institucionais situados nos seguintes locais: Prédio Novo da Sede do Ministério Público, Prédio das Promotorias de Justiça da Av. Santana, Promotorias especializadas (hotel), Foro Central, Foros Regionais (Tristeza, Sarandi, Restinga, Partenon e Petrópolis), Tribunal Militar do Estado, Foro Regional do 4º distrito, Junta Comercial, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, CIACA;

Até agosto de 2006 foram também atendidas as instalações dos prédios do IPE (8º andar), Prédio Esplanada dos Açores e Procuradorias de Justiça.

As instalações de cabeamento lógico perfazem um total de mais de 10.000 (dez mil) pontos lógicos instalados e certificados, nos diversos setores da Procuradoria-Geral de Justiça.



Evolução do parque de equipamentos ativos

Descrição	Até 2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 Ativos	2006 Inativos	Previsão de aquisição em 2007
Computadores	1128	1315	1845	2689	3783	3471	3786	1203	890
Impressoras	804	978	1173	1173	1347	1880	1348	564	700
Scanners	30	30	90	109	109	105	105	0	200
Notebooks	31	41	56	58	60	50	732	0	0
Servidores de Rede	17	19	27	29	37	47	47	0	12
Equipamentos de Rede	173	273	413	426	540	597	680	0	0
Total Total de Equipamentos	2183	2656	3466	4484	5876	6150	6698	1767	1802

Outras atividades desenvolvidas no corrente ano pela Unidade de Equipamentos foram:

- Abastecimento de material consumível para impressoras (cartuchos e toners) instaladas na Sede Administrativa do MP, Promotorias Especializadas (hotel), Procuradorias de Justiça, Edifício Edith;
- Controle dos materiais consumíveis das impressoras, no que se refere a quantidade distribuída e periodicidade;
- Reestruturação de pessoal;
- Readequação dos fluxos de trabalhos da Unidade;
- Help Desk;
- Realizações de testes para localizar defeitos nas redes locais e remotas do Ministério Público;
- Manter registros sobre o desempenho dos equipamentos, tanto os ligados em rede como os equipamentos fora da rede;
- Alimentação dos dados em sistema, objetivando eficiência para a localização física de equipamentos de informática, controle de tombo, número de série, etc;
- Operação em sistema interno para efetivar o controle de chamados efetuados à empresas terceirizadas;
- Compra de módulos e componentes para garantir manutenção corretiva própria;
- Planejamento estratégico para o exercício de 2007.



2.1.3.6 Unidade de Suporte à Rede

À Unidade de Suporte à Rede incumbe: administrar e manter a rede de comunicação de dados da Instituição; administrar e manter a topologia da rede de informática e da comunicação de dados; implementar a política de segurança de informações para o ambiente operacional da rede de informática; atualizar sistemas operacionais e softwares de rede; estabelecer padrões de hardware e software de rede.

A Unidade de Suporte à Rede é composta por seis técnicos, e no ano de 2006 foram desenvolvidas as atividades listadas a seguir.

Quanto à administração e manutenção da rede de comunicação de dados da Instituição;

- Redimensionamento da rede de comunicação de dados interligando os diversos órgãos do Ministério Público (MP-RS) à sede da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ-RS) com a duplicação da velocidade da grande maioria dos links do interior do estado, trabalho iniciado em 2005 e concluído este ano. Hoje o MP-RS possui cento e setenta e um pontos de presença interligados à sede via frame-relay nas Promotorias de Entrâncias Inicial, Intermediária e Regionais de Porto Alegre e mais seis prédios interligados via fibra (Sede Nova, Sede Antiga, antigas Coordenadorias, Fórum Central de Porto Alegre, Santana e Palácio do Ministério Público) num total de cento e setenta e sete prédios interligados.
- Término da interligação por acesso dedicado de todas as Promotorias do Interior da estado à rede central do MP, antes interligadas via acesso discado;
- Instalação de ativos de rede na Sede Nova. Foram instalados oitenta e quatro switches de andar e um novo centro de rede redundante a um existente anteriormente;
- Acompanhamento da instalação da central telefônica IP na nova sede;
- Mudança do Datacenter do Ministério Público para a Sede Nova da Instituição no mês de junho.



aplicações: Quanto à administração de servidores de dados e

- Término do processo de migração do sistema operacional dos servidores do MP de NT4.0 para Windows 2003. Para os usuários da sede antiga do Ministério Público, este processo foi concluído no ano de 2005; para os prédios da rua Santana e do Edifício Dona Ziza, o processo terminou no corrente ano;
- Implantação da Solução de armazenamento de dados e cópias de segurança nos serviços de Intranet, Internet e email.
- Inclusão de mais de quinhentos novos usuários para acesso aos recursos da rede, exclusão de aproximadamente cento e setenta usuários e alteração de grupo de trabalho de oitenta e cinco usuários;
- Instalação de nova versão do proxy, software que administra o acesso a internet de dentro da rede do MP, com maior controle e flexibilização nas regras.
- Aquisição de nova solução de firewall, que é o software que controla o tráfego de entrada e saída de dados da rede do MP de/para a Internet e protege contra invasões;
- Realização de análise de riscos dos ativos de informática da Instituição visando melhor conhecimento dos mesmos para necessárias tomadas de decisão.

Entre as atividades rotineiras, em 2006, foram realizadas as seguintes ações:

- Realização de backups diários e mensais de equipamentos servidores;
- Realização de restores de arquivos perdidos ou danificados;
- Monitoração de disponibilidade e carga dos links de comunicação, com conseqüente abertura de chamados junto às operadoras em caso de problemas;
- Monitoração de disponibilidade de servidores e serviços;
- Configuração de equipamentos ativos de rede (*switches, lan-modems, hubs, roteadores*), para instalação ou substituição entre unidades do MP-RS na Capital e no Interior;
- Atualização de software de antivírus nos servidores.



2.1.4 Divisão de Recursos Humanos

A Divisão de Recursos Humanos, cujas atribuições constam no Provimento n.º 22/1999, está subordinada à Direção-Geral, sendo composta de quatro Unidades: Unidade de Registros Funcionais, Unidade de Pagamento de Pessoal, Unidade de Estágios e Unidade de Concursos Públicos.

No ano de 2006, a Divisão de Recursos Humanos, dando continuidade ao trabalho de aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, priorizou a publicidade da legislação interna e de atos administrativos na página da Intranet, bem como a informatização e padronização de tarefas, permitindo maior controle das rotinas internas da Divisão e Unidades, o que refletiu na eficiência dos serviços prestados à Administração Superior, às Procuradorias de Justiça e às Promotorias de Justiça, aos membros e servidores da Instituição.

A Divisão de Recursos Humanos, para o ano de 2007, tem como metas:

- dar seguimento ao trabalho de estruturação das Promotorias de Justiça do interior do Estado;
- dar seguimento ao trabalho de reformulação do sistema de banco de dados ARH, por meio do desenvolvimento do Planejamento Estratégico;
- incrementar os serviços prestados via Intranet pela Divisão e suas Unidades;
- analisar a viabilidade da realização de concursos públicos.

2.1.4.1 Unidade de Registros Funcionais

A Unidade de Registros Funcionais – URF, no ano de 2006, deu prosseguimento ao trabalho de estruturação das Procuradorias e Promotorias de Justiça de todo o Estado, atendendo à meta estabelecida pelo Planejamento Estratégico. Meta essa que tem por objetivo dotar o Ministério Público de estrutura adequada de recursos humanos.

Buscou-se, ainda, manter a política de divulgação de informações funcionais e disponibilização de serviços por meio da página da Unidade na Intranet, a fim de garantir a qualidade e efetividade do atendimento prestado.



Deu-se andamento, no decorrer do ano de 2006, à reestruturação do sistema de Administração de Recursos Humanos – ARH, cujas atividades deverão prosseguir durante o ano de 2007.

No decorrer do ano de 2006, o Ministério Público implantou o Serviço Voluntário Cidadão, de que trata o Provimento n.º 61/2005, ficando a cargo da URF a questão da implementação do controle administrativo de tal projeto.

Quanto à evolução de pessoal, destaca-se o ingresso de servidores concursados, visando atender a crescente demanda apresentada pelas Promotorias de Justiça do interior do Estado e Setores Administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme arrolado abaixo:

Cargos providos Dezembro/2005		Cargos providos Dezembro/2006	
<i>Cargo</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Cargo</i>	<i>Quantidade</i>
Agente Administrativo	226	Agente Administrativo	275
Assessor Jurídico	363	Assessor Jurídico	380
Assistente de Promotoria	96	Assistente de Promotoria	170
Secretário de Diligências	298	Secretário de Diligências	312

Quanto à estrutura das Procuradorias de Justiça, encontra-se integralmente atendida.

Meta para o ano de 2007: análise do RHE (Recursos Humanos do Estado que tem como objetivo modernizar a ferramenta de banco de dados utilizada pelos diversos órgãos estaduais): possibilidade de adotar ou não o sistema, considerando as necessidades levantadas no Planejamento Estratégico.

2.1.4.2 Unidade de Pagamento de Pessoal

A Unidade de Pagamento de Pessoal tem por finalidade elaborar a folha de Pagamento de membros e servidores ativos e inativos, subsidiar a Divisão de Recursos Humanos e a Assessoria de Planejamento e Orçamento na elaboração do Orçamento de Pessoal, além da elaboração e controle dos processos que visam ao pagamento de diárias de viagens, ajuda de custo e ressarcimento de despesas com alimentação, tendo em vista a autonomia administrativa e financeira do Ministério Público.

No ano de 2006, dentro da linha adotada pela administração superior passamos a efetuar o controle e elaboração de todos os processos de pagamento de ressarcimento de despesas com alimentação, participando



ativamente na definição do regramento de provimentos e ordem de serviço sobre a matéria.

Prioritariamente, trabalhamos no sentido de tratar de uma nova ferramenta de folha de pagamento, em substituição no sistema RPJDPP, desenvolvido pela Procergs em 1982 e tecnologicamente defasado frente os novos regramentos legislativos vigentes.

O projeto denominado sistema RHE, com uma plataforma voltada exclusivamente para as demandas de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, com um maior número de automações, tornando mais efetivo os controles internos com o aumento da racionalização das rotinas de trabalho.

No mês de novembro começamos as tratativas para que as informações referentes aos descontos autorizados em folha de pagamento sejam transmitidos através de uma nova ferramenta (*Trocadoc*), dando segurança e agilidade na transmissão de dados.

A página da Unidade de Pagamento, na Intranet, foi reformulada, com formato mais focado na página principal, com a apresentação de novos links, priorizando serviços interativos com os membros e servidores.

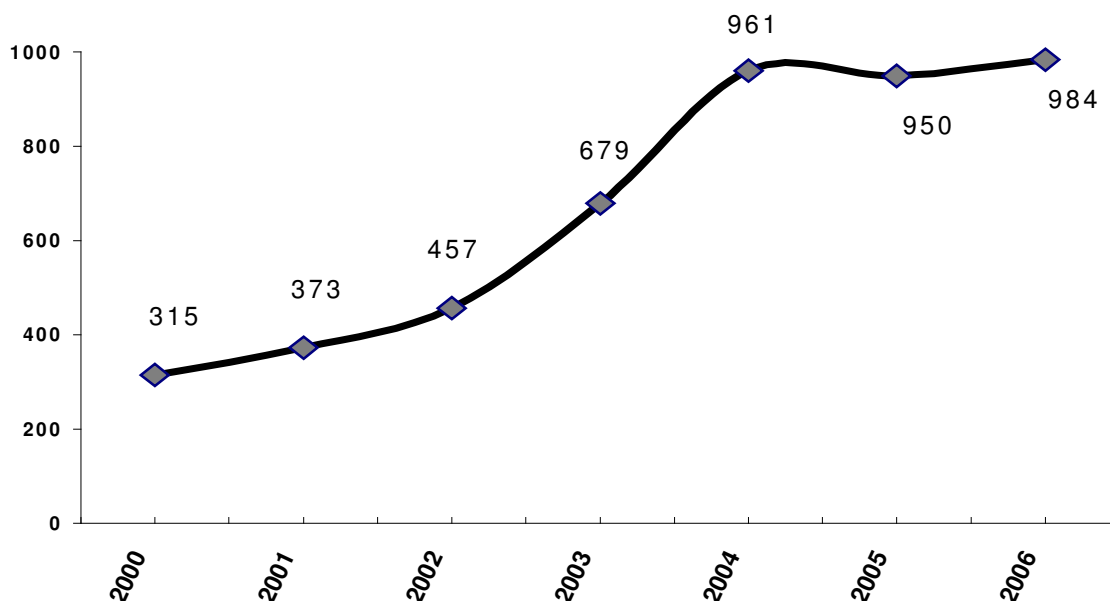
2.1.4.3 Unidade de Estágios

A Unidade de Estágios, criada em julho de 2002, tem como principais atribuições: propor à Administração Superior do Ministério Público as diretrizes básicas de estágio na Instituição, administrar todas as modalidades de estágio no âmbito do MP, recrutar estagiários, captar estudantes para o Banco de Candidatos à estágio, manter estreito relacionamento com as instituições de ensino, manter atualizados os registros referentes aos estagiários, controlar o registro da efetividade dos estagiários, executar o pagamento das bolsas-auxílio aos estagiários, bem como gerenciar a alocação das bolsas de estágio e todos os serviços pertinentes à área.



Em abril de 2006, o Ministério Público contava com 984 estagiários sendo que 84% deste quadro prestava estágio de forma remunerada e 87% cursam a Faculdade de Direito, o que demonstra a preocupação da atual gestão em proporcionar a esses estudantes aprendizagem social, profissional e cultural pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio. Salienta-se, também, a importância desse tipo de recurso humano na composição da estrutura funcional das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público, já que qualificam, ainda mais, a atuação desta Instituição.

ESTAGIÁRIOS - CRESCIMENTO



2.1.4.4 Unidade de Concursos Públicos

A Unidade de Concursos Públicos tem como principal atribuição auxiliar os Presidentes das Comissões de Concursos no planejamento e na realização de todas as atividades vinculadas à realização de concursos.

A Unidade de Concursos Públicos auxiliou, em conjunto com os demais setores da Procuradoria-Geral de Justiça, na elaboração dos seguintes projetos no ano de 2006:

- Concurso para o cargo de Técnico de Áudio, com formatação para processo seletivo em três fases;



- Concursos Regionalizados para os cargos de Assessor-Área do Direito, Secretário de Diligências, Assistente de Promotoria de Justiça e Agente Administrativo;
- Auxiliou a DDO, a DRHUM e a URF na elaboração do Provimento que dispõe sobre a divisão administrativa do Estado em regiões para fins de provimento de cargos por concurso público;
- Concurso para os cargos de Assistente de Promotoria de Justiça e Assistente de Procuradoria de Justiça com formatação para os processos seletivos em duas fases; 6) Licitação para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços visando a organização, realização e administração de concurso público;
- Auxiliou a DRHUM e a URF na elaboração do Provimento que dispõe sobre a remoção voluntária de servidores do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, no âmbito do Ministério Público.

Para o ano de 2007, tem como metas:

- auxiliar na realização de concursos para provimento dos cargos de Assessor – Área do Direito, Técnico Superior em Informática, Agente Administrativo, Assistente de Promotoria de Justiça, Assistente de Procuradoria de Justiça, Secretário de Diligências, Técnico em Informática – Área de Sistemas, e Técnico de Áudio;
- Efetuar estudo sobre a viabilidade de alteração do regulamento do Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público;
- Estudo da viabilidade de emissão de Certidão de Aprovação em concurso, por meio da Internet.

2.1.5 Divisão Administrativa

A Divisão Administrativa, atualmente, é composta por cinco unidades: Unidade de Serviços Gerais, Unidade de Transportes, Unidade de Manutenção de Veículos, Unidade de Apoio Administrativo – Prédio Sede, e, Unidade de Apoio Administrativo – Promotorias Especializadas.



2.1.5.1 Unidade de Serviços Gerais

A Unidade de Serviços Gerais presta apoio a toda Instituição do Ministério Público, atuando em âmbito estadual, ora com a equipe de servidores estatutários, ora com funcionários de contratos terceirizados, como no caso dos serviços de limpeza e conservação (187 postos), e vigilância (24 postos) dos prédios do Ministério Público em Porto Alegre e interior do Estado. Neste exercício, foram realizadas através da Unidade de Serviços Gerais, 24 mudanças de Promotorias de Justiça para prédios próprios e/ou locados, incluindo o prédio sede da Instituição. Quanto aos equipamentos reprográficos, contamos com 67 (sessenta e sete) unidades, todos com manutenção técnica contratada pelo período de 60 (sessenta) meses.

2.1.5.2 Unidade de Transportes

A Unidade de Transportes é responsável por realizar o deslocamento de membros/servidores/material/equipamentos do Ministério Público em objeto de serviço em Porto Alegre e interior do Estado. Atualmente, a Unidade conta com a frota de 89 veículos, todos segurados, sendo sete locados para atendimento das Promotorias Criminais. Neste exercício, foram adquiridos 23 unidades novas. Quanto aos servidores, dispomos de 34 (trinta e quatro) servidores na função de motoristas da Instituição. No exercício 2007, a Instituição realizará através de procedimento interno, o 1º leilão de veículos desativados da Unidade de Transportes. O objetivo é gerar receita para futura aquisição de novos veículos.

2.1.5.3 Unidade de Manutenção de Veículos

A Unidade é responsável pela manutenção preventiva e corretiva de oitenta e dois veículos da Instituição. A Unidade foi criada no presente exercício. A principal meta da Unidade é a manutenção dos veículos e consequentemente segurança dos usuários e terceiros. Para isso, há necessidade de efetivação de manutenções/revisões preventivas adequadas às marcas dos veículos assim como revisões corretivas de acordo a demanda. A partir de janeiro de 2007, otimizaremos os serviços com a parceria de duas empresas especializadas na manutenção de veículos contratadas através de procedimento licitatório.

2.1.5.4 Unidade de Administração Predial

A Unidade de Administração Predial presta serviços de apoio administrativo para as Promotorias localizadas no Prédio Sede. O atendimento é direcionado para as Promotorias de Justiça de Família, Fazenda Pública,



Falências e Concordatas, Cíveis, Infância e Juventude, Criminais, Tribunal do Júri, Juizados Especiais Criminais e Plantão. Dispõe de servidores e funcionários terceirizados que realizam o acompanhamento de processos do Foro Central para a Instituição. Conta com equipe de Secretários de Diligências para as demandas solicitadas pelas Promotorias referidas.

2.1.5.5 Unidade de Apoio Administrativo – Promotorias Especializadas

A Unidade de Apoio Administrativo presta serviços de apoio administrativo para as Promotorias Especializadas localizadas na Rua Santana, nº 440. Realiza tarefas administrativas, tais como: serviço de atendimento de público e protocolo, gestão de recursos humanos (servidores, estagiários, terceirizados e CVMl), manutenção do prédio, serviço de controle de cópias, controle de almoxarifado, controle de veículos que atendem as Promotorias de Justiça Especializadas e outras atribuições relacionadas.

2.1.6 Divisão de Suprimentos

A Divisão de Suprimentos foi criada em julho de 1999 por meio do Provimento nº 22/99, que dispõe sobre o regimento interno dos serviços de apoio administrativo vinculados à Direção-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça.

Sua missão é propor, implementar e supervisionar a política de aquisição de bens patrimoniais e materiais de consumo do Ministério Público, fazendo permanente análise crítica dos bens adquiridos, visando ao melhor uso do dinheiro público.

2.1.6.1 Unidade de Almoxarifado e Unidade de Patrimônio

As unidades de Almoxarifado e de Patrimônio têm por finalidade precípua exercer o controle e a guarda de bens — patrimoniais e de consumo — destinados a suprir as necessidades dos serviços do Ministério Público.

Em 2006, foram feitas as seguintes aquisições de bens:

- Aquisições de bens de consumo – Almoxarifado: R\$ 2.138.802,96
- Aquisições de bens permanentes – Patrimônio: R\$ 10.376.089,29



2.1.6.2 Unidade de Compras

Sua incumbência é providenciar as cotações de preços que ocorrem antes de todas as despesas da Casa, sejam por dispensa de licitação ou através de licitação, para dar previsibilidade orçamentária a cada uma.

Incumbe, também, à Unidade de Compras:

- realizar tomadas de preços para aquisição de materiais de consumo, de manutenção, bens patrimoniais e serviços;
- efetuar a compra de materiais de consumo, de manutenção, bens patrimoniais e serviços;
- prestar informações e assistir a Comissão Permanente de Licitações;
- manter atualizado o cadastro de fornecedores;
- propor as alterações necessárias no sistema de compras e cadastro de fornecedores, visando seu aperfeiçoamento.

2.1.6.3 Unidade de Finanças e Pagadoria

É o setor encarregado da gestão financeira das despesas da Instituição, tendo por atribuição mais relevante a confecção das solicitações de empenho, solicitações de liquidação e a efetivação dos pagamentos de todas as despesas, com exceção daquelas ligadas à folha de pessoal, gerando a previsão mensal dos custos fixos, oriundos dos contratos mantidos pelo Ministério Público.

Custos Fixos - Exercício 2006	
Despesa	Total Empenhado (em R\$)
Locação de Imóveis / Encargos de Locação	1.939.696,52
Condomínio Prédios Próprios	424.350,00
Água	368.079,40
Energia Elétrica	1.703.390,54
Comunicação	4.103.847,21
Assistência Técnica - Locação de Máquinas	347.313,08
Estagiários	3.970.000,00
Monitoramento – Zeladoria	4.127,28
Correios	576.353,63
Combustíveis e Lubrificantes	316.378,18
Publicações Legais	216.389,00



Consultoria	56.000,00
Acesso à Jurisprudência e D.O.E Internet	34.348,90
Monitoramento de Rádio, TV e Jornal	49.000,00
Revista de Jurisprudência	10.000,00
Cópias Reprográficas e Heliográficas	238.394,69
Vigilância	2.109.110,64
PROCERGS	861.756,64
Limpeza e Conservação	4.090.933,48
Transporte Aéreo	440.000,00
Transporte de Bens Móveis	70.980,00
Ressarcimento Servidores Cedidos	161.000,00
Ipê Saúde	9.408.656,44
Locação de Veículos	107.235,76
INSS - Patronal (Cooperativas/Autônomos)	190.000,00
Total	31.797.341,39

2.1.7 Divisão de Desenvolvimento Organizacional

A Divisão de Desenvolvimento Organizacional, vinculada à Direção-Geral, tem como missão desenvolver as melhores práticas de gestão relacionadas a pessoas, processos e estrutura, contribuindo para o aperfeiçoamento constante do Ministério Público.

Atualmente é composta pelas Unidades de Organização e Métodos e Organização e Desenvolvimento Institucional.

Entre os trabalhos de análise administrativa e projetos que foram desenvolvidos junto aos nossos clientes internos, destacam-se os realizados nos seguintes órgãos:

- Promotorias de Justiça da nova Sede, sita a Rua Aureliano de Figueiredo Pinto.
- Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Porto Alegre.
- Promotoria de Justiça de Caxias do Sul
- Promotoria de Justiça de Passo Fundo.
- Promotoria de Justiça de Lajeado.
- Promotoria de Justiça de Esteio.
- Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo.
- Procuradoria de Justiça de Recursos - Custos Legis.
- Secretaria dos Órgãos Colegiados.



- Ouvidoria do Ministério Público.
- Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.
- Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.
- Serviço de Atendimento ao Público das Promotorias de Justiça Especializadas na Santana.
- Análise do conjunto de denúncias realizadas na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, nos anos de 2003 a 2006.
- Implantação do SGP na Procuradoria de Justiça de Prefeitos.
- Definição e elaboração de normativa para Certificação do SGP.
- Projeto SGP406.
- Projeto para participação dos Procuradores de Justiça nas sessões informatizadas do TJ.
- Projeto de sistema informatizado para controle de internações compulsórias.
- Projeto de recebimento unificado de processos judiciais na nova sede.
- Projeto para organização dos arquivos eletrônicos das Promotorias de Justiça da nova sede.
- Reorganização administrativa da Divisão de Desenvolvimento Organizacional.
- Monitoramento do Plano Geral de Atuação Administrativa.
- Projeto de apoio a cultura de planejamento (oficinas de estudo).
- Projeto de reestruturação do procedimento de compras.
- Projeto de desenvolvimento de sistemas para Unidade de Arquivo.
- Projeto de reformulação da prestação de contas de diárias.
- Projeto de reformulação da gestão de contratos pela Unidade de Serviços Gerais.
- Projeto de reestruturação da Divisão de Assessoramento Técnico.
- Projeto de criação de módulo de sistema para controle de promoções e remoções para a Secretaria dos Órgãos Colegiados.
- Projeto de reestruturação do serviço atendimento ao usuário da informática.
- Projeto de estruturação do Gabinete de Articulação e Responsabilidade Social.



- Projeto de reestruturação do procedimento de expedição das DIRF.
- Análise do serviço de recursos audiovisuais.
- Análise do apoio administrativo da nova sede.

Nossos colaboradores também desempenharam funções junto as seguintes Comissões:

- Comissão Permanente de Administração do SGP.
- Comissão Permanente de Informática.
- Comissão Permanente de Administração do Projeto Matas Ciliares.
- Comissão para implantação de indicadores ambientais.
- Comissão de Avaliação de Estágio Probatório.
- Comissão de Promoções.
- Comissão Permanente e Qualidade de Vida no Trabalho.
- Comissão Disciplinar Permanente.
- Comissão Permanente de Avaliação Documental.
- Comissão Permanente de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
- Comissão para Implantação do Protocolo Único do Ministério Público.
- Comissão de Análise de Viabilidade de Adesão ao Sistema “RHE”.
- Comissão de Pregão.

2.1.8 Divisão de Arquitetura e Engenharia

A Divisão de Arquitetura e Engenharia presta apoio ao planejamento estratégico do Ministério Público, projetando as novas sedes e fiscalizando a realização das obras que têm assegurado estrutura adequada ao trabalho desenvolvido pelos membros e servidores da Instituição.

As principais atividades da DAE são a elaboração de projetos, de laudos técnicos e o acompanhamento de todos os serviços relacionados à construção e reforma dos prédios, assim como os serviços de manutenção nas sedes existentes.

Além destes, são executadas pequenas adaptações nos ambientes de trabalho, com o desenvolvimento e a implantação de novos lay-outs.



O quadro a seguir relaciona as obras em execução no ano de 2006.

OBRAS			
	LOCALIDADE	METRAGEM (m²)	DATA ENTREGA
1	APARICIO BORGES POA - Obra nova	711	15/04/2007
2	ARROIO TIGRE - Obra nova	195	18/05/2007
3	ARVOREZINHA - Obra nova	158	15/11/2006
4	ASSIS BRASIL POA - Obra Nova	472	30/05/2007
5	BARRA DO RIBEIRO - Locação	158	30/09/2006
6	BENTO GONÇALVES - Ampliação Cobertura	60	30/12/2006
7	BENTO GONÇALVES - Ampliação Gabinetes	33	24/01/2006
8	BOM JESUS - Obra nova	158	10/12/2006
9	CAMPINA DAS MISSÕES - Obra nova	159	29/12/2006
10	CANELA - Obra nova	332	10/03/2007
11	CANGUÇU - Obra nova	303	05/04/2007
12	CAPÃO DA CANOA - Obra nova	591	30/6/2007
13	CARAZINHO - Obra nova e reforma	308	20/12/2006
14	CASCA - Manutenção - JURÍDICO	-	30/04/2006
15	CEAF POA - Obra nova	2.322	30/11/2007
16	CHARQUEADAS - Ampliação	79	30/12/2006
17	ENCRUZILHADA DO SUL - Locação	56	24/01/2006
18	ERECHIM - Obra nova	697	25/01/2006
19	FARROPILHA - Manutenção	-	09/02/2006
20	FELIZ - Obra nova	158	31/10/2006
21	FREDERICO WESTPHALEN - Manutenção	-	28/02/2006
22	GARIBALDI - Obra nova	303	18/12/2006
23	GENERAL CAMARA - Obra nova	158	17/12/2006
24	GRAMADO - Obra nova	479	18/01/2007
25	GRAVATAÍ - Ampliação	44	18/01/2007
26	GUAPORÉ - Manutenção JURÍDICO	-	30/03/2006
27	JULIO DE CASTILHOS - Obra nova	159	19/01/2007
28	LAGOA VERMELHA - Obra nova	312	23/02/2007
29	MARCELINO RAMOS - Locação	140	29/11/2006
30	MONTENEGRO - Ampliação	233	09/04/2007
31	NÃO-ME-TOQUE - Obra nova	313	29/12/2006
32	NOVA PETRÓPOLIS - Obra Nova	228	25/01/2006



OBRAS			
	LOCALIDADE	METRAGEM (m²)	DATA ENTREGA
33	NOVA PRATA - Obra nova	285	18/03/2007
34	NOVO HAMBURGO - Obra Nova	2.187	30/03/2006
35	OTTO NYEMEIER - Obra nova	472	31/12/2006
36	PALÁCIO - Reforma	-	30/12/2006
37	PALMARES DO SUL - Obra nova	159	19/11/2006
38	PAROBÉ - Obra nova	240	04/09/2006
39	PEDRO OSÓRIO - Obra nova	158	25/11/2006
40	RIO GRANDE - Obra nova e reforma	1.372	08/02/2007
41	RODEIO BONITO - Locação	42	06/01/2006
42	ROSÁRIO DO SUL - Restauo	212	23/03/2007
43	SALTO DO JACUÍ - Obra nova	159	30/09/2006
42	SANANDUVA - Locação	60	26/05/2006
45	SANTA BÁRBARA - Obra nova	159	20/11/2006
46	SANTA CRUZ DO SUL - Reforma	-	30/12/2006
47	SANTA MARIA - Obra nova e reforma	1.269	06/12/2006
48	SANTA VITÓRIA DO PALMAR - Locação	209	15/12/2006
49	SANTANA DO LIVRAMENTO - Ampliação	109	12/09/2006
50	SANTANA POA - Reforma	-	24/01/2006
51	SANTO ANTÔNIO MISSÕES - Obra nova	159	29/12/2006
52	SANTO CRISTO - Obra nova	158	14/03/2007
53	SÃO FRANCISCO DE PAULA - Reforma	225	30/03/2007
54	SÃO GABRIEL - Obra nova	574	10/12/2006
55	SÃO JOSÉ DO NORTE - Restauo	523	10/02/2007
56	SÃO LEOPOLDO - Obra Nova	2.304	30/05/2006
57	SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - Obra nova	320	29/12/2006
58	SÃO VICENTE DO SUL - Obra nova	158	30/09/2006
59	SAPIRANGA - Obra nova e reforma	166	10/12/2006
60	SARANDI POA - Obra nova	711	30/01/2007
61	SEBERI - Locação	85	06/01/2006
62	SEDE MP ANDRADE NEVES - Reforma	3.930	30/07/2007
63	SEDE MP AURELIANO - Obra nova	25.186	30/05/2006
64	TAQUARI - Obra nova	312	11/12/2006
65	TORRES - Manutenção	-	17/01/2006
66	TRAMANDAI - Troca de piso	-	06/11/2006
67	TRISTEZA POA - Reforma incêndio	-	10/02/2006
68	URUGUAIANA - Ampliação	70	15/11/2006



OBRAS			
	LOCALIDADE	METRAGEM (m²)	DATA ENTREGA
69	VACARIA - Ampliação	214	17/12/2006
70	SÃO JERONIMO - Troca de piso	-	20/12/2006
71	VERA CRUZ - Obra nova	276	24/04/2007
		51.506	

Destacamos que, em 2006, foram concluídas e entregues as sedes das Promotorias de Justiça de Erechim (697 m²), de Novo Hamburgo (2.187 m²), de São Leopoldo (2.164 m²) e a nova sede do Ministério Público (25.186 m²).

2.1.8.1 Unidade de Manutenção

A Unidade de Manutenção, subordinada a Divisão de Arquitetura e Engenharia desta Procuradoria-Geral de Justiça, tem a finalidade de atender as solicitações de todos os Setores da casa e também de todas as Promotorias de Justiça, inclusive do Interior do Estado, assim como dos Foros Regionais na Capital.

A Unidade conta com 6 (seis) áreas de atendimento de Serviços, conforme abaixo explanado, prestando ainda suporte técnico a eventos e inaugurações de promotorias de justiça da capital e interior do estado, através de sonorização e gravação, disponibilizando tribuna, bandeiras, tela de projeção e toda infra-estrutura necessária para sua realização.

a) Setor de Construção Civil

Execução de reformas em geral, tais como reparos e substituição de carpetes, pinturas, reparos em telhados, impermeabilizações em calhas e algeroses, limpeza e retirada de caliças.

b) Setor de Manutenção de Elétrica

Execução de instalações elétricas diversas de baixa tensão. Substituição de disjuntores, lâmpadas, reatores.

c) Setor de Manutenção Hidráulica

Manutenção e conserto de válvulas de descarga, controle de consumo de água dos prédios do Ministério Público, consertos na rede de água e esgoto, tais como vazamentos, entupimentos e substituição de componentes, instalação e manutenção de bebedouros, entre outros.



d) Setor de Marcenaria

Execução de divisórias, confecção de móveis, prateleiras, murais e armários sob medida, paqueteiras, escabelos, colocação de vidros, execução de marcos e guarnições para ar condicionado, reforma e confecção de esquadrias em geral.

e) Setor de Refrigeração

Instalação, conserto e substituição de aparelhos de ar condicionado. Operação do sistema de ar condicionado central do Palácio do MP, consertos de bebedouros d'água e refrigeradores, limpeza e lavagem dos filtros, entre outros.

f) Setor de Serralheria

Fabricação de grades e esquadrias de ferro em geral, consertos em portões, fechaduras, solda elétrica e pinturas.

g) Terceirização de Serviços

A terceirização dos serviços de manutenção ocorre sempre que não é viável o pronto atendimento pela equipe da Unidade de Manutenção. Em casos específicos, serviços são terceirizados visando maior economicidade.

2.1.9 Divisão de Documentação

A Divisão de Documentação, instituída através do Provimento n.º 18/2000 estabeleceu, para o exercício de 2006, no Planejamento Geral de Atuação Administrativa – PGAA e em seu Plano de Trabalho, metas desdobradas em programas, projetos e atividades, tendo como prioridades:

- a efetivação de procedimentos para implementação da Política de Gestão da Informação;
- a implantação/implementação da Política Arquivística nos diversos Órgãos/Setores, buscando-se paralelamente o aprimoramento das ferramentas de Gestão, especialmente do Plano de Classificação de Documentos;
- a continuidade do processo de democratização das informações registradas em Protocolo como etapa inserida no processo de implementação da Política de Gestão da Informação;



- a racionalização das operações tanto de Protocolo quanto de Expedição.

Apesar de não terem sido planejadas quando da elaboração do Plano de 2006, novas funções foram assumidas pela DIVDOC/Unidade de Protocolo e Expedição como prioritárias para a administração. Referimo-nos à implantação do Protocolo de Processos como consequência do fato de, com a centralização das ações Institucionais no novo prédio, antes dispersas em diferentes bases físicas, exigiu-se a racionalização dos fluxos de tramitação, derivando daí a centralização de busca da carga dos Processos, registro de entrada e distribuição interna e registro de saída. Saliente-se que a primeira e última dessas tarefas não foram executadas pela UPE e sim pela Secretaria de Apoio das Promotorias de Justiça. Os resultados dessas novas tarefas assumidas também poderão ser observadas no presente Relatório.

2.1.9.1 Unidade de Protocolo e Expedição

a) Ações de Protocolo

Para o exercício de 2006, definiram-se metas contidas no Plano Geral de Atuação Administrativa com duas ações prioritárias especificadas em Projeto, além das de continuidade. São elas:

- uniformizar os registros de entrada de documentos no âmbito da Instituição, possibilitando o acompanhamento da tramitação entre os diversos órgãos/setores a partir de janeiro de 2006;
- tomar as providências no sentido de prestar os serviços de Protocolo e Expedição na nova Sede do Ministério Público quando inaugurada.

As operações de Protocolo englobam tanto as relativas ao registro de entrada e distribuição de correspondências, documentos e volumes quanto as de atuação de Processos Administrativos. Até julho de 2006, esses registros diziam respeito apenas aos Processos Administrativos.

Em relação às de atuação de Processos Administrativos, durante o exercício de 2006 até 12 de dezembro, as movimentações de Protocolo no ainda Sistema de Protocolo Integrado – SPI, corresponderam a 281.423 transações (quase 100 mil menos que em 2005), assim distribuídas:



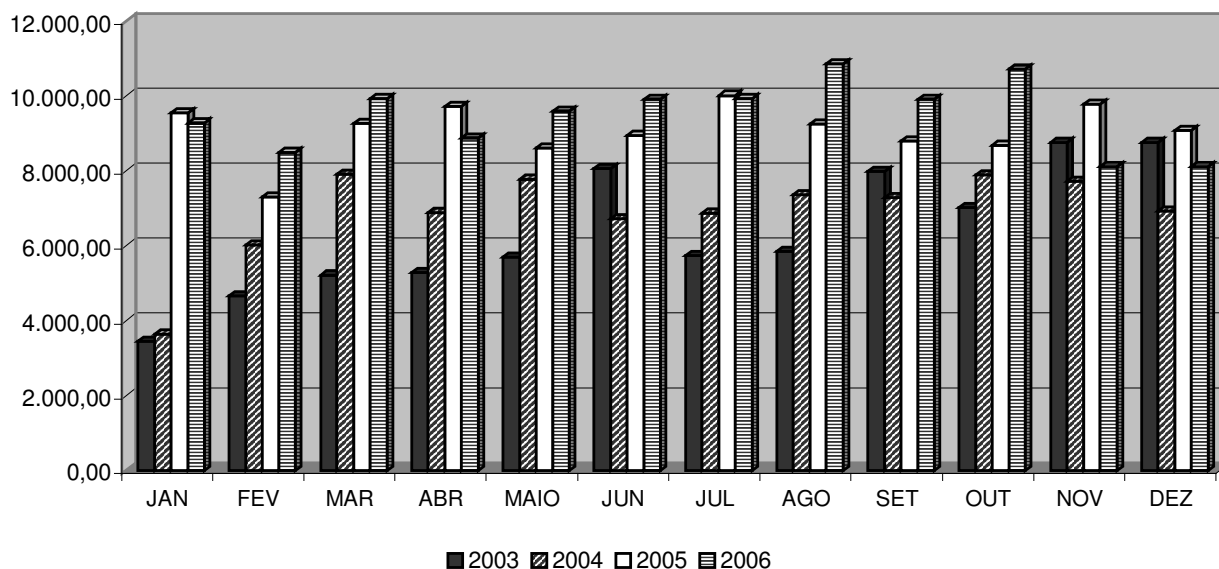
TIPO DE OPERAÇÃO	2003	2.004	2005	2006
PROTOCOLO				
<input type="checkbox"/> Inclusão	29.404	20.184	25.827	23.810
<input type="checkbox"/> Alteração	1.878	2.242	2.078	2.385
<input type="checkbox"/> Exclusão	219	532	0	0
<input type="checkbox"/> Anexação	682	478	749	1.323
<input type="checkbox"/> Arquivamento	11.173	7.169	12.783	12.727
<input type="checkbox"/> Arquivamento sem andamento	0	0	9	4
<input type="checkbox"/> Desanexação	20	0	38	54
<input type="checkbox"/> Desarquivamento	6.377	2.727	4.504	4766
<input type="checkbox"/> Inclusão req. Processo Coletivo	24	29	46	22
<input type="checkbox"/> Alteração req. Processo Coletivo	29	60	70	48
<input type="checkbox"/> Exclusão req. Processo Coletivo	70	88	74	228
TOTAL PROTOCOLO	49.876	33.505	46.178	45.363
ANDAMENTO				
<input type="checkbox"/> Inclusão	82.717	69.509	69.306	71.883
<input type="checkbox"/> Alteração	208	118	241	298
TOTAL DE ANDAMENTO	82.925	69.627	69.547	72.181
CONSULTA				
<input type="checkbox"/> Histórico de andamentos	66.695	64.376	65.193	66.604
<input type="checkbox"/> Consulta tabelas	169	0	413	418
<input type="checkbox"/> Consulta processo por critério	58.190	24.739	34.610	29.288
<input type="checkbox"/> Consulta integrada de processos	53.137	29.872	36.749	41.888
<input type="checkbox"/> Consulta integrada no arquivo	50.885	19.663	29.036	39.208
<input type="checkbox"/> Consulta por critério no arquivo	6.213	4.400	9.716	8.700
TOTAL CONSULTA	235.289	143.050	175.717	186.106
ETIQUETA				
<input type="checkbox"/> Emissão etiqueta grande	26.312	20.968	19.365	19.121
<input type="checkbox"/> Emissão etiqueta pequena	0	0	60.000	75.000
TOTAL ETIQUETA	26.312	20.968	79.365	94.121
AUDITORIA				
<input type="checkbox"/> Andamentos	43	16	19	28
<input type="checkbox"/> Processo	2	5	7	12
TOTAL AUDITORIA	45	21	26	40
RELATÓRIO				
<input type="checkbox"/> Emissão de guia de andamento	573	1.096	884	1.071
<input type="checkbox"/> Emissão de relatório	791	0	1.411	79
TOTAL RELATÓRIO	1.364	1096	2.295	1.150
PROCESSAMENTO A PEDIDO				
<input type="checkbox"/> Solicitação de tabelas	22	0	3	0
<input type="checkbox"/> Consulta solicitação de processamento	3	0	2	1
<input type="checkbox"/> Inclusão solicitação processamento	0	0	4	1
<input type="checkbox"/> Relação de etiquetas pequenas	3	0	0	2
<input type="checkbox"/> Relação processos por critérios	3	3	8	2
<input type="checkbox"/> Relação integrada de processos	0	1	0	0



☐ Relação proc. Arquivo critério	0	0	7	0
☐ Seleção solicitações de processamento	0	2	1	0
☐ Consulta de processamentos	0	3	0	0
TOTAL PROCESSAMENTO A PEDIDO	31	9	25	6
TOTAL GERAL	395.845	268.276	373.153	281.423

O total de despesas com a PROCERGS para o gerenciamento dessas operações em 2003 foi de R\$ 76.466,41 (setenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e um centavos), em 2004 foi em torno de R\$83.000,00, no ano de 2005 foi de R\$109.000,00 e para o exercício de 2006 estimamos um gasto próximo a R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), queda muito recente e insignificante para que se afirme ser tendência

COMPARATIVO DE GASTOS COM PROCERGS/SPI 2003 X 2004 X 2005 X 2006



Levantamento dos processos autuados no SPI por assunto, destacando-se aqueles com tramitação externa.

Visando ter um panorama do volume de Processos que têm tramitação externa, apenas a título de informação para definição, em breve, sobre a importância da continuidade de uso do SPI quando da implantação do Sistema de Protocolo Unificado do MP, apresentamos os seguintes controles por ASSUNTO:



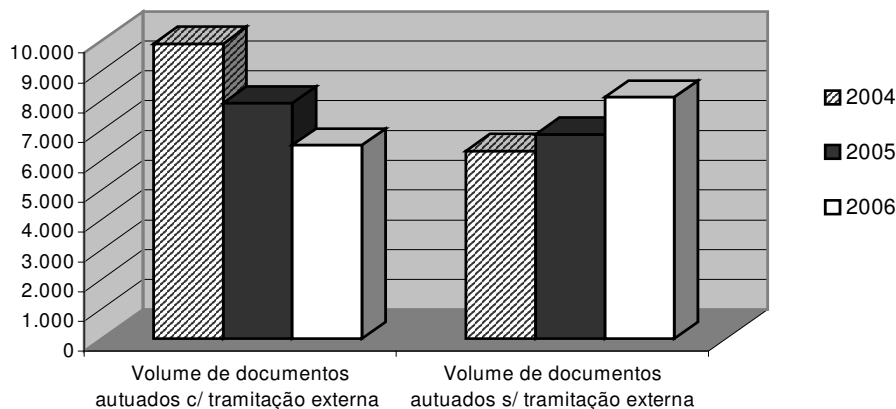
ASSUNTO	QUANTIDADE POR SITUAÇÃO			TRAMITAÇÃO EXTERNA						SIM	NÃO	
	TOTAL	ATIVO			ARQUIVADO			TOTAL				
		4	5	6	4	5	6	4	5			6
1. Abono	0	3	0	3	18	9	3	21	9	X		
2. Acúmulo de cargo	30	24	2	144	130	144	174	154	146		X	
3. Adiantamento	55	82	102	3	1	1	58	83	103	X		
4. Ajuda de custo	2	0	35	1	0	0	3	0	35	X		
5. Alteração	43	39	33	2	11	55	45	50	88		X	
6. Alvará	3	3	5	0	0	4	3	3	9		X	
7. Análise	35	30	62	6	13	13	41	43	65		X	
8. Aposentadoria	5	4	4	0	15	4	5	19	8	X		
9. Atuação funcional	24	22	36	3	42	41	27	64	78		X	
10. Auxílio-creche/auxílio-babá	106	93	109	1	3	1	107	96	110	X		
11. Averbação de tempo de serviço	50	13	38	128	140	125	178	153	153		X	
12. Cancelamento	10	3	5	4	3	3	14	6	8	X		
13. Comunicação	25	11	7	12	5	5	37	16	12		X	
14. Conflito de atribuições	1	3	8	0	0	2	1	3	10		X	
15. Denúncia	29	29	28	5	18	29	34	47	57		X	
16. Diária	1.274	1.233	875	14	25	7	1288	1258	882	X		
17. Dispensa	1	0	2	0	1	1	1	1	3		X	
18. Doação	50	48	167	1	1	1	51	49	168	X		
19. Empenho	601	493	329	7	10	11	608	503	403	X		
20. Especialização	1	0	0	0	1	0	1	0	0		X	
21. Estágio	210	0	0	7	4	1	217	1	1		X	
22. Estágio probatório	381	100	245	2	4	8	383	104	253		X	
23. Estudo	19	7	3	2	1	0	21	8	3		X	
24. Exoneração	31	15	41	126	60	103	157	75	144		X	
25. Improbidade administrativa	1560	870	32	13	54	16	1573	924	48	X		
26. Incorporação de função gratificada	5	2	8	2	5	4	7	7	12	X		
27. Indenização	10	11	10	0	2	2	10	13	12	X		
28. Inscrição concurso MP	0	1	1	4	1	0	4	2	1		X	
29. Irregularidades	332	81	123	1	13	23	333	94	146		X	
30. Isenção	15	44	12	10	13	18	25	57	30	X		
31. Licença	22	14	33	29	32	23	51	46	56		X	
32. Licitação	97	36	79	1	2	1	98	38	80	X		
33. Minuta	3	2	4	0	5	1	3	7	5		X	
34. Pagamento	5118	3.932	3737	98	128	99	5216	4060	3836	X		



35. Parecer	6	22	43	1	0	6	7	22	49		X
36. Prestação de contas	493	436	444	304	354	264	797	790	708	X	
37. Promoção	24	8	0	14	20	0	38	28			X
38. Promoção de arquivamento	4110	5471	6275	0	1	11	4110	5472	6286		X
39. Prorrogação	2	0	3	0	0	0	2	0	3		X
40. Providência	65	42	76	45	38	63	110	80	139		X
41. Reativação	1	3	2	0	0	0	1	3	2		X
42. Remoção	89	65	37	64	80	71	153	145	108		X
43. Representação	20	23	29	3	7	7	23	30	36	X	
44. Requerimento	46	14	6	10	29	5	56	43	11		X
45. Sindicância	34	15	28	2	18	31	36	33	59		X
46. Solicitação	48	60	124	17	32	69	65	92	193		X
47. Termo	11	8	6	2	2	7	13	10	13		X
48. Títulos para promoção	1	1	0	2	0	7	3	1	7		X
TOTAL	15110	13416	13248	1093	1342	851	16203	14758	14588	6488	8100

De um total de 48 Assuntos autuados em 2006, apenas 17 têm tramitação externa, cujo volume sofreu redução, comparando-se aos anos anteriores, correspondendo à 44,47% do total, pela primeira vez, inferior ao volume de tramitação interna.

SPI - DEMONSTRATIVO TRAMITAÇÃO X VOLUME



Comissão de Estudos para a Implantação do Protocolo Único no Ministério Público do RS, através da Portaria n.º 3236/2004 complementada pela Portaria n.º 3655/2004, em 30 de julho e 02 de setembro respectivamente – Processo n.º 5854-09.00/04-6. Previa-se a implantação do Sistema em março de 2006, o que não foi possível devido à complexidade do estudo. A Administração

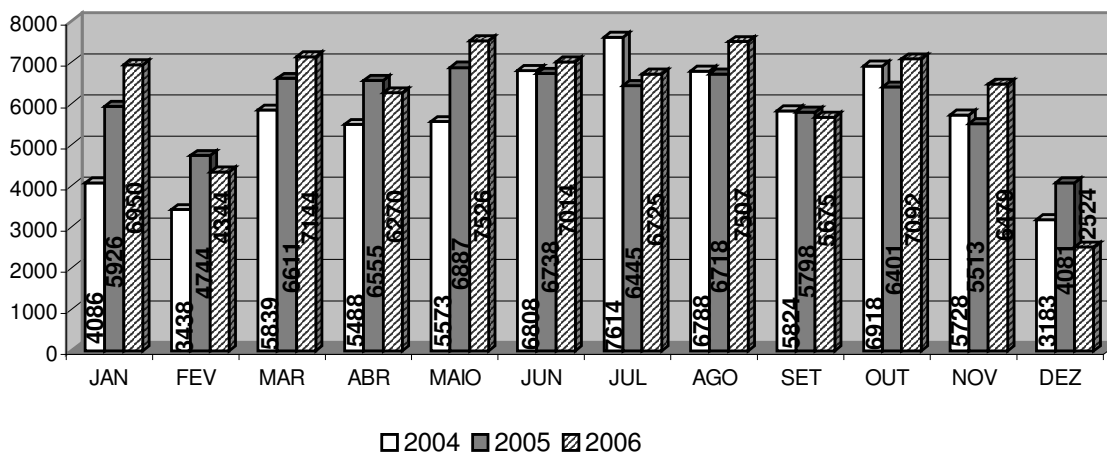


teve a oportunidade de apresentar aos usuários, como resultado parcial do trabalho da Comissão, a Consulta Integrada de Protocolos, hoje disponível internamente pela INTRANET, em Sistemas Corporativos – SPU – Sistema de Protocolo Unificado, além do Protótipo do Sistema propriamente dito que deverá ser disponibilizado em abril de 2007. A Comissão está com duas tarefas em execução: a elaboração da Programação do Sistema e a elaboração das peças de capacitação dos usuários.

Protocolo do Ministério Público - PMP

O PMP cumpriu um papel importante de controle de entrada de documentos assim como de facilitação de acesso às informações, enquanto se concluiu o trabalho de implantação do Protocolo Único. Foi o Protocolo de registro de entrada de documentos, correspondências e volumes nos prédios do Ministério Público em Porto Alegre, enquanto dispersos: Procuradoria-Geral de Justiça, Casa da Cidadania/Hotel Metropholitan, Dona Ziza, Palácio do Ministério Público, Prédio do IPERGS, Esplanada dos Açores e Prédio da Santana. A movimentação no PMP em 2006 pode ser observada no gráfico onde compara-se a movimentações de 2004 e 2005, destacando-se que, em relação a dezembro, os dados foram contabilizados até o dia 12. Quando da implantação do SPU, o PMP será extinto.

**DEMONSTRATIVO MENSAL DE REGISTROS PROTOCOLO DE ENTRADA
2004 X 2005 X 2006**



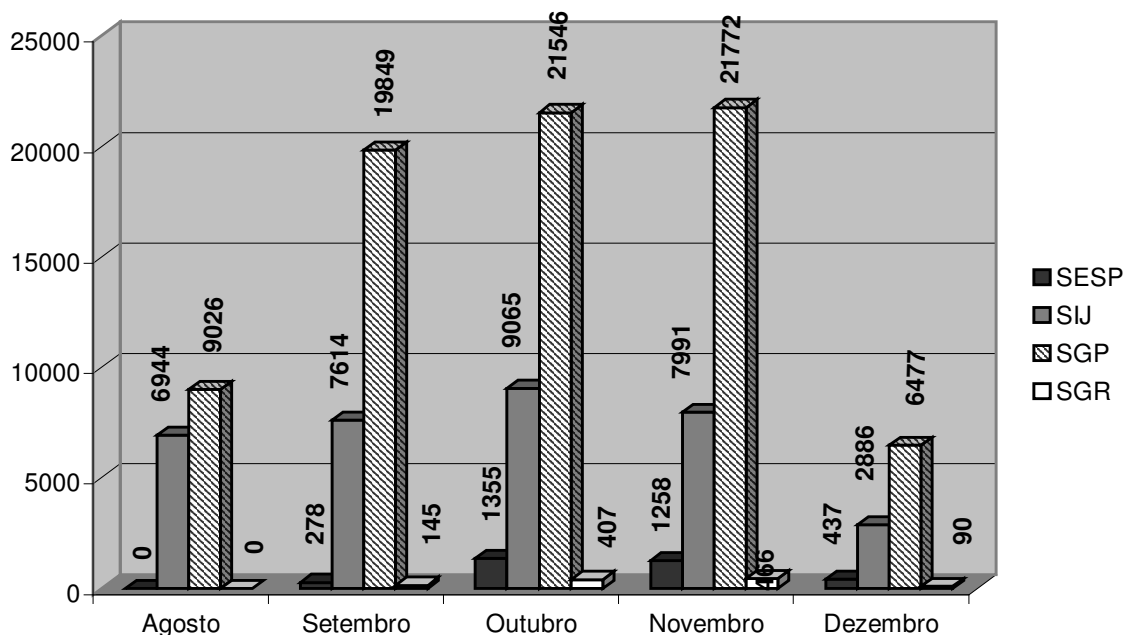
Em 31 de julho de 2006 foi dado início à execução do Projeto de Implantação do Controle de Movimentação de Processos na nova Sede do Ministério Público, tarefa antes pulverizada nos diferentes prédios e no Fórum, ou não realizada, visto que nem todos utilizavam algum Sistema de registro de



movimentação, como é o caso das Promotorias de Justiça, cuja exceção é a de Falências e Recuperação de Empresas de Porto Alegre. Essas Promotorias de Justiça continuam sem utilizar o SGP, mas a Instituição passou a contar com as informações relativas à entrada e saída visto que assumidas pelo novo serviço.

Apresentamos os dados contabilizados durante o período nos diferentes Sistemas utilizados pela Instituição, totalizando uma movimentação de 117.606 Processos, observando-se que o mês de dezembro foi considerado até o dia 12.

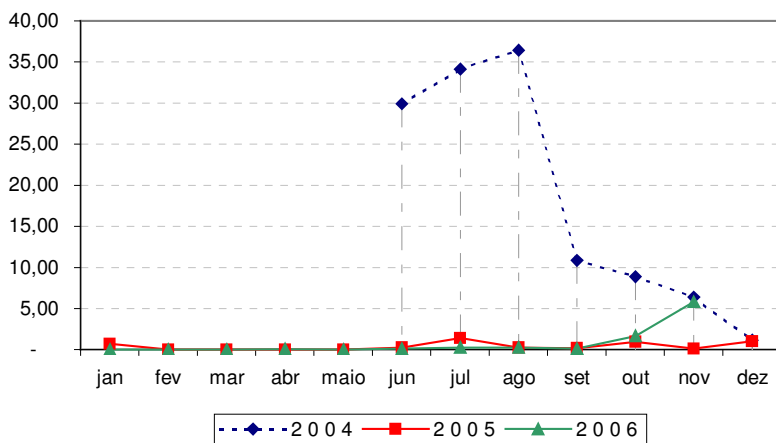
REGISTRO DE MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS NA SEDE DO MP



Expedição consubstanciadas no Plano Geral de Atuação Administrativa no que diz respeito aos Projetos Específicos. A prioridade para o exercício foi a efetivação dos controles das despesas.



Despesas NÃO Relatadas - Interior (% de Relatórios)

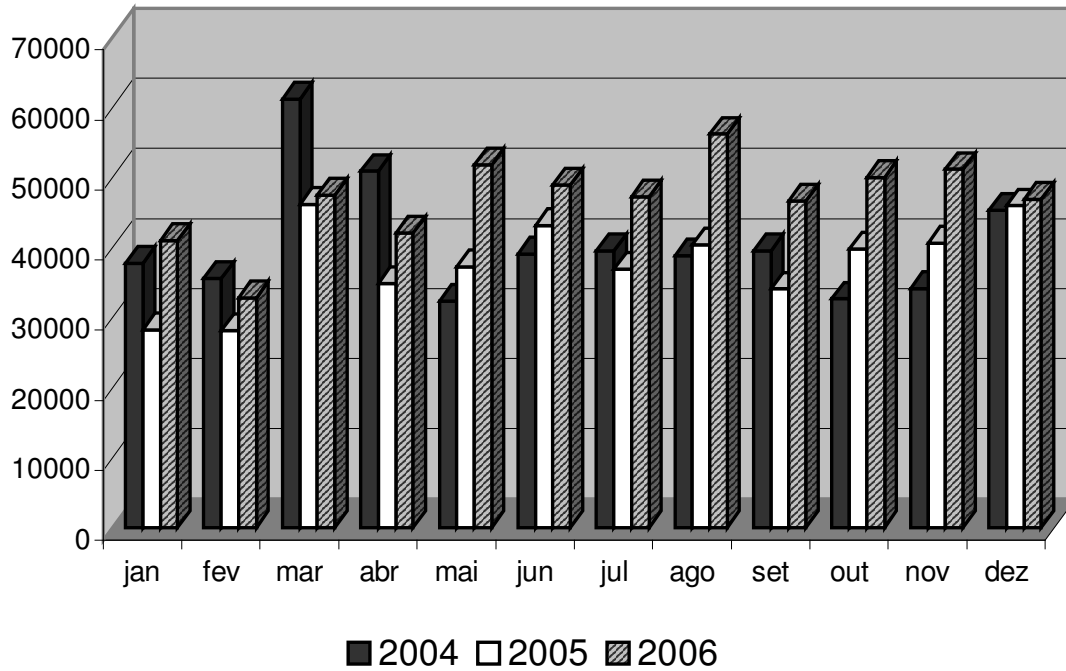


Desde que foi instituído o controle efetivo sobre as prestações de contas de utilização do cartão do Correio em 2004, houve um decréscimo considerável na inadimplência, conforme pode ser observado no Gráfico 1 e isso se mantém com a introdução da nova ferramenta que só veio facilitar e racionalizar essa tarefa. Há ainda algumas ocorrências que precisam ser enfrentadas, como por exemplo, a fatura trazendo consigo registros de postagens de períodos anteriores ao corrente e prestações de contas contendo dados imprecisos ou incompletos. Considere-se ainda que não houve a possibilidade de se deixar de lançar mão da intervenção direta nos casos inadimplentes, com telefonemas de cobrança, apesar de todas as facilidades introduzidas. Desde que o sistema de controle foi implementado, já detectou erros no faturamento que atingiram quase R\$ 9.000,00 (nove mil reais) de ressarcimento à conta do Ministério Público – sendo mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) apenas em 2006.

A despesa com Correio sofreu um acréscimo em 2006 apresentando uma média mensal de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais). O gasto total com Correio em 2005 foi de R\$ 455.787,45 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) e estima-se gastar em 2006 em torno de R\$ 563.000,00 (quinhentos e sessenta e três mil reais).



GASTOS 2004X2005X2006 - EBCT - MP/RS COMPARATIVO



DESPEZA DE DEZEMBRO CALCULADA PELA MÉDIA ANUAL



2.1.9.2 Unidade de Arquivo

As linhas de ação prioritárias estabelecidas pela Unidade de Arquivo, no Plano de Ação da Divisão de Documentação – 2005/2007, estão abaixo discriminadas com a correspondente avaliação dos resultados obtidos em 2006:

OBJETIVO	AÇÕES PLANEJADAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
1. GARANTIR A EFETIVIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ARQUIVÍSTICA NO MINISTÉRIO PÚBLICO EM 100% DOS ÓRGÃOS/SETORES CONTROLANDO A EXECUÇÃO EM 106 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA/SETORES EM 2005 E 80 EM 2006, AINDA NÃO MONITORADAS <i>IN LOCO</i>	1.1 MONITORAR A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ARQUIVÍSTICA	<ol style="list-style-type: none">1. Projeto elaborado em março/2004 e atualizado em 2005 e 2006.2. Assessoria permanente aos Setores do MP, com resultados relativos a 2006 podendo ser observados nos Gráficos 1, 2 e 3, e Tabelas 1 e 2.3. Visitas a 12 Promotorias de Justiça do interior (15% dos previstos).⁹4. Monitoramento <i>in loco</i> na capital, de 52 Setores em 133 visitas, incluídos Setores que não estavam implantando a gestão documental.¹⁰5. Participação na Comissão de Gestão de Resíduos Sólidos visando a eliminação documental, fruto da aplicação da TT.6. ELIMINAÇÃO de mais de 6 t de documentos apenas em 2006, conforme Gráfico 4 e Tabela 3, totalizando, entre 2003/2006, quase 19 t. (Gráfico 4)7. Recebimento da documentação recolhida/transferida ao Arquivo Geral, conforme Gráfico 5 e Tabela 4, e conseqüente supervisão da qualidade apresentada. Observa-se o crescente aumento de envio de documentos dos diferentes Órgãos/Setores para o Arquivo Geral, fruto da efetivação da Política Arquivística.

⁹ Meta não atingida em função da mudança de diversos Setores da capital para prédio novo. Somente em função desta mudança foram assessorados e monitorados *in loco* 40 Setores, totalizando 84 visitas.



OBJETIVO	AÇÕES PLANEJADAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
<p>2. IMPLANTAR O SISTEMA GERENCIADOR DE DOCUMENTOS – SGDOC – INTEGRADO A UM ÚNICO SISTEMA DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS A PARTIR DE AGOSTO DE 2005, PREVENDO-SE SUA PLENA OPERAÇÃO EM MAIO DE 2006.</p>	<p>2.1 IMPLANTAR O SISTEMA GERENCIADOR DE DOCUMENTOS - SGDOC</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Revisão e acompanhamento das correções nas interfaces do gerente e do usuário (Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos).2. Acompanhamento da migração dos dados do sistema antigo para o SGDOC, conferência, inclusão e alteração de dados em decorrência da migração.3. Disponibilização para operação (pré-produção) das interfaces do gerente e do usuário (Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos) e treinamento dos operadores.4. Acompanhamento do desenvolvimento do sistema provisório em Oracle e Microsoft Access para a Gestão dos Documentos Intermediários e Permanentes, realização de testes e disponibilização para operação (pré-produção).5. Realização de reunião com a Unidade de Organização e Métodos, Unidade de Aplicativos e Internet e Unidade de Desenvolvimento de Sistemas para análise de questões pendentes e redefinição de Cronograma de Atividades para disponibilizar as Interfaces do gerente e do usuário (Termos de Eliminação, Transferência, Recolhimento e Listas de Eliminação de Documentos) para operação.

¹⁰ Dos 34 Setores visitados e que mudaram para prédio novo, 16 (47%) concluíram a implantação, 9 concluíram destinação e 5 concluíram somente eliminação. Entre estes, 5 Setores que não estavam dando continuidade à gestão documental, já destinaram documentos e 2 concluíram o trabalho.



OBJETIVO	AÇÕES PLANEJADAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
		<p>6. Revisão e acompanhamento das correções nas interfaces do gerente e do usuário (Termos de Eliminação, Transferência, Recolhimento e Listas de Eliminação de Documentos).</p> <p>7. Realização de testes das funcionalidades do sistema como um todo.</p> <p>Indicadores:</p> <p>50% das atividades previstas em projeto já foram realizadas, ou seja, o módulo 1 está praticamente concluído. Segundo o cronograma anteriormente previsto, a implantação do Sistema está ATRASADO, motivado por questões pertinentes à própria complexidade de sua formatação, com previsão para entrar em operação em 02/01/2007.</p> <p>O sistema SGDOC já está sendo alimentado com os dados do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos revisados neste ano pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.</p> <p>Já está em operação um sistema provisório, desenvolvido pela Unidade de Apoio ao Usuário e Unidade de Desenvolvimento de Sistemas para a Gestão dos Documentos Intermediários e Permanentes. O desenvolvimento do sistema definitivo, o qual se refere ao módulo 2, dependerá da redefinição do cronograma de atividades em conjunto com a Unidade de Organização e Métodos e Unidade de Desenvolvimento de Sistemas.</p>



OBJETIVO	AÇÕES PLANEJADAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
		<p>Considera-se importante que o Sistema Gerenciador de Documentos – SGDOC seja, futuramente, integrado aos demais sistemas corporativos que tratam de informações de natureza arquivística, dentro dos critérios estabelecidos na e-arq (Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos) e já sinalizados na elaboração do Protótipo do Sistema de Protocolo Unificado – SPU.</p>
<p>3. OPERACIONALIZAR AS REGRAS DE SIGILO ESTABELECIDAS NO PROVIMENTO 31/2004, A PARTIR DE ABRIL DE 2006, GARANTINDO QUE 741 CLASSIFICADORES E 348 SERVIDORES (01 POR ÓRGÃO/SETOR), SEJAM CAPACITADOS.</p>	<p>3.1 IMPLANTAR AS REGRAS DE SIGILO</p>	<p>1. Elaboração do Curso para Capacitação em Operacionalização do Regramento de Sigilo;</p> <p>2. Inclusão do conteúdo do curso no sistema DOKEOS;</p> <p>3. Alteração do Provimento 31/2004 com a publicação, no DOE em 18/09/2006, do Provimento 48/2006.</p> <p>Obs.: Em relação ao Curso para Capacitação em Operacionalização do Regramento de Sigilo, a ser aplicado por meio de e-learning, estão sendo realizados estudos e melhorias, pela Divisão de Informática / Unidade de Aplicativos e Internet, nos sistemas DOKEOS e MOODLE. Após, deverá ser definido, pelo CEAF e Divisão de Informática, qual será o software utilizado. O processo de efetivação do regramento de sigilo na Instituição está ATRASADO, o que vem implicando em conseqüências práticas negativas como, por exemplo, a não disponibilização segura de informações nos diversos Sistemas utilizados. O glossário e os modelos de documentos foram disponibilizados em fevereiro de 2006.</p>



OBJETIVO	AÇÕES PLANEJADAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
<p>4.DISPONIBILIZAR 100% DAS INFORMAÇÕES DO ACERVO DO ARQUIVO GERAL, SEGUNDO NORMAS DE ACESSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, A PARTIR DE DEZEMBRO DE/2007</p>	<p>4.1 DAR CONTINUIDADE AO TRATAMENTO DO ACERVO ACUMULADO NO ARQUIVO GERAL (PROCESSOS E DOCUMENTOS AVULSOS)</p> <p>4.1.1. Tratamento do acervo acumulado no Arquivo Geral</p> <p>4.1.2 Descrição sumária dos documentos recolhidos ao Arquivo Geral (previsão de término em final de abril de 2007).</p>	<p>Classificação, avaliação, destinação, conforme Plano de Classificação (PCD) e Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD). Higienização e desmetalização dos documentos de guarda permanente. Ordenação dos processos por órgão produtor, método cronológico, série, subsérie, tipo documental e registro no Sistema de Protocolo Integrado (SPI). Formação de dossiês por subsérie para os documentos de guarda permanente, amarrados com linha especial, e ordenação interna das caixas conforme PCD. Confecção de espelhos para as caixas-arquivo, conforme PCD e TTD. Lançamento dos dados de localização dos documentos do Arquivo Geral nos formulários correspondentes. Elaboração de Listas e Termos de Eliminação de documentos.</p> <p>Indicadores: Em 2006, foram classificadas 397 caixas de arquivo. 2.339 caixas-arquivo classificadas no período 2004/20006 = 70,24 % 1.666 caixas-arquivo acessíveis para pesquisa = 50% 3.369 Kg de documentos eliminados por Termo/Lista de Eliminação e documentos sem conteúdo arquivístico = 20,23% * Ver Tabela 5 Realizada a eliminação de 155 kg (31 caixas) de documentos do Arquivo Geral, que cumpriram prazo intermediário. Desenvolvimento do Banco de Dados (pendente Consultas e Relatórios). Treinamento de um Agente Administrativo.</p>



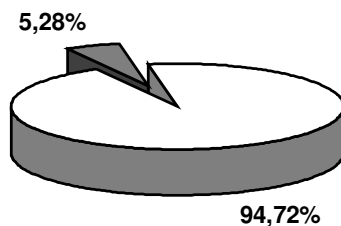
OBJETIVO	AÇÕES PLANEJADAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
		Descrição do conteúdo de cada caixa e registro no Banco de Dados. Indicadores: % do acervo acessível para pesquisa = 18,47 % = 375 caixas
5. CONTRIBUIR, ATRAVÉS DA ASSESSORIA ESPECIALIZADA EM ARQUIVÍSTICA, PARA O ACESSO AOS ACERVOS DISPONÍVEIS NO MEMORIAL DO MP ATÉ DEZEMBRO DE 2006 E PROJETO ESPECÍFICO DEMANDADO ATÉ AGOSTO DE 2005	5.1. DAR CONTINUIDADE À ASSESSORIA ARQUIVÍSTICA NO MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.	Conclusão do acompanhamento da organização de documentos. Acompanhamento na reformatação do Banco de Dados de Acervo. Conclusão do Manual de Procedimentos, com a inclusão de orientações/regras gerais para recadastramento de dados no Banco. Obs.: A elaboração do vocabulário controlado, inicialmente proposta, foi substituída pela lista de orientações/regras gerais de registro. Indicadores: 100% dos documentos/dossiês organizados de acordo com o PCD.
	5.2. PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE TRABALHO PARA ORDENAÇÃO CRONOLÓGICA E HIGIENIZAÇÃO DO ACERVO DO MINISTRO TARSO DUTRA.	Separação cronológica e para descarte dos documentos textuais, recortes de jornais e jornais. Higienização e separação cronológica de fotografias. Higienização de livros. Elaboração de índice onomástico dos documentos com identificação de conteúdo sigiloso. Indicadores: 100% do acervo concluído: 251 caixas disponíveis para consulta e 115 kg (23 caixas) de fragmentos eliminados.



DADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ARQUIVÍSTICA

GRÁFICO 1

SITUAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ARQUIVÍSTICA NO MP

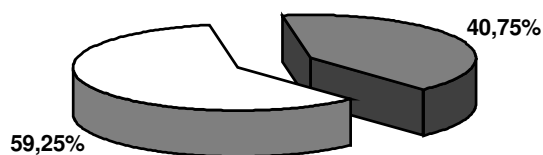


- Implantaram ou estão implantando a Política de Gestão Documental do MP
- Não implantaram

Gráfico 1: Dos 265 setores capacitados, 251 implantaram ou estão implantando a Política de Gestão Documental do MP.

GRÁFICO 2

APLICAÇÃO TTD



- Setores que já aplicaram a TTD
- Setores que ainda não aplicaram a TTD

Gráfico 2: Dos 265 setores capacitados, 108 já aplicaram a Tabela de Temporalidade de Documentos.



TABELA 1¹¹

SITUAÇÃO	N.º DE SETORES		%	
	2005	2006	2005	2006
<input type="checkbox"/> Implantaram ou estão implantando a Política de Gestão Documental do MP p/ os documentos independente do ano	236	251	90,43	94,72
<input type="checkbox"/> Não implantaram a Política de Gestão Documental do MP*	25	14	9,57	5,28
<input type="checkbox"/> Aplicaram a TTD	88	108	32,6	40,75
<input type="checkbox"/> Concluíram a classificação de documentos	20	37	7,6	14
<input type="checkbox"/> Concluíram a aplicação da TTD	8	34	3	13
<input type="checkbox"/> Concluíram a implantação da Política de Gestão Documental	0	26		9,8

TABELA 2¹²

N.º	Setores que não implantaram a Política de Gestão Documental
1.	Assessoria de Cerimonial e de Relações Públicas
2.	Promotoria de Justiça de Esteio
3.	Promotoria de Justiça de São José do Norte
4.	Promotoria de Justiça Regional do 4º Distrito de Porto Alegre
5.	Secretaria dos Órgãos Colegiados
6.	Unidade de Aplicativos e Internet
7.	Unidade de Equipamentos
8.	Unidade de Suporte à Rede
9.	Assessoria de Segurança Institucional
10.	Gabinete de Articulação e Responsabilidade Social

¹¹ Houve alteração no número total de Setores de 261 em 2005 para 265 em 2006, em função da criação de novos setores e da extinção de alguns, refletindo nos percentuais.

* 15 Setores que não estavam implantando a gestão documental, iniciaram a implantação em 2006, sendo 7 Promotorias de Justiça do interior. Entre os 14 setores que não estão implantando, 4 são Setores novos, com Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos elaborados recentemente ou em estruturação, portanto não aptos a serem avaliados em 2006.

¹² Tabela 2 - O número de setores que em 2005 não estavam implantando a Política de Gestão Documental diminuiu em 2006 de 25 setores (9,57%) para 14 setores (5,28%) e desconsiderando os setores novos, totaliza 10 Setores não implantando (3,7%). Entre estes 10 Setores, 4 sofreram revisão no Plano de Classificação e na Tabela de Temporalidade de Documentos em 2006.

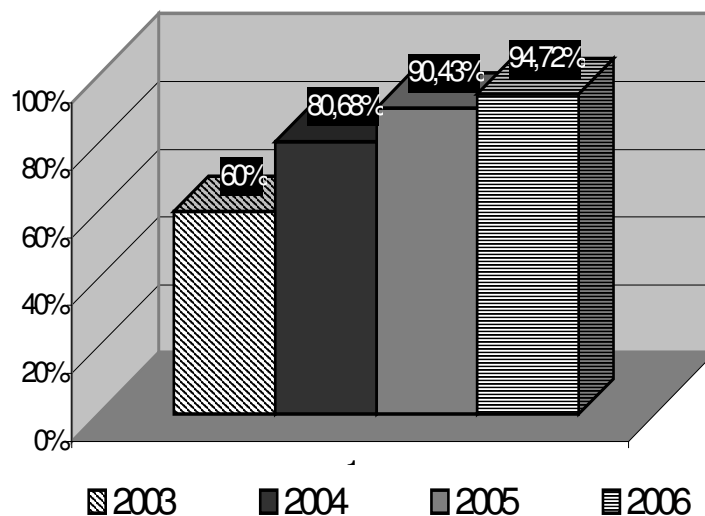


Setores Novos

11.	Assessoria em Projetos de Tecnologia da Informação
12.	Ouvidoria do Ministério Público
13.	Unidade de Manutenção de Veículos
14.	Unidade de Telefonia

GRÁFICO 3

COMPARATIVO DOS SETORES QUE IMPLANTARAM OU ESTÃO IMPLANTANDO A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL ENTRE 2003 E 2006

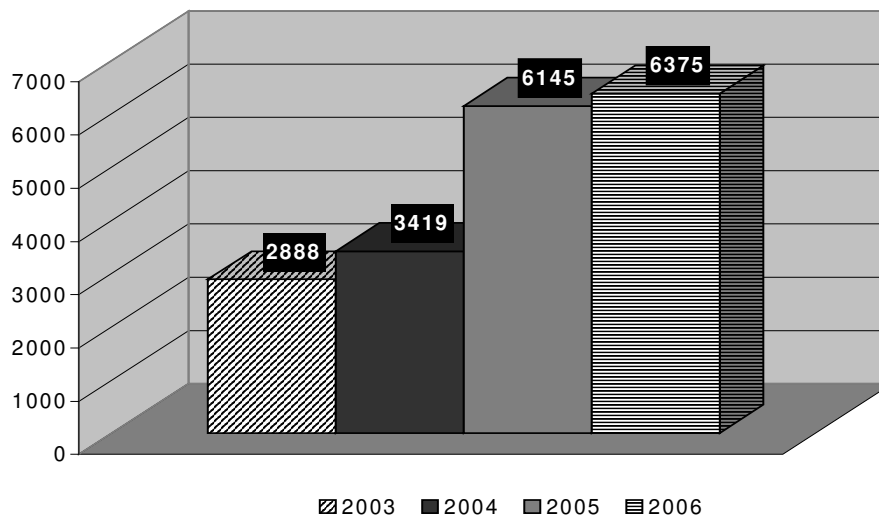


¹³ Total de documentos eliminados em 2006 = 6.375 Kg = 6 t
Total de documentos eliminados entre 2003 e 2006 = 18.856 kg de documentos = 19 t



GRÁFICO 4

VOLUME DE DOCUMENTOS ELIMINADOS PELA POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL (Kg/Ano)



ÓRGÃOS/SETORES QUE DESTINARAM DOCUMENTOS CONFORME TABELA DE TEMPORALIDADE

TABELA 3

N.º	Setores que eliminaram documentos em 2006
1.	CAO Cível e de Defesa do Patrimônio Público
2.	CAO Criminal
3.	CAO da Infância e da Juventude
4.	CAO da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias
5.	CAO de Defesa do Consumidor
6.	CAO de Defesa do Meio Ambiente
7.	CAO dos Direitos Humanos
8.	CAO - Secretaria
9.	Corregedoria-Geral do Ministério Público
10.	Corregedoria-Geral do MP - Subcorregedoria
11.	Divisão Administrativa
12.	Divisão de Assessoramento Técnico
13.	Divisão de Desenvolvimento Organizacional
14.	Unidade de Apoio Administrativo - Promotorias Especializadas



N.º	Setores que eliminaram documentos em 2006
15.	Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
16.	Gabinete de Assessoramento Especial e para Assuntos Legislativos - GAEL
17.	Memorial do Ministério Público
18.	Núcleo Processual
19.	Procuradoria de Fundações
20.	Procuradoria de Justiça Criminal
21.	Procuradoria de Prefeitos
22.	Procuradoria de Recursos - Custos Legis
23.	Procuradoria de Recursos - Recorrente
24.	Promotoria de Justiça Criminal de Alvorada
25.	Promotoria de Justiça Criminal de Bagé
26.	Promotoria de Justiça Criminal de Canoas
27.	Promotoria de Justiça Criminal de Guaíba
28.	Promotoria de Justiça Criminal de Novo Hamburgo
29.	Promotoria de Justiça Criminal de Porto Alegre
30.	Promotoria de Justiça Criminal de Santana do Livramento
31.	Promotoria de Justiça Criminal de São Gabriel
32.	Promotoria de Justiça de Campo Novo
33.	Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul
34.	Promotoria de Justiça de Estrela
35.	Promotoria de Justiça de Falências e Recuperação de Empresas de Porto Alegre
36.	Promotoria de Justiça de Família e Sucessões de Porto Alegre
37.	Promotoria de Justiça de Farroupilha
38.	Promotoria de Justiça de Gramado
39.	Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha
40.	Promotoria de Justiça de Palmares do Sul
41.	Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado
42.	Promotoria de Justiça de Restinga Seca
43.	Promotoria de Justiça de Santo Cristo
44.	Promotoria de Justiça de Veranópolis
45.	Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Porto Alegre
46.	Promotoria de Justiça dos Juizados Especiais Criminais de Porto Alegre
47.	Promotoria de Justiça dos Juizados Especiais Criminais de Porto Alegre - Turmas Recursais
48.	Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre
49.	Promotoria de Justiça Regional do Sarandi de Porto Alegre
50.	Secretaria da Direção-Geral
51.	Secretaria do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
52.	Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos



N.º	Setores que eliminaram documentos em 2006
53.	Serviço Biomédico
54.	Unidade de Apoio Administrativo - Prédio Ipergs e Prédio Foro Central
55.	Unidade de Apoio Administrativo - Promotorias Especializadas
56.	Unidade de Organização e Métodos
57.	Unidade de Protocolo e Expedição

GRÁFICO 5¹⁴

**VOLUME DE DOCUMENTOS TRANSFERIDOS/
RECOLHIDOS AO ARQUIVO GERAL (Caixa/Ano)**

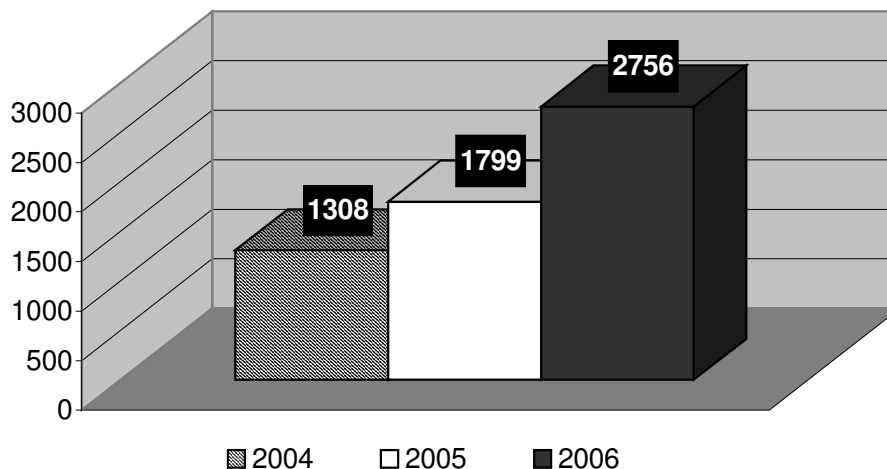


Gráfico 5 - Foram recolhidos/transferidos de 2004 a 2006, 4.419 caixas de documentos.

Analisando os gráficos 4 e 5, percebe-se que a Política de Gestão Documental está se consolidando na fase final, de destinação dos documentos.

¹⁴ Gráfico 5 – Total de documentos transferidos/recolhidos em 2006: 2359 caixas provenientes de 30 Setores. Constatou-se um pequeno percentual de erros de classificação (+ ou - 3%) e acondicionamento na documentação conferida.



TABELA 4

Setores recolheram/transferiram documentos em 2006
1. Assessoria de Comunicação Social
2. CAO Cível e de Defesa do Patrimônio Público
3. CAO da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias
4. Corregedoria-Geral do Ministério Público
5. Divisão de Assessoramento Técnico
6. Núcleo Processual
7. Procuradoria de Prefeitos
8. Procuradoria de Recursos - Custos Legis
9. Procuradoria de Recursos - Recorrente
10. Promotoria de Justiça Criminal de Alvorada
11. Promotoria de Justiça Criminal de Novo Hamburgo
12. Promotoria de Justiça Criminal de Porto Alegre
13. Promotoria de Justiça da Fazenda Pública e dos Juizados Especiais Cíveis de Porto Alegre
14. Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - Ciaca de Porto Alegre
15. Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre
16. Promotoria de Justiça de Falências e Recuperação de Empresas de Porto Alegre
17. Promotoria de Justiça de Família e Sucessões de Porto Alegre
18. Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha
19. Promotoria de Justiça de Tramandaí
20. Promotoria de Justiça de Vera Cruz
21. Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Porto Alegre
22. Promotoria de Justiça dos Juizados Especiais Criminais de Porto Alegre
23. Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária
24. Promotoria de Justiça Regional do Partenon de Porto Alegre
25. Promotoria de Justiça Regional do Sarandi de Porto Alegre
26. Sala do Ministério Público no Tribunal de Justiça
27. Secretaria do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
28. Unidade de Apoio Administrativo - Prédio Ipergs e Prédio Foro Central
29. Unidade de Registros Funcionais
30. Secretaria do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos



TABELA 5

Indicadores do tratamento do acervo acumulado no Arquivo Geral									
2.339 caixas-arquivo classificadas = 70,24 %									
1.666 caixas-arquivo acessíveis para pesquisa = 50,03%									
3.369 kg de documentos eliminados por Termo/Lista de Eliminação e documentos sem conteúdo arquivístico = 20,23%									
Anos	Documentos classificados		Documentos acessíveis para pesquisa		Documentos eliminados				
	Número caixas	Percentual	Número caixas	Percentual	kg de documentos eliminados por Termo/Lista Eliminação		kg de documentos eliminados, sem conteúdo arquivístico		Total de documentos eliminados
kg					Percentual	kg	Percentual	Percentual	
2004	1.135	34,08%	815	24,47%	1.490	8,95%	110	0,66%	9,61%
2005	807	24,23%	589	17,69%	921	5,53%	170	1,02%	6,55%
2006	397	11,92%	262	7,87%	423	2,54%	255	1,53%	4,07%
Total	2.339	70,24%	1.666	50,03%	2.834	17,02%	535	3,21%	20,23%
Volume total do acervo: 3.330 caixas									

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA UNIDADE

- Atendimento aos setores para consultas/desarquivamento de Processos SPI

CRITÉRIOS DE PESQUISA	TOTAL 2006
AND-HIS	11036
AND-MUL	8060
PRO-DES-MUL	10815
PRO-CON-INT	13896
PRO-CON-ARQ-INT	5181
PRO-CON-CRI	5764
PRO-CON-ARQ-CRI	12022
PRO-INC	3933



- Capacitação do Quadro

EVENTO	PARTICIPANTE
✓ II Congresso Nacional de Arquivologia – 23 a 27/07.	Adriana Lampert Berwanger, Emiliano Medeiros, Fátima Lúcia Gazen de Mesquita, Leonice Geni Röpke, Luciana Baggio Bortolotto, Norma Helena Kunrath e Vanessa Berwanger Sandri
✓ Oficina sobre Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE – 16/10.	Adriana Lampert Berwanger, Emiliano Medeiros, Fátima Lúcia Gazen de Mesquita, Leonice Geni Röpke, Luciana Baggio Bortolotto, Marcelo Bernardes, Norma Helena Kunrath e Vanessa Berwanger Sandri
✓ Oficina sobre o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ – 17/10.	Adriana Lampert Berwanger, Emiliano Medeiros, Fátima Lúcia Gazen de Mesquita, Leonice Geni Röpke, Luciana Baggio Bortolotto, Marcelo Bernardes, Norma Helena Kunrath e Vanessa Berwanger Sandri
✓ I Seminário de Gestão Documental no Poder Judiciário – 19 e 20/10.	Adriana Lampert Berwanger

- **Cursos que tiveram a participação dos servidores da Unidade como Instrutores:**
 - Curso de Gestão Documental - Especial para servidores das Promotorias de Justiça de Tenente Portela, Cachoeirinha e Sapiranga.
- **Eventos externos**
 - Apresentação de três trabalhos no II Congresso Nacional de Arquivologia.
 - Realização do Painel ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO, evento paralelo do II Congresso Nacional de Arquivologia.
- **Redimensionamento do Quadro**
 - Foi lotada na Unidade a servidora Tatiana Menezes dos Santos, Agente Administrativo, a contar de 23/11/2006.

2.1.10 Divisão de Assessoramento Técnico

O presente relatório tem por objetivo mostrar os resultados das atividades desenvolvidas pela Divisão de Assessoramento Técnico durante o ano de 2006, sempre buscando atender com presteza, dedicação e maior brevidade possível às solicitações efetuadas por membros ou servidores do Ministério Público, programando cada solicitação para perfeita execução das



atividades. Segue abaixo um relato das principais ações realizadas pela Divisão de Assessoramento Técnico durante o ano de 2006:

a) Planejamento Estratégico

Em 2006 a Divisão de Assessoramento Técnico efetuou a capacitação de nova turma de Secretários de Diligências na área ambiental com o objetivo de que os mesmos possam auxiliar suas Promotorias de Justiça na busca de elementos informativos necessários à instrução da investigação de danos ambientais. Dessa maneira, pretende-se que os casos menos complexos, e que não dependam de conhecimento especializado, possam ser encaminhados de maneira mais ágil pelas Promotorias de Justiça.

Em relação à proposta realizada para demonstrar à sociedade a atuação do Ministério Público na defesa do meio ambiente, informamos que o conteúdo técnico elaborado pela Divisão de Assessoramento Técnico foi entregue à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais para os encaminhamentos pertinentes.

Outra preocupação da DAT é a de aprimorar o embasamento teórico, a quantidade de dados e a qualidade das interpretações constantes dos documentos técnicos produzidos motivo pelo qual foi apresentado ao Gabinete de Recursos Hídricos um projeto que contempla a obtenção de equipamentos de medição para a verificação de critérios quantitativos referentes à qualidade físico-química e microbiológica de efluentes líquidos ou de corpos hídricos.

Quanto à área do Serviço Social, iniciou seu trabalho na 2ª quinzena de fevereiro de 2006, a partir da contratação de 04 profissionais da área. Estas iniciaram sua atuação assessorando as Promotorias de Justiça e Direitos Humanos, Promotorias de Proteção à Infância e Juventude e 10ª Promotoria de Família. A partir deste trabalho, outras Promotorias começaram a solicitar assessoramento da área, quais sejam: Promotoria de Montenegro, Promotoria de Viamão, Promotoria de Erechim, Promotoria de Santo Augusto, Promotoria de Carazinho, Promotoria de Lajeado, Promotoria de Santo Antônio da Patrulha, Promotoria de Passo Fundo, Promotoria de Butiá, CAO Direitos Humanos, além das Promotorias Regionais do Alto Petrópolis, Tristeza, Restinga, Promotoria do 4º Distrito e a 2ª Promotoria da Infância e Juventude.

A instituição solicitou que os assistentes sociais da DAT, participassem da equipe interdisciplinar que está desenvolvendo um projeto de acompanhamento de servidores e na área de RH participação na equipe responsável pela avaliação de processos de readaptação funcional, bem como, na



discussão de um projeto educativo de estágio a ser viabilizado , para adolescentes oriundos da FASE.

O serviço social da DAT participou na coordenação, juntamente com as demais assistentes sociais da instituição, do I Encontro Nacional do Serviço Social Nos Ministérios Públicos, com a participação de 60 pessoas representando os MP's de 17 estados brasileiros.

A área da psicologia conta com uma profissional de psicologia desde maio de 2006, assessorando as Promotorias da Infância e Juventude , Direitos Humanos, Promotoria de Rio Grande, Carazinho, Lajeado e Campo Bom.

Participação na equipe interdisciplinar que está desenvolvendo um projeto de Acompanhamento de Servidores.

No que diz respeito à qualidade e à quantidade das informações que chegam à Divisão de Assessoramento Técnico, para fins de embasamento e agilidade na emissão de pareceres, a Divisão de Assessoramento Técnico continua a trabalhar com o preconizado pela Ordem de Serviço 17/2005 e com a elaboração e divulgação dos roteiros técnicos criados pela Divisão, facilitando, dessa maneira, a atuação do setor nas questões ambientais.

b) Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Ministério Público teve início em 16-12-2003, no edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, tendo por meta promover os seguintes objetivos: estimular a consciência ambiental; promover o exercício da cidadania; melhora a qualidade do trabalho e ser referência ambiental. Após a implantação do PGRS na sede da Andrade Neves, o PGRS foi implantado na Casa da Cidadania e no edifício que abriga as Promotrias de Justiça da Santana. Até o presente momento já foram destinados corretamente as seguintes quantidades de resíduos:

- Papéis: 102.902,30 kg;
- Resíduos secos: 15.967,33 kg;
- Resíduos orgânicos: 32.933,00 kg
- Lâmpadas Fluorescentes: 1.500 unidades

Além disso, em 2006, e de acordo com o previsto no Planejamento Estratégico do setor, iniciou-se o planejamento da expansão do PGRS para as novas sedes do Ministério Público, expansão esta que deverá estar sendo efetivada no decorrer do 1º semestre de 2007.



c) Número de Relatórios Produzidos

Em 2006 foram elaborados 2995 documentos pelas três áreas de conhecimento da Divisão de Assessoramento Técnico, assim distribuídos:

- área do meio ambiente: 2235
- área contábil: 564
- área do serviço social: 196 relatórios produzidos e 43 vistorias em abrigos para criança e adolescente de Porto Alegre.

d) Temas Abordados

Nos 2995 pareceres/relatórios de vistorias elaborados durante o ano de 2006, os principais temas abordados foram os seguintes:

- SERVIÇO SOCIAL

- Infância e Juventude
- Idosos
- Doentes Mentais
- Pessoa com deficiência
- Interdição
- Violência contra mulher
- Rede de proteção Social
- Exploração sexual

- PSICOLOGIA

- Infância e Juventude
- Interdição
- Violência contra mulher
- Família
- Exploração sexual

- MEIO AMBIENTE

- agrotóxicos;
- água;
- áreas protegidas;
- construção civil;
- criação intensiva;
- fauna;
- loteamento;
- patrimônio cultural;



- poluição industrial;
- poluição sonora;
- postos de combustível;
- recursos hídricos;
- resíduos sólidos;
- suinocultura;
- construção irregular;
- ar;
- esgoto/saneamento básico;
- flora;
- solo;
- mineração.

- CONTABILIDADE

- Atualização Financeira;
- Prestação de Contas;
- Tomada de Contas;
- Avaliações (apuração de valores);
- Aplicação de Recursos (Fundos)
- Licitação
- Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Orçamentos;
- Custos;
- Outros Recursos Públicos e Privados (Associações, Cooperativas)

e) Diversificação dos Recursos Humanos

Em 2005 a DAT já era responsável pelo assessoramento técnico aos Promotores de Justiça nas questões relacionadas às áreas do meio ambiente, da defesa do patrimônio histórico-cultural, da contabilidade e das áreas de engenharia civil e arquitetura. Em 2006, além de manter-se essa estrutura de assessoramento, inclusive com a chegada de novos profissionais nas áreas acima citadas, a DAT passou a ser responsável, com a inclusão no seu quadro de recursos humanos de profissionais do Serviço Social, pelo assessoramento técnico nas questões relacionadas às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, Direitos Humanos, Família e Sucessões.

f) Pesquisa de Opinião

A Divisão de Assessoramento Técnico, a partir de 28/06/2004, implantou um sistema de “Pesquisa de Opinião” sobre os relatórios



produzidos no setor com a finalidade de se avaliar a qualidade do trabalho elaborado pela Divisão aos Promotores de Justiça. Nessa pesquisa de opinião, que sempre acompanha os relatórios gerados pela DAT, são avaliados os seguintes itens:

- Clareza das informações prestadas;
- Objetividade;
- Contato feito pelo assessor;
- Descrição do dano;
- Indicação de medidas recuperatórias e/ou compensatórias;
- Tempo de resposta;

No período de 01/03/05 até 31/12/05 a Divisão de Assessoramento Técnico elaborou 2409 relatórios, tendo recebido 1241 Pesquisas de Opinião respondidas pelos Promotores de Justiça, relativas àqueles documentos produzidos, o que perfaz um percentual de retorno de 50%.

Importante salientar que esse número representa apenas as solicitações que são recebidas na Divisão de Assessoramento Técnico e que são respondidas mediante a emissão de Parecer e/ou Relatório de Vistoria, ou seja, não incluem as demais atividades desenvolvidas pela DAT, tais como: participação em audiências, atendimentos informais, elaboração de roteiros técnicos, participação em reuniões, participação em grupos de trabalhos de discussões técnicas, participação em capacitações, além de também não expressar a complexidade das demandas que chegam à DAT.

Comparando-se os dados dos resultados das duas Pesquisas de Opinião já realizadas, percebe-se que a Divisão de Assessoramento Técnico manteve o bom desempenho já obtido na pesquisa anterior, indicando a qualidade do assessoramento técnico que vem sendo prestado aos Membros do Ministério Público: desta vez, os resultados apontam que praticamente todos os quesitos analisados chegaram a uma aprovação superior a 97%, notando-se um acréscimo em relação aos dados da pesquisa anterior.

Por fim, a DAT ainda realizou as seguintes atividades:

- GERAIS (INTER-AGENDA):

- Curso de desenvolvimento de equipes, no âmbito do Programa de Gestão de Unidades Administrativas, com a facilitadora Saara Häuber, promovido pela ABRH e Sociedade Brasileira da Dinâmica dos Grupos;



- Curso de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), com professores da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) e IAP (Instituto Ambiental do Paraná);
- Elaboração e implementação de novo modelo de documento padronizado para a DAT;
- Definição de metas e critérios para capacitação e treinamento dos profissionais da DAT, e elaboração de planejamento a curto e médio prazo;

- SERVIÇO SOCIAL:

• **Infância e Juventude:**

Avaliação social;

Vistoria em abrigos para crianças e adolescentes em POA, Erechim, Montenegro, Santo Augusto e Santo Antônio da Patrulha.

• **Idosos:**

Avaliação Social;

Vistoria em asilos e casas lares em POA e Viamão.

• **Doentes Mentais:**

Avaliação social;

Vistoria a instituições em POA

• **Pessoa com deficiência:**

Avaliação social;

Vistoria a instituições.

• **Interdição:**

Avaliação social.

• **Violência contra mulher**

Análise de Projeto da Promotoria de Rio Grande por solicitação do CAO DH.

• **Rede de proteção Social**

Palestra para comunidade de Carazinho e municípios vizinhos.

• **Exploração sexual**

Assessoria em projeto da Promotoria de Lajeado

- PSICOLOGIA:

• **Infância e Juventude**

Avaliação psicológica e formulação de quesitos.

• **Interdição**

Avaliação psicológica.

• **Violência contra mulher**



Análise de Projeto da Promotoria de Rio Grande por solicitação do CAO DH.

- **Família**

Palestra para comunidade de Carazinho e municípios vizinhos.

- **Exploração sexual**

Assessoria em projeto da Promotoria de Lajeado

- MEIO AMBIENTE:

- Revisão bibliográfica sobre o assunto “mineração de areia em cursos d’água: impactos ambientais”; três vistorias embarcadas em trechos do rio Jacuí para auxiliar tecnicamente o Inquérito Civil Regional que investiga o assunto; parecer elaborado por profissional da DAT foi, até mesmo, destacado em sentença proferida por Juiz Federal, que determinou a interrupção das atividades de extração de areia nas ilhas das Flores e das Cabras, entre São Jerônimo e Charqueadas;
- Criação de grupo de trabalho para elaboração de procedimentos de cálculo de dano ambiental;
- Participação de profissionais da DAT nas reuniões da Câmara Técnica Permanente de Mineração do CONSEMA, incluindo apresentação sobre impactos ambientais da extração de areia;
- Realização de vistorias conjuntas dos profissionais da DAT com técnicos da FEPAM em empreendimentos de extração de arenito na região de Lajeado, que resultará em um plano para o enfrentamento do problema da extração de arenito de forma integrada;
- Avaliação de planos de arborização urbana de municípios;
- Assessoria técnica sobre consulta pública a respeito de aviação agrícola;
- Avaliação da presença de cultivos com uso de agrotóxicos no entorno de bacias de captação de água para consumo humano;
- Avaliações de termelétricas à biomassa;
- Elaboração de pareceres focalizando a questão da suinocultura na região de Frederico Westphalen, onde mais de 200 empreendimentos deste tipo são investigados em Inquéritos Cíveis; os pareceres consideraram aspectos como: estruturação geológica e



tectônica da região, tipos de solos, riscos para os aquíferos freáticos e confinados, providências necessárias para a regularização dos empreendimentos e atitudes para a proteção ambiental do local;

- Suporte técnico ao MP para a avaliação e elaboração de TAC's sobre a questão da silvicultura, em função de projetos para a expansão desta atividade no Estado;
- Realização de vistorias na região do Parque Estadual de Itapeva, em Torres, para subsidiar atuação do MP quanto ao plano de manejo e o melhor traçado para rodovia que atenderá a comunidade, visando a preservação do meio ambiente;
- Evento sobre queimadas realizado em Bom Jesus (04/05);
- Elaboração de Roteiro Técnico sobre queimadas, no sentido de subsidiar a atuação do MP no tratamento das questões relativas a esta prática no Estado; o roteiro contém um histórico da prática da queimada, a legislação pertinente, a valoração econômica da degradação ambiental e as principais medidas para prevenção e compensação ambiental referente ao uso do fogo;
- Elaboração de Roteiro Técnico sobre acessibilidade, ou seja, condições de acesso a prédios por pessoas portadoras de deficiência; propicia aos agentes do MP imediata verificação das condições de acessibilidade a prédios públicos e particulares;
- Elaboração de Roteiro Técnico sobre poluição sonora, contendo os procedimentos necessários para que as Promotorias de Justiça encaminhem soluções para o problema da emissão de ruídos por estabelecimentos noturnos, comerciais ou industriais;
- Participação da DAT em discussões institucionais sobre a aplicação da Resolução CONAMA 369/06, que versa sobre a consolidação das áreas de preservação permanente (APP);
- Participação de profissionais da DAT, com apresentação de trabalho sobre valoração econômica do meio ambiente, no V Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental, promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES) e realizado na PUCRS;



- Participação no Seminário “Grandes Empreendimentos e Licenciamento Ambiental”, promovido pela ABES em Novo Hamburgo;
- Realização do “Treinamento de Diligências Ambientais” (TREDILAM 2006), para capacitação dos Secretários de Diligências em questões de meio ambiente;
- Realização de treinamento para capacitação de novos integrantes do policiamento ambiental do Comando Ambiental da Brigada Militar;
- Acompanhamento de perícias judiciais na qualidade de assistentes técnicos do MP;
- Acompanhamento da questão das sucessivas mortandades de peixes no rio dos Sinos por profissionais das áreas da engenharia química e biologia; análise, valoração econômica e proposição de medidas mitigadoras e preventivas, para evitar futuras ocorrências;
- Participação em reuniões sobre a questão do esgotamento sanitário na bacia hidrográfica do rio dos Sinos;
- Participação de profissionais da DAT em reuniões para elaboração de uma cartilha sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, juntamente com técnicos da FAMURS, FEPAM e Vigilância Sanitária do Estado;
- Participação e apresentação de painel no “I Seminário Saneamento Ambiental: água e esgoto”, em Passo Fundo;
- Participação no “Seminário sobre Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Rio Uruguai”, em Erechim e Ijuí;
- Participação no 3º Seminário da SEMA – “Dano Ambiental: Avaliação, metodologia e recuperação”, realizado em Veranópolis;
- Participação no “I Fórum Estadual de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN)”, realizado na Assembléia Legislativa do Estado do RS;
- Ações para a implementação do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) na nova sede do MP, em prosseguimento ao programa implantado em 2002.

- CONTABILIDADE

- Elaboração do “Manual de Prestação de Contas de Família e Sucessões” e respectivo roteiro de avaliação;



- Participação no curso de “Excel Avançado” - ministrado pelo SENAC Informática;
- Participação no curso “Manifestação Conclusiva do Controle Interno Voltado à Lei de Responsabilidade Fiscal” do Tribunal de Contas do Estado;
- Participação no curso “Sistema de Informação para Auditoria e Prestação de Contas” do Tribunal de Contas do Estado;
- Palestra na Procuradoria Geral do Estado sobre “Decisões Judiciais e Limitações do Orçamento Público”;
- Participação no curso “Aprimorando a Comunicação em Língua Portuguesa” – ministrado, à distância, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

2.1.11 Comissão Disciplinar Permanente

a) Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados em 2006

Número de Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados: 46 (quarenta e seis), e 02 (dois) Processos Administrativos Disciplinares.

Situação atual dos Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados em 2006:

- 33 (trinta e três) Procedimentos de Sindicâncias arquivados;
- 12 (doze) Procedimentos de Sindicâncias em instrução;
- 01 (um) Procedimento de Sindicância concluso para decisão.

Resultado dos Procedimentos Administrativos de Sindicâncias encerrados:

- 26 (vinte e seis) Procedimentos de Sindicâncias arquivados sem aplicação de penalidade disciplinar;
- 02 (dois) Procedimentos de Sindicâncias com aplicação de penalidade de repreensão por escrito;



- 01 (um) Procedimento de Sindicância com aplicação de penalidade de suspensão por 20 dias convertida em multa;
- 03 (três) Procedimentos de Sindicâncias encaminhando para a PGE para ressarcimento de valores;
- 01 (um) Procedimento de Sindicância com Pedido de Exoneração do Cargo, durante a instrução da Sindicância;

b) Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados em 2005 com penalidade aplicada em 2006

Número de Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados em 2005 com penalidade aplicada em 2006: 13 (treze) Procedimentos.

Resultado dos Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados em 2005 com penalidade aplicada em 2006:

- 01 (um) Procedimento de Sindicância com aplicação de penalidade de repreensão por escrito;
- 01 (um) Procedimento de Sindicância com aplicação de penalidade de repreensão por escrito e suspensão por 05 dias;
- 03 (três) Procedimentos de Sindicâncias com pedido de exoneração, e um deles enviado cópias para Promotorias Criminais;
- 08 (oito) Procedimentos de Sindicâncias sem aplicação de pena.

2.1.12 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

2.1.12.1 Unidade de Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional

O CEAF é o órgão responsável pela educação institucional no Ministério Público. Através das atividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos estabelece-se um círculo virtuoso de aquisição, disseminação, compartilhamento e retenção de conhecimento na Instituição. O CEAF, com enfoque estratégico, possibilita e estimula, através dos projetos educacionais



realizados, uma ampla discussão de implementação de ações institucionais e administrativas.

Anualmente, é elaborado um plano de capacitação e aperfeiçoamento. As informações para concretização do plano originam-se de diversas fontes, tais como o Plano Geral de Atuação Institucional, o Plano Geral de Atuação Administrativa, Políticas Institucionais, a Ficha de Avaliação do Estágio Probatório dos Servidores, além de demandas pontuais de membros e servidores.

Através de seus servidores, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional participa das Comissões de Estágio Probatório, Antitabagismo, Qualidade de Vida e de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Também está presente em grupos de trabalho criados pela Comissão Permanente de Informática e seu coordenador é presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos. Toda esta atuação não se faz por acaso, e sim porque o CEAF se propõe a uma postura proativa, ou seja, antecipando demandas e planejando suas atividades de maneira apropriada, de forma a estar atento a toda necessidade de treinamento da Instituição.

Os projetos de educação levados a efeito pelo CEAF são implementados de modo autônomo e também em parceria com outros órgãos da Instituição, como a Subprocuradoria para Assuntos Institucionais, os Centros de Apoio Operacional e o Gabinete de Articulação e Responsabilidade Social. Além disso, o CEAF atua em parceria com a Fundação Escola Superior do Ministério Público, organizando conjuntamente os eventos de capacitação ou, ainda, adquirindo vagas nos cursos promovidos pela Fundação-Escola.

Um marco na atuação do CEAF tem sido os ciclos de debates para promotores e procuradores de justiça, promovidos pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais e pelos Centros de Apoio Operacional, com a colaboração do CEAF. Estes encontros, congregando membros de todo o Estado, tem, de modo geral, duas grandes finalidades: (i) uma, de natureza educacional, uma vez que possibilita um ambiente de capacitação, pela oportunidade de aprendizagem através da discussão e compartilhamento de experiências em oficinas de trabalho; e (ii) outra, de natureza institucional, porquanto objetiva a aprovação de enunciados destinados a pautar a atuação dos órgãos de execução, como recomendações, sem caráter vinculativo, com vistas a otimizar e a uniformizar a atuação institucional. Em 2006, o CEAF se fez presente na realização de dois encontros estaduais: “II Encontro Estadual Criminal do Ministério Público – Execução Criminal” e “Estratégias Institucionais do Ministério Público para a Concretização dos Direitos Humanos”. No encontro criminal, realizado em abril, na cidade de Gramado, compareceram 267 Procuradores e



Promotores de Justiça que debateram assuntos como a progressão de regime, a execução da pena, a fiscalização do serviço externo, o exame criminológico, o comportamento carcerário, o livramento condicional, a prescrição, as penas restritivas de direitos, saídas temporárias, indulto e prisão domiciliar. Mais de 70 ementas saíram das oficinas temáticas, sendo 64 aprovadas em plenário. No Encontro de Direitos Humanos realizado em Bento Gonçalves, no mês de junho, com 195 Promotores e Procuradores de Justiça, discutiu-se temas como a saúde como direito fundamental, falta de leitos hospitalares pelo SUS, discriminação contra a mulher, atenção às denúncias por discriminação sexual, a atuação do Ministério Público para tutelar e impedir a violação dos direitos humanos dos operadores e agentes de segurança e justiça, caracterização de situação de risco do idoso, instituições de longa permanência, judiciabilidade dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, planejamento familiar e controle da natalidade, assistência social como direito fundamental, a posição hierárquica dos Tratados de Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro e ação penal contra responsáveis por tortura e maus-tratos.

A partir da identificação de uma necessidade dos membros da Instituição, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional desenvolveu o Programa de Formação de Gestores de Promotorias de Justiça. Foi idealizado um programa de estudos com fundamentos básicos de administração voltado, exclusivamente, para membros. O objetivo foi transmitir conhecimentos e desenvolver habilidades básicas para gestão de uma unidade administrativa (Promotoria de Justiça). Em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o curso ocorreu em Caxias do Sul e Passo Fundo, com carga horária de cinquenta e seis (56) horas-aula e desenvolveu-se de maio a outubro. Cinquenta e sete (57) promotores de justiça concluíram o curso.

O Centro de Estudos realizou pesquisa para levantar necessidade de treinamento em língua portuguesa na Instituição. Concluída esta etapa e identificadas as necessidades específicas, foi firmado convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para o desenvolvimento de um curso de português na modalidade a distância. O primeiro curso que se utilizou desta metodologia na Instituição. Cerca de 300 pessoas, entre membros e servidores, aprimoraram seus conhecimentos em língua portuguesa.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional atua marcadamente na seara jurídica, em razão da atividade-fim da Instituição. Atuação extrajudicial, ordem urbanística, ambiental, defesa do consumidor, família, defesa comunitária, infância e juventude e improbidade administrativa são áreas em que o CEAF oferece oportunidades de cursos e palestras. Destaca-se este ano o apoio do CEAF ao fórum A Fiscalização de Alimentos e as Relações de Consumo, os cursos Atualização do Código Civil, Lei de Falências e Recuperação de Empresas,



Atualização em Processo Civil, Processo Civil Aplicado e o curso Temático de Direito-Urbano Ambiental e Patrimônio Cultural.

Como exemplo de projeto de educação oriundo do Planejamento Estratégico Institucional, deve ser mencionado o curso “Técnicas de Negociação”, levado a efeito pelo CEAF em parceria com PUCRS.

O Centro atua, também, em demandas isoladas de membros e servidores, como exemplo, podemos citar o I Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público que contou com a presença de mais de oitenta(80) assistentes sociais de todo país. Neste evento foi discutido papel do Serviço Social no contexto sócio-jurídico e no Ministério Público. Foram apresentados dezessete artigos e trabalhos que estão à disposição na página do CEAF na internet, que, aliás, foi criada este ano e tem sido muito útil como ferramenta de comunicação, sobretudo nos eventos externos.

No campo da tecnologia da informação, o CEAF investe na equipe de informática do Ministério Público, qualificada e atualizada com o que existe de mais atual em termos de tecnologia e desenvolvimento de sistemas. A informática básica para usuários também foi atendida através diversos cursos de Word, Excel, Internet, Access e Windows.

Na área ambiental, o Centro de Estudos tem oferecido diversos simpósios, congressos, seminários e cursos especializados. Neste ano temos como exemplo o curso de Avaliação de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), o Dia Mundial da Água, o Seminário sobre Queimadas e o Seminário sobre Matas Ciliares. Cabe ressaltar a importância de tais eventos e treinamentos como suporte ágil e qualificado à tomada de decisão do Promotor de Justiça.

O CEAF coordena a concessão de bolsas parciais aos membros da Instituição em cursos de pós-graduação, em universidades do Rio Grande do Sul. Atualmente são vinte e quatro membros com cursos em andamento. Especializações em Direito da Criança e do Adolescente, Direito Constitucional, Direito Penal e Processual Penal, Direito Civil, Mestrado em Direito do Estado e Mestrado em Filosofia são alguns exemplos.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional preocupa-se com o desenvolvimento das pessoas na Instituição. Procura estimular o aperfeiçoamento interpessoal do gestor, seja membro ou servidor, e demais envolvidos, visando à construção de equipes de trabalho. Através de parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos, o CEAF realizou projeto de desenvolvimento interpessoal e coaching junto à Divisão de Assessoramento Técnico e próprio CEAF.



Dentro da perspectiva de qualificação de servidores, este ano houve a entrega dos trabalhos de conclusão e a cerimônia formatura da turma do curso de pós-graduação – MBA em Gestão Pública – em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. A cerimônia de formatura, realizada no Palácio do Ministério Público contou com a presença da Administração Superior, o que só reforçou a importância reservada à educação na Instituição. Neste projeto, a Instituição proporcionou a 35 servidores, com o apoio do CEAF, uma capacitação diferenciada para que o Ministério Público mantenha-se, cada vez mais, uma Instituição de referência no contexto público brasileiro.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional fecha o ciclo do treinamento com um processo de avaliação. Nos cursos abertos, ou seja, onde membros e servidores participam do aperfeiçoamento com público externo em treinamentos ofertados por instituições ou empresas externas, 93,67% têm aplicado integralmente ou em parte os conteúdos oferecidos. Esta informação resulta das avaliações de aplicação entregues, portanto, do ponto de vista dos participantes. Ainda segundo as avaliações de aplicação, ressaltando que nem todas são devolvidas, 100% dos cursos realizados trouxeram maior motivação para o trabalho.

A seguir o Centro de Estudos apresenta alguns números de 2006:

I – Capacitação

N ° TOTAL DE SERVIDORES E MEMBROS INSTITUIÇÃO *	2.177
N ° DE PARTICIPAÇÕES EM CURSOS	1.906
INVESTIMENTO TOTAL	R\$
TOTAL DE HORAS DE TREINAMENTO	2.252 horas
HORAS DE TREINAMENTO POR MEMBRO E SERVIDOR	1,03

* Posição de registro do Banco de Dados da Instituição em 19/12/2006.

Distribuição do Investimento por Programa de Capacitação

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO	VALOR EM R\$	% Representativo
ÁREAS ADMINISTRATIVAS	24.798,00	3,11%
ÁREA AMBIENTAL	18.086,00	2,27%
ÁREAS DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS	615,00	0,08%
ÁREA MÉDICA	7.580,00	0,95%
ATENDIMENTO AO CIDADÃO	362,00	0,05%
CICLO DE DEBATES PARA MEMBROS	235.174,40	29,50%



PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO	VALOR EM R\$	% Representativo
DEMANDAS ISOLADAS DE MEMBROS	5.785,00	0,73%
DEMANDAS ISOLADAS DE SERVIDORES	3.691,35	0,46%
DILIGÊNCIAS	5.660,00	0,71%
DIREITO	37.152,71	4,66%
DIVISÃO DE INFORMÁTICA DESENVOLVEDOR	26.577,26	3,33%
FORMAÇÃO DE GESTORES	199.371,62	25,01%
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	260,00	0,03%
GESTÃO DOCUMENTAL	425,45	0,05%
INFORMÁTICA USUÁRIOS	22.477,00	2,82%
LÍNGUA PORTUGUESA	128.491,88	16,12%
PÓS-GRADUAÇÃO DE MEMBROS	79.835,20	10,02%
QUALIDADE DE VIDA	760,00	0,10%
TOTAIS	797.102,87	100,00%

II – Estágio Probatório

Em razão dos concursos realizados, há, hoje, muitos servidores em estágio probatório, que têm tido a atenção das áreas de capacitação e treinamento.

Dados básicos referentes ao ano de 2006:

- **Servidores em estágio probatório: 782**
- **Reuniões realizadas: 12**
- **Reuniões ordinárias: 10**
- **Reuniões extraordinárias: 02**
- **Média de processos relatados por reunião: 130,3**
- **Diligências realizadas: 63**

- **Encaminhamentos para treinamento: Atualmente, as eventuais solicitações de treinamento da chefia imediata e/ou do servidor avaliando são automaticamente analisadas pelo CEAF.**
- **Exonerações a pedido: 49**
- **Confirmações de estabilidade: 237**



III – Promoções

O Processo de Promoção referente ao Período Avaliativo de 01/06/2003 a 30/11/2004, foi concluído totalmente este ano, e não há previsão de abertura de novo processo de promoções até o momento.

2.1.13 Biblioteca João Bonumá

Durante o ano de 2006, a Biblioteca João Bonumá realizou sua mudança de sede, localizando-se hoje no andar térreo do novo prédio do Ministério Público em Porto Alegre. A Biblioteca permaneceu fechada por um período de dois meses para transferência do material à nova sede. Neste período, foi realizado o encaixotamento do acervo (que totalizou cerca de 400 caixas), a reorganização do acervo nas novas dependências e o preparo do material para atendimento aos usuários, sendo que no dia 28/08/2006 a Biblioteca foi reaberta ao público na sua nova sede.

Também neste ano, foi implantado um novo sistema informatizado de gerenciamento do acervo em substituição ao Lotus Notes, que se encontrava defasado em relação às necessidades de trabalho. O sistema atual é o Pergamum, que foi selecionado pelos profissionais da Biblioteca, da Informática e Administração do MP. O sistema foi implantado a partir de outubro, após a realização da mudança, e já se encontram em operação os módulos de Circulação de Materiais, Consulta e Catalogação (este em fase de reprocessamento do acervo para adequação ao padrão internacional de registro bibliográfico – MARC21).

O quadro de funcionários da Biblioteca também sofreu alterações neste período, em virtude das mudanças operacionais decorrentes das novas instalações e da implantação do novo sistema informatizado. A equipe atual conta com cinco bibliotecários, dois agentes administrativos, dois estagiários de nível médio e um funcionário terceirizado.

As atividades desenvolvidas pela Biblioteca compreendem a seleção, aquisição, indexação, catalogação, revisão, preparo para empréstimo, divulgação do material bibliográfico e atendimento aos usuários. A Biblioteca conta com um acervo de 11.208 (onze mil duzentos e oito) livros e 10.399 (dez mil trezentos e noventa e nove) periódicos, além de outros materiais para consulta, tais como CD-ROMs, diários oficiais, folhetos, microfichas e pastas. Em relação aos anos anteriores, o cálculo atual do nº de livros foi alterado, retirando-se do total os exemplares que foram excluídos do acervo ao longo dos anos por diversos motivos (deterioração, extravio, desatualização).



Somente em 2006, a Biblioteca adquiriu 656 (seiscentos e cinqüenta e seis) exemplares de livros, 614 (seiscentos e quatorze) fascículos de periódicos e 15 (quinze) exemplares de outros materiais para consulta. O investimento foi de R\$ 30.606,64 para livros, R\$ 53.748,72 para periódicos da Biblioteca e de R\$ 89.163,58 para periódicos e jornais de outros órgãos do Ministério Público, totalizando um investimento de R\$ 173.518,94 (cento e setenta e três mil, quinhentos e dezoito reais e noventa e quatro centavos). Considerando que, em 2006, foram realizados 7.759 (sete mil setecentos e cinqüenta e nove) empréstimos, o investimento em material bibliográfico é essencial para a permanente atualização do acervo disponibilizado.

A Biblioteca oferece também o acesso a bases de dados de legislação federal, estadual e do Município de Porto Alegre, que são mantidas e atualizadas pelos bibliotecários (estas bases estão disponíveis aos usuários internos via intranet). Além delas, também existem outras bases de dados jurídicas em CD-ROM que podem ser consultadas localmente.

2.1.14 Serviço Biomédico

O Serviço Biomédico tem como atividade principal a realização de perícias, prestando também assessoramento técnico para Promotorias de Justiça e assistência a membros e servidores do Ministério Público. Este Serviço é composto pela Coordenação, Secretaria Administrativa e por cinco gabinetes (Clínico, Psiquiátrico, Psicológico, Odontológico e de Enfermagem).

Em 2006, o Serviço Biomédico emitiu 1.215 (um mil, duzentos e quinze) laudos, tendo como principais demandas as perícias para concessão de licença para tratamento de saúde de membros, servidores e seus familiares, perícias para ingresso em cargos do quadro de pessoal do Procuradoria-Geral de Justiça e assessoramentos técnicos às Promotorias de Justiça.

Na atividade de assessoramento técnico, foram realizadas 359 assessorias com 317 (trezentas e dezessete) avaliações de pessoas. Em atividades assistenciais de emergência, o Serviço Biomédico prestou 266 (duzentos e sessenta e dois) atendimentos clínicos, odontológicos, psicológicos e psiquiátricos, além de 1.062 (um mil e sessenta e dois) procedimentos de enfermagem. Além disso, o Serviço Biomédico participou de diversas atividades de apoio institucional, como o Projeto Veraneio Cidadão, projetos diversos do programa Qualidade de Vida no Trabalho, Capacitação para Conselheiros Tutelares, entre outros.



3 Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais

Criada pela Lei Estadual n.º 11.410, de 06 de janeiro de 2000, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais tem-se estruturado no escopo de cumprir suas funções orgânicas: substituir e assistir o Procurador-Geral de Justiça; prestar assistência aos órgãos de execução e auxiliares do Ministério Público no planejamento e consecução de suas atividades de natureza funcional; buscar a integração dos órgãos de execução, visando a estabelecer a ação institucional; promover a cooperação entre o Ministério Público e as entidades envolvidas com a atividade penal e não-criminal.

Para atuar com eficácia, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais desenvolve ampla gama de atividades: promove encontros estaduais e regionais, bem como cursos de capacitação e integração de membros e servidores do *parquet*; coordena projetos voltados à cidadania e ao aprimoramento dos representantes da Instituição; exerce a representação externa da instituição, numa interação permanente com os poderes públicos e segmentos sociais. Caracteriza-se, ademais, como gerenciadora do Setor de Combate à Macrocriminalidade, participando ativamente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas “Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rêgo Santos” (GNCOG), tendo o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais assumido, desde dezembro de 2004, a presidência da referida entidade, situação que perdurou até novembro de 2006.

Prosseguiu-se, em harmonia com o plano de gestão da atual Administração Superior, na execução e avaliação do Plano Geral de Atuação Institucional (2003-2005, Planejamento Estratégico do Ministério Público/RS), a fim de implementar-se a visão de futuro da instituição (horizonte para 2010), que quer ser percebida como “Instituição de alta credibilidade, defensora dos interesses da sociedade e das leis, independente, atualizada, eficiente e com significativa importância social e jurídica. A sociedade deve conhecer de forma mais profunda a atuação e o papel social do Ministério Público e percebê-lo como uma organização atuante, como órgão agente e com unidade institucional, independente por completo do Poder Executivo.”. Para evitar solução de continuidade, desencadeou-se novo processo com vista ao Plano Geral de Atuação Institucional 2006/2007. No qual realizou-se, na terça-feira (20/12/05), reunião de avaliação e preparação da nova etapa do Planejamento. A nova formatação do Planejamento Estratégico Institucional 2006/2007 foi lançada e distribuída para servidores e membros do Ministério Público em 08 de maio de 2006.



Neste contexto, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais tem pautado suas atividades pelas diretrizes definidas no planejamento (macroestratégias), destacando-se:

3.1 Política Institucional

A política institucional passa por estratégias que garantam a independência política e funcional do Ministério Público, pela priorização da função como órgão agente, pelo incremento do contato social e a busca de efetividade de atuação.

a) Planejamento estratégico

O Ministério Público do Rio Grande do Sul, no intuito de qualificar ainda mais sua atuação, distribuiu, em fevereiro de 2004, para todos os Promotores e Procuradores de Justiça, um exemplar do Plano Geral de Atuação Institucional (2003-2005, Planejamento Estratégico do Ministério Público/RS, Porto Alegre, novembro de 2003, 60 pp.), concebido como importante ferramenta no gerenciamento dos rumos institucionais.

Neste sentido, o foco da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais foi o monitoramento, prosseguindo o acompanhamento que já vem de 2003, no escopo de estabelecer interfaces e, eventualmente, desenvolver em conjunto os respectivos projetos ou programas. Em janeiro de 2006, os Centros de Apoio Operacional foram solicitados com vista a obtenção de prioridades de atuação e calendário harmonizado para 2006. Como princípio, os pontos prioritários de atuação por área, também obtidos junto aos Conselhos de Atuação Específica balizaram o calendário institucional.

Incorporada à rotina, a consulta aos Promotores e Procuradores de Justiça, em busca de “Prioridades de Atuação para 2006. Tais dados serviram para orientar o calendário anual de atividade do ano 2006. A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais cumprindo meta traçada no Planejamento Estratégico, visou, em primeiro lugar, ofertar oportunidade de capacitação, que passou a ser requisito para análise da movimentação da carreira e, por outro lado, proporcionar a discussão plural de temas de interesse do Ministério Público e da sociedade. Situação especial houve na realização da segunda etapa do Projeto Envelhecendo com Dignidade, em Passo Fundo (17/03/06), no qual discutiu o envolvimento do Ministério Público na implementação e fiscalização do Estatuto do Idoso no município.

Quanto à área ambiental, como fruto do “Encontro Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul: definindo estratégias institucionais



para proteção do meio ambiente”, realizado no período de 26 a 28 de outubro do ano passado, no Centro de Eventos do Hotel Serrano, em Gramado-RS, concretizou-se como prioridade de atuação a proteção das águas, o que redundou na instalação do Programa Estadual de Proteção aos Recursos Hídricos, em 28 de dezembro de 2005, pelo Provimento n.º 60/2005. Este desenvolvido no âmbito da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, sob a coordenação de Promotor Assessor, promoveu o seu primeiro evento em 20 de março do corrente ano, no Auditório do Palácio do Ministério Público, o “Seminário em Comemoração ao Dia Internacional da Água”, atingindo o objetivo principal de discutir e analisar a atuação de vários órgãos e entidades no que diz com a tutela das águas superficiais e subterrâneas, estabelecendo uma sinergia capaz de aperfeiçoar as medidas judiciais e extrajudiciais de salvaguarda e remediação desses recursos.

Quanto ao planejamento estratégico institucional, o Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional, vinculado à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, realizou em dezembro passado, reunião de avaliação e preparação da nova etapa do Planejamento Estratégico 2006/2007. Na pauta, foi discutida a avaliação dos resultados (metas e ações) do Planejamento Estratégico 2003/2005 e a nova formatação do Planejamento Estratégico Institucional 2006/2007. A nova formatação do Planejamento Estratégico Institucional 2006/2007 foi lançada e distribuída para servidores e membros do Ministério Público em 08 de maio do corrente. Foram mantidas a missão e a visão institucionais, e ratificadas as diretrizes estratégicas, desencadeando-se novo processo para atualização de metas, ações e responsáveis, que mantém a consulta democrática a todos os membros e agrega servidores e novos setores da Administração.

b) Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional

Criado em abril de 2003, por intermédio do Provimento n.º 15/2003, o Gabinete de Pesquisa e Planejamento Institucional (GABPLAN), tem funções de assessoramento e configura-se como uma importante ferramenta, notadamente no que diz respeito à formulação, monitoramento e avaliação de posições institucionais. Tal órgão auxiliar presta assistência, de forma sistêmica, aos órgãos de execução, no planejamento de suas atividades funcionais, assim como colabora na integração dos órgãos de execução e facilita a cooperação institucional com organismos governamentais e não-governamentais (exemplar a interface com o Gabinete de Inclusão e Responsabilidade Social), a par de sugerir diretrizes e metas estratégicas e auxiliar na atualização e consecução do Plano Geral de Atuação Institucional. Atua de forma articulada com o CEAF e em permanente contato com os Centros de Apoio Operacional.



Em relação ao planejamento estratégico, os focos principais do GABPLAN envolveram a:

- Obter prioridade de atuação funcional para orientar as atividades de 2006, afim de alimentar o fluxo previsto para adoção de política institucional (§5º do artigo 17 da Lei n.º 7.669/82).
- Qualificar a ação Institucional tendo em vista a efetividade dos resultados.
- Avaliar a estrutura, organização e desempenho de todos os órgãos da Administração Superior, propiciando as alterações necessárias/convenientes através do Questionário Eletrônico MP Avalia.

b.1) Participação no Grupo Interdisciplinar de Pesquisa do Ministério Público - GIPEMP, com reuniões semanais, que culminou na celebração de quatro convênios, sendo o principal com a Universidade de Provence – França, com o fim de cooperação para a execução de pesquisa científica sobre os problemas primários na pré-adolescência e adolescência, em particular na delinqüência, sistematizando as determinantes epidemiológicas e psicopatológicas em uma metodologia que permita determinar protocolos clínicos e indicações de atendimento alicerçadas em prognósticos testados. Os resultados subsidiarão pesquisa mais ampla, que busca delimitar invariantes em diferentes culturas. Também foram celebrados convênios com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Instituto de Psicologia), Tribunal de Contas do Estado e Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul.

De novembro 2005 a março 2006: realizou-se a coleta de dados nos prontuários dos adolescentes em internação provisória. 184 (cento e oitenta e quatro) fichas foram preenchidas com o objetivo de traçar o perfil dos adolescentes. 20 (vinte) adolescentes constituíram o grupo de observação.

A realização da pesquisa de campo: o modelo de avaliação clínica foi aplicado em 21 (vinte e um) adolescentes durante este período. O referido modelo constituiu-se de uma entrevista com a mãe ou responsável pelo adolescente e cinco encontros com cada adolescente, sendo que dois foram destinados à aplicação dos testes projetivos T.A.T. (teste de apercepção temática) e Rorschach. Para a aplicação dos testes contamos com a cooperação da Faculdade de Psicologia da PUCRS. 20 (vinte) pareceres foram elaborados e disponibilizados à autoridade judiciária. Organizou-se relatórios de entrevistas e o material de pesquisa coletado.



Etapas da pesquisa a serem realizadas:

1) Ao final do período de 18 (dezoito) meses, a contar da data da aplicação do modelo de avaliação clínica, a situação dos três grupos (grupo de controle, grupo para o qual o parecer, formulado pela equipe de pesquisadores foi levado em conta pelas instâncias julgadoras e o último em que o parecer não foi considerado) deverá ser examinada pela equipe de pesquisadores para avaliar a viabilidade de validação de um modelo de avaliação clínica específico para esta população.

2) Realização de entrevistas com os adolescentes que participaram da pesquisa ao final do período de 18 (dezoito) meses.

3) Estudo constituindo o segundo eixo da pesquisa, tendo como objetivo buscar as invariantes nos determinantes psicopatológicos dos transtornos psíquicos ou de socialização nos adolescentes, em organizações culturais diferentes.

4) Publicação e divulgação dos resultados da pesquisa.

A pesquisa com a coleta de dados elaborou um estudo sociológico sobre as mudanças das formas de delinqüência na última década. Com a cooperação da Escola do Ministério Público. O estudo esteve em andamento no ano de 2005, sendo suspenso ao término do curso das alunas da Escola do Ministério Público. A etapa de pesquisa de campo, quanto a aplicação do modelo de avaliação clínica, está concluída. Em final de agosto o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa do Ministério Público apresentou os primeiros dados coletados e os novos rumos da pesquisa transcultural (Brasil-França), acerca da evolução e modificação das formas de delinqüência praticadas por adolescentes. O relatório de pesquisa teve como objetivo principal elaborar um modelo de avaliação clínica específico para a população de adolescentes infratores, além de buscar as psicopatológicas na questão da delinqüência juvenil.

b.2) Projeto Interiorização – “Questionário MP Avalia”

O questionário MP AVALIA, como ferramenta de pesquisa institucional, funcionou como meio de formatar parcerias entre Órgãos da Administração, Promotorias Especializadas e Promotorias de Justiça. Após a consolidação dos dados, a pesquisa serviu para a discussão de ações institucionais a serem adotadas pelo Ministério Público, funcionando, também, como ferramenta para a tomada de decisões quanto à estrutura orgânica e avaliação do desempenho dos órgãos da Administração. A pesquisa institucional “MP Avalia” foi respondida por 38,31% da classe, dentre os quais 227 Promotores de Justiça e 32 Procuradores de Justiça. Desencadeou-se, assim, o denominado Projeto Interiorização.



O foco principal é a descentralização administrativa da Instituição através de encontros regionais em que se possibilita a identificação das principais demandas e necessidades regionais, além de avaliar a estrutura, organização e desempenho de todos os órgãos da Administração Superior, propiciando as alterações necessárias e a criação de ambiente de trabalho informal e dinâmico, a fim de alcançar-se efetiva qualificação e intercâmbio de informações.

O Projeto Interiorização iniciou no ano de 2006 com o debate e análise do questionário MP Avalia na cidade de Pelotas, em 24 de março. A quinta etapa deste projeto que obteve uma avaliação positiva somando 100% quanto ao painel MP Avalia (análise e contextualização). O evento, que reuniu mais de 21 Promotores de toda a região, objetivou realizar um balanço geral da Administração, ouvindo os Promotores de Justiça e desenvolvendo um diálogo dos princípios de unidade, diversidade e eficiência, além de buscarem-se subsídios para políticas regionais de atuação institucional. Como resultado foi possível identificar as principais demandas e necessidades regionais.

A sexta etapa da interiorização realizou-se na cidade de Santa Maria, em 07 de abril, reunindo mais de 25 Promotores daquela região e auferindo-se 100% de aprovação no painel MP Avalia. A sétima ocorreu em 19 de maio na cidade de Passo Fundo, atingindo-se um percentual positivo no referido painel de 97%, que contou com mais de 40 Promotores de Justiça que compõem a região.

A etapa final realizada na cidade de Tramandaí, em 09 de junho deste ano, encerrou sua primeira etapa auferindo o resultado de 100% atendendo aos objetivos do evento. Sendo o oitavo encontro no qual reuniu a Administração Superior e os Promotores de Justiça atuantes nas comarcas do Litoral Norte. No início do evento foi exibido o vídeo institucional que mostra todas as áreas de atuação do Ministério Público. A Administração Superior do Ministério Público, com a participação da Corregedoria, desenvolveu um amplo diálogo sobre sensíveis questões institucionais além de debater pontos conjunturais. É importante destacar que as demandas surgidas dos debates nas diversas etapas são objeto de atenção especial e inter-setorial da Administração, e são respondidas, posteriormente, por escrito, com os respectivos encaminhamentos.

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais desencadeou no dia 02 de outubro do corrente, nova etapa do *Projeto Interiorização (2005/2006) – Região A*. Os resultados foram publicados na *intranet*, no endereço <http://intra.mp.rs.gov.br/subinst/gabplan>. Os dados completos desta nova etapa, devidamente estratificados (geral da Região A, Promotores de Justiça de entrância final e Procuradores de Justiça),



permaneceram disponíveis até 31 de outubro do corrente. Tratou-se de realizar pesquisa qualitativa e contextualização regional das respostas obtidas através da ferramenta MP-Avalia, que abrangeram tanto a avaliação dos órgãos da Administração Superior quanto questões de interesse institucional. A *Região A* congrega o maior número de membros do Ministério Público: 27 Promotorias no interior mais Porto Alegre (final e 2º grau), somando um total de 382 membros entre Promotores e Procuradores de Justiça. Houve 674 acessos aos dados mencionados.

c) Grupo Nacional de Combate às Organizações

Criminosas

O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais assumiu a presidência do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas “Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos – GNCOC”, criado pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça em 2002, como reação firme à audácia e o aprimoramento das organizações criminosas.

No mês de janeiro de 2006 o Grupo discutiu o projeto de lei do governo federal que pretende mudar a legislação que regula a escuta telefônica no país. Os integrantes do GNCOC receberam ofício do Subprocurador-Geral de Justiça para assuntos Institucionais, que preside a organização, alertando a importância do tema, objetivando construir uma forte e contundente posição no sentido de afastar os dispositivos contrários à cidadania e que barrem a rápida investigação dos crimes apurados com o uso da interceptação telefônica. Em junho (20/06) realizou-se a 14ª reunião ordinária semestral, em Maceió. Durante o encontro, foram traçadas diretrizes e metas para operacionalização do combate ao crime organizado em todo o Brasil. Pois, sempre que possível, adota-se uma padronização de condutas, por meio da troca de experiências e de informações, respeitando-se as peculiaridades inerentes ao perfil da criminalidade em cada Estado. A 15ª reunião ocorreu no dia 04 de setembro, em Brasília, onde discutiram estratégias de enfrentamento da criminalidade em todo País. Foi a última reunião do GNCOC sob a presidência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Em 23 de novembro do corrente ano, durante a reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, ocorreu a transmissão do cargo do Presidente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC). O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais apresentou um breve balanço da gestão 2005/2006, na qual foram desenvolvidas estratégias a partir do diagnóstico dos crimes existentes nas diversas regiões do País, priorizando o combate aos delitos relativos à produção, distribuição e comercialização de combustíveis, à lavagem de dinheiro e aos crimes contra a



ordem tributária relativos às organizações criminosas e a atuação dessas organizações dentro do sistema prisional brasileiro. Também, para a consecução das metas do GNCOC, foram realizadas cinco reuniões nacionais, em Vitória, Cuiabá, Manaus, Maceió e Brasília. Ainda, para dar continuidade ao trabalho elaborado na atual gestão, propôs-se o Projeto de Doutrina de Inteligência, sendo esse um sistema nacional de inteligência institucional dos Ministérios Públicos, bem como de unidades de inteligência em cada “parquet”, projeto tem como objetivo principal orientar os profissionais inseridos no contexto da Atividade de Inteligência, servindo de instrumento para a implementação da doutrina de Inteligência nos Ministérios Públicos, através de normatização própria.

d) ENCLA

É de recordar que se firmou a **Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro** (ENCLA 2004), com o objetivo de compartilhar ações entre órgãos públicos, estabelecidas 32 metas, reavaliadas e atualizadas para 2005, tendo o GNCOC obtido assento no mencionado fórum.

A ENCLA criou um novo sistema para o combate à lavagem de dinheiro no Brasil, baseado no princípio da articulação permanente dos órgãos públicos nos três níveis de atuação: *estratégico, inteligência e operacional*. Ao Gabinete de Gestão Integrada (GGI-LD) compete, em nível estratégico, a definição das políticas públicas e macro-objetivos da área. No setor de inteligência, a coordenação é do COAF; e as operações devem ser desenvolvidas por forças-tarefa.

Tendo em vista o estágio dos trabalhos, em 09 de novembro de 2006, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais participou da terceira reunião ordinária 2006 do Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD), que ocorreu em Pirenópolis/GO. Analisaram a efetividade das metas para 2006 da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (ENCLA) e desenvolveram atividades preparatórias para a Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro 2007, que a partir desta edição passa a denominar-se Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), inserção resultante de uma observação do Tribunal de Contas da União (TCU), em seu relatório anual divulgado ao final de 2005. Como há sobreposição dos órgãos relacionados aos dois temas, foi decidida a realização de uma estratégia nacional em conjunta.

Em cumprimento à meta 11 os Promotores de Justiça do Estado elaboraram sugestões para o projeto de lei que tipifica organização criminosa.



Em 29 de novembro de 2006, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, participou do 4º Encontro da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), em Ribeirão Preto (SP). Aproximadamente 40 órgãos do Executivo e Judiciário estiveram reunidos para discutir a prevenção e a desarticulação de crimes de lavagem de dinheiro, a fim que sejam traçadas as metas para 2007. Ainda, discutiram cerca de 30 novas propostas elaboradas em novembro pelo Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD), levantadas no encontro realizado em Pirenópolis (GO).

e) Programa Veraneio Cidadão

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, visando a atender aos anseios da sociedade, bem como o cumprimento de sua função constitucional, através do Programa Veraneio Cidadão 2006 adota medidas estratégicas para responder às necessidades decorrentes do aumento da população no litoral norte, em especial, nas cidades de Tramandaí, Capão da Canoa e Torres.

O Programa Veraneio Cidadão 2006 realizou-se em agosto de 2005, quando da aprovação deste pelo Procurador-Geral de Justiça, com o lançamento oficial em 02/01/2006 na Promotoria de Tramandaí, com a presença do Procurador-Geral de Justiça Dr. Roberto Bandeira Pereira, do Corregedor-Geral do Ministério Público Dr. Mário Cavalheiro Lisboa, da Juíza de direito de Tramandaí, Promotores, Servidores, Prefeitos da Região e Autoridades Militares.

DA COORDENAÇÃO

O Programa Veraneio Cidadão 2006 foi coordenado pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, representado pelo Promotor de Justiça Assessor Dr. Carlos Alberto de Araújo e pelo Promotor de Justiça Assessor Dr. Luiz Eduardo de Oliveira Azevedo. Para a função de Coordenador no Litoral do Programa foi designado o Dr. Júlio Alfredo de Almeida, Promotor de Justiça titular de Osório. Nesta edição, o Programa Veraneio Cidadão inovou quanto à coordenação local, pois designou os Promotores de Justiça Coordenadores das Promotorias como os interlocutores oficiais das demandas de 2006.

Dos Recursos Humanos

Dos Promotores Designados e Titulares:

Nesta edição do Programa Veraneio Cidadão, foram designados 29 membros da instituição para atuar nas Promotorias de Justiça do



litoral, com atribuições nas áreas da infância e juventude, criminal e defesa comunitária; sendo 12 Promotores de Justiça titulares.

Das Assessorias Técnicas:

Assistentes Sociais e Psicóloga

Foram designadas para trabalharem, nos meses de janeiro e fevereiro, como Assistentes Sociais em Tramandaí e Capão da Canoa, respectivamente, as servidoras Elenice Cheiss e Maria Bernardette de Moraes Medeiros.

Como psicóloga foi designada a servidora Ana Paula Lourenço, para atuar na Promotoria de Justiça de Torres.

Assessoria Ambiental

A Divisão de Assessoria Técnica, coordenada por Renan Behling concentrou-se na cidade de Tramandaí, deslocando-se para as demais comarcas num sistema rotativo e de acordo com as solicitações dos Promotores, atuando principalmente em resíduos sólidos, poluição sonora, esgoto e construções irregulares.

Funcionários Designados e Estagiários

Foram enviados para esta edição do Programa Veraneio Cidadão 21 estagiários e 4 servidores, sem ônus para a Procuradoria.

Dos Recursos Materiais

Na edição de 2006, foram disponibilizados pela administração cerca de 40 computadores, equipamentos reprográficos, telefones celulares, impressoras, 01 veículo 4x4 para Divisão de Assessoramento Técnico, mesas e material de expediente.

Reuniões De Avaliação

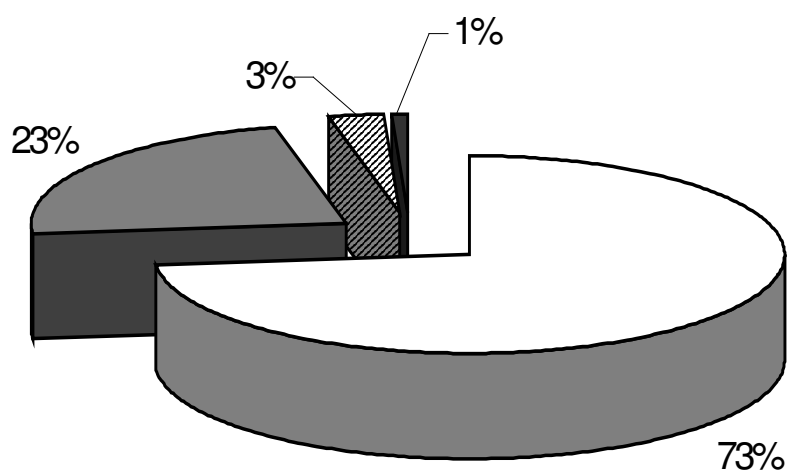
Quinzenalmente, foram realizadas reuniões de avaliação com a participação do Dr. Carlos Alberto Araújo e do Dr. Luiz Eduardo Azevedo, colegas titulares e designados.

Nas ditas reuniões eram apresentados os números de ingresso de expediente, pessoas atendidas e gráficos derivados da pesquisa de opinião.



Dados Derivados Da Pesquisa De Opinião

8) Avaliação geral sobre os serviços do MP



□ ótimo - 418 ■ bom - 132 ▨ regular - 17 ■ ruim - 4

Sem dúvida os dados estatísticos de qualidade de atendimento impressionam pelo alto índice de conceitos bom e ótimo.



Importante ressaltar que os índices de atendimento espontâneo foram melhores que no ano anterior, conforme se vê na tabela abaixo.

OBS: Os dados mais claros são os relativos ao Projeto Veraneio Cidadão 2005.

Questionamento	Comparecimento espontâneo	Aparecimento por notificação	Média
Atendimento pelos servidores	Ótimo 78% 75%	Ótimo 62% 71%	7,5% de avaliação positiva
	Bom 21% 23%	Bom 34% 26%	7,5% de avaliação positiva
Tempo de espera	Até 15min 87% 88%	Até 15min 75% 83%	1% até 15min 5,5% até 15min
	Até 30min 8% 8%	Até 30min 17% 12%	2,5% até 30min 0% até 30min
Como considera esse tempo de espera	Ótimo 78% 74%	Ótimo 53% Ótimo 65%	7,5% de avaliação positiva
	Aceitável 21% 23%	Aceitável 27% Aceitável 42%	7% de avaliação positiva
Atendimento pelo Promotor	Ótimo 81% 80%	Ótimo 69% 74%	5% de avaliação positiva
	Bom 16% 18%	Bom 27% 24%	8% de avaliação positiva
Esclarecimento pelo Promotor	Ótimo 78% 76%	Ótimo 60% 67%	7% de avaliação positiva
	Bom 20% 20%	Bom 36% 31%	7% de avaliação positiva
Avaliação Geral dos Serviços	Ótimo 73% 70%	Ótimo 53% 62%	4% de avaliação positiva
	Bom 23% 26%	Bom 39% 33%	5,5% de avaliação positiva

Universo de pesquisa = 1297 formulários;
1116 formulários completamente preenchidos.



Pessoas atendidas nas Promotorias

Nesta edição do Programa Veraneio, houve, exceto na primeira quinzena na Promotoria de Torres, melhor fidelidade dos dados registrados nas secretarias das Promotorias:

OBS: Os dados mais claros são os relativos ao Projeto Veraneio Cidadão 2005.

PROMOTORIA	TRAMANDAÍ	CAPÃO DA CANOA	TORRES	TOTAL
PESSOAS ATENDIDAS	48	83	48	279
	72	52	65	389

Foi evidente o incremento no número de pessoas atendidas, com acréscimo registrado de 890 atendimentos, ou seja, 64% de aumento no número de pessoas que compareceram nas Promotorias de Justiça, justificando o aumento de Promotores de Justiça designados.

Ingresso de Expedientes nas Promotorias

A continuidade de um sistema de registro de entrada de processos/inquéritos/expedientes judiciais nas Promotorias, permitiu auferir, semanalmente, o número de procedimentos que entravam nas Promotorias, inclusive viabilizando a alteração de atribuições em caso de necessidade;

OBS: Os dados mais claros são os relativos ao Projeto Veraneio Cidadão 2005.

PROMOTORIA	Entrada Processos Criminais	Entrada Processos Cíveis	Entrada Processos Inf. Juv	TOTAL
TRAMANDAÍ	685	38	58	381
	419	62	40	621
CAPÃO DA CANOA	938	23	85	846
	093	13	29	935
TORRES	991	66	22	879
	713	25	22	360
TOTAL	2614	427	065	5106
	1225	400	291	3916



Ocorreu assim, o aumento de 1190 ingressos de processos/expedientes/inquéritos nas Promotorias do Litoral durante os sessenta dias de execução do Programa, ou seja, um incremento de 8,5% em relação ao ano anterior.

f) Controle Externo da Atividade Policial

Objetivos

A Constituição Federal de 1998 revogou o sistema inquisitório, no qual se inseria o controle jurisdicional do inquérito policial. A adoção do sistema acusatório puro, tanto quanto o controle externo da atividade policial, vem da mesma vertente, insculpida no artigo 129 da Constituição Federal e ratificado pelo artigo 111, inciso IV, da Constituição Estadual. O controle externo é exigido menos em decorrência da corrupção policial, que é reconhecida como pontual, e muito mais em função do sistema acusatório, reforçando a titularidade da ação penal ao Ministério Público. Assim, a legitimação ativa adquire contornos de constitucionalidade, sendo essencial uma atividade policial que forneça instrumentos de persecução penal rígidos, livres de máculas, transparentes à sociedade, institucionais e públicos em sua forma.

Traduz este entendimento a Lei Complementar Estadual n.º 11.578, do Rio Grande do Sul, de 05 de janeiro de 2001, que fornece o instrumento principal para que a atividade-fim da polícia seja realmente controlada, quando estabelece a possibilidade legal da requisição de providências que corrijam ou previnam ilegalidades ou abusos de poder ou da autoridade policial.

Introdução ordinária trimestral, do exercício de controle externo da atividade policial em todas as Delegacias de Polícia e Unidades da Polícia Militar no Estado do Rio Grande do Sul, visando a completa institucionalização da persecução penal como meio de garantia dos direitos fundamentais dos investigados e das vítimas, visando a credibilidade da ação penal.

Relações Institucionais

Com advento da Portaria n.º 28/2006 de 21 de julho, alterou-se a visita ordinária do ato de controle externo de trimestral, para semestral, ou seja, houve uma adaptação das normativas institucionais às propostas de alteração da sistemática de realização do controle externo da atividade policial.

Atas Recebidas

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, referente aos dois primeiros trimestres do ano, contabilizou 297 atas



da Polícia Civil, perfazendo um total de 853 Delegacias de Polícia visitadas em todo interior do Estado e referente a Brigada Militar, foi recebido 207 atas de controle externo, perfazendo um total de 441 Unidades da Polícia Militar.

Com a edição do Provimento n.º 30/2006 de 14 de agosto do corrente, passa para a Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre – Grupo de Controle Externo da Atividade Policial a atribuição de receber os relatórios de controle externo concentrado remetidos pelos agentes ministeriais e, após consolidar os dados neles contidos, remetê-los à Corregedoria-Geral do Ministério Público, onde serão arquivados.

Atendimentos

Foram feitos 295 atendimentos, no 1º e 2º semestre, prestando diversas informações as Promotorias de Justiça do interior.

Expedientes em Andamento

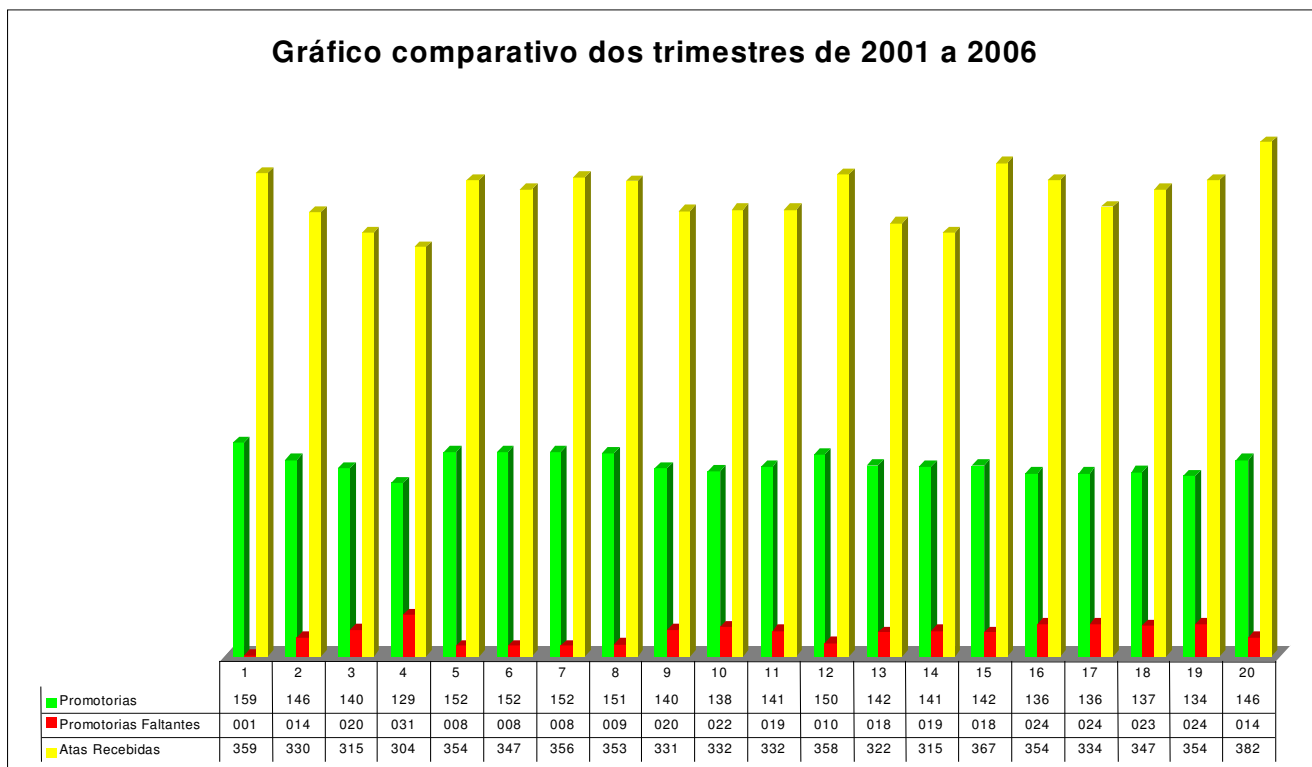
Tramitam na Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, 50 expedientes em tramitação, relativos ao 1º e 2º semestre de 2006 e concluídos/arquivados 70, totalizando 120.

Ofícios Enviados e Recebidos

Foram enviados 47 ofícios (Corregedoria-Geral de Polícia, Chefia de Polícia, Corregedoria-Geral da Brigada Militar, Comando Geral da Brigada Militar, Secretaria da Justiça e Segurança, Gabinete do Governador, Promotorias de Justiça do interior, etc.). Recebidos 62 ofícios, anexos e outros documentos.



GRÁFICO COMPARATIVO DOS TRIMESTRES



Alterações Propostas pelos Provimentos n^{os} 28, 30 e 42/2006

As alterações promovidas no âmbito do controle externo da atividade policial pelos Provimentos n.º 28/2006, 30/2006 e 42/2006, que alteraram, respectivamente, os Provimentos n.º 08/2001 e 12/2000:

– Quanto ao controle externo difuso:

(a) que é atribuição natural dos Promotores e Procuradores de Justiça com atuação na área criminal promover as medidas judiciais e extrajudiciais de responsabilização por todos os fatos decorrentes do controle externo difuso, inclusive no que se refere ao não-cumprimento das requisições ministeriais;

(b) quando da análise de pedidos cautelares em matéria penal, a verificar se houve a instauração do respectivo procedimento policial investigatório.



– Quanto ao controle externo concentrado:

(c) a realizar, semestralmente, atos de controle externo ordinários, e, quando necessário, extraordinários em repartições da Polícia Civil e unidades militares existentes na sua área de atribuições, fiscalizando o andamento de inquéritos policiais civis ou militares e demais procedimentos investigatórios, podendo, se for o caso, solicitar, por intermédio da Promotoria de Justiça de Controle e Execução Criminal (Grupo de Controle Externo da Atividade Policial – GCEAP), auxílio ou colaboração das corregedorias dos órgãos policiais, para fins do efetivo cumprimento da atividade de controle externo;

(d) quando necessária, no interior do Estado, a atuação concorrente do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial – GCEAP (em face das novas atribuições deste órgão – n.º 10 e 11 do Art. 17-E do Provimento n.º 12/2000), dirigir a solicitação à Corregedoria-Geral, com ciência à SUBINST;

(e) que os atos de controle ordinários deverão ocorrer nos meses de maio e novembro, devendo o relatório da atividade (novo modelo disponível na página da Corregedoria-Geral na *Intranet* do Ministério Público) ser remetido ao Grupo de Controle Externo da Atividade Policial – GCEAP –, em Porto Alegre, até o quinto dia útil do mês subsequente, arquivando-se cópia na Promotoria de Justiça.

g) Combate à Pirataria

Objetivos

Buscando fortalecer e intensificar o combate à pirataria e os demais ilícitos a ela ligados, bem como visando modificações na “cultura de corrupção”, a partir de uma perspectiva interinstitucional, idealizou-se uma ação integrada e harmônica das autoridades públicas com os segmentos produtivos que pudessem colaborar para o êxito de uma política criminal preventiva e técnica, visando reduzir os índices de criminalidade relacionada, direta ou indiretamente, à pirataria. Apresentamos as instâncias do Governo Estadual, Federal e entidades da iniciativa privada, um projeto-piloto que buscasse envolver todos na luta pela superação desta realidade perniciosa, que ora se apresenta.

O projeto foi muito bem recebido pela maioria das entidades, o que resultou na adesão de mais de 10 instituições públicas e privadas que firmaram um Termo de Cooperação, assinado em 25 de maio de 2004, no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, que tem os seguintes objetivos:



I - desenvolvimento de ações entre entes federados, entidades da iniciativa privada e meios de comunicação, a fim de coletar, analisar e compartilhar informações pertinentes;

II - a proposição de alternativas institucionais de combate à pirataria, articulando linhas de ação no âmbito das políticas social e criminal harmônicas e eficazes;

III - a alocação de recursos humanos e materiais para a implementação das ações de combate à pirataria;

IV - a necessidade de conscientizar a sociedade dos malefícios da pirataria, buscando impedir o seu crescimento.

Prosseguem, portanto, as atividades de monitoramento dos objetivos delineados.

Relações Institucionais

A operacionalização das atividades a serem implementadas dá-se mediante reuniões setoriais entre os participantes, divididos em (03) três unidades de trabalho, assim divididas: COMITÊ INSTITUCIONAL: Formado por todas as entidades. COMITÊ EXECUTIVO: Define e coordena os trabalhos de execução, disponibilizando os recursos humanos e materiais necessários para a operacionalização das estratégias definidas pelo Comitê. COMITÊ DE PLANEJAMENTO: Elabora estratégias, centraliza informações, troca dados entre os serviços de inteligência de cada instituição participante do comitê.

O Comitê desenvolve suas atribuições com afinidade às 99 conclusões aprovadas pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria e com as diretrizes do Grupo Nacional de Combate as Organizações Criminosas – GNCOOC, que distinguiu o combate à pirataria como uma de suas prioridades.

Reuniões

Durante o ano de 2006 foram realizadas: uma (01) reunião do Comitê Institucional, uma (01) reunião do Comitê Executivo, e cinco (05) reuniões do Grupo de Planejamento.

Apreensões Da SMIC

Durante o 1º e 2º semestre de 2006, foram apreendidos: 25.383 pacotes de cigarro; 5.757 CDs jogos, 704 bolsas, 4.115 camiseta falsificada, 1.505 óculos de grau, 10.797 óculos de sol, 1.741 tênis falsificados, 883 bijuteria, 202 faixa bandana, 363 relógio de pulso, 1.979 DVD jogos, 42.862



DVD filmes , 79.928 CD música, 255 carteiras, 146 casacos, 13 chapéus, 2.581 relógios, 388 touca, 383 brinquedos, 322 calças, 2435 capas de celulares, 1691 meias, 38 mochilas, 54 pijamas, 1.396 porta-cds, 618 DVD música, 17 rádios, 12.384 DVD, 392 camisetas Nike, 89 bonés Nike, 6.019 caixas para DVDs, 10.342 isqueiros, 2.656 CDs, 1867 roupas, 4.535 pilhas, 460 colas, 6.819 capas CDs e DVDs, 605 de outros produtos pirateados.

Apreensões de Outros Órgãos

Polícia Rodoviária Federal: 11.783 pacotes de cigarros, 90 animais silvestres, 343 DVDs, 2.400 CDs, 500 capas CDs e DVDs, 13 bonés, 463 relógios, 933 preservativos, 382 eletrônicos, 39 facas, 352 de outros produtos pirateados; Polícia Civil: 15.971 pacotes de cigarros, 4.100 CDs, 443 fitas cassete de música, 12 cartuchos calibre 38; Receita Estadual: 493 óculos; Receita Federal: 108 pares de tênis; Brigada Militar: 5.000 pares de tênis; DECON: 59.199 produtos diversos (adesivos, bonecos, cordões, faixas e prendedores de cabelo, brinquedos, anéis).

Eventos

Na esfera da qualificação, o Ministério Público sediou o 2º Curso de Capacitação para o Combate à Pirataria, realizado em 22 a 25 de maio de 2006, no Palácio do Ministério Público, com a finalidade de capacitar agentes públicos para a prevenção e repressão ao delito de pirataria de obras protegidas pelo direito autoral. A organização contou com a participação da Associação de Defesa da Propriedade Intelectual, Instituto Nacional de Combate à Pirataria e a Embaixada dos Estados Unidos.

Atendimentos

Foram feitos atendimentos via e-mail, contato telefônico e pessoal. Totalizando 25 atendimentos, sendo destes 07 via e-mail.

h) Combate aos jogos ilícitos

No âmbito do grupo denominado Força-Tarefa Operação Bingos, coordenado pelo Promotor Assessor, no exercício de 2006, até o dia 15 de dezembro do presente ano, foram desenvolvidas diversas atividades, tanto na esfera cível, quanto criminal.

Podemos enumerar:

1) denúncias oferecidas pela prática de falsidade ideológica (uso de “*laranjas*”) - art.299 do CP - em contratos de constituições de casas de bingos e caça-níqueis: 20 (vinte).



- 2) Denúncias oferecidas no Juizado Especial Criminal pela prática das contravenções penais de jogos de azar e/ou loteria não autorizada: 42 (quarenta e duas).
- 3) Arquivamentos criminais: 14 (quatorze).
- 4) Agravos interpostos pelo Ministério Público em ações civis públicas de cessação de atividade de exploração de caça-níqueis: 06 (seis).
- 5) Contra-razões de agravo nas ações civis públicas referidas: 02 (duas)
- 6) Apelações cíveis nas ações civis públicas: 03 (três).
- 7) Contra-razões de apelação nas ações civis públicas: 09 (nove)
- 8) Réplicas: 02 (duas)
- 9) Memoriais: 5 (cinco)
- 10) Parecer em Agravo: 5 (cinco)
- 11) Embargos de declaração: 02 (dois)
- 12) Apelações criminais: 15 (quinze)
- 13) Contra-razões de apelação criminais: 3 (três)
- 14) Contra-razões de recurso em sentido estrito: 02 (duas)
- 15) Ação de mandado de segurança: 07 (sete)
- 16) Pedido de suspensão de liminar/segurança: 07 (sete)
- 17) Pareceres diversos: 02 (dois)
- 18) Pareceres em mandado de segurança: 46 (quarenta e seis)
- 19) Pareceres em apelação crime: 81 (oitenta e um)
- 20) Pareceres em recursos em mandado de segurança: 13 (treze)
- 21) Pareceres em *Habeas Corpus*: 04 (quatro)
- 22) Pareceres em correição parcial: 03 (três)
- 23) Correição parcial: 03 (três)
- 24) Manifestações em geral: 285 (duzentos e oitenta e cinco)
- 25) Manifestações em pedido de restituição: 36 (trinta e seis)
- 26) Manifestações no Juizado Especial Criminal: 171 (cento e setenta e uma)
- 27) Pedido de mandado de busca e apreensão: 38 (trinta e oito)
- 28) Intimações: 15 (quinze)
- 29) Ofícios expedidos: 392 (trezentos e noventa e dois)

Acrescente-se, outrossim, que, para ter efetividade o combate aos jogos ilícitos, o Promotor de Justiça responsável pela Força-Tarefa esteve presente em audiências realizadas na Comarca de Porto Alegre, em Varas Cíveis, Criminais e nos Juizados Especiais Criminais, bem como defendeu teses em sustentações orais em sessões de julgamento da Turma Recursal Criminal do Estado do Rio Grande do Sul.

Além do mais, destaca-se, que o Promotor de Justiça Coordenador da Força-Tarefa Bingos, objetivando apurar fatos relacionados a exploração de jogos de azar, realizou colheitas de declarações de diversas



pessoas na cidade de Porto Alegre, deprecando às Promotorias de Justiça do interior do Estado quando necessário.

Outras medidas que concorreram para o êxito Institucional foram o suporte jurídico aos Membros do Ministério Público (entrega de “kit” caça-níquel e auxílio em recursos) e o ajuizamento de medidas judiciais pela Procuradoria de Recursos perante ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Menciona-se, também, que, otimizando operações de apreensão de máquinas caça-níqueis, este signatário realizou reuniões com Promotores de Justiça do interior do Estado para a apresentação do trabalho de combate ao jogos ilícitos.

Ademais, durante o ano, várias foram as reuniões com outras Instituições (Polícia Federal, Advocacia Geral da União, Receita Federal, Ministério Público Federal, Instituto-Geral de Perícias, Brigada Militar e Polícia Civil) para estabelecer parceria no combate aos jogos ilícitos, mostrando-se exitosa a articulação, como se vê das apreensões de máquinas caça-níqueis nesta Capital e nas cidades do interior, como por exemplo nas operações ocorridas nos Municípios de Caxias do Sul, Gramado, Passo Fundo, Alvorada.

Salienta-se, ainda, que a Força-Tarefa, através do Coordenador e auxiliares, organizou, conferiu e entregou ao Ministério Público Federal mais de 500.000 (quinhentos mil) documentos apreendidos em operação ocorrida no ano de 2002, realizada nas cidades de Erechim, Passo Fundo, Caxias do Sul e Pelotas.

Por fim, deve ser sublinhado que contribuiu de forma decisiva para o resultado satisfatório alcançado, com a união dos Membros do Ministério Público e de outras Instituições no combate às organizações criminosas, o fato de haver sido estabelecido o combate aos jogos ilícitos como Política Institucional.

j) Recursos Hídricos

No Encontro Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul, realizado entre 26 e 28 de outubro de 2005, em Gramado, destinado à definição de estratégias institucionais para a proteção do meio ambiente, entenderam os membros do Ministério Público, de modo unânime, que, na esteira das mais modernas tendências mundiais, em razão da escassez qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos, a “proteção da água” é prioridade absoluta, devendo ser tomada como assunto de interesse institucional.



Atendendo o incontestável desejo da classe, o Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, através do Provimento nº 60/2005, publicado no Diário Oficial do Estado de 28/12/2005, criou, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Programa Estadual de Proteção aos Recursos Hídricos, subordinado à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, tendo por objetivo precípua articular as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias à efetiva proteção dos recursos hídricos pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul.

Ao termo do primeiro ano transcorrido desde a criação do Programa e à luz dos recentes e graves acontecimentos que têm afetado e colocado em risco os nossos recursos hídricos, como o desastre ambiental que causou a mortandade de peixes no Rio do Sinos, transparece, de forma evidente, o acerto dessa decisão.

No atual cenário mundial, marcado pela progressiva escassez dos recursos hídricos, afigura-se indispensável a gestão participativa e integrada de toda a sociedade, de forma a garantir o adequado uso e a preservação desses recursos.

Nessa quadra, para dar maior efetividade e eficiência às ações ministeriais na defesa das nossas águas superficiais e subterrâneas, mister se faz uma atuação coordenada, que busque estimular a integração e o intercâmbio dos órgãos de execução e auxiliares, entre si e com as demais entidades ou órgãos públicos e privados que atuam na área.

Objetivos

O Programa Estadual de Proteção aos Recursos Hídricos foi criado através do Provimento n.º 60/2005, da Procuradoria-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, publicado no Diário oficial do Estado de 28-12-2005, sendo-lhe conferidas as seguintes atribuições:

I – promover a efetiva mobilização e articulação dos órgãos de execução ministerial, objetivando uma atuação conjunta, uniforme e coordenada para a defesa dos recursos hídricos no Estado do Rio Grande do Sul;

II – identificar as prioridades da ação institucional, mediante integração e intercâmbio com os órgãos públicos e entidades não-governamentais que visem aos mesmos objetivos;

III – manter sob sua responsabilidade banco de dados com todas as informações dos inquéritos civis e procedimentos administrativos, das ações civis e penais, termos de ajustamento de conduta e decisões judiciais relativas à atuação das Promotorias de Justiça afins na proteção das águas;



IV – compilar, sistematizar e analisar a legislação e a jurisprudência, bem como organizar material bibliográfico para disponibilizá-los às Promotorias de Justiça com atuação na área;

V – elaborar roteiros de investigação e modelos de ações civis penais e termos de ajustamento de conduta que possam ser utilizados pelos órgãos de execução, sem caráter vinculativo;

VI – sugerir a elaboração de convênios a serem firmados pela Procuradoria-Geral de Justiça com entidades e instituições públicas e privadas, visando ao aprimoramento das atividades protetivas;

VII – promover encontros de especialização e atualização nas várias áreas do conhecimento associadas à proteção dos recursos hídricos;

VIII – reunir-se periodicamente com Promotores de Justiça com atribuição para a defesa do meio ambiente, mediante convocação do Procurador-Geral ou espontaneamente, para a consecução dos fins estabelecidos neste ato;

IX – sugerir, sendo o caso, a instauração de inquérito civil conjunto entre as diversas Promotorias de Justiça, sob a presidência de um de seus titulares, para coletar informações, dados, consultorias e provas necessárias à adoção, em conjunto ou separadamente, de medidas que garantam a proteção dos recursos hídricos do Estado do Rio Grande do Sul;

X – promover a integração do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul com outros Ministérios Públicos Estaduais e o Federal, instituições afins e a comunidade, além de estimular a participação desta na proteção e conservação das águas.

Ações Desenvolvidas

Desde a sua instalação, o Programa Estadual de Proteção aos Recursos Hídricos tem procurado desenvolver ações articuladas e integradas com os órgãos de execução do Ministério Público, notadamente os Promotores de Justiça com atuação na área ambiental, bem como com outros órgãos e instituições afins, tendo em vista uma atuação uniforme e coordenada para a defesa dos recursos hídricos do Rio Grande do Sul. A seguir, são apresentadas as principais ações desenvolvidas pelo Programa ao longo do ano de 2006.

Relações Institucionais

O Programa Estadual de Proteção aos Recursos Hídricos procurou, ao longo do corrente ano, desenvolver a integração e o intercâmbio do Ministério Público com os diversos órgãos públicos, privados e organizações não-governamentais que atuam na área dos recursos hídricos. Entre outras atividades, houve a participação em reuniões, debates, congressos, seminários e outros eventos do gênero, em que estiveram presentes representantes do Ministério Público Federal, Polícia Federal, Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas (ANA), Comando Ambiental da Brigada Militar, Secretaria de Estado do



Meio Ambiente (SEMA), Secretaria de Estado de Obras Públicas e Saneamento (SOPS), Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS), Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), entre outros. Mereceram especial atenção as reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), especialmente as das Câmaras Técnicas Permanentes de Controle e Qualidade Ambiental e de Mineração, dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, as alusivas ao Dia Mundial da Água, XIII Semana Interamericana da Água e VI Semana Estadual da Água, e as da Força-Tarefa criada através do Decreto nº 44.675, de 18/11/2006, para atendimento de situações de risco ambiental nas bacias dos Rios dos Sinos e Gravataí, da qual faz parte o Ministério Público.

Eventos

Em seu primeiro ano de atividade, o Programa Estadual de Proteção aos Recursos Hídricos participou diretamente da organização de dois eventos. O primeiro, um seminário organizado em conjunto com o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (CAOMA), Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e Escola Superior do Ministério Público (FMP), e realizado no mês de março, no Palácio do Ministério Público, em celebração ao dia mundial da água, teve a participação de diversos órgãos e autoridades, entre os quais o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Obras Públicas e Saneamento, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional Federal e Ministério Público do Estado de Pernambuco.

No dia 03 de julho de 2006, no auditório da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), em Porto Alegre, foi realizado seminário versando sobre o tema o “Uso da água na agricultura”, o qual foi promovido em conjunto com essa entidade e onde foram apresentados e discutidos aspectos jurídicos do uso da água na agricultura, formas de otimização e causas e conseqüências do uso inadequado desse recurso.

Face ao sucesso do evento, que teve grande afluência de público, notadamente de produtores rurais de todo o Estado, foram realizadas mais duas edições, nos dias 21 e 22 de novembro, respectivamente nas cidades de Uruguaiana e São Gabriel.

Foram realizadas ainda, ao longo do ano em curso, diversas apresentações em eventos realizados na capital, interior e outros estados, abordando os seguintes temas:



1. “Situação do Saneamento no Rio Grande do Sul”, palestra apresentada no 26º Congresso de Municípios do Rio Grande do Sul;
2. “O Ministério Público e a Proteção dos Recursos Hídricos”, palestra apresentada na Feira Internacional de Ecologia e Meio Ambiente – FIEMA, em Bento Gonçalves;
3. “Atuação do Ministério Público nas Propriedades Suinícolas”, palestra apresentada no Fórum de Tecnologias Limpas para a Suinocultura;
4. “A Proibição do Retrocesso Social em Matéria Ambiental”, palestra apresentada no 10º Congresso Internacional de Direito ambiental e 11º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental;
5. “A Proibição do Retrocesso Social em Matéria Ambiental”, palestra apresentada no 1º Encontro Amazônico de Direito Ambiental;
6. “Plano Estadual de Recursos Hídricos e Gestão Participativa”, palestra apresentada no IV Encontro Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas, em Caxias do Sul;
7. “Interfaces do Sistema Único de Saúde com a Improbidade Administrativa, o Direito do Consumidor, o Meio Ambiente e a Economia – A questão do financiamento” - III Encontro Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde, Florianópolis;
8. “O Licenciamento Ambiental como instrumento de concretização do princípio constitucional da precaução”, palestra apresentada na FIERGS;
9. “Direito fundamental ao meio ambiente saudável: meios de proteção e sua eficácia na atualidade”, palestra apresentada na V Jornada do Ministério Público, em Lajeado;
10. “O papel do Ministério Público na Proteção aos Recursos Hídricos”, palestra apresentada na XIII Semana Interamericana e VI Semana Estadual da Água;
11. “Nossas Águas - Desafios e Responsabilidades”, palestra apresentada no I Congresso Estadual de Agentes Prevenzionistas do Programa de Educação Ambiental Compartilhado;
12. “Gestão Ambiental Compartilhada - Licenciamento Ambiental”, apresentação realizada em reunião sobre a conservação da mata atlântica, realizada no município de Osório;

Boletim Informativo

O Programa Estadual de Proteção aos Recursos Hídricos editou e divulgou, ao longo do ano de 2006, 03 (três) edições do seu boletim informativo¹⁵, com o objetivo de divulgar o trabalho desenvolvido pelos órgãos de execução do Ministério Público no que concerne à defesa dos recursos hídricos, bem como informar sobre alterações legislativas, jurisprudências selecionadas e notícias relacionadas ao tema.

¹⁵ Disponíveis no endereço eletrônico <http://intra.mp.rs.gov.br/rechidric/ctype/pgn/id262.htm>



ICs regionais

O ano de 2006 marcou o início de uma nova forma de atuação do Ministério Público: os inquérito civis regionais.

Previstos no artigo 3º, IX, do Provimento nº 60/2005, os inquéritos civis regionais têm por objetivo unificar e otimizar as ações do Ministério Público no trato de questões de alcance regional, como as que envolvem os recursos hídricos, mediante a ação coordenada de duas ou mais Promotorias de Justiça.

O primeiro inquérito civil regional foi instaurado através de portaria assinada pelo Procurador-Geral de Justiça, tendo por objeto investigar os possíveis danos ambientais decorrentes da extração de areia no Rio Jacuí. Foram designados para presidi-lo os Promotores de Justiça de General Câmara e São Jerônimo.

O segundo IC regional foi instaurado, sob a presidência dos Promotores de Justiça de Charqueadas e São Jerônimo, para investigar possíveis danos ambientais causados pela pesca predatória, atividades agropastoris e presença de espécies exóticas de peixes na Bacia Hidrográfica do Baixo Rio Jacuí.

Por fim, em reunião realizada na Promotoria de Justiça de Estância Velha, em 28/09/2006 (antes, portanto, do desastre ambiental que causou a mortandade dos peixes no Rio dos Sinos), e que contou com a presença dos Promotores de Justiça de Estância Velha e Portão, além do Coordenador do Programa Estadual de Proteção aos Recursos Hídricos, restou deliberada a proposta de instauração de IC regional para investigar a poluição hídrica na área da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos e adotar medidas que garantam a proteção dos seus mananciais.

Ainda, por determinação do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, este Gabinete vem acompanhando a demanda da comunidade de Bento Gonçalves que, preocupada com a iminente escassez de água e com as condições atuais do manancial que a abastece, veio ao Ministério Público. Para enfrentar o problema, também deverá ser instaurado um inquérito civil que alcance as Comarcas de Bento Gonçalves, Farroupilha e Garibaldi.



Convênio

Em 11 de outubro de 2006, foi assinado Termo de Convênio¹⁶ entre o Ministério Público do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Secretaria de Estado das Obras Públicas e Saneamento e a Companhia Riograndense de Saneamento, tendo por objeto a integração e a otimização das ações desenvolvidas pelo Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria do Meio Ambiente, pelo Programa de Açudes e Poços da Secretaria de Obras Públicas e Saneamento e pela Companhia Riograndense de Saneamento, na autorização, construção de poços tubulares e fiscalização do uso da água proveniente de poços tubulares no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

Outras atividades

Cumpra mencionar ainda, as seguintes ações desenvolvidas pelo Programa Estadual de Proteção aos Recursos Hídricos:

1 Participação na audiência pública realizada em São Borja, em 09/01/2006, coordenada pelo Ministério Público local, com a participação dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, que teve por objetivo discutir e buscar soluções para os problemas decorrentes da perfuração indiscriminada de poços artesianos naquele município;

2 Participação na Comissão que examinou a alteração do Decreto-Lei n.º 23.470/74, tendo em vista a realização de estudos acerca do disciplinamento e do controle sanitário do uso de águas subterrâneas e demais fontes alternativas em áreas urbanas nos períodos de estiagem;

3 Participação na Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos;

4 Sugestão de ações institucionais para garantir o cumprimento da Lei n.º 12.427, que trata da importação de grãos oriundos dos países do Mercosul, no sentido de proibir a entrada desses produtos em território gaúcho, caso não se façam acompanhar das necessárias análises de resíduos químicos de agrotóxicos ou de princípios ativos usados na sua industrialização;

5 Participação na Comissão de indicadores de efetividade da atuação ministerial;

6 Elaboração de estudo encaminhado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA -, propondo a revisão das Resoluções CONSEMA 04/00 e 102/05, no sentido de que toda a atividade que envolva o uso de recursos hídricos seja considerada de impacto regional, na medida em que a bacia hidrográfica – critério definidor da área de intervenção- não se esgota, evidentemente, nos limites territoriais de um único município;

¹⁶ Publicado no DOE de 03 de novembro de 2006



7 Participação em reuniões realizadas na Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno e na sede da Companhia Estadual de Energia Elétrica(CEEE), em Porto Alegre, onde foram discutidos problemas relacionados à remediação ambiental da área atingida pela implantação da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, no Rio Jacuí;

8 Participação em reuniões e tratativas com a Fepam e a Associação Gaúcha dos Produtores de Brita, Areia e Saibro (AGABRITAS), onde foram discutidas as disposições da Resolução CONSEMA 116/06, que estabelece critérios de licenciamento ambiental do uso de equipamento de dragagem em atividades de mineração em corpos hídricos, bem como propostas para a implementação da resolução no que diz respeito à fiscalização da extração de areia por rastreamento via-satélite;

9 Participação em reunião na Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, em que estiveram presentes também os Promotores de Justiça de Gaurama, Getúlio Vargas, Marcelino Ramos e São Valentim, realizada para tratar de formas de uniformizar a atuação ministerial na fiscalização de poços artesianos;

10 Acompanhamento permanente e divulgação na *intranet* de notícias relacionadas aos recursos hídricos, veiculadas na imprensa em geral e nos informativos eletrônicos AmbienteBrasil, Manchetes Socioambientais, Aguaonline e Ambiente Vital.

I) Gabinete de Assessoramento Eleitoral

Criado em abril de 2005, pelo Provimento nº 08/2005, o Gabinete de Assessoramento Eleitoral tem como missão institucional, inscrito em seu ato constitutivo, realizar o assessoramento, atualização e a especialização continuada ou eventual dos Promotores Eleitorais. Tal órgão auxiliar configura-se como uma importante ferramenta, notadamente no que diz respeito à árdua tarefa de resguardar a lisura do processo eleitoral em todas as suas fases.

Como se sabe, é característica da atuação do Ministério Público na área eleitoral a periodicidade de investidura de seus membros em tal função. Essa peculiaridade torna ainda mais necessária a atuação do Gabinete de Assessoramento Eleitoral junto aos membros e servidores do *parquet*.

Muito embora seja certo que o Promotor de Justiça, ao assumir as funções eleitorais de uma determinada Zona, esteja potencialmente apto a exercer esse mister, não é difícil concluir que um órgão de apoio especializado facilite uma capacitação qualificada em Direito Eleitoral.

Esse apoio fora prestado durante longo período pelo *núcleo eleitoral* do Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do **Patrimônio**



Público. Coube ao referido gabinete, desde sua criação, assumir essa tarefa, dando continuidade ao trabalho antes realizado, agora de forma especializada. Os dados a seguir demonstram a intensa procura do Promotores a esse órgão de assessoramento.

RELATÓRIO 2006 (ATÉ 30/11/2006)

- Correspondência -	
1. Recebida	2
2. Expedida (total)	1
3. Ofício	0
4. Memorando	1
5. Memorando-Circular	3
6. Comunicado-Circular (via e-mail)	0

- Subsídios de apoio enviados aos Membros do Ministério Público -	
1. Número de consultas	1.272
2. Modelos	408
3. Legislação	190
4. Pareceres e acórdãos	889
5. Doutrina	92
6. Respostas do coordenador	382
7. Respostas da assessoria	890

- Eventos realizados pelo Gabinete de Assessoramento Eleitoral -	
1. Encontros Regionais Sobre Matéria Eleitoral	
1.1. Santa Maria (26 de maio)	
1.2. Passo Fundo (8 de junho)	
1.3. Ijuí (9 de junho)	
1.4. Bagé (23 de junho)	
1.5. Porto Alegre (30 de junho)	
1.6. Caxias do Sul (7 de julho)	



- Material expedido aos membros do Ministério Público (dentre outros) -	
1. Manual Eleitoral – Eleições Gerais 2006	
2. <i>Folder</i> “Resumo das condutas permitidas e proibidas no dia das eleições e nos dias anteriores – 2006”	
3. Material suplementar – Manual Eleitoral	
4. Jurisprudência selecionada	
5. Doutrina selecionada	

- Participação na mídia -	
1. Entrevistas concedidas (total)	2
1.1. Rádio/Televisão	4
1.2. Imprensa escrita	8

- Reuniões de trabalho do Coordenador -	
Com o Procurador-Geral de Justiça	5
Com outros órgãos da Administração Pública	8
Eventos Institucionais	0
Com Corregedoria-Geral do Ministério Público	3
Com os Subprocuradores-Gerais de Justiça	0
Procuradores e Promotores	5

3.2 Gestão dos Promotores e Procuradores de Justiça

A gestão estrutura-se em torno das estratégias de qualificação, integração e da obtenção de prioridades de atuação.

a)Supervisão dos Centros de Apoio Operacional

A tarefa principal, aqui, é acompanhar e compatibilizar, inclusive harmonizando calendário e planejamento, a atuação dos Centros de Apoio nas suas respectivas áreas. Neste contexto, seguem, ao final, **os relatórios**



específicos de cada Centro de Apoio, com apreciação qualitativa e informações objetivas e quantificadas.

b) Presidência dos Conselhos de Promotores e Procuradores de Justiça

Desde o disposto no artigo 1º do Provimento n.º 15/2003, os Centros de Apoio Operacional passaram a atuar sob a supervisão da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais. Neste diapasão, em atendimento ao disposto no §1º do referido artigo, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais presidiu as reuniões dos Conselhos de Promotores e Procuradores de Justiça criados pelos Centros de Apoio Operacional, destacando-se tais órgãos como espaços privilegiados de integração dos membros do Ministério Público e de formulação de posicionamentos institucionais.

c) Qualificação – Eventos

Segunda etapa do Projeto Envelhecendo com Dignidade

O Projeto é uma promoção conjunta da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e do Gabinete de Articulação e Responsabilidade Social.

O evento, realizado em Passo Fundo no dia 17 de março de 2006, reuniu dezenas de representantes de entidades regionais para discutir sobre a efetividade da implementação e fiscalização do Estatuto do Idoso. O Ministério Público vem atuando como um indutor das políticas de bem estar social aos idosos, na busca de uma aproximação institucional com os problemas locais, principalmente nas questões que envolvem direitos individuais indisponíveis e a perseguição da dignidade humana dos menos favorecidos, fazendo com que a sua dignidade venha ser resgatada e respeitada.

Seminário em comemoração ao Dia Internacional da Água

O evento realizado em 20 de março de 2006 em comemoração ao Dia Mundial da Água, este celebrado em 22 de março de cada ano, foi promovido pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, pelo CAO de Defesa do Meio Ambiente, pelo CEAF e pela ESMP, contando com a presença de Procuradores, Promotores de Justiça, a Secretaria Estadual de Obras Públicas e Saneamento, Famurs, TCE, DRH e Fepam, no qual discutiram sobre a proteção dos recursos hídricos em nosso Estado. Debateram profundamente estratégias institucionais na área ambiental, de forma a analisar a



atuação de diversos órgãos e entidades, no sentido de garantir a tutela das águas superficiais e subterrâneas. Na oportunidade o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais citou iniciativas institucionais para aprimorar o planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, como os projetos de “restauração das matas ciliares e fiscalização das águas subterrâneas”, lembrando, ainda, que é o primeiro evento do Programa Estadual de Proteção dos Recursos Hídricos do Ministério Público.

Simpósio “O Inquérito Civil e o Provimento 55/2005”

Evento promovido pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, com a coordenação do Centro de Apoio Operacional Cível e da Defesa da Cidadania, realizado no Palácio do Ministério Público, no dia 31 de março. O objetivo do encontro foi discutir a nova formatação do Inquérito Civil, a partir do Provimento 55/2005. Para o encontro, foram convidados todos os Procuradores e Promotores de Justiça com atuação na área cível.

II Encontro Estadual Criminal do Ministério Público

Durante três dias (26 a 28 de abril de 2006), em Gramado, os Membros do Ministério Público debateram grandes temas penais e de processo penal de atualidade, em especial matéria relativa à execução criminal, com o objetivo de repensar a atuação do Ministério Público no combate à criminalidade, buscando indicadores de atuação e estimulando a função estratégica do Centro de Apoio Criminal e do Conselho de Procuradores e Promotores Criminais, visando a unidade de política institucional.

O evento, promovido pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, pelo Centro de Apoio Operacional Criminal e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, congregou mais de 300 Procuradores e Promotores de Justiça com atribuição na área de execuções criminais, possibilitando o intercâmbio de experiências concretas. Contou com a presença do Ministro Gilson Dipp, sua palestra versou sobre “A efetiva resposta estatal ao crime- dificuldades e tendências”.

A grande novidade deste encontro estadual foi que o Ministério Público oportunizou a palavra das vítimas e o relato sobre a prática das prisões. As oficinas temáticas debateram assuntos como a progressão de regime, a indução de políticas públicas na execução da pena, a fiscalização do serviço externo, o exame criminológico, o comportamento carcerário e o regime disciplinar, o livramento condicional, a prescrição, a conversão de penas outras em privação de liberdade, as penas restritivas de direitos, saídas temporárias, indulto, prisão domiciliar, juizados especiais criminais, tóxicos, lavagem de



dinheiro, destinação dos bens apreendidos e o júri. O momento culminante do evento foi a realização de Plenária, para discussão e aprovação dos Enunciados e Moções indicados através das oficinas, ocasião esta em que foi apresentado o Manifesto em repúdio à violência e aos benefícios da Lei Penal, fruto do trabalho desenvolvido pelos membros participantes do encontro.

Programa de Formação de Gestores de Promotorias de Justiça

No dia 09 de abril de 2006 foi dado início ao Programa de Formação de Gestores de Promotorias de Justiça na cidade de Passo Fundo. O programa de estudos é uma promoção conjunta da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e da Fundação Getúlio Vargas, com fundamentos básicos de administração, é voltado exclusivamente para membros, tendo como objetivo transmitir conhecimentos e desenvolver habilidades básicas para a gestão de uma Promotoria de Justiça.

O Programa soma dezesseis encontros de três horas e meia cada, nas segundas à noite e terças pela manhã em Caxias do Sul e terças à noite e quartas pela manhã em Passo Fundo. No qual são ministradas as disciplinas de Administração e Gestão Estratégica, Funcionamento das Organizações, Cultura Organizacional, Direção e Liderança, Gestão de Pessoas, Gestão do Conhecimento, Administração da Qualidade de Vida no Trabalho. Trata-se de avançar no rumo de uma autogestão responsável e planejada, com a máxima valorização da diversidade de cada promotoria de justiça, sem perder de vista a necessária unidade institucional.

Seminário sobre queimadas

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais e o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público, promoveram, no dia 04 de maio de 2006, o Seminário “Queimadas como Manejo do Solo: prejuízos e alternativas”. O evento, que contou com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, foi realizado na Câmara de Vereadores de Bom Jesus. Foram debatidos os efeitos das queimadas sobre o meio ambiente, sendo desenvolvido um intercâmbio de experiências concretas na busca de alternativas para se evitar a prática da queimada, no qual enfatizou-se sobre a importância do enfrentamento do tema, explicitando o envolvimento da Instituição no diálogo com a sociedade, buscando alternativas para o manejo do solo. No encerramento do seminário foi lida a “Carta de Bom Jesus”.



Encontro Regional “A atuação do Ministério Público em defesa da probidade administrativa, do patrimônio público e da ordem jurídica”

O Encontro, promovido pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, tem por objetivo principal explorar questões controvertidas, inovações e promover o intercâmbio de informações entre os membros do Ministério Público com atuação na área, fortalecendo a integração para proporcionar uniformidade de atuação. O primeiro encontro ocorreu na capital, no dia 26 de maio de 2006. O projeto se desenvolverá na forma de ciclo de palestras, além da capital, nas cidades de Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Caxias do Sul, Passo Fundo e Santo Ângelo.

Curso “Perspectiva da carreira do Promotor de Justiça após o vitaliciamento”

No dia 02 de junho de 2006, em Porto Alegre, realizou-se encontro “Perspectivas da Carreira do Promotor de Justiça após o Vitaliciamento”, propiciando aos Promotores de Justiça recém-vitaliciados a dividir experiências e refletir sobre a nova fase da carreira, além de avaliar os novos desafios e os papéis desempenhados neste período da carreira. O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais palestrou sobre o tema “o processo de Amadurecimento Institucional”.

I Encontro Estadual dos Direitos Humanos

O encontro "Estratégias Institucionais do Ministério Público para a Concretização dos Direitos Humanos", realizou-se na Serra Gaúcha na cidade de Bento Gonçalves, nos dias 28, 29 e 30 de junho do corrente ano.

O Pesquisador em Direito da Fundação Casa Rui Barbosa, PhD em Ciências Humanas pelo IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro Júlio Aurélio Vianna Lopes, abriu os trabalhos falando sobre o “Ministério Público, Direitos Humanos e o paradigma da dignidade”. E, ainda, foram debatidos temas como Justiciabilidade das Políticas Públicas de Direitos Humanos, Direitos Humanos e Violência, SUS – Sistema Único de Saúde, Discriminação, Segurança Pública, Idoso, Pessoas Portadoras de Deficiência, Planejamento Familiar, SUAS – Sistema Único de Assistência Social, Aplicação de Tratados Internacionais e Tortura.



O evento teve como foco debater os temas considerados prioritários para a atuação do Ministério Público do Rio Grande do Sul na área dos Direitos Humanos, além de projetar as prioridades de atuação para o próximo ano e concretizar programas de atuação em curso e congregar Promotores e Procuradores de Justiça com atribuições na área dos Direitos Humanos, possibilitando o intercâmbio de experiências concretas.

II Etapa do Encontro Nacional sobre Lavagem de Dinheiro

Realizada em 18 de outubro a segunda etapa do Encontro Nacional sobre Lavagem de Dinheiro, no Palácio do Ministério Público, o qual contou com a participação de Promotores de Justiça de todos os Estados da Federação e teve por objetivo discutir estratégias de atuação do Ministério Público no combate à lavagem de dinheiro.

3.3 Comunicação Interna

A comunicação interna ancora-se na divulgação da política institucional, na promoção da integração entre Promotores e Procuradores de Justiça e também da integração entre os órgãos da Administração.

a) Ofícios e e-mails circulares

Com o intuito de informar aos membros do Ministério Público gaúcho questões de interesse institucional, foram expedidos diversos ofícios/e-mails circulares. Na prática, há fluxo contínuo de informação relevante, por exemplo sinalizando-se, a cada alteração legislativa ou desdobramento fático, os pontos de maior relevo institucional. Para ilustrar, destacam-se os seguintes assuntos:

Memo-Circular SUBINST n.º 552 - Cadastramento de entidades e fundos;
Memo-Circular SUBINST n.º 401 - Convite palestra O uso da Água na Agricultura;
Memo-Circular SUBINST n.º 383 – Palestra do Professor Luigi Bobbio;
Memo-Circular SUBINST n.º 378 – Doação de Obras Educacionais;
Memo-Circular SUBINST n.º 375 – Informação sobre novos campos SGP;
Memo-Circular SUBINST n.º 374 – Solicitações de informações sobre fundos municipais + Informação sobre novos campos SGP;
Memo-Circular SUBINST n.º 345 - Barreiras sanitárias para produtos primários importados;
Memo-Circular SUBINST n.º 322 – Migração para o Registro do SINARM;
Memo-Circular SUBINST n.º 313 - Cadastramento de Entidades;
Memo-Circular SUBINST n.º 309 - Projeto de Lei n.º 160/2006 que cria o conciliador do JECrim;



Memo-Circular SUBINST n.º 306 - Plano Geral de Atuação Institucional 2006-2007;
Memo-Circular SUBINST n.º 247 - Convite de participação programa de formação de gestores;
Memo-Circular SUBINST n.º 245 – Manual Combate à Tortura;
Memo-Circular SUBINST n.º 228 – Cobrança de emolumentos de requisições ministeriais;
Memo-Circular SUBINST n.º 226 - Questionário Pesquisa Ministério Público;
Memo-Circular SUBINST n.º 193 – Curso de Especialização AGERGS;
Memo-Circular SUBINST n.º 171 – Fórum de estudos para o aprimoramento do serviço público da segurança pública;
Memo-Circular SUBINST n.º 157 - Convite Seminário em comemoração ao Dia Internacional da Água;
Memo-Circular SUBINST n.º 57 – Atualização do Planejamento Estratégico;
Memo-Circular SUBINST n.º 49 - Renovação do convênio com a BM para lavratura de TCs;

b) Encaminhamento de expedientes aos órgãos ministeriais

Os expedientes recebidos pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, quando necessário, são encaminhados aos órgãos com atribuição para os respectivos feitos. Neste ano, esta Subprocuradoria-Geral de Justiça exarou 548 despachos, redirecionando expedientes aos Promotores e Procuradores de Justiça. Atua-se, nesta seara, como facilitadores e catalisadores, acelerando-se procedimentos, atalhando-se contatos, antecipando e superando entraves.

3.4 Comunicação Externa

A comunicação externa orienta-se pelo estreitamento da relação entre os Poderes de Estado, bem como do relacionamento com a sociedade.

Naturalmente, a divulgação da política institucional, centralizada no Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça, é uma das tarefas precípuas da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais. A agenda, inclusive, é constantemente atualizada e, muitas vezes, alterada, para acompanhar a dinâmica dos acontecimentos. As exigências e solicitações são plúrimas, desde a participação em inúmeras comissões e reuniões interinstitucionais, passando por palestras (em nível estadual e nacional), entrevistas (para toda a mídia, com ênfase para a capilaridade das rádios regionais e municipais) e contatos diretos com autoridades e sociedade civil. Dentro desses atos de comunicação externa, o Subprocurador-Geral para Assuntos Institucionais, por diversas oportunidades, esteve em Brasília, para tratar de variadíssima gama de assuntos.



Oficialmente, contabilizam-se em 753 (setecentos e cinquenta e três) ofícios expedidos, 548 (quinhentos e quarenta e oito) despachos exarados. Foram recebidos um total de 1301 (mil trezentos e um) expedientes.

As palestras realizadas tiveram como temas prioritários o combate ao crime organizado/lavagem de dinheiro, as questões atinentes à Pirataria e à segurança pública em geral, além de assuntos pontuais.

3.5 Garantias Constitucionais

Nesta sede, trata-se de consolidação e avanços do arcabouço institucional delineado na Constituição Federal.

Especialmente em face das reformas constitucionais, o ano em curso exigiu deslocamentos regulares (e vários imprevistos) e presença constante em Brasília, bem como visitas e reuniões de trabalho numa série de capitais de estados. Os contatos políticos foram priorizados, assim como a busca de apoio de outros setores sociais. Também foram realizadas inúmeras gestões de acompanhamento e preparação de material institucional para subsidiar a atividade legislativa no que pertine diretamente ao interesse institucional e à legislação como um todo.

Tabela demonstrativa

Seguem apenas os atos mais solenes ou que comportaram agendamento prévio. A realidade institucional, consabido, caracteriza-se por um fluxo contínuo, por exemplo, de contato com o Procurador-Geral de Justiça e demais Subprocuradores-Gerais e, quando necessário, com a Corregedoria-Geral do Ministério Público, Centros de Apoio, Assessorias etc. Igualmente em relação às atividades externas, trata-se antes de quadro ilustrativo, sem qualquer pretensão exaustiva.

ATIVIDADES INTERNAS DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	
Audiências com o Procurador-Geral de Justiça	4
Audiências com os Subprocuradores-Gerais de Justiça	1
Audiências com o Corregedor-Geral do Ministério Público	9
Sessões do Conselho Superior do Ministério Público	7



ATIVIDADES INTERNAS DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	
Audiências com Promotores ou Procuradores de Justiça	17
Reuniões com os Centros de Apoio	4
Presidência de sessões dos Conselhos de Procuradores e Promotores de Justiça	5
Eventos Representando Procurador-Geral de Justiça	9

ATIVIDADES EXTERNAS DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	
Audiências com as Secretarias do Estado	5
Audiências com Ministros de Estado	1
Audiências com Tribunal de Justiça	5
Audiências com membros do Tribunal de Contas do Estado	9
Audiências com integrantes do Poder Legislativo	4
Audiências com a Polícia Civil	5
Audiências com a Brigada Militar	0
Reuniões do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas - GNCOC	2
Atendimento à imprensa – entrevistas	5
Palestras proferidas	8



CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Centro de Apoio Operacional Criminal

I - QUANTIFICATIVO

Reuniões de trabalho	153
Com o Procurador-Geral de Justiça	25
Com os Coordenadores dos demais CAOs	10
Com outros órgãos ou entidades	46
Com órgãos da Administração Superior	37
Participações em CONCRIMs	02
Reuniões com órgãos de execução	33
Atendimentos realizados	10.828
Visitas a Órgãos Públicos	02
Atividades Culturais e de Intercâmbio	21
Palestras realizadas a órgãos do Ministério Público	01
Palestras realizadas a outras entidades	00
Participação em Congressos, Seminários ou Encontros	20
Eventos realizados	02
Contatos com a mídia	08
Atuações como representante da Instituição em solenidades	19
Participações em cerimônias da Instituição	32
Consultas aos sistemas de informações (SJS, CEEE, etc.)	6.761

II - DESCRITIVO

Correspondência Expedida	
1 Ofícios Expedidos	272
1.1 Para Órgãos do Ministério Público – RS	194
1.1.1 Envio de Material de Apoio	34
1.1.2 Outras Comunicações	84
1.1.3 Encaminhando documentos para providências	76
1.2 Para Outros Órgãos	78
1.2.1 Encaminhamento de Documentos para Providências	11



Correspondência Expedida	
1.2.2 Outras Comunicações	67
2 Mensagens de Fax Enviadas	309
2.1 Para Órgãos do Ministério Público – RS	309
3 Telefonemas Retornados	541
4 Correspondência Eletrônica Enviada (e-mails)	4.803
4.1 Envio de Material de Apoio	1.168
4.2 Outras Comunicações	3.635

Atividades Desenvolvidas	
1 REUNIÕES DE TRABALHO	
Objetivos: a) Planejamento; b) Relações entre os diversos órgãos ligados à atividade criminal.	
1.1 Com Órgãos do Ministério Público	106
1.1.1 Com o Procurador-Geral de Justiça	25
1.1.2 Com os Coordenadores dos demais CAOs	10
1.1.3 Com órgãos da Administração Superior	37
1.1.4 Participações em CONCRIMs	01
1.1.5 Reuniões com órgãos de execução e participações em conselhos ligados aos CAOs	33
1.2 Com outros órgãos ou entidades	46
1.2.1 Com a Secretaria da Justiça e Segurança/RS	04
1.2.2 Com órgãos da Persecução Criminal	09
1.2.3 Com outras instituições	33
2 ATENDIMENTOS REALIZADOS	
2.1 A Promotores ou Procuradores de Justiça	4.067
2.1.1 Pesquisas e atendimentos diversos	1.914
2.1.2 Consultas aos sistemas de informações	2.153



3 VISITAS A ÓRGÃOS PÚBLICOS
03/02 – Caxias do Sul: solenidade de entrega de veículo para a PATRAM/BM.
27/07 – Câmara Municipal de Osório: inauguração rampa de acesso à Câmara de Vereadores.
4 ATIVIDADES CULTURAIS E DE INTERCÂMBIO
4.1 Palestras realizadas a órgãos do Ministério Público
18/11 – Questões penais na fiscalização de alimentos – “Aspectos penais relativos à impropriedade de alimentos, Encontro do CAODECON.
4.2 Palestras realizadas a outras entidades
4.3 Participações em Congressos, Seminários e Encontros
09/03 – Grupo de Estudos da AJURIS: “Segurança Pública”.
30/03 – Grupo de Estudos da AJURIS: “Segurança Pública”.
17/04 – Fórum Multilateral de Segurança Pública – SJS/RS
11/05 – AJURIS: “Fórum Multilateral de Segurança Pública”.
29/05 – FIERGS: Homenagem a Sérgio Vieira de Mello – Evento da ONU.
30/05 – AJURIS - Fórum Multilateral da Segurança Pública.
03/07 – 7º Congresso Internacional da Qualidade para Competitividade – FIERGS
03/07 – Work Shop: “Beyond Budgeting” – um modelo inovador de gestão de alto desempenho para o século XXI.
01/08 – ENCLA, em Brasília.
30/08- Lançamento do livro “Crimes Federais - Jurisdição Constitucional e Legislação Pertinente no Direito comparado”, na Livraria Cultura, em Porto Alegre.
04/09 a 05/09 – GNCOC, em Brasília.
19/10 – “Sistema Estadual de Lavagem de Dinheiro”, na Escola do MP.
09/11 – II Seminário Internacional de Direitos Fundamentais e Segurança Social”, na PUC/RS.
09/11 – Lançamento do livro “Uma vida em ação”, na Feira do Livro, pavilhão de autógrafos.
21/11 a 23/11 – GNCOC, na Paraíba.
23/11 – Posse da nova presidência do GNCOC.
24/11 – Reunião Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, na Paraíba.
26/11 a 27/11 – Reunião dos Procuradores-Gerais de Justiça.
29/11 a 01/12 – ENCLA – Encontro para definição da Quarta Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativo, em São Paulo.
20/12 – Lançamento do livro “A tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do direito ambiental”, de Ana Maria Marchesan, na Livraria Cultura.



5 EVENTOS REALIZADOS
26/04 a 28/04 – Encontro Criminal do MP-RS: “Execução Penal”, em Gramado.
10/11 – CONCRIM (Conselho dos Procuradores e Promotores Criminais do Ministério Público), Nova Lei de Drogas e Lei Maria da Penha, no auditório da PGJ/RS.
6 CONTATOS COM A MÍDIA
<i>6.1. Programas de Televisão</i>
01/02 – TVCOM - Programa Conversas Cruzadas: “Diárias de vereadores”.
18/04 – Entrevista para RBS sobre o MST.
03/05 – TVCOM – Programa Conversas Cruzadas: “Afrouxamento da Repressão Penal”.
16/10 - TVCOM – Programa Conversas Cruzadas: Segurança Pública.
<i>6.2. Programas de Rádio</i>
01/02 – Rádio Sobradinho: “O partido político é o responsável ?”
29/08 – Correio do Povo: Lei Maria da Penha.
31/08 – Correio do Povo – entrevista.
13/09 – Rádio gaúcha – Programa Polêmica: “Linchamento de assaltante em Caxias do Sul”.
7 PARTICIPAÇÃO EM CERIMÔNIAS DA INSTITUIÇÃO
18/01 – Recepção aos pais da vítima (criança) Francisco Daniel Talasca Ferreira.
14/02 – Sessão Extraordinária do Colégio de Procuradores – Auditório do Palácio – Resolução n.º 01.
06/03 – Representando o Procurador-Geral, Conselho Nacional de Procuradores-Gerais.
09/03 – Plano de ações integradas para a Prevenção e Controle da Tortura no Brasil – Palácio do MP.
12/04 – Assinatura do Convênio “Furto de Energia Elétrica”, no Palácio do MP.
18/04 – Posse Dr. Lotti como Subcorregedor-Geral do MP, no Palácio.
19/04 – Lançamento do Documentário “Direção e Administração da Escola do MP”, no Palácio.
28/04 – Projeto Interiorização em Santa Maria.
03/05 – Manifesto dos Promotores de Justiça às Emissoras de Televisão, no Palácio do MP.
12/05 – Posse da nova Coordenadora do CAOURB, Dr. ^a Karin Genz.
17/05 – Sessão Extraordinária do Colégio de Procuradores: ocupação do prédio novo.
18/05 – Semana do MP em Rio Grande: “Crimes hediondos”.



30/05 – Visitação ao Prédio Novo do MP.
06/06 – Eleição Órgão Especial do Colégio de Procuradores
09/06 – Projeto Interiorização em Tramandaí.
28/06 a 30/06 – Encontro Direitos Humanos do MP/RS.
07/07 – Formatura dos alunos do Curso de Gestores do MP/RS, no Palácio.
10/07 – Espaço Mediação de Solução de Conflitos – Vera Muller, no Palácio.
11/07 – O Ministério Público e a Imprensa, em Caxias do Sul.
18/07 a 20/07 – Projeto Interiorização, Ministério Público de: São Gabriel, Rosário do Sul, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Alegrete e Uruguaiana.
03/08 a 06/08 – Congresso Estadual do MP/RS – “Responsabilidade Social no Setor Público”, em Canela.
09/07 – Posse Dr. ^a Maria Fay de Azambuja – Ouvidoria-Geral do MP.
09/08 a 10/08 – Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos, em Brasília.
12/09 – Campanha “Ministério Público a favor da sua saúde”.
14/09 – “O MP em defesa das pessoas com deficiência”, no auditório do MP.
14/09 – Lançamento do livro
23/10 – Inauguração da Promotoria de Justiça de São Leopoldo.
06/11 – Lançamento Livro “Histórias de Vida IV” e início da “Mostra de artes visuais”, no Palácio do MP.
17/11 – Seminário de Integração entre o MP e as Vigilâncias Sanitárias Estaduais e Municipais, Prédio Sede da PGJ/RS.
21/11 – Reunião do Conselho de Procuradores de Justiça.
06/12 – Transferência de cargo do Dr. Bastos, no gabinete do PGJ.
07/12 – Posse da Diretoria da Associação do Ministério Público.
8 PROJETOS PARA 2007
<ul style="list-style-type: none">• Realizar Encontros Regionais – Encontros Criminais e CONCRIM no interior do Estado.• Fomentar a discussão sobre unidade de atuação institucional.• Intercâmbio com outros Centros de Apoio acerca da matéria criminal.• Incentivar a utilização da ferramenta de trabalho institucional <i>Intranet</i>.• Incentivar a divulgação de informações institucionais e técnico-jurídicas pelo Informativo do CAOCrim.• Promover a coleta e a divulgação de informações institucionais e técnico-jurídicas com a utilização de questionários e recebimento de sugestões, na <i>Intranet</i>.



Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público

Correspondência	
Recebida	730
Expedida (Total)	777
- CAO/Cível	370
- SGCAEF (Serviço Geral de Contadoria e Análise Econômico-Financeira)	421
- Ofício Circular	13
Portarias recebidas pelo Centro de Apoio Cível	
Instauradas	1167
Ações de Improbidade Administrativa recebidas pelo Centro de Apoio Cível	
Iniciais	129
Atendimentos realizados no Centro de Apoio Cível	
A Promotores de Justiça	21

Subsídios de Apoio enviados aos Membros do Ministério Público						
Respostas						
Assunto	Número de Consultas (Assessores)	Modelos	Legislação	Acórdãos e Pareceres	Doutrina	Coordenador
Direito Público (diversos)	93	39	22	102	62	
Improbidade Administrativa	380	90	4	219	34	
Lei de Responsabilidade Fiscal	48	5	0	32	25	
Fundef	7	2	2	12	0	
Direito Tributário	223	0	6	73	65	
Direito Administrativo (diversos)	332	42	63	164	89	
Licitações	212	25	0	63	21	
Trânsito – CNT	123	0	3	43	8	
Direito Trabalhista	31	0	0	12	6	
Direito de Família	248	8	25	118	239	
Registros Públicos	245	5	117	160	166	



Direito Comercial (diversos)	26	0	12	15	10		
Falências e concordatas	287	4	193	180	106		
Direito Previdenciário	171	7	12	46	6		
Processo Civil (diversos)	438	18	196	201	221		
Direito constitucional	97	3	0	82	60		
Direito civil (diversos)	365	6	69	155	217		
Ação Civil Pública/Inquérito Civil	125	20	13	70	63		
Diversos	30	4	5	22	9		
TOTAL	3481	278	742	1769	1407		

Participação em Eventos

- Palestras proferidas: 04

- Entrevistas concedidas:

- Rádio 02

- Jornal 01

Material Expedido aos membros do Ministério Público - Dentre outros;

Informativo Nº 2 – Janeiro

Informativo Nº 3 – Agosto

Exemplar do livro: Inquérito Civil: Comentários ao Provimento 55/2005

Exemplar do livro: Manual Prático: A Investigação e as Ações Cíveis Públicas de Improbidade Administrativa e de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Jurídica

Jurisprudências selecionadas

Doutrinas selecionadas

Eventos Realizados pelo CAO Cível

- Encontros Regionais - A Atuação do Ministério Público em Defesa da Probidade Administrativa, do Patrimônio Público e da Ordem Jurídica:

- Porto Alegre (26/05/2006)

- Pelotas (02/06/2006)

- Santa Cruz do Sul (28/07/2006)

- Santa Maria (18/08/2006)

- Caxias do Sul (15/09/2006)

- Passo Fundo (20/10/2006)

- Santo Ângelo (10/11/2006)

- Simpósio: O Inquérito Civil e o Provimento 55/2005.

- Porto Alegre (31/03/2006)

- Seminário: A Reforma Processual – O Processo de Execução

- Porto Alegre (25/08/2006)



Reuniões de trabalho do Coordenador	
Com o Procurador-Geral de Justiça	11
Com os Coordenadores dos demais Centros de Apoio	09
Com outros órgãos da administração pública	07
Eventos Institucionais	18
Na Associação do Ministério Público	00
Com Corregedoria-Geral do Ministério Público	03
Com os Subprocuradores-Gerais de Justiça	28
Administração Superior	19
Conselhos Internos	06
Procuradores e Promotores	34

Cursos e Seminários frequentados pelos Assessores do CAOCIVEL (Aperfeiçoamento e qualificação profissional)
- Contabilidade Pública:
- Júlia Orguim da Silva
- Windows – Senac:
- Júlia Orguim da Silva;
- Leonardo Locateli Rosa;
- Evaldo Jesus de Quadros;
- Aécio Schöder da Silveira.
- Internet – Senac:
- Leonardo Locateli Rosa;
- Aécio Schöder da Silveira.
- Word – Senac:
- Leonardo Locateli Rosa.
- Língua Portuguesa:
- Leonardo Locateli Rosa;
- Júlia Orguim da Silva;
- Michael Vince Von Grol;
- Evaldo Jesus de Quadros;
- Aécio Schöder da Silveira.



Serviço Geral de Contadoria e Análise Econômico-Financeira	
Assessoria Econômica e Financeira	
Análise de Inquéritos Cíveis e de Procedimentos de Peças de Informação:	127
Outros Pareceres, Cálculos e Documentos produzidos	09
Elaboração de quesitos	08
Participação em reuniões com órgãos da administração pública e privada	07
Atendimentos pessoais, telefônicos e via e-mail a Promotores e Servidores	109
T O T A L	260
Assuntos dos trabalhos realizados: Defesa do Consumidor: 92 % Lei de Responsabilidade Fiscal, Finanças Públicas, Orçamentos e Outras Áreas: 08 %	
Assessoria Contábil	
Análise contábil e Financeira	54
Atendimento a Promotores	90
Cálculos	56
Laudos Periciais	53
Manifestação	67
Pareceres Contábeis	430
Elaboração de Quesitos	03
Cálculo de Liq. de Sentença	75
Comparecimento a Audiências como Testemunha do MP	02
Assessoramento a Pregões	31
Perícia Judicial	02
Prestação Contas – Eleitoral	35
Total	898

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos

No ano de 2006 o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos desenvolveu suas atividades enfocando as áreas de Saúde Pública e Assistência Social, priorizando, neste período, fornecimento de medicamentos, PACS/PSF, saúde mental, planejamento familiar, Pessoas Portadoras de Deficiência e Estatuto do Idoso.



Tais prioridades resultaram do grande número de solicitações dos Promotores de Justiça e das dificuldades encontradas em suas respectivas Promotorias, envolvendo os citados temas.

Nesse período, foram realizadas cinco sessões do Conselho de Procuradores e Promotores de Justiça dos Direitos Humanos - CONDIH, objetivando a continuidade da discussões iniciadas no ano de 2005, acerca das temáticas de maior demanda e que foram foco de priorização no ano em curso, conforme pautas a seguir relacionadas:

- 31/03/2006** - Pessoas Portadoras de Deficiência
- 14/07/2006** - Discriminação
- 25/08/2006** - Novos Paradigmas dos Direitos Humanos; Proteção das Pessoas Portadoras de Transtornos Mentais e Melhoria da Assistência à Saúde; Institucionalização de longa permanência a idosos e autonomia da vontade; Gratuidade do transporte coletivo público urbano e semi-urbano aos maiores de 65 anos e criação do Fundo Nacional do Idoso como forma de subsidiar programas e ações relativos aos idosos.
- 27/10/2006** - Providências necessárias para a aplicação dos arts. 9 à 12 da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha); Apresentação do Projeto “Mulheres Agredidas na Família: O resgate da Dignidade” – Experiência de Rio Grande.
- 01/12/2006** - PACS-PSF; Terceirização da Saúde

Resultante da vigência do Estatuto do Idoso no ano de 2005, tendo como consequência uma demanda crescente nas Promotorias de Justiça em todo Estado, relativamente à defesa dos direitos dos idosos e ampliação da atuação do órgão ministerial, este CAO realizou encontros regionalizados com os Promotores de Justiça, juntamente com o Gabinete de Articulação e Responsabilidade Social, dando continuidade do Projeto anteriormente executado nos mesmos moldes, nominado “Envelhecendo com Dignidade”, o qual foi executado no ano de 2006, em seis regiões, seguindo o critério do Projeto de regionalização: Bento Gonçalves, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Rosário do Sul, Santa Maria, Pelotas, Ijuí e Porto Alegre.

Este CAO realizou também, atendendo a solicitações de Promotores de Justiça de algumas Comarcas do Estado, assessoramento em reuniões e assinaturas de Termos de Ajustamento, bem como de Convênios,



objetivando atender as mais diversas demandas nas áreas da saúde pública, fornecimento de medicamentos, planejamento familiar e violência doméstica contra mulheres.

Imperioso mencionar a importância dos trabalhos realizados entre os anos de 2004, 2005 e 2006, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, contando com a participação da Promotoria Especializada dos Direitos Humanos, promoveu 9 (nove) Encontros Regionais de Promotores de Justiça, nas cidades de Alegrete, Santa Maria, Santo Ângelo, Passo Fundo, Pelotas e Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Bento Gonçalves e São Jerônimo, para discussão da viabilização da Política de Planejamento Familiar nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, não somente propondo integração entre secretarias responsáveis pela efetiva aplicação da referida política pública, como também agregando organizações, governamentais ou não governamentais, interessadas e preocupadas com a problemática em questão.

Nestes nove seminários realizados em 2005, foram apresentados painéis abordando a política de planejamento familiar e o papel do Ministério Público, experiências locais, repercussões na saúde das pessoas, família e da sociedade, a gravidez indesejada e suas implicações e a responsabilidade do gestor municipal na implantação de ações.

Para tanto, o Ministério Público contou com a participação de profissionais da área da saúde, altamente qualificados, que se propuseram a colaborar com a iniciativa institucional e, com espírito de colaboração uniram-se e contribuíram com significativa participação nos eventos, como também, de Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça, os quais colaboraram e contribuíram para a realização dos encontros.

Esta iniciativa resultou, ainda, no recebimento de Menção Honrosa, por este Centro de Apoio, na entrega do “Prêmio Direitos Humanos”, promovido pela Unesco, Assembléia Legislativa e FMSS, no ano de 2005, que teve como objetivo homenagear pessoas físicas ou jurídicas do Estado que mereceram destaque nas ações voltadas para o protagonismo juvenil e para a promoção, a defesa e a divulgação dos direitos humanos.

Foram homenageados, pelo ministério Público, em dezembro de 2006, os profissionais da área da saúde que colaboraram como palestrantes nos eventos de Planejamento Familiar.

Dando continuidade à implementação e à difusão dessa Política de Planejamento Familiar que vem sendo desenvolvida pelo Ministério



Público Estadual, em conjunto com o Gabinete de Articulação e Responsabilidade Social, as Promotorias de Defesa dos Direitos Humanos e, nesta segunda fase, com a Organização Não-Governamental Brasil Sem Grades, através de assinatura de Convênio, foram programados mais cinco Fóruns Regionais de Planejamento Familiar, conforme cronograma a seguir:

1. **Rio Grande** – 04/12/2006
2. **Caxias do Sul** – 26/03/2007
3. **Santa Maria** – 27/04/2007
4. **Passo Fundo** – 25/05/2007
5. **Porto Alegre** – 22/07/2007

Foi dada continuidade na sistemática de assessoramento ao Promotor de Justiça na sede da Promotoria, no interior do Estado, contribuindo, dessa forma, na busca de alternativas que assegurassem o atendimento da prestação da saúde, bem como, o fornecimento de medicamentos.

As informações coletadas servirão como diagnóstico preliminar, demonstrando a precariedade na estrutura de atendimento ofertada pelos municípios, contribuindo, assim, na elaboração de material informativo com sugestões para o enfrentamento de tal problemática, como também, na construção de banco de dados acerca das informações coletadas, objetivando auxiliar os Promotores de Justiça.

Participou, também, este Centro de Apoio, de evento de assinatura de Convênio para a Criação da Rede de Atendimento à Mulheres Agredidas no Ambiente Familiar no Município de Rio Grande/RS, por iniciativa da Dra. Cláudia Souto Pedroti, Promotora de Justiça.

Com relação a questão indígena, impende mencionar que o trabalho realizado pelo Ministério Público Estadual, no enfrentamento desta realidade, é subsidiário, em razão de ser do Ministério Público Federal a atribuição.

No entanto, forçoso destacar que as áreas indígenas estão localizadas em comarcas onde atuam Promotores de Justiça e são procurados para atendê-los em suas demandas e necessidades. Daí a necessidade de os colegas estarem preparados para atendê-los e realizarem trabalho conjunto com o Ministério Público Federal.

Afora tais iniciativas, persiste o trabalho diário de atendimento aos Promotores de Justiça, através de contatos telefônicos, esclarecendo-se dúvidas e sugerindo formas de atuação, além do município



com matérias doutrinárias e jurisprudenciais, tendo sido realizados setecentos atendimentos aos Promotores de Justiça, significando uma média de 4 atendimento por dia.

Outra forma de trabalho utilizada por este centro de Apoio, foi a constante atualização de informações na internet e divulgação de promoções de arquivamento, ações ajuizadas e assinaturas de termos de ajustamentos, visando compartilhar informações pertinentes às temáticas relacionadas a área dos Direitos Humanos, atualizando e integrando os Promotores de Justiça.

Foram promovidos ainda, por este Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, dois eventos importantes que objetivaram melhor capacitar e munir os Promotores de Justiça.

O primeiro deles foi o Curso “Reflexões sobre as Perspectivas da Carreira do Promotor de Justiça após o Vitaliciamento”, realizado em conjunto com o Setor Biomédico e com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, tendo como objetivo geral estimular os novos Promotores de Justiça a refletir sobre a nova fase da carreira, bem como auxiliá-los a lidar com situações interpessoais especiais utilizando conceitos das áreas que estudam o comportamento humano.

O segundo evento foi o Encontro Estadual dos Direitos Humanos, “Estratégias Institucionais do Ministério Público para Concretização dos Direitos Humanos, realizado de 28 à 30 de junho do ano em curso, em Bento Gonçalves, objetivando instrumentalizar Procuradores e Promotores de Justiça que atuam nas áreas aludidas para terem uma visão ampla dos fatos sociais pertinentes, adequando as normas internacionais, nacionais e locais ao dia-a-dia do Ministério Público, na busca da concretização dos direitos e de sua legitimação social.

Neste evento foram realizadas oito oficinas, contemplando os seguintes temas: SUS – Sistema Único de Saúde, Discriminação, Segurança Pública, Idoso, PPD’s - Pessoas Portadoras de Deficiência, Planejamento Familiar, SUAS – Sistema Único de Assistência Social, Tratados Internacionais e Tortura.

Este Centro de Apoio participou também dos Fóruns Regionais promovidos pelo CREMERS: “Aspectos Éticos e Legais do Prontuário Médico”, contando com a participação dos Promotores de Justiça como palestrantes.



Outro evento realizado por este Centro de Apoio foi o seminário: “O Ministério Público em Defesa das Pessoas com Deficiência”, realizado no dia 14 de setembro, no auditório da nova sede do Ministério Público, em comemoração à Semana Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência, possibilitando um espaço de integração entre as entidades de atendimento, municipais e estaduais, como também entre as pessoas portadoras de necessidades especiais em todo Estado do RS.

Em síntese, este Centro de Apoio, prestou um total de setecentos atendimentos aos Promotores de Justiça, além da participação em eventos externos, representações, audiências, elaboração e execução de Projetos, Seminários, Encontros Regionais, vistorias em instituições, reuniões, assinaturas de termos de ajustamento de conduta e de convênios, conforme tabela de dados quantitativos, em anexo.

Para o ano de 2007, as prioridades do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos são, além de dar continuidade ao trabalho já desenvolvido, auxiliar na implantação das Políticas Públicas da Saúde e Assistência Social, especificamente das estratégias fornecimento de medicamentos, de saúde da família e de planejamento familiar como atenção básica de saúde.

Dados Quantitativos 2006

Projetos do CAO Direitos Humanos 2006	
Nome	Objetivo
Participação no Projeto Veraneio “Projeto de assistência Social” (jan/fev-2006)	Prestar Assessoria Técnica às Promotorias localizadas na Comarca de Tramandaí no litoral do Estado, na área da Assistência Social, no meses de janeiro e fevereiro de 2006, com ênfase nas áreas da Defesa Comunitária, Infância e Juventude, podendo ampliar a assessoria conforme a demanda da Promotoria e a qualificação da técnica designada para o local.
Projeto Seminário de Idosos: “Envelhecendo com Dignidade” (17-03 a 23-06-2006) (13-6 a 11-8-2006)	Instrumentalizar os Promotores de Justiça, através de encontros regionalizados, com conhecimentos acerca do Estatuto do Idoso e legislação afim, propiciando espaço de discussão e troca de experiências sobre a problemática vivenciada em suas comarcas, buscando alternativas de atuação homogênea que visem a garantia dos direitos dos Idosos.
Planejamento Familiar	Promover a discussão entre os Promotores de Justiça do Estado, que atuam na área da cidadania,



Projetos do CAO Direitos Humanos 2006	
26-05-06 – Bento Gonçalves 12-07-2006 – Cachoeira do Sul	instrumentalizando-os acerca do Planejamento Familiar, visando garantir a viabilização da referida Política Pública em todos os Municípios, envolvendo os diversos responsáveis pela aplicação deste direito, propiciando espaços de discussão e troca de experiências sobre a problemática vivenciada, propondo, ainda, integração entre secretarias para a efetivação e aplicação da Lei n. 9263, de 12 de janeiro de 1996.
Reflexões sobre as Perspectivas da Carreira do Promotor de Justiça após o Vitaliciamento (02-06-2006)	Estimular os novos Promotores de Justiça a refletir sobre a nova fase da carreira, bem como auxiliá-los a lidar com situações interpessoais especiais utilizando conceitos das áreas que estudam o comportamento humano.
Encontro Estadual dos Direitos Humanos (junho-2006)	Instrumentalizar Procuradores e Promotores de Justiça que atuam nas áreas aludidas para terem uma visão ampla dos fatos sociais pertinentes, adequando as normas internacionais, nacionais e locais ao dia-a-dia do Ministério Público na busca da concretização dos direitos e de sua legitimação social.
O Ministério Público em Defesa das Pessoas com Deficiência (14-09-2006)	Realização de seminário de comemoração à Semana Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência, possibilitando um espaço de integração entre as entidades de atendimento, municipais e estaduais, como também entre as pessoas portadoras de necessidades especiais em todo Estado do RS.
I Fórum Regional de Planejamento Familiar – Ministério Público RS-ONG Brasil Sem Grades Rio Grande, RS (04-12-2006)	Dar continuidade à discussão da viabilização da Política de Planejamento Familiar nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, não somente propondo integração entre secretarias responsáveis pela efetiva aplicação da referida política pública, como também agregando organizações, governamentais ou não governamentais, interessadas e preocupadas com a problemática em questão.

Correspondências Expedidas 2006	
Ofícios expedidos	437
Ofícios Circulares expedidos	02
Memorandos Internos	03
E – mails expedidos	564



Correspondências Expedidas 2006	
Fax expedidos	230
TOTAL	1.236

Correspondências Recebidas 2006	
Correspondências recebidas	1540
E-mails recebidos	875
TOTAL	2.415

Portarias recebidas no Centro de Apoio Direitos Humanos 2006	
Peças de Informação	62
Inquéritos Cíveis	21
Portarias	62
TOTAL	155

Atendimentos 2006	
Aos Promotores de Justiça	699
Ao público em geral	10
TOTAL	700

Reuniões de Trabalho 2006	
Planejamento do Setor	49
Com Procurador –Geral de Justiça e Subprocuradores-Gerais	27
Com os Coordenadores dos demais Centros de Apoio	09
Com outros órgãos ou setores do MP	19
Com outros Órgãos ou entidades externas	27
TOTAL	131

Descrição das reuniões com Órgãos/Setores Internos 2006	
Lançamento do Programa Veraneio Cidadão 2006 – em Tramandaí	01
Reunião no Gab. PGJ com Promotores DH e Vereador Carrion – Prêmio DH	01
Reunião CAODH e PJDDH - redes de pesca no litoral	02
Reuniões para organização do Encontro Estadual dos DH	05
Reuniões Planejamento Institucional	03
Reunião no CAODH, PJDDH e CEAP, FEESERS	01
Reunião CAODH – Projeto Delta do Jacuí	01



Descrição das reuniões com Órgãos/Setores Internos 2006	
Reunião CAODH com PJDDH	10
Reunião com CAOs	07
Reunião CAODH, Gab. PGJ – Audiência Pública “Plano de Ações Integradas p/Prevenção e Controle da Tortura no Brasil”	02
Participação do CAODH em reuniões– Comissão Antitabagismo	09
Transmissão do cargo do Subprocurador-Geral p/Assuntos Adm.	01
Programa Interiorização	02
Reunião CAODH na Promotoria Ibirubá – SAÚDE	01
Reuniões CONDIH	05
Reunião CAODH no Gab. PGJ – evento FIERGS – Projeto “O Rio Grande que Queremos”	03
Reuniões CAODH, PJDDH – segurança nos estádios de futebol	02
Reunião no Gab. PGJ e Palácio do MP	07
Reunião CAODH, DAT – apresentação novas Assistentes Sociais	02

Descrição das reuniões com Órgãos/Setores Internos 2006	
Reunião CAODH e Serviço Biomédico – Curso Perspectivas da Carreira do Promotor de Justiça após o vitaliciamento	02
Solenidades no Palácio do Ministério Público	02
Reuniões sobre Projeto Alvorecer com Gab. De Resp. Social	07
Reunião com Dra. Sandra Sperotto- Pantano Grande –Saúde Mental	02
Reunião CAODH com Serv. Biomédico e DAT	01
Reuniões CAODH e CEAF	02
Reuniões CAOs com Subprocurador-Geral p/Ass. Institucionais	04
Reunião no CAODH com O&M	02
Reunião Gabinete Subprocurador-Geral p/As. Jurídicos	01
Reunião com Corregedoria e Subcorregedoria-geral MP	02
Reunião na Promotoria de Santa Maria – TAC/PACS/PSF	01
Reunião CAODH com PJ Gravataí – discriminação religiosa	01
Reunião CAODH, Gab. PGJ com FAESP	01
Reunião com CAODH, CAOIJ e GARS – questões indígenas	01
Reunião Portal Social – CAODH com GARS	01
Reunião com Informática – apresentação NXT4	01
Reunião no CAODH com Presidente da FADERS e outras entidades	01
Reunião na Promotoria de Santo Antônio da Patrulha sobre SUS	01



Reunião no Gab.PGJ, CAODH e outras inst. – Índios morro do osso	01
Reunião Promotoria de Carlos Barbosa – Convênio Saúde Mental idosos	01
I Fórum “A Fiscalização de alimentos e as relações de consumo” CAOConsumidor	01
Reunião no Palácio MP sobre Comissão de Finanças na AL	01
Reunião no CAODH com Promotoria de Faxinal do Soturno, Serviço Biomédico e Auditores da Saúde – Serviços de Oftalmologia	01
Confraternização de final de ano no Gab. Do PGJ	01
Reunião com Dr. Mauro Renner sobre Lei Maria da Penha	01
	102

Descrição das Reuniões com Órgãos/Entidades Externas	
Representar Procurador-Geral evento FIERGS	01
Reunião no CAODH com IAJ – organização Seminário Regional IAJ/DH	02
Representar o Procurador-Geral evento na Câmara Municipal de POA	01
Representar o Procurador-Geral evento AL – 25 anos CCDH e Lançamento Relatório Azul 2005	01
Reunião no CAODH com UNESUL – fiscalização	01
Reunião do CAODH do Comitê Gestor de Urgências – HPS	01
Representar o PGJ no Palácio – Lançamento do Programa Hospital Saudável	01
Reunião CAODH no aud. SJS – medidas de segurança em estádios	01
Representar o Procurador-Geral em reunião Diretoria FAMURS	01
Reunião FAMURS – sobre PACS/PSF	01
Reunião Câmara de Vereadores – Votação de projeto antifumo	01
Representar o PGJ evento na Assembléia Legislativa	01
Reunião CAO com ONG Brasil sem Grades – Planejamento Familiar	05
Reunião CAODH com Sr. Burg e Vig. San. – camas de bronzeamento	02
Reunião CAODH com Conselho Estadual do Idoso na FAMURS -	02
Reunião CAODH com AUDISUS – convênio CAO	01
Reunião da Comissão de Constituição e Justiça na AL	01
Sessão solene homenagem ao Dia do Médico na Câmara Municipal NC	01
Audiência Pública da Comissão de Cidadania e DH com Comissão de Saúde – Planejamento Familiar	01
Reunião CAODH com 1º Vice-Presidente do TJRS	01
	27



Participação em Encontros/Palestras/Eventos 2006	
Seminário Envelhecendo com Dignidade	08
Participação como palestrante em Evento sobre Farmacovigilância – Curitiba – “O Papel do MP na promoção do uso racional de medicamentos”	01
Participação Solenidade 28º aniversário MARGS – Memorial do RGS	01
Eventos CREMERS – Forum aspectos legais Prontuário Médico	04
Eventos Planejamento Familiar	09
Curso “Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racional – Escola MP	01
Posse Dra. Angela Rotunno-Palácio MP-como Coordenadora do Comitê contra a Tortura	01
Posse Dr. Armando Lotti – Palácio MP- como Subcorregedor-Geral	01
Encontro Estadual dos Direitos Humanos	01
Assinatura de TAC com Grêmio Futebol Clube – no Palácio do MP	01
Representar o Procurador-Geral MP em evento no MP São Paulo – “O MP e a fiscalização das entidades não governamentais de interesse público	01
Auditório MP – Prêmio Cidadania e Direitos Humanos Herbert de Souza	01
Lançamento Sistema de Protocolo MP – Auditório Nova Sede MP	01
Representar o PGJ em Brasília no lançamento da campanha “Ministério Público a favor da saúde”	01
Evento CAODH – O Ministério Público em defesa das pessoas com deficiência – Auditório Nova Sede MP	01
Evento no Gab. PGJ – Voto de louvor aos membros com ingresso há mais de 30 anos no MP	01
Evento – Instituto Mulher Consciente – FIERGS	01
Audiência Pública sobre “Crise Hospitalar no RS – AL – Plenarinho	01
Representação do Procurador Geral de Justiça na posse do Promotor de Justiça de Três Coroas/RS.	01
	37

Viagens 2006	
03 de janeiro – Programa Veraneio Cidadão 2006	
13 de março – Seminário “Envelhecendo com Dignidade- Bento Gonçalves	
16 de março – Seminário “Envelhecendo com Dignidade – Passo Fundo	
24 de março – Programa Interiorização de Pelotas	
27 de março – Viagem a Ibirubá – Atendimento no Hospital Univida	
31 de março – CONDIH – Rio Grande	
03 de abril – Curitiba-PR- Reunião Farmacovigilância – Secretaria de Estado da Saúde – Palestrante	



Viagens 2006
20 de abril – Seminário “Envelhecendo com Dignidade” – Rosário do Sul
05 de maio – Sem. Envelhecendo com Dignidade–Santa Maria
18 de maio – Fórum sobre aspectos éticos e legais do prontuário médico – Cachoeira do Sul
25 de maio – Planejamento Familiar em Bento Gonçalves
09 de junho – Projeto Interiorização em Tramandaí
14 de junho – Envelhecendo com Dignidade em Pelotas
19 de junho – Envelhecendo com Dignidade em Santa Cruz do Sul
23 de junho – Envelhecendo com Dignidade em Ijuí
26 de junho – Promotoria de Santa Maria – PACS/PSF
28, 29 e 30 de junho – Encontro Estadual dos Direitos Humanos em Bento Gonçalves
12 de julho – Planejamento Familiar em São Jerônimo
14 de julho – CONDIH em Passo Fundo
11 de agosto – Envelhecendo com Dignidade em Porto Alegre
25 de agosto – CONDIH em Caxias do Sul
11 de setembro – Seminário Nacional: BPC e Ministério Público – Efetivando os acordos de cooperação técnica – Brasília
22 de setembro – Assinatura do Convênio da criação da rede de atendimento à mulheres agredidas no ambiente familiar – Rio Grande/RS
26 de outubro – Urgência e Emergência – Santo Antônio da Patrulha
27 de outubro – CONDIH em Uruguaiana
10 de novembro – Prontuários Médicos – Bagé
20 de novembro – Institucionalização de idosos portadores de deficiência mental – Carlos Barbosa
04 de dezembro – I Fórum Regional de Planejamento Familiar – Rio Grande/RS
07 de dezembro – Prontuários Médicos São Jerônimo/RS
12 de dezembro – Representação do PGJ na Assunção do Cargo de Promotor de Justiça - Promotoria de Justiça de Três Coroas.
15 de dezembro – Reunião Coronel Bicaco – CISA – Consórcio Intermunicipal de Saúde



Cursos freqüentados pelos Assessores do CAO Direitos Humanos (Aperfeiçoamento e qualificação profissional)	
1º Fórum “A Fiscalização de alimentos e as relações de Consumo”	01
I Encontro Nacional do Serviço Social do Ministério Público	01
Participação no Projeto Operação Veraneio - Tramandaí	01
Participação na Comissão Antitabagismo – realização de 9 reuniões	09
Participação no lançamento da Campanha “O MP a favor da sua saúde”	01
Reunião com a Diretora do DAHA – Dra. Aglaé	01

Outras Atividades	
Entrevista Coord. CAODH p/Jornal da Escola do MP	01
Programa TV Guaíba – entrevista Comitê da Tortura	01
Representar MP na TVE – Programa Cidadania-Reforma Psiquiátrica	01
Gravação programa TV Justiça c/AJURIS – Estatuto do Idoso	01
Entrevista Rádio Guaíba, por telefone – Políticas Públicas	01
Entrevista Rádio Nativa de Rio Grande, por telefone, sobre Planejamento Familiar –I Forum	01
	06

Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude

O presente relatório tem por objetivo registrar e apresentar, tanto para o público interno da Instituição quanto à comunidade em geral, as ações realizadas pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude durante o ano de 2006. Trata-se de um diagnóstico da atuação institucional destinadas à promoção, à defesa e ao estudo dos direitos assegurados com absoluta prioridade às crianças e adolescentes.

**I Descrição Das Atividades Do Centro De Apoio**

Atividades do coordenador	
1 REUNIÕES DE TRABALHO:	
1.1 Com o Procurador-Geral de Justiça e órgãos da Administração Superior	24
1.2 Com os Coordenadores dos Centros de Apoio	8
1.3 Com órgãos de execução	15
1.4 Com outros órgãos da PGJ e de outras entidades	93
Total	141
2. A2 ATIVIDADES EXTERNAS:	
2.2. Contatos com a mídia:	
2.2.1 Entrevistas concedidas à jornais	22
2.2.2 Entrevistas concedidas à rádios	26
2.2.3 Entrevistas concedidas à televisão	29
Total	81
2.3 Palestras/Aulas realizadas em cursos, seminários, encontros, congressos, jornadas e fóruns	
Total	55
2.4 Participação em Solenidades	
2.4.1 Do Ministério Público	8
2.4.2 De outras entidades	4
Total	18
2.5 Viagens (interior do RS e outros Estados)	
Total	46
ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO	
1 ATENDIMENTOS :	
Consultas c/ pesquisa	1.463
2 Correspondências recebidas	1.206
Ofícios expedidos	900
E-mails enviados	1.640
E-mails recebidos	3.772
3 INFORMATIVOS:	
Circular Informativo On-line	8
4 PUBLICAÇÕES	
FICAI – Manual Prático	Número de exemplares: 18.000
5 ORGANIZAÇÃO DE REUNIÕES/EVENTOS	
5.1 Reuniões do Conselho de Procuradores e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude-CONPPIJ	5
5.2 Outros eventos organizados pelo Centro de Apoio:	3



**ATUAÇÃO DO CENTRO DE APOIO EM PROGRAMAS, PROJETOS E
OUTRAS AÇÕES DE INTERESSE DA ÁREA**

IV JORNADA ESTADUAL CONTRA O ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Em continuidade ao trabalho iniciado em 2003, e tendo como objetivo principal aprofundar a discussão sobre as dificuldades enfrentadas pela rede de proteção infanto-juvenil, foram realizadas 16 (dezesesseis) audiências públicas, abrangendo 252 Municípios e 5.026 quilômetros percorridos. Em média, cada audiência recebeu um público de 209 pessoas, totalizando ao final 3.341 participantes. O Ministério Público foi representado pelo Coordenador do Centro de Apoio e 16 Promotores de Justiça com atuação na área da infância e da juventude. Como resultado, restou deliberado a elaboração de um relatório das demandas existentes, bem como das necessárias condições para melhor funcionamento da rede proteção à crianças e adolescentes, que será enviado às autoridades da área da infância e juventude.

PROJETO “ARTE DE EDUCAR”. Reconhecendo que através do teatro, tem-se uma das formas mais ricas de transmissão do conhecimento, com linguagem infantil, de forma lúdica e participativa das crianças e adolescentes, o Centro de Apoio elaborou projeto para que alunos dos ensino básico e médio, bem como crianças institucionalizadas, assistam a peças teatrais sobre o ECA e os operadores do sistema de garantias. A iniciativa foi aprovada por Sua Excelência, Roberto Bandeira Pereira, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, e será desenvolvida no biênio 2006/2007.

COMBATE À PEDOFILIA NA INTERNET. Em continuidade às ações institucionais na matéria, o Centro de Apoio registrou 4.303 denúncias até novembro de 2006, totalizando 7.818 denúncias enviadas pelo link disponibilizado na Internet do Ministério Público desde o ano de 2003. Ainda, o Ministério Público assinou o **Provimento nº 57/2006**, que trata do projeto elaborado pelo Centro de Apoio e a Divisão de Informática, com vistas à implantação de um **Serviço de Rastreamento de Sites na Internet.**

PROJETO VERÃO MAIS SAUDEL – INFANCIA E JUVENTUDE MAIS ALEGRE. O Centro de Apoio, em parceria com os agentes envolvidos no Projeto Veraneio/2006 e o Gabinete de Responsabilidade Social do Ministério Público, aderiu à campanha idealizada pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS), para combate ao consumo e à venda de bebidas alcólicas para crianças e adolescentes. Assim, nos meses de janeiro e fevereiro foram realizadas campanhas de conscientização dirigidas à família e responsáveis, com distribuição de panfletos e cartazes no litoral e pedágios da rodovia, contendo mensagens acerca dos malefícios causados pela bebida alcóolica. Os bons resultados da campanha, registrados pela receptividade da sociedade, deram origem a um projeto de seminários sobre o tema, que em 2007 serão realizados em regime de prioridade pelo Centro de Apoio.



CURSO DE CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES. Iniciativa do Centro de Apoio, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente-CEDICA/RS e a Escola Superior do Ministério Público, que resultou num Termo de Cooperação assinado entre o Ministério Público e as demais instituições. Trata-se de um projeto piloto, com 90 vagas iniciais, sendo o curso totalmente gratuito e com aulas a partir de dezembro/06.

CAMPANHA DE DOAÇÕES AO FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 2006. O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, mediante campanha dirigida a Membros e servidores, inclusive por banner disponibilizado na rede da Intranet, pretende ampliar a participação do Ministério Público em projetos destinados ao atendimento de programas da área da Infância e Juventude.

SEMINÁRIO QUESTÕES INDÍGENAS: O ESTATUTO DO INDIO E O ECA. Em parceria com o Gabinete de Responsabilidade Social, Centro de Apoio de Defesa dos Direitos Humanos e as Promotorias de Justiça de Passo Fundo e Nonoai, foi realizado um seminário sobre as demandas existentes nas regiões em que se localizam áreas indígenas no Estado do Rio Grande Sul, com participação de Promotores de Justiça, Procuradores da República, representantes do Poder Executivo Municipal de cada região, representantes da FUNAI e FUNASA, Antropólogos e outras autoridades da temática indígena.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A LEI DO VINHO (PROJETO 119/2005). Objetivando debater com a sociedade o projeto que classificava o vinho como alimento natural, foi realizada audiência pública no Palácio do Ministério Público, na data de 11/09/2006, com representantes da rede de proteção da infância e da juventude, representantes dos produtores de vinhos, da área médica e assistência social, bem como autoridades do Legislativo e Promotores de Justiça. Após o debate, foi encaminhado o inteiro teor da discussão para os Deputados Estaduais e para Sua Excelência, Germano Rigotto, Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Vetado o projeto pelo Governador do Estado em 22/09/2006, o CAOIJ trabalhou na manutenção do veto junto à Assembléia Legislativa. Em 25/10/2006, a matéria foi novamente analisada pelos Deputados, sendo mantido o veto ao projeto de lei por 26 votos favoráveis e 14 contrários.

MANUAL DA FICAI. O Centro de Apoio e a Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre publicaram um Manual Prático sobre a Ficha de Comunicação do Aluno Infreqüente/FICAI, objetivando reforçar a aplicação deste instrumento e para conscientizar a escola e a família para a necessidade de preservação do processo de escolarização de crianças e adolescentes. Com uma tiragem de 18.000 exemplares, obtidos em parceria do Ministério Público, Escola Superior do Ministério Público, Fundação Rubem Berta e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, o material foi enviado a toda rede escolar municipal e estadual, além de outras instituições voltadas à educação.



CONSELHO DE PROCURADORES E PROMOTORES DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – CONPPIJ. PROJETO DE INTERIORIZAÇÃO. Em 2006, foram realizadas sessões nas cidades de Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Passo Fundo, Caxias do Sul, Uruguaiiana e Porto Alegre. A partir das discussões, foram aprovados seis (06) novos posicionamentos para orientação da atuação dos Promotores de Justiça com atribuições na infância e juventude.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E LEGISLAÇÃO PERTINENTE - A 3ª edição da publicação institucional organizada pelo Centro de Apoio da Infância e Juventude foi revista e atualizada até dezembro de 2006, contendo novas leis de interesse da área, bem como a íntegra da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Normas do CONANDA para criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos. Os exemplares serão enviados às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude e estarão disponíveis aos Membros para realização de cursos e palestras, no princípio do ano de 2007.

Panorama temático das consultas que geraram pesquisa no Centro de Apoio ANO 2006											
JIJ	Caxias do Sul	Novo Hamburgo	Osório	Passo Fundo	Pelotas	Porto Alegre	Santa Cruz	Santa Maria	Santo Ângelo	Uruguaiiana	Total
ASSUNTO											
Educação	30	26	22	38	37	77	12	43	21	13	319
Conselhos	14	12	4	27	7	47	16	30	21	13	191
Ato Infracional	11	10	4	14	4	28	7	20	13	5	116
Saúde	7	10	10	10	4	18	4	10	10	3	86
Crimes	7	7	9	6	4	21	3	14	9	5	85
Prevenção	8	3	2	9	4	15	8	11	7	0	67
Adoção	5	8	1	9	5	19	2	2	8	5	64
Abrigo	2	5	1	7	4	17	8	5	8	4	61
Questões processuais	3	1	7	5	1	15	2	6	1	2	43
Convivência familiar e comunitária	2	2	5	4	1	10	4	2	4	2	36
Trabalho infantil	5	5	3	3	2	4	1	7	0	3	33



Panorama temático das consultas que geraram pesquisa no Centro de Apoio ANO 2006											
JIJ	Caxias do Sul	Novo Hamburgo	Osório	Passo Fundo	Pelotas	Porto Alegre	Santa Cruz	Santa Maria	Santo Ângelo	Uruguaiana	Total
Infrações administrativas	4	3	2	5	1	8	0	1	4	2	30
Poder familiar	1	1	2	4	0	11	2	0	2	0	23
Medidas Socioeducativas	3	1	2	3	0	0	3	3	3	3	21
Direito a filiação	1	3	3	1	1	2	2	3	2	2	20
Medidas protetivas	0	2	0	2	1	5	1	3	3	0	17
Drogadição	1	2	2	1	1	1	0	3	2	1	14
Viagens	0	0	1	1	1	5	0	0	0	0	8
Programas	0	0	1	1	0	2	0	0	1	0	5
Fiscalização de entidades	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Acesso à justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direito a respeito e dignidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direitos fundamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Políticas de atendimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Situação de Criança/Adolesc.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Questões	16	21	8	29	8	66	14	24	28	9	223
Total por JIJ	120	123	89	179	86	371	89	187	147	72	1463
ATUAÇÃO INSTITUCIONAL ENVIADA AO CENTRO DE APOIO											
1. Portaria de Instauração de Inquérito Civil/ Peças de Informação/ Recomendações/Sindicância/Recursos										215	
2. Termos de compromisso de ajustamento										17	
3. Ações civis públicas e outras iniciais										50	
4. Denúncias com crianças e adolescentes vítimas										128	



II ANÁLISE QUALITATIVA DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente - FICAI											
Implementação no Estado em 2006 - 93% dos municípios											
Em 2005, o n.º total de municípios que implementaram o projeto era 461											
Juizados Regionais	Porto Alegre	Novo Hamburgo	Osório	Pelotas	Santa Maria	Caxias do Sul	Santo Ângelo	Uruguaiana	Santa Cruz do Sul	Passo Fundo	Total no Estado do RS
Município que implementaram	25	35	22	20	43	44	76	7	52	137	462
Municípios que não implementaram	0	0	1	7	1	3	7	1	6	9	34
Total	25	35	23	27	44	47	83	8	58	146	496
DESEMPENHO DA FICAI											
1) Crianças/ adolescentes que retornaram à escola											455
1.1 Crianças/adolescentes que retornaram para a mesma escola											246
1.2 Crianças/adolescentes encaminhado s para outra escola											209
2) Situações que ensejaram representação por infração administrativa (art. 249 do ECA)											78
3) Ficai's arquivadas por falta de localização dos alunos ou de seus responsáveis											127
4) Arquivamentos motivados pela mudança de endereço para outra Comarca											63
5) Arquivamento em razão dos adolescentes terem completado 18 anos											122
6) Expedientes administrativos instaurados para apurar negligências por parte dos pais											8
7) Outras hipóteses											145
Total											998

- Fonte: relatório mensal da FICAI enviado pelos Promotores de Justiça ao CAOIJ, atualizado até 06/12/06



IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES NO RS											
Em 2006 foram criados quatro (04) novos Conselhos Tutelares, sendo que três (03) tiveram origem em ações do Ministério Público											
Juizados Regionais	Porto Alegre	Novo Hamburgo	Osório	Pelotas	Santa Maria	Caxias do Sul	Santo Ângelo	Uruguaiana	Santa Cruz do Sul	Passo Fundo	Total no Estado do RS
Município que possuem CT	20	15	17	18	39	25	70	7	39	88	338
criados por ação do MP	4	16	2	6	3	15	12	1	18	42	119
Municípios que não possuem CT	0	4	3	3	2	7	1	0	1	13	34
Municípios com CT desativado	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3	5
Total	25	35	23	27	44	47	83	8	58	146	496

Fonte: material enviado ao CAOIJ.

ACOMPANHAMENTO DO COMBATE À PEDOFILIA NA INTERNET		
PERÍODO	DENÚNCIAS	PERGUNTAS
EM 2001	740	71
EM 2002	1.245	98
EM 2003	916	32
EM 2004	1.148	4
EM 2005	223	3
EM 2006	4.545	-

Fonte: Clique-denúncia – www.mp.rs.gov.br – caoinfancia@mp.rs.gov.br
 Dados apurados a partir de 12 de setembro de 2001 e atualizados até 14/12/2006



Crianças e adolescentes vítimas e	
Denúncias Encaminhadas Ao Centro De Apoio	
Tipo Penal por cópia de denúncia encaminhada ao CAOIJ/RS	N.º de Denúncias
Art. 214 do CP – Atentado violento ao pudor	53
Art. 213 do CP – Estupro	23
Art. 244 do CP – Abandono material	13
Art. 243 do ECA – Vender, fornecer...produtos que causem...	11
Art. 1º da Lei 2.252/54 – Dispõe sobre corrupção de menores	11
Art. 121 do CP – Homicídio	4
Art. 136 do CP – Maus-tratos	4
Art. 244-A do ECA – Exploração Sexual	3
Art. 129 do CP – Lesões corporais	2
Art. 232 do ECA	2
Art. 133 do CP – Abandono de incapaz	1
Art. 228 do CP – Favorecimento da Prostituição	1
Art.148 do CP	0
Art. 147 do CP – Ameaça	0
Art. 157 do CP – Roubo	0
Art. 155 do CP – Furto	0
Art. 124 do CP	0
Art. 237 do ECA – Subtrair criança ou adolescente...	0
Art. 230 do CP	0
Art. 302 do CTB	0
Art. 330 do CP	0
Art. 331 do CP	0
Art. 61 DL 3.688/41	0
Art. 246 do CP – Abandono intelectual	0
Art. 218 do CP – Corrupção de menores	0
Art. 12 da Lei nº 7.716/89	0
Art. 168 do CP – Apropriação indébita	0
Art. 238 do ECA	0
Art. 244 do ECA	0
Art. 288 do CP	0
Art. 297 do CP	0
Art. 16 da Lei n.º 6.368/76	0
Art. 241 do ECA	0
Art. 217 do CP	0
Art. 219 do CP	0
Art. 342 § 1º do CP	0
Art. 339 do CP	0
Art. 236 do ECA – Impedir ação de autoridade	0
TOTAL	128



Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor

Integrante da estrutura de defesa do consumidor do Ministério Público, na condição de órgão auxiliar da Administração Superior, o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor tem a atribuição de contribuir para a especialização e a atualização institucionais.

Para tanto, o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor captura todas as informações disponíveis na rede mundial de computadores e nas mais diversas fontes de informação por meio físico (doutrina, jornais, revistas especializadas etc.) e organiza o material obtido para, posteriormente, repassar aos servidores e membros do Ministério Público (Procuradores ou Procuradoras e Promotores e Promotoras de Justiça).

Desta forma, os Colegas, nos mais longínquos rincões do Brasil, estarão recebendo o que de mais atual existirá em termos de decisões judiciais, decisões administrativas, doutrina e peças processuais (petições iniciais, réplicas, recursos em geral, termos de compromisso de ajustamento, dentre outros). Isto é fundamental, pois são remetidas, por exemplo, informações sobre remédios que devem ser retirados do mercado, planos de saúde fraudulentos, novos métodos de crime organizado na relação de consumo e muitas outras questões que exigem uma atuação rápida e ágil.

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor realiza também um intercâmbio permanente com entidades privadas e órgãos públicos em geral, o que possibilita a obtenção de elementos técnicos necessários ao desempenho das funções Ministeriais, podendo-se, para ilustrar, citar trabalhos já realizados na área da adulteração de combustíveis, da pirataria de produtos e na identificação da falsificação ou adulteração de leite.

Além disso, o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor é responsável pelo desenvolvimento do conhecimento na área da defesa do consumidor, auxiliando, promovendo ou participando de seminários, congressos e conferências, de modo a que seja mantida uma prática laboral que possa acompanhar o surgimento das novas tecnologias, combater condutas de dano massificado cotidianamente criadas e, com isto, manter a Instituição em plena adequação com os valores culturais da sociedade a qual ela serve.

No cumprimento das suas atribuições, o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor, no biênio 2005/2006, realizou mais 1.400



atendimentos a Promotores e Procuradores de Justiça, elaborou e enviou 35 Boletins Informativos (Ofícios-Circulares), além de participar de mais de 150 eventos, como solenidades, congressos, sessões de CPI's e audiências públicas, sendo que em muitos deles como palestrante.

No âmbito da organização interna, tem grande relevância a criação da base de dados de todo o material de pesquisa administrado pelo Centro de Apoio Operacional, que hoje já conta com mais de 4.500 decisões judiciais proferidas em casos que envolvam Direito do Consumidor.

Do trabalho desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor e da representatividade do seu Coordenador ao longo dos anos de 2005 e de 2006, destaca-se o seguinte:

Em 2005:

- participação em audiência pública para discutir a questão do preço do leite;
- participação nas reuniões do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOOC);
- participação em debate sobre ações coletivas de consumo;
- participação em reuniões com a FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, para tratar da elaboração da minuta de convênio a ser celebrado entre os Municípios e a CORSAN, com vistas à universalização do serviço de água e saneamento. Atualmente os novos contratos já estão sendo assinados com os Municípios gaúchos;
- participação de reuniões do Fórum Estadual de Defesa do Consumidor, com especial ênfase na criação do Procon Municipal de Porto Alegre;
- participação permanente no programa de televisão “Consumidor em Pauta”, da TVE, divulgando as ações do Ministério Público e respondendo perguntas da comunidade;
- palestra proferida na cidade do Rio de Janeiro à convite da Escola Superior da Magistratura daquele Estado;
- manutenção do trabalho de negociação junto às concessionárias de energia elétrica, eliminando litígios e aumentando a efetividade sem contencioso;



- participação nas reuniões do MPCON – Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor, com vistas a desenvolver a defesa do consumidor no Brasil;

- participação em reuniões com representantes do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC e do Ministério da Agricultura, para tratar da questão da qualidade dos alimentos. Neste tema, foram desenvolvidas várias ações que diminuíram imensamente a presença de água nas carnes de frango no Rio Grande do Sul;

- realização de trabalho de integração interinstitucional para a elaboração e assinatura de convênio para análise de combustíveis adulterados apreendidos. Como resultado, foram renovados os convênios, dando sustentação ao trabalho cotidiano que é realizado pela Promotoria do Consumidor da Capital;

- lançamento de “cd” com conteúdo informativo-científico sobre o fornecimento de energia elétrica, elaborado como resultado dos eventos organizados e realizados no ano de 2004 com as três maiores concessionárias do Rio Grande do Sul (CEEE, AES-Sul e RGE);

- organização, em conjunto com a AJURIS, Escola do Ministério Público e outras entidades, do Congresso Internacional de Direito do Consumidor, evento comemorativo aos 15 anos do Código de Defesa do Consumidor, acontecido em Gramado no mês de setembro de 2005;

- participação em audiência pública sobre a questão da tarifa de esgoto cobrada pela Corsan no Município de Cachoeirinha, realizada na Assembléia Legislativa do Estado;

Em 2006:

- participação em reunião realizada na sede da FIERGS sobre a “Agenda Estratégica RS 2006/2020 – O Rio Grande que Queremos”;

- participação nas audiências e reuniões da “CPI dos Combustíveis” junto à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul;

- participação nas feiras “Consumidor Consciente”, realizadas pelo Fórum Estadual de Defesa do Consumidor para esclarecimento e atendimento à população;



– participação nas reuniões mensais do Fórum Estadual de Defesa do Consumidor, no qual são organizadas ações de defesa dos vulneráveis, além de eventos para a comunidade;

– participação em reuniões na sede da FAMURS para tratar da elaboração da minuta de convênio a ser celebrado entre os Municípios e a CORSAN, sob fiscalização da AGERGS, com vistas à universalização do serviço de água e saneamento. Conforme já referido, atualmente já estão sendo assinados os novos contratos;

– participação no programa semanal “CONSUMIDOR EM PAUTA”, apresentado pela TVE duas vezes por semana, dando continuidade ao trabalho antes referido;

– reunião na Prefeitura de Rio Grande para a criação de Procon Municipal;

– palestra proferida no 3º Seminário “Direitos e Deveres dos Consumidores de Energia Elétrica”, com o tema “Inadimplência dos Particulares e a Possibilidade de Corte”, em continuação ao trabalho interinstitucional de resolução rápida e efetiva de problemas massificados;

– participação como palestrante no VIII Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor, II Seminário Internacional de Direito do Consumidor, I Encontro Estadual do Consumidor e II Encontro Nacional de Professores do Direito do Consumidor, realizados concomitantemente no Rio de Janeiro, sob a organização do BRASILCON e da OAB-RJ;

– participação em audiência pública realizada como parte da Consulta Pública nº 005/2006, promovida pela AGERGS e pela ANEEL para fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pela CEEE;

– reunião com a Direção da RGE – Rio Grande Energia para tratar de irregularidades no fornecimento do serviço na Comarca de Cachoeirinha;

– participação na reunião para assinatura da renovação do Convênio entre o Ministério Público e a Petrobrás;

– participação como palestrante no Seminário Nordestino sobre Negociação para Fechamento de TAC, realizado em Natal-RN e organizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Rio Grande do Norte. Palestra: “TAC – sua importância como instrumento de atuação do Ministério Público”.



– reunião com a Direção do Instituto de Química da UFRGS para aproximação institucional e encaminhamento de convênio para análise de combustíveis adulterados, ocasião em que foram estreitados os vínculos institucionais, melhorando o trabalho de combate à adulteração de combustíveis;

– participação na 15ª Reunião Ordinária do GNCOG, em Brasília-DF;

– participação como palestrante no VI Encontro Nacional do MPCON - Ministério Público do Consumidor. Palestra: “Anteprojeto do Código de Processo Coletivo”. Como resultado deste trabalho iniciado em reunião do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, acontecida em Brasília-DF no final de 2005, na qual estava presente a Professora Ada Pellegrini Grinover, pôde o Ministério Público Nacional alterar vários dispositivos do Anteprojeto de Código Brasileiro de Processo Coletivo, os quais prejudicariam imensamente a atuação do “Parquet”;

– participação na reunião de assinatura do primeiro “Contrato de Programa”, firmado entre a CORSAN e o Município de Imbé-RS, concretizando o trabalho de reformulação dos contratos de saneamento;

– participação no 1º Seminário “Direitos e Deveres do Consumidor de Seguros”, com vistas a combater a venda casada deste tipo de serviço, que é feita diretamente pelos Bancos;

– participação como palestrante no Congresso Internacional sobre a Responsabilidade Civil no Direito Brasileiro, realizado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFRGS. Palestra: “Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor”;

– participação como palestrante no IV Seminário de Usuários Voluntários, promovido pela AGERGS. Palestra: “Corte de Energia Elétrica e os Direitos do Consumidor”, dando continuidade a trabalho de vinculação institucional;

– participação como palestrante no Curso de Atualização da Magistratura sobre “Crédito Consignado e Superendividamento”. Esta ação efetiva a atuação do Ministério Público Nacional contra o superendividamento das camadas pobres da população, atraídas por publicidade e práticas abusivas utilizadas por grandes bancos e financeiras;



– reunião no Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre para entrega do anteprojeto de lei de criação do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor. Este um dos passos finais para a criação do Procon de Porto Alegre, trabalho que vem sendo desenvolvido por este Centro de Apoio Operacional a muitos anos;

– organização e realização do 1º Fórum “A Fiscalização de Alimentos e as Relações de Consumo”, que teve a participação de mais de 500 pessoas, entre Promotores e Procuradores de Justiça e técnicos com atuação na área de vigilância sanitária de alimentos;

– reunião com a AGERGS e com a Dra. Rochelle Danusa Jelinek Garcez, Promotora de Justiça de Alvorada-RS, para tratar da melhoria do transporte coletivo intermunicipal. Como resultado do trabalho institucional que é feito com a AGERGS, a Agência realizará perícia “in loco” para identificar problemas;

– reunião com o Sindicato dos Suinocultores em Porto Alegre, no dia 04.12.2006, e palestra sobre agrotóxicos, no dia 07.12.2006, em continuidade ao trabalho contra a comercialização de produtos impróprios para o consumo;

– reunião da Comissão do GNCOC com a ANP, no dia 11.12.2006, no Rio de Janeiro, a fim de melhorar as estruturas do combate à adulteração de combustíveis no Brasil.

Por fim, é preciso ressaltar que reestruturamos todo o sistema de arquivos eletrônicos do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor, podendo ser dito com tranquilidade que hoje somos referência nacional, em termos quantitativos e qualitativos, no que tange a informações sobre problemas atinentes à relação de consumo.



Atendimento/pesquisas realizadas para Promotores e Procuradores de Justiça	Quantidade
Assuntos	
Água e Saneamento	30
Bancos	25
Cartões de Crédito	6
Cobrança abusiva	8
Combustíveis	38
Consórcios	2
Diversos	88
Educação	14
Energia Elétrica	70
Contribuição de Iluminação Pública	16
Medicamentos	8
Oferta e Publicidade Enganosa	14
Pedágios	3
Planos de Saúde	26
Prática abusiva	24
Processual	43
Municipalização do PROCON e Fundo Estadual de Defesa do Consumidor	15
Produtos ou serviços impróprios para o consumo	28
Saúde e segurança do Consumidor	33
Seguros	16
Setor Imobiliário	6
Supermercados	4
Telefonia	58
Transportes	23
Tributos	6
TOTAL	604



Reuniões de Trabalho	
Tipos	Quantidade
Audiências Públicas	4
Conselho Estadual de Defesa Consumidor	1
Comparecimento em Solenidades	34
Participação em Congressos	12
Entrevistas para meios de comunicação	7
Ofícios Circulares	11
Participação em CPI dos Combustíveis – Assembléia Legislativa/RS	2
Fórum Estadual de Defesa do Consumidor – Reuniões Ordinárias: 8 extraordinárias: 5	13
Reuniões com Coordenadores de Centros de Apoio	8
Reuniões Gerais	16
Reuniões Institucionais	7
Reuniões Operacionais	11
Seminários	5
TOTAL	131

Representações em Conselhos/Programas
Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor - MPCON
Conselho Estadual de Defesa do Consumidor - CEDECON
Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - BRASILCON
Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado - GNCOO
Programa Estadual de Combate à Adulteração de Combustíveis

Palestras proferidas		
Local	Assunto	Data
MP de Macapá Amapá	“Legitimidade do MP para a Proteção dos Interesses Coletivos ‘Latu Sensu’ ”	30/mar
Evento RGE Porto Alegre	“Direitos e Deveres do Consumidor de Energia Elétrica”	9/mai
MP/RS Rio Grande	“Criação do Procon Municipal”	22/mai
Empresas de Energia do RS - Porto Alegre	“Inadimplência dos Particulares e a Possibilidade de Corte de Energia Elétrica”	24/mai
MP Rio de Janeiro	“Responsabilidade Civil dos Notários e Registradores e o CDC”	30/mai
UFRGS Porto Alegre	“O Princípio da Vulnerabilidade no CDC”	22/jun
MP/RS Natal	“TAC – Sua importância como instrumento de atuação do Ministério Público”	25/ago
MPCON Rio de Janeiro	“Reflexões sobre o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processo Coletivo”	15/set
FIERGS Porto Alegre	“Os Seguros e o Código do Consumidor”	6/out
AGERGS Porto Alegre	“Corte de Energia e Direitos do Consumidor”	9/nov
AJURIS Porto Alegre	“Crédito Consignado e Superendividamento”	10/nov



UFRGS Porto Alegre	“Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor”	31/11
UNISC Sta. Cruz do Sul	“O Direito à Qualidade de Vida e os Agrotóxicos”	7/dez
TOTAL		13

Participação em Eventos/ Representação		
Local	Título	Data
Fiergs	Agenda Estratégica RS 2006/2007 – O RS que queremos	8 e 9/03
Banco Central	Pirataria	16/mar
Corsan - Porto Alegre	Tratamento da CORSAN sobre as novas obrigações legais dos fornecedores d’água X Direitos dos Consumidores	7/abr
MP/ RS Canela	II Encontro Estadual Criminal de Execuções Criminais	26 a 28/04
Forum Estadual Defesa do Cons.	Momento Atual da Publicidade Brasileira X Relação de Consumo e seus Efeitos nas Ofertas Enganosas Veiculadas na Mídia	12/mai
Bco. Central Porto Alegre	Serviços Públicos e Defesa do Consumidor	9/jun
Assembléia Legislativa/RS	Prestação de Contas da PGJ – Exercício 2005, aos Deputados Estaduais, Funcionários e Sociedade.	7/jun
PUC – Porto Alegre	Consulta Pública n° 005/2006 – AGERGS e ANEEL sobre fiscalização da qualidade dos serviços prestados pela CEEE.	8/jun
OAB/RS	Debate Serviços Públicos e o Papel das Agências Reguladoras	19 e 20/10
UFRGS –	Curso de Especialização em Direito do Consumidor e Direitos Fundamentais - Congresso Internacional: Responsabilidade Civil no Direito Brasileiro	31/10 e 1º/11
Fórum Estadual Defesa do Cons.	Radiografia do Judiciário Gaúcho	14/dez
TOTAL		11

Assinatura/Renovação de Convênios		Data
Tipo		Data
Assinatura do 1º Convênio entre o Ministério Público, Corsan e Municípios do Rio Grande do Sul		21/jun
Convênio entre o Ministério Público e a Petrobrás S/A		6/jul
Convênio entre o Ministério Público, ANP e a UFRGS – Laboratório de Análises Químicas – Análise de Combustíveis		1º/08
TOTAL		3

Participação em Grupos de Trabalho de Orientação Consumidores		
Local	Título	Datas
TVE - RS	Participação no Programa “Consumidor em Pauta” prestando informações sobre questões da área do consumidor. Programa virtual de perguntas enviadas pelos telespectadores interessados e respondidas no ar.	14
Mercado Público	“Jornada da Cidadania”	3
TOTAL		17



Evento Organizado pelo CAO Consumidor		
Local	Título	Data
Auditório do Ministério Público Estadual	1º Fórum "A Fiscalização de Alimentos e as Relações de Consumo". Ministrado pelos melhores profissionais ligados à área, primeiro Fórum de Integração entre o Ministério Público e as Vigilâncias Sanitárias Federal, Estadual e Municipais tendo como maior objetivo conscientizar todos os participantes sobre as responsabilidades administrativas, cíveis e criminais na produção, distribuição e comercialização de alimentos, suas implicações sócio-econômicas e riscos à saúde pública.	16 e 17/11
TOTAL		1

Correspondências	
Assunto	Quantidade
Recebidas	461
Expedidas	115
Fax remetidos	35
E-mails recebidos	1921
E-mails remetidos	619
Total	3.251

Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias

O Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias tem como propósito fomentar o debate e estabelecer subsídios jurídicos aos Colegas no que toca à regularização fundiária e ordenação urbana.

Este ano, dando continuidade ao trabalho iniciado em 2003, foram produzidos 07 Boletins Informativos, com seleção de jurisprudência e notícias atualizadas, bem como trabalhos de Colegas que se destacaram na área.

O CAOUrb, através do exame diuturno do Diário da Justiça, localiza notas de expediente relativas a ações civis públicas em grau recursal, obtém cópia dos pareceres ministeriais lançados no segundo grau de jurisdição, distribuindo-os aos demais Centros de Apoio Operacional, de acordo com a matéria do julgamento a ser proferido.



Foi mantido o diálogo com diversos órgãos, tais como FAMURS, SINDUSCON, CREA, METROPLAN, Defensoria Pública Estadual e Prefeituras Municipais.

O Centro de Apoio participou de dois eventos de discussão do Projeto de Lei n.º 3.057/00 – Nova Lei de Responsabilidade Territorial Urbana. A primeira reunião ocorreu na Câmara dos Deputados, em janeiro, ocasião em que o Coordenador deste CAO encaminhou sugestões ao relator do PL na Comissão de Constituição e Justiça. Já no mês de julho, estivemos presentes em evento da Procuradoria-Geral de Justiça de Goiás, onde estiveram presentes representantes dos MP's de vários estados, bem como do relator da Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados especialmente para debater o Projeto de Lei.

No ano de 2006 foi criado o Conselho de Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias. Os principais objetivos do CONURB são elaborar enunciados, com o objetivo de sugerir a harmonização de procedimentos e diretrizes de atuação, e fomentar reuniões com os Promotores de Justiça com atuação na área de defesa da ordem urbanística e questões fundiárias. Foram realizadas três reuniões ordinárias ao longo do ano, onde foram debatidos diversos temas. Durante o terceiro encontro, foi realizada palestra sobre “Princípios registrais e fundamentos constitucionais da regularização do parcelamento do solo”, proferida pelo Oficial do Registro de Imóveis de Sapucaia do Sul/RS, João Pedro Lamana Paiva.

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais e o Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias promoveram, no dia 11 de setembro de 2006 o Seminário: “O Plano Diretor como instrumento de política urbana”. O evento, realizado no auditório da nova Sede do Ministério Público, teve como objetivo orientar e capacitar os atores envolvidos com a implantação de um novo paradigma de urbanização, possibilitando que tenham condições de compreender o que é necessário no processo de elaboração da legislação e efetivamente implementar as mudanças urbanísticas necessárias a cada município na elaboração do seu plano diretor. Entre os palestrantes, estiveram Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça, e arquitetos, Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, o Procurador-Geral do Ministério Público Especial, o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios e o Presidente da FAMURS.

O Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, em parceria com a FAMURS e a METROPLAN, realizou sete Encontros Regionais para discutir questões relevantes na elaboração dos planos diretores pelos Municípios. O CAOUrb, ao promover estes encontros buscou levar maiores conhecimentos técnicos e urbanísticos aos agentes públicos



que estão trabalhando na elaboração do projeto de lei definidor deste instrumento de planejamento urbanístico. Também buscou viabilizar ao Poder Executivo Municipal um conhecimento da visão da Instituição acerca das questões que envolvem a elaboração do Plano.

Ao longo do ano de 2006, o CAOUrb recebeu 38 Termos de Ajustamento de Conduta, relativos à regularização fundiária, permitindo, com isso, o acesso de milhares de pessoas à moradia regular (a média de terrenos regularizados por loteamento é cerca de 70), o que desvela o alcance social da ação do Ministério Público na esfera urbanística. Há que se destacar, em especial, a regularização do loteamento Guajuviras, em Canoas, em uma área de 103 hectares, beneficiando cerca de 5,4 mil famílias. O CAOUrb intermediou negociações com o Estado do Rio Grande do Sul, por sua Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, e a Promotoria Especializada de Canoas.

Foram computados, de janeiro a novembro do corrente ano, 486 atendimentos às Promotorias e Procuradorias de Justiça.

A seguir, a demonstração dos dados quantitativos deste Centro de Apoio Operacional:

ATENDIMENTOS REALIZADOS – 486

Atendimentos Realizados – Janeiro – 38

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 11
- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 05
- Ações de usucapião – 15
- Outros – 07

Atendimentos Realizados – Fevereiro - 32

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 09
- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 05
- Ações de usucapião – 06
- Outros – 12

Atendimentos Realizados – Março - 47

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 18
- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 12
- Ações de usucapião – 06
- Outros - 11

Atendimentos Realizados – Abril - 35

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 17
- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 05



- Ações de usucapião – 04

- Outros – 09

Atendimentos Realizados – Maio - 68

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 33

- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 06

- Ações de usucapião – 11

- Outros – 18

Atendimentos Realizados – Junho - 42

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 13

- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 03

- Ações de usucapião – 08

- Outros – 18

Atendimentos Realizados – Julho - 34

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 11

- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 03

- Ações de usucapião – 11

- Outros – 09

Atendimentos Realizados – Agosto - 50

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 21

- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 09

- Ações de usucapião – 09

- Outros – 11

Atendimentos Realizados – Setembro - 44

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 17

- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 06

- Ações de usucapião – 05

- Outros – 16

Atendimentos Realizados – Outubro - 63

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 22

- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 13

- Ações de usucapião – 06

- Outros – 22

Atendimentos Realizados – Novembro - 33

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 13

- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 03

- Ações de usucapião – 05

- Outros – 12



REUNIÕES DE TRABALHO – 81

Reuniões de Trabalho Janeiro - 09

- Promotoria de Justiça de Canoas
- Secretaria Estadual da Habitação e Desenvolvimento Urbano - 02
- Câmara dos Deputados – Projeto de Lei n.º 3057/00
- Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais – 02
- CAO da Infância e Juventude, Gabinete de Responsabilidade Social, Promotoria de Justiça da Infância e Juventude e Promotoria de Justiça da Habitação e Defesa da Ordem Urbanística – 02

Reuniões de Trabalho Fevereiro - 00

Reuniões de Trabalho Março – 08

- Coordenadores dos CAO's e Procurador-Geral de Justiça
- Comissão e moradores Delta do Jacuí
- Comitê Biosfera Mata Atlântica
- Deputado Estadual Ronaldo Zulke e representante dos moradores do Morro do Paula
- METROPLAN
- Corregedoria-Geral da Justiça
- Procurador-Geral de Justiça - 02

Reuniões de Trabalho Abril – 06

- Corregedoria-Geral da Justiça – 02
- Prefeito de São Leopoldo
- Procurador-Geral de Justiça
- Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e Promotor da Promotoria de Justiça da Habitação e Defesa da Ordem Urbanística
- Procuradora do Município de Rio Branco - Acre

Reuniões de Trabalho Maio – 09

- Câmara Municipal de Porto Alegre
- 1ª reunião ordinária do CONURB
- Subcorregedor-Geral do Ministério Público
- Secretário Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano
- Presidente do SINDUSCON
- Presidente do DEMHAB
- PJ Canoas e Secretaria Estadual da Habitação e Desenvolvimento Urbano
- Audiência Pública na Assembléia Legislativa
- Diretor da METROPLAN



Reuniões de Trabalho Junho – 07

- Coordenadores dos CAO's e Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais
- Grupo de Estudos da Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa – 03 reuniões
- PJ da Habitação e Defesa da Ordem Urbanística e Secretaria Estadual da Habitação e Desenvolvimento Urbano
- Câmara de Vereadores de Porto Alegre
- Reunião com Promotores de Justiça – Caso AES-SUL

Reuniões de Trabalho Julho – 05

- METROPLAN
- COHAB
- COHAB e Secretaria Estadual da Habitação e Desenvolvimento Urbano
- Grupo Alphaville, CAO Meio Ambiente e Promotoria de Justiça da Habitação e Defesa da Ordem Urbanística
- CAO Meio Ambiente

Reuniões de Trabalho Agosto – 13

- Procurador-Geral de Justiça e FAMURS
- CAO Meio Ambiente
- Subprocuradoria-Geral para Assuntos Jurídicos
- Procurador-Geral de Justiça e Procurador-Geral do Ministério Público Especial de Contas
- METROPLAN
- Procurador-Geral de Justiça e Sr. Ivo Nesralla – Presidente da OSPA
- Consultor do Ministério das Cidades
- PJ Especializada de Canoas
- Procurador-Geral de Justiça, Subprocuradores-Gerais de Justiça, Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional
- FAMURS – 2 reuniões
- Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional
- Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais
- 2ª Reunião Ordinária do CONURB

Reuniões de Trabalho Setembro – 05

- Eleição do novo Coordenador dos Centros de Apoio Operacional
- METROPLAN e FAMURS
- Audiência Pública na Assembléia Legislativa
- Projeto Habitat para as Ilhas - 02



Reuniões de Trabalho Outubro – 05

- Projeto Habitat para as Ilhas – 02
- PJ de Dom Pedrito
- PJ São Leopoldo
- Coordenadores dos CAO's

Reuniões de Trabalho Novembro – 14

- Procurador-Geral de Justiça - 02
- Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais
- Divisão de Assessoramento Técnico
- Projeto Habitat para as Ilhas – 03
- DEMHAB - 03
- Procurador-Geral de Justiça e Coordenadores do CAO's
- 3ª Reunião Ordinária do CONURB
- Coordenadores dos CAO's e Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais
- PJ de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística e PJ de Guaíba

PARTICIPAÇÕES EM PALESTRAS E EVENTOS – 37

Participações em Palestras/Eventos Janeiro –01

- Lançamento do Projeto Veraneio Cidadão

Participações em Palestras/Eventos Fevereiro - 00

Participações em Palestras/Eventos Março – 02

- Rio Grande que Queremos – Agenda Estratégica RS 2006/2020
- Seminário “Desafios e Soluções para o Mercado de Crédito Imobiliário no Brasil: Palavras Construtivas”

Participações em Palestras/Eventos Abril – 01

- Projeto Interiorização – Santa Maria

Participações em Palestras/Eventos Maio – 04

- Posse da Nova Coordenadora do CAOUrb
- Projeto Interiorização – Passo Fundo
- Encontro “Atuação do MP em Defesa da Probidade Administrativa”
- Seminário “Gestão do Solo Urbano” – UFRGS

Participações em Palestras/Eventos Junho – 05

- Assinatura de Convênio entre Instituto de Registro Imobiliário do Brasil e Procuradoria-Geral de Justiça



- Encontro Regional sobre atuação na defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público - Pelotas
- Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça
- Projeto Interiorização – Tramandaí
- Encontro Estadual de Direitos Humanos – Bento Gonçalves

Participações em Palestras/Eventos Julho – 04

- Assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta – Promotoria de Justiça de Canoas
- Encontro no Ministério Público de Goiás com Relator da Comissão Especial do Projeto de Lei n.º 3057/00
- Palestra no 26º Congresso de Municípios do Rio Grande do Sul
- Palestra na Assembléia Geral do Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público

Participações em Palestras/Eventos Agosto – 09

- Seminário “Consolidação das APP’s: a nova Resolução CONAMA 369/2006 – Conceitos, Aplicação e Interpretação”
- Seminário “A Reforma Processual: processo de execução”
- Homenagem aos 76 anos da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul
- Palestra no “Seminário Plano Diretor como Instrumento de Desenvolvimento Local” – Confederação Nacional dos Municípios
- Assinatura de Convênio entre a UFRGS e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre – Projeto “Viva o Centro”
- Palestra sobre os Projetos More Legal III e Gleba Legal na Assembléia Geral do Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil
- Palestra sobre a importância do emprego dos preceitos constantes na nova NBR – 6118 na indústria e na construção civil, ocorrida na CONSTRUSUL – Feira da Construção Civil
- Solenidade de Entrega de Votos de Louvor para Membros com mais de 30 anos de ingresso na carreira do Ministério Público
- Audiência Pública – 10 anos do PRONAF

Participações em Palestras/Eventos Setembro – 04

- Solenidade de Entrega do Prêmio Cidadania e Direitos Humanos
- Seminário: O Plano Diretor como Instrumento de Política Urbana
- XXXIII Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil
- Encontros Regionais: Questões Relevantes na Elaboração do Plano Diretor – etapa Passo Fundo



Participações em Palestras/Eventos Outubro – 04

- Encontros Regionais: Questões Relevantes na Elaboração do Plano Diretor – etapa Alegrete
 - Congresso de Direito Urbano-Ambiental
- Encontros Regionais: Questões Relevantes na Elaboração do Plano Diretor – etapa Pelotas
 - Encontros Regionais: Questões Relevantes na Elaboração do Plano Diretor – etapa Santa Cruz do Sul

Participações em Palestras/Eventos Novembro – 03

- Encontros Regionais: Questões Relevantes na Elaboração do Plano Diretor – etapa Santa Maria
 - Encontros Regionais: Questões Relevantes na Elaboração do Plano Diretor – etapa Ijuí
 - Encontros Regionais: Questões Relevantes na Elaboração do Plano Diretor – etapa Caxias do Sul

CORRESPONDÊNCIA - 220

Correspondência Jan/Fev – 32

Expedida – 09
Recebida – 22
Ofícios-Circulares – 01

Correspondência Março – 26

Expedida – 13
Recebida – 12
Ofícios-Circulares – 01

Correspondência Abril – 15

Expedida – 06
Recebida – 08
Ofícios-Circulares – 01

Correspondência Maio – 14

Expedida – 04
Recebida – 09
Ofícios-Circulares – 01

Correspondência Junho – 12

Expedida – 10
Recebida – 11
Ofícios-Circulares – 01

Correspondência Julho - 18

Expedida - 04
Recebida – 14
Ofícios-Circulares - 00

Correspondência Agosto - 35

Expedida - 17
Recebida – 18
Ofícios-Circulares – 00

Correspondência Setembro - 28

Recebida – 17
Expedida - 11
Ofícios-Circulares – 00

Correspondência Outubro - 14

Expedida - 06
Recebida - 08
Ofícios-Circulares – 00

Correspondência Novembro- 26

Expedida - 10
Recebida – 16
Ofícios-Circulares – 01



NOTAS DE EXPEDIENTE – 1476

- Janeiro - 107
- Fevereiro – 52
- Março – 119
- Abril – 85
- Maio – 125
- Junho – 150
- Julho – 60
- Agosto – 92
- Setembro – 259
- Outubro – 222
- Novembro - 205



III ÓRGÃOS COLEGIADOS

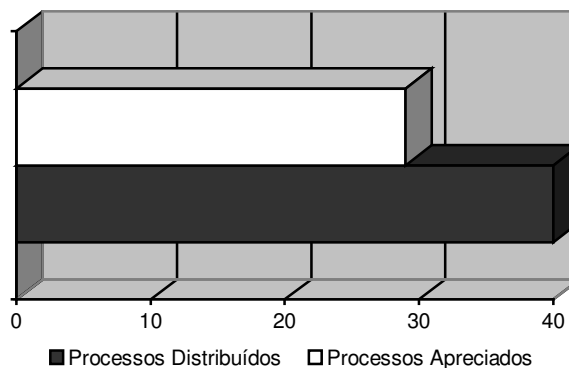
1 Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público

Processos distribuídos	40
Processos apreciados	29
Pautas elaboradas	09
Atas registradas	12
Sessões realizadas	12

Comparação Percentual

	2005	2006	*DIFERENÇA ~ %
PROCESSOS	35	40	14%

* Diferença percentual em relação ao ano anterior.



Outras Atividades

- Solenidade de Posse de Procuradores de Justiça e Coordenadores de Procuradoria - 03
- Posse dos 04 (quatro) membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos pelo Colendo Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público para o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público – Gestão 2006-2008 - 01
- Lavratura de Termos de Posses (Procuradores de Justiça, membros do Colendo Órgão Especial do Colégio de Procuradores, membros do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e do Corregedor-Geral do Ministério Público) - 05



- Organização de processo eletivo para composição do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, Colendo Órgão Especial do Colégio de Procuradores e do Corregedor-Geral do Ministério Público - 03
- Gravações/Degrações de sessões pela Técnica de Áudio - 67
- Degrações diversas pela Técnica de Áudio - 35

2 Conselho Superior do Ministério Público

Processos distribuídos	7.874
Processos apreciados	7.953
Pautas elaboradas	50
Atas registradas	48
Avisos publicados.....	54
Sessões realizadas	48
Resoluções	75
Ofícios expedidos.....	550
Memorandos expedidos	54

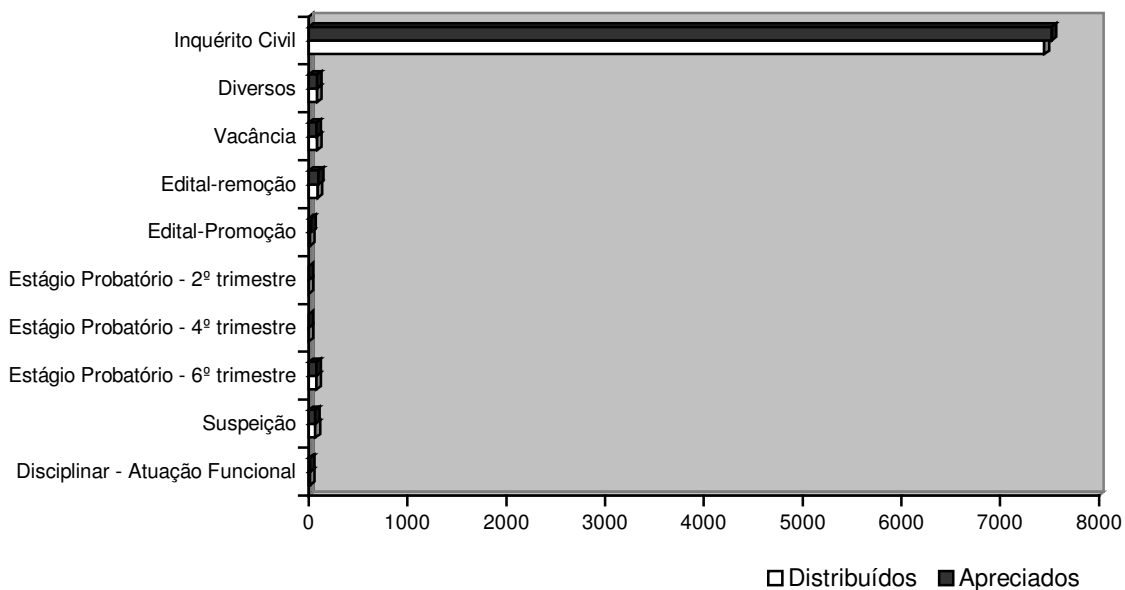
PROCESSOS		DISTRIBUÍDOS	APRECIADOS
INQUÉRITO CIVIL		7447	7522
DIVERSOS		85	83
VACÂNCIA		84	75
EDITAL	REMOÇÃO	90	99
	PROMOÇÃO	12	24
ESTÁGIO PROBATÓRIO	2º TRIMESTRE	0	0
	4º TRIMESTRE	0	0
	6º TRIMESTRE	75	75
SUSPEIÇÃO		68	64
DISCIPLINAR – Atuação Funcional e/ou Sindicâncias		13	11



Comparação Percentual

PROCESSOS	2005	2006	*DIFERENÇA ~ %
INQUÉRITOS CIVIS	5737	7447	29%
DIVERSOS	80	85	6%
VACÂNCIA	57	84	47%
EDITAL REMOÇÃO	104	90	-13%
EDITAL PROMOÇÃO	24	12	-50%
E. PROBATÓRIO	121	75	-38%
SUSPEIÇÃO	44	68	54%
DISCIPLINAR	62	13	-79%
TOTAL GERAL	6229	7874	26%

* Diferença percentual em relação ao ano anterior.



3 Secretaria dos Órgãos Colegiados

A Secretaria dos Órgãos Colegiados, coordenada por Promotor-Assessor e vinculada à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, tem como finalidade organizar e secretariar o funcionamento dos Órgãos Colegiados, do Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores e Conselho Superior do Ministério Público, no desenvolvimento de suas atividades definidas em lei.



IV CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão de fiscalização e orientação da conduta e das atividades funcionais dos agentes do Ministério Público.

A Corregedoria é comandada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, eleito pelo Colégio de Procuradores, que é auxiliado pelo Subcorregedor-Geral, por ele indicado ao Procurador-Geral de Justiça, no controle de vacâncias e provimentos de Promotorias e Procuradorias de Justiça, inspeções e correições nas Procuradorias, além de substituí-lo em eventuais faltas, impedimentos e suspeições. Além disso, conta com uma equipe de Promotores de Justiça de entrância final, denominados Promotores-Corregedores, atualmente formada por 8 (oito) integrantes, também indicados ao Chefe da Instituição pelo Corregedor-Geral.

No desempenho das suas atribuições, cumpre à Corregedoria-Geral fornecer aos demais órgãos da Administração Superior os subsídios necessários para o exercício das suas funções, manifestando-se sobre a maioria dos assuntos relativos ao Promotor e à Promotoria, buscando, com isso, a aproximação entre os agentes ministeriais – especialmente aqueles classificados no interior do Estado – e a Administração Superior. Assim, através de inspeções ordinárias, relatórios de atividades, acompanhamento dos estágios probatórios e demais informes, a Corregedoria-Geral almeja a plena realização dos seus objetos, seja fiscalizando preventivamente os trabalhos dos Promotores de Justiça, seja orientando-os nos seus eventuais equívocos ou dúvidas.

A Corregedoria-Geral é o órgão de orientação dos Promotores de Justiça no âmbito do Ministério Público, fornecendo-lhes orientações e recomendações de índole pessoal, funcional e jurídica, resguardando a independência funcional dos Promotores de Justiça e a dignidade da Instituição.

Ademais, exerce também a função de fiscalização, recebendo representações e demais formas de notícias contra os agentes ministeriais, dando o devido encaminhamento e, se necessário, instaurando os respectivos procedimentos disciplinares, para o posterior julgamento pelos órgãos colegiados da Instituição.



O Dr. Mário Cavalheiro Lisboa assumiu, em 22 de dezembro de 2004, a Corregedoria-Geral do Ministério Público, tendo sido reconduzido ao cargo, em 27 de novembro de 2006, por um mandato de dois anos, exercendo suas atividades conjuntamente com o Dr. Armando Antônio Lotti, que desempenha as funções de Subcorregedor-Geral do Ministério Público.

Relatório de Atividades do Corregedor-Geral

Presenças em Sessões do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público	34
Presenças em Sessões do Órgão Especial do Colendo Colégio de Procuradores	12
Relatorias em editais de promoção/remoção de Promotor/Procurador de Justiça	06
Presenças em reuniões do Conselho Deliberativo da Escola Superior	03
Ofícios-Circulares expedidos	33
Portarias expedidas	09
Reuniões realizadas com os Promotores-Corregedores	14
Reuniões do Projeto Interiorização	04
Visitas de autoridades recebidas e realizadas	09
Inspeções realizadas	00
Participações em inaugurações de sedes do Ministério Público	09
Participações em congressos e eventos	26
Participações em reuniões e eventos do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Públicos dos Estados e da União	07
Participações em sessões do Conselho Nacional do Ministério Público	02
Presenças em reuniões do Projeto Veraneio Cidadão	02
Orientações expedidas a Promotores de Justiça	92
Recomendações expedidas a Promotores de Justiça	21
Atendimentos diversos realizados	33



Relatório de Atividades do Subcorregedor-Geral

Pareceres relativos à abertura de edital para provimento de cargo	156
Pareceres relativos a atribuições de Promotoria de Justiça	21
Relatórios de designações excepcionais	77
Pareceres relativos ao controle externo da atividade policial	2
Pareceres relativos a criação de cargo	10
Pareceres relativos a designações diversas	*
Audiências e atendimentos a Promotores e Procuradores de Justiça	*
Órgão Especial do Colégio de Procuradores (sessões)	0
Conselho Superior do Ministério Público (sessões)	13
Participação em cursos, seminários e eventos	2
Pareceres relativos à matéria funcional	5
Pareceres diversos	*
Visitas às Promotorias de Justiça	*
Pareceres relativos a afastamentos	31
Ofícios	287
Memorandos	199
Ementas	387
Informações	184
Sessões junto ao Tribunal de Contas	1
Despachos	*

* Dado não-quantificado



Relatório de Atividades dos Promotores-Corregedores

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Relatórios de atividades das Promotorias de Justiça examinados trimestrais, parciais e de substituição	3731
Relatórios trimestrais de inquéritos civis públicos examinados	1756
Relatórios do Tribunal do Júri examinados	1652
Pareceres quanto à criação ou instalação de cargo de Promotor de Justiça	55
Pareceres quanto à desativação de cargo de Promotor de Justiça	0
Pareceres quanto à reativação de cargo de Promotor de Justiça	5
Pareceres quanto à integração de cargos de Promotor de Justiça	0
Pareceres em pedidos de anotação em ficha funcional	255
<i>Manifestações diversas em matéria administrativa</i>	324

MATÉRIA INSTITUCIONAL

Pareceres quanto a questões jurídicas da atuação do Ministério Público	8
Manifestações em questões ou projetos institucionais	45
Encontros ou cursos realizados	4

MATÉRIA DISCIPLINAR/ CORRECIONAL

Inspeções realizadas	151
Expedientes Disciplinares ou Funcionais	
Instaurados de ofício	12
Instaurados por provocação de Procurador de Justiça	22
Instaurados por provocação de terceiro	105
Instaurados por outros modos de provocação	9
Manifestações	187
Pareceres	146
Inquéritos Administrativos	
Instaurados	5
Relatórios finais / Pareceres conclusivos	7



Processos Administrativo-Disciplinares	
Instaurados	4
Relatórios conclusivos / Pareceres	4

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Pareceres sobre relatórios	00
----------------------------	----

DADOS GERAIS

Viagens realizadas	157
Plantões realizados	252

SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA DA CORREGEDORIA-GERAL

Controle das viagens do Corregedor-Geral e dos Promotores-Corregedores
Confecção de escala mensal de Promotores-Corregedores plantonistas
Expedição de ofícios, memorandos, portarias e ofícios-circulares
Assessoramento e Controle dos Expediente, Inquéritos Administrativos e Processos Administrativos-Disciplinares
Apoio na organização de cursos/seminários
Controle no recebimento de relatórios dos Promotores de Justiça
Digitação de relatórios de atividades dos Promotores de Justiça da Capital e do interior
Atualização de ficha funcional
Recebimento e protocolo de correspondências
Controle e digitação de inspeções realizadas
Controle e acompanhamento de Estágio Probatório dos Promotores de Justiça
Organização e acompanhamento de pauta das sessões do CSMP e Órgão Especial do Colégio de Procuradores
Confecção de escala de viagens
Confecção de diárias do Corregedor-Geral, Subcorregedor-Geral, Promotores-Corregedores e Servidores.
Controle de publicações do Diário da Justiça e Diário Oficial do Estado
Atendimento pessoal e por telefone aos Procuradores e Promotores de Justiça
Elaboração e Controle de efetividade dos funcionários da Corregedoria e da



Subcorregedoria
Cumprimento de diligências
Assessoramento na área de informática (digitação, formatação, etc.)
Recebimento de inquéritos para redistribuição
Triagem das correspondências
Recepção (atendimento, telefonia, fax, etc.)
Atendimento a solicitação de reprografia
Atendimento e orientação às partes/interessados que tenham expedientes tramitando nesta Corregedoria-Geral
Confecção do relatório anual de atividades

SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA DA SUBCORREGEDORIA-GERAL

Confecção de escala anual de férias dos Promotores de Justiça
Confecção de escala dos Promotores Plantonistas de férias do mês de janeiro
Elaboração dos comandos de pagamento referentes ao plantão de janeiro
Confecção da escala do Projeto cidadão veraneio dos meses de jan/fev
Atualização da escala de substituições
Confecção/atualização de listagens de Promotores de Justiça por área de atuação
Controle e informação de vacâncias
Controle de trânsitos e assunção (promoções/remoções/classificações)
Acompanhamento da efetividade dos Promotores em estágio probatório
Acompanhamento dos editais e boletins
Acompanhamento das publicações oficiais (DOJ E DOE)
Comandos para confecção de portarias (designações/revogações, cassações, regimes de exceção, etc.)
Comandos mensais de pagamento por acúmulo de funções
Conferência da implantação dos comandos de pagto na PROCERGS, em conjunto com a Secretaria da PGJ (mapa de frequência)
Elaboração, atualização e distribuição das listagens de substituições das entrâncias inicial, intermediária e final para todos os órgão da administração



Elaboração, atualização e distribuição das listagens dos Promotores de Justiça com as respectivas lotações (por ordem alfabética)
Atendimento aos Promotores de Justiça
Expedição de telegramas (referentes às substituições mensais)
Confecção, atualização e distribuição de listagem dos Promotores de Justiça em exercício na Assessoria do Procurador-Geral de Justiça
Acompanhamento acerca de criação, instalação, reativação, desativação e especializações de Promotorias de Justiça
Acompanhamento das sessões do Conselho Superior e do Órgão Especial do Colégio de Procuradores (pautas, atas, habilitados, resultados, etc.)
Controle do recebimento e expedição de correspondências atinentes ao setor
Confecção/Atualização de listagem dos Promotores Eleitorais
Elaboração do comando de pagamentos dos Promotores Eleitorais
Elaboração das indicações dos Promotores Eleitorais ao Promotor da República.
Confecção de escala de Promotores Plantonistas do Foro Central
Controle de designações para o Controle Externo da Atividade Policial
Controle de designações de solicitação de auxílio e júris, etc.



ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO



A - ATIVIDADES DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

O Ministério Público, para atuar em 2.º Grau. Organizou-se em Procuradorias de Justiça. Tal se deu mediante a Lei n.º 11.282/98, com a instituição dos seguintes órgãos: Procuradoria de Justiça Criminal, Procuradoria de Justiça Cível e Procuradoria de Justiça Especializada.

Perante o Tribunal de Justiça do Estado e junto ao Tribunal Militar Estadual atuam os Procuradores de Justiça Cíveis e Criminais.

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, encarregada de coordenar o recebimento e a distribuição dos processos oriundos dos Tribunais aos Procuradores de Justiça com atuação perante os respectivos colegiados, conta com o apoio de dois Procuradores-Coordenadores (um cível e outro criminal) escolhidos pelos integrantes de cada Procuradoria para mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução.

Aos Procuradores de Justiça - Coordenadores incumbe a responsabilidade pelos serviços administrativos das respectivas Procuradorias, além das atribuições comuns do cargo de Procurador de Justiça. Compete-lhes, segundo o art. 22 da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei 7.669/82, consoante redação dada pela Lei n.º 11.282/98), o seguinte:

I - propor, ao Procurador-Geral de Justiça, a escala de férias de seus integrantes;

II - organizar o arquivo geral da Procuradoria de Justiça, recolhendo e classificando as cópias de todos os trabalhos forenses elaborados pelos seus integrantes, bem como o material legislativo, doutrinário e jurisprudencial;

III - remeter, até o final do mês de dezembro, ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e ao Corregedor-Geral do Ministério Público, o relatório anual das atividades da Procuradoria de Justiça;

IV - fiscalizar a distribuição eqüitativa dos autos ou outro expediente em que deva funcionar Procurador de Justiça;

V - propor, à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, a organização dos serviços auxiliares da Procuradoria de Justiça, distribuindo tarefas e fiscalizando trabalhos executados.



1 Quadro de Procuradores de Justiça

<i>CARGO</i>	PREVISTOS	PROVIDOS
PROCURADOR DE JUSTIÇA CRIMINAL	33	27
PROCURADOR DE JUSTIÇA CÍVEL	63	52
PROCURADOR DE JUSTIÇA COM ATUAÇÃO ESPECIALIZADA	02	02
PROCURADOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS	27	34
TOTAL	125	115

1.1 Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Cível

ANO	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos Com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
2000	1444	37191	37009	1623	939
2001	1585	35987	34483	2256	1000
2002	2249	39736	38886	2288	921
2003	2640	49187	49003	1062	961
2004	953	47924	44189	2159	1029
2005	2164	53959	51794	1714	1047
2006	1721	63989	59845	2524	993



1.1.1 Comparativo do Volume de Processos Recebidos pela Procuradoria de Justiça Cível

Câmara/Grupo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	%(2005/2006)
1ª Câmara Cível	4005	3290	3836	3669	4813	4641	4319	-6,94
2ª Câmara Cível	3748	3103	2974	3594	6498	5643	5218	-7,53
3ª Câmara Cível	3991	4398	4428	4723	5310	7374	12128	64,47
4ª Câmara Cível	3491	3206	3563	4527	6114	8047	10065	25,07
5ª Câmara Cível	937	872	1180	1236	1064	1552	1631	5,09
6ª Câmara Cível	966	1100	846	778	1192	994	904	-9,05
7ª Câmara Cível	2435	2628	2848	3334	3955	4659	5416	16,25
8ª Câmara Cível	2241	2752	3170	3719	3864	4973	4917	-1,13
9ª Câmara Cível	637	751	693	625	705	909	1315	44,66
10ª Câmara Cível	599	560	611	822	859	882	1580	79,14
11ª Câmara Cível	622	605	747	575	493	771	869	12,71
12ª Câmara Cível	351	476	520	539	514	585	942	61,02
13ª Câmara Cível	189	339	288	312	254	200	294	47
14ª Câmara Cível	70	128	189	151	85	132	147	11,36
15ª Câmara Cível	314	244	222	251	232	259	236	-8,88
16ª Câmara Cível	260	283	304	263	234	296	374	26,35
17ª Câmara Cível	485	433	366	386	360	371	430	15,90
18ª Câmara Cível	417	345	424	321	364	450	453	0,66
19ª Câmara Cível	378	369	486	358	515	523	675	29,06
20ª Câmara Cível	266	229	268	346	400	349	331	-5,16
21ª Câmara Cível	4921	4020	4042	4489	5892	7420	8095	9,1
22ª Câmara Cível	-	-	-	1569	2795	1801	2169	20,43
Grupos Cíveis – 1º ao 4º	889	1353	1494	2111	1054	815	987	21,10
Grupos Cíveis – 5º ao 8º	96	93	93	93	94	102	116	13,72
Grupos Cíveis – 9º ao 11º	31	30	27	290	231	209	270	29,19
Grupo Especial Cível							3	
1ª Câmara Especial Cível	3300	2637	4199	1960	22	2	46	22,00
2ª Câmara Especial Cível	1552	1743	1918	862	11	0	59	
TOTAL	37191	35987	39736	49187	47924	53959	63989	18,59



2.1 Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Criminal

ANO	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos Com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
2000	333	13245	13089	483	344
2001	519	15217	14786	515	378
2002	514	20411	19543	861	380
2003	939	23612	23580	464	387
2004	413	23234	22369	1000	389
2005	1000	25728	25591	698	392
2006	695	30936	30118	975	397

2.1.1 Comparativo do Volume de Processos Recebidos pela Procuradoria de Justiça Criminal

Câmara/Grupo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	% (2006/2005)
1ª Câmara Criminal	1504	1488	2555	2052	1964	2217	3566	60,85
2ª Câmara Criminal	1591	1797	2347	1931	2248	2452	3149	28,42
3ª Câmara Criminal	799	781	1437	1401	1979	2471	3351	35,61
4ª Câmara Criminal	188	565	938	754	729	745	1519	103,89
5ª Câmara Criminal	1811	1996	2486	2831	4039	3930	4597	16,97
6ª Câmara Criminal	1619	1938	2757	2752	3672	4015	4455	10,96
7ª Câmara Criminal	1271	1471	2155	2042	2930	4060	4421	8,89
8ª Câmara Criminal	1071	1724	2575	2878	3875	4244	4753	11,99
Grupos Criminais 1º ao 4º	606	730	663	600	831	1088	1125	3,40
Câmara Especial Criminal	2785	2727	2497	2389	967	506		
TOTAL	13245	15217	20410	19630	23234	25728	30936	20,24



3 Procuradoria de Justiça perante o Tribunal Militar

Perante o Tribunal Militar atua um Procurador de Justiça Criminal, nos termos da Lei n.º 11.282/98, que exerce as atribuições do Ministério Público perante aquela Corte.

Nota-se que o Procurador de Justiça com atuação junto ao Tribunal Militar do Estado também participa da distribuição de processos oriundos do Tribunal de Justiça.

ANO	Recebidos no Ano	Pareceres Emitidos	Sessões de Julgamento
2000	170	170	37
2001	170	170	39
2002	176	176	39
2003	206	206	40
2004	248	248	43
2005	315	315	47
2006	364	364	50

4 Procuradoria de Justiça Especializada (Atuação perante o Tribunal de Contas)

Atuam perante o Tribunal de Contas do Estado dois Procuradores de Justiça classificados nas Procuradorias de Justiça instaladas junto àquela Corte, cujos cargos serão transformados em cargos de Procurador de Justiça Substituto na medida em que vagarem, conforme dispõe a Lei n.º 11.313, de 20 de janeiro de 1999.

ANO	Recebidos no Ano	Pareceres Emitidos	Sessões de Julgamento
2000	10926	10926	76
2001	8572	8572	94
2002	9652	9648	94
2003	11770	11748	91
2004	11962	10724	106
2005	11034	11023	111
2006	9246	8737	109



5 Procuradoria de Justiça perante a Junta Comercial

Na Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei n.º 7.669/82, conforme alteração efetuada pela Lei n.º 11.282/98) o 46º Procurador de Justiça Cível, detinha atuação preferencial perante a Junta Comercial.

Em 2001, formou-se expediente administrativo a fim de se verificar a legalidade, o interesse e a necessidade da atuação de membro do Ministério Público perante a Junta Comercial. No decorrer de 2002, a Administração do Ministério Público optou pela designação de um Procurador de Justiça Substituto para atuar perante ao aludido Órgão.

Em 2003, a Lei n.º 11.978, de 07 de outubro de 2003, transformou aquele cargo em cargo de Procurador de Justiça Substituto, bem como passou a estabelecer que a atuação e as atribuições do Ministério Público perante a Junta Comercial serão definidas através de ato administrativo do Procurador-Geral de Justiça.

Permaneceu, então, atuando perante a Junta Comercial o Procurador de Justiça Luiz Inácio Vigil Neto. Segue abaixo, resumo das atividades desenvolvidas pelo Ministério Público perante a Junta Comercial:

ATIVIDADE	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	T
Sessões Plenárias	8	5	7	8	7	8	6	7	10	6	5	7	84
Pareceres em Processos Administrativo	12	2	2	1	1	5	5	1	10	3	9	4	55
Pareceres em Plenário	18	10	10	11	10	12	5	22	16	17	15	10	156
Pareceres em Processos Judiciais	0	0	0	16	22	23	10	17	15	15	18	13	149
Promoções	0	1	2	0	0	0	1	2	5	0	1	1	13
Interposição de Recurso	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Palestras	3	0	1	5	4	1	4	3	3	2	4	1	31
Pesquisas de Atos Constitutivos	241	272	186	305	249	406	340	290	308	315	319	173	3404
Ofícios Expedidos	290	222	167	271	186	375	270	295	284	305	311	286	3262



B - ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

DEFESA COMUNITÁRIA

01) Ações civis públicas propostas pela Promotoria no período:.....	958
02) Encerradas no período com sentença de procedência:	181
03) Julgadas improcedentes:.....	50
04) Recursos interpostos pela Promotoria no período:	299
05) Contra-razões de recurso:.....	362
06) Ações civis públicas ajuizadas pela Promotoria e que estão em andamento:.....	2060
07) Pareceres emitidos/requerimentos deduzidos no período:.....	1986
08) Debate oral/memoriais:.....	390
09) Procedimentos cautelares ajuizados no período:	78
10) Ações civis públicas pendentes de manifestação no prazo:.....	166
11) Ações civis públicas pendentes de manifestação fora do prazo:.....	42
12) Ações civis públicas devolvidas sem exame:.....	161
13) Inquéritos civis/peças de informação e mandamento na Promotoria:.....	10958
14) Inquéritos civis/peças de informação instaurados no período:.....	10363
15) Manifestações de impulso em IC ou peças de informação no período:.....	87187
16) Inquéritos civis ou peças de informação pendentes de impulso no período:.....	1286
17) Pedidos de arquivamentos submetidos ao CSMP:.....	4741
18) Vistorias realizadas:.....	1602
19) Audiências relativas a inquéritos civis públicos ou peças de informação realizada na Promotoria:.....	10207
20) Audiências judiciais assistidas:.....	2376
21) Pessoas ouvidas na Promotoria (por termo):.....	7875
22) Expedientes investigatórios Criminais instaurados no período:.....	1039
23) Denúncias oferecidas no período:.....	808
24) Arquivamentos propostos.....	2011
25) Feitos encaminhados ao Juizado Especial Criminal:.....	1575
26) Outras hipóteses:.....	8078



INQUÉRITOS CIVIS, TERMOS DE AJUSTAMENTO, AÇÕES CIVIS:

Instaurados, firmados, fiscalizados e ajuizados no período	Inquéritos civis	Termos de ajustamento	Execuções de Termos de Ajustamento	Ações Civis Públicas	Participações em Reuniões
27) Publicidade abusiva/enganosa	58	16	00	03	01
28) Mensalidades escolares:	03	00	00	01	00
29) Serviço público (transportes, telefonia, energia elétrica, água e esgoto):	259	48	11	48	51
30) Descumprimento contratual:	18	03	06	02	02
31) Loteamentos irregulares ou clandestino:	382	106	44	44	79
32) Produtos irregulares (irregularidades no rótulo, adulterados, nocivos à saúde, ...):	189	175	05	33	84
33) Abusividade em cláusulas contratuais (taxas de juros, ...):	34	02	00	01	00
34) Planos de saúde:	04	00	00	01	00
35) Outras questões de consumo (venda casada, consórcios, ...):	349	76	7	18	09
36) Poluição atmosférica:	223	169	22	09	45
37) Flora:	2092	1677	242	73	91
38) Resíduos sólidos (urbanos, industriais, hospitalares, ...):	290	205	24	25	40
39) Fauna:	179	116	08	07	20
40) Poluição hídrica (efluentes Domésticos, ...):	260	243	12	12	64
41) Outras hipóteses ambientais:	1749	1015	780	147	204
42) Patrimônio histórico, turístico, paisagístico e cultural:	83	14	09	11	30
43) Improbidade administrativa	1773	48	04	370	86



DEFESA DA CIDADANIA

44) Ações propostas.....	236
45) Encerradas no período com sentença de procedência.....	31
46) Julgadas improcedente.....	01
47) Recursos interpostos pela Promotoria no período.....	07
48) Contra-razões de recurso.....	33
49) Ações civis públicas ajuizadas pela Promotoria e que estão em andamento.....	00
50) Pareceres emitidos /requerimentos deduzidos no período.....	2104
51) Debate oral/ memoriais.....	32
52) Procedimentos cautelares ajuizados no período.....	33
53) Ações civis públicas pendentes de manifestação no prazo.....	11
54) Ações civis públicas pendentes de manifestação fora do prazo.....	00
55) Ações civis públicas devolvidas sem exame.....	20
56) Inquéritos civis/peças de informação em andamento na Promotoria.....	00
57) Inquéritos civis/ peças de informação instaurados no período.....	627
58) Manifestação de impulso em ICs ou Pls no período.....	4778
59) ICs ou Pls pendentes de impulso no período.....	00
60) Pedidos de arquivamento submetidos ao CSMP.....	189
61) Vistorias realizadas.....	93
62) Audiências relativas a ICs ou Pls realizadas na Promotoria.....	528
63) Audiências judiciais assistidas.....	177
64) Pessoas ouvidas na Promotoria (por termo).....	1075
65) Expedientes investigatórios criminais instaurados no período.....	38
66) Outras hipóteses.....	648



DEFESA DA CIDADANIA - Inquéritos Cíveis, Peças de Informação, Termos de Ajustamento, Ações Cíveis

Instaurados, firmados, fiscalizados e ajuizadas no período	Inquéritos cíveis e Peças de Informação	Compromissos de ajustamento	Execução de termos de ajustamento	Ações cíveis públicas	Participação em Reuniões
67) SUS	169	04	00	70	56
68) Portadores de necessidades especiais:	98	18	14	26	14
69) Idosos:	465	37	18	172	45
70) Portadores de sofrimento psíquico:	236	10	07	73	12
71) Saúde pública:	222	36	20	74	82

INFÂNCIA E JUVENTUDE

1 MATÉRIA CÍVEL

1.1 INQUÉRITOS, PEÇAS DE INFORMAÇÃO, PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E SINDICÂNCIAS

72) Inquéritos Cíveis instaurados no período:	276
73) Peças de informação instauradas no período:.....	676
74) Sindicâncias instauradas no período:.....	72
75) Expedientes administrativos instaurados:.....	4340
76) Promoções de arquivamento submetidas ao CSMP:.....	223
77) Termos de ajustamento celebrados no período:.....	187
78) Inquéritos cíveis em andamento na Promotoria:.....	295
79) Expedientes, PIs e Sindicâncias em andamento na Promotoria:.....	2922
80) Manifestações de impulso em ICs, PIs Expedientes e Sindicâncias:.....	26985
81) Pendentes de impulso:.....	140
82) Recomendações efetuadas:.....	265



1.2 AÇÕES CIVIS INTENTADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

83) Ações civis públicas ajuizadas no período:.....	593
84) Representações por irregularidades em entidade ajuizadas no período:.....	31
85) Representações por infração administrativa ajuizadas no período:.....	263
86) Execuções de termos de ajustamento ajuizadas no período:.....	62
87) Medidas cautelares promovidas no período:.....	185
88) Medidas de proteção propostas no período:.....	2476
89) Colocação em família substituta propostas no período:.....	138
90) Remoção de tutor propostas no período:.....	08
91) Suspensão ou destituição do poder familiar propostas no período:	
91.1) Por abandono:.....	159
91.2) Por abuso sexual:.....	73
91.3) Por maus tratos:.....	105
91.4) Por negligência:.....	234
91.5) Outros.....	249
92) Outras ações propostas no período:.....	481
93) Recursos interpostos:.....	116
94) Contra-razões de recursos:	358
95) Ações propostas pelo MP julgadas procedentes.....	182
96) Ações propostas pelo MP julgadas improcedentes.....	17
97) Ações pendentes de manifestações, no prazo:.....	15
98) Ações pendentes de manifestações, fora do prazo:.....	05
99) COMO “CUSTOS LEGIS”: Pareceres	
99.1) Adoções.....	3072
99.2) Tutela.....	417
99.3) Guarda.....	3068
99.4) Habilitação para adoção.....	1685
99.5) Outros.....	7822
100) Promoções diversas.....	24235
101) Processos com vista, no prazo.....	66
102) Processos com vista, fora do prazo.....	00



2 MATÉRIA CRIMINAL

103) Denúncias oferecidas:	
103.1) Por venda ou fornecimento de produtos que causam dependência física ou psíquica:.....	102
103.2) Por outros tipos penais.....	606
104) Pedidos de arquivamento:.....	511
105) Pedidos de diligências:.....	347
106) Expedientes instaurados no período:.....	146
107) Expedientes em tramitação:.....	332
108) Manifestação de impulso em expedientes no período.....	582

3 ATO INFRACIONAL

3.1 Fase Policial

109) Recebidos no trimestre anterior.....	1465
110) Recebidos no trimestre:.....	3970
111) Pedidos de diligências:.....	5353
112) Pedidos de arquivamento:.....	7865
113) Pendentes de manifestação, no prazo.....	322
114) Pendentes de manifestação, fora do prazo:.....	59

3.2 Fase Ministerial

115) Audiências de apresentação presididas:.....	16091
116) Remissões concedidas, sem aplicação de medidas:.....	2877
117) Remissões concedidas, com aplicação de medidas:.....	6695
118) Internações provisórias requeridas:.....	863
119) Representações oferecidas:.....	7907

Adolescentes Representados

120) Total de adolescentes representados:.....	7549
121) Representados por homicídio, consumado ou tentado, simples ou qualificado:.....	348
122) Idem, cometido em bando ou gangue.....	25



123) Idem, no ambiente doméstico:.....	05
124) Idem, contra criança ou adolescente.....	15
125) Idem, culposo no trânsito.....	08
126) Por lesões corporais.....	1142
127) Por lesões corporais no trânsito.....	22
128) Por latrocínio, consumado ou tentado.....	62
129) Por roubo, consumado ou tentado.....	1247
130) Por furto, consumado ou tentado.....	3606
131) Por infração à liberdade sexual.....	196
132) Por tráfico de drogas.....	163
133) Por porte de entorpecentes.....	366
134) Por porte de arma.....	326
135) Outros atos infracionais.....	2826
3.3 Fase Judicial	
136) Debates orais:.....	492
137) Memoriais:.....	2670
138) Apelações interpostas pelo MP:.....	326
139) Outros recursos interpostos pelo MP:.....	259
140) Contra-razões recursais:.....	913
141) Manifestações diversas na fase de conhecimento.....	14710
142) Promoções na fase de execução de medida socioeducativa.....	14335
3.4 Medidas Socioeducativas Aplicadas:	
143) Advertência:.....	4367
144) Reparação do dano:.....	275
145) Prestação de serviço à comunidade:.....	3570
146) Liberdade assistida:.....	697
147) Semiliberdade:.....	08
148) Internação sem atividades externas:.....	256
149) Internação com atividades externas:.....	118
150) Regressões de medidas aplicadas:.....	137
151) Progressões em medidas aplicadas.....	235



4 DADOS GERAIS

152) Audiências extrajudiciais de procedimentos na Promotoria:.....	11383
153) Audiências judiciais assistidas:.....	21944
154) Audiências judiciais não assistidas:.....	2837
155) Pessoas atendidas na Promotoria:.....	30264
156) Pessoas ouvidas por termo na Promotoria:.....	12671
157) Visitas ou inspeções realizadas no período:.....	446
158) Participações em reuniões/solenidades:.....	1852
159) Palestras realizadas:.....	382
160) FICAls recebidas:.....	3198
161) Comunicação de internação compulsória:.....	458

5 INFORMAÇÃO DO CARTÓRIO JUDICIAL

162) Processos cíveis em andamento:.....	114767
163) Processos de apuração de ato infracional em andamento:.....	14377
164) Processos de execução de medida socioeducativa em andamento:	
164.1) Reparação do dano:.....	119
164.2) Prestação de serviço à comunidade:.....	4802
164.3) Liberdade assistida:.....	1555
164.4) Semiliberdade:.....	80
164.5) Internação.....	481

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CÍVEIS

FAMÍLIA E SUCESSÕES

01) Intervenções habilitação de casamento:	29932
02) Pareceres ou promoções:	
2.1) Suprimento de consentimento ou de idade:.....	268
2.2) Separação judicial :.....	16680
2.3) Divórcio:.....	17340
2.4) Investigação de paternidade:	16247



2.5) Tutela:	1746
2.6) Guarda:.....	13909
2.7) Alimentos:.....	32492
2.8) Execução de alimentos:.....	45635
2.9) Venda de bem/incapaz:	433
2.10) Interdições:	17328
2.11) Inventários e arrolamentos:.....	17423
2.12) Prestação de contas em inventário e arrolamento.....	1138
2.13) Nulidade de partilha e testamento:	273
2.14) Declaração de ausência:.....	108
2.15) Arrecadação de bens de ausente e herança jacente.....	68
2.16) Petição de herança:.....	84
2.17) Ação de reconhecimento/dissolução de união estável:.....	11870
2.18) Partilha de bens:.....	1175
2.19) Alvarás:.....	21763
2.20) Medidas cautelares:.....	5150
2.21) Outras hipóteses:.....	22366
03) Investigatória de paternidade ajuizada pelo MP:.....	178
04) Alimentos e execuções de alimentos propostas pelo MP:.....	502
05) Interdição ajuizada pelo Ministério Público:.....	259
06) Acordos firmados na Promotoria:.....	477
07) Inspeções do Ministério Público (tutelas e interdições):.....	79
08) Recursos interpostos pelo Ministério Público:.....	76

CURADORIA - VARAS CÍVEIS

09) Internações compulsórias ajuizadas pelo Ministério Público:.....	379
10) Pareceres em ação:	
10.1) Com interesses de incapazes:.....	3878
10.2) De usucapião:	15000
10.3) Acidentárias:	5850
10.4) Previdenciárias:.....	8476
10.5) Medidas cautelares:.....	1116
10.6) Ações ordinárias:.....	14334



11) Outras hipóteses de intervenção:	16356
12) Recursos interpostos pelo Ministério Público:	119

CURADORIA DAS FUNDAÇÕES

13) Fundações em funcionamento:.....	443
14) Visitas de inspeção realizadas.....	53
15) Pareceres prévios em aprovação/alteração de estatuto.....	03
16) Pareceres prévios em aprovação de contas de fundações:.....	05
17) Outras formas de atuação:.....	190
18) Pareceres em	
18.1) Mandado de segurança:	5329
18.2) Ação popular:.....	222
18.3) Execução fiscal/embargos:.....	16126
18.4) Ação ordinária:.....	68776
18.5) Cautelares:	647
18.6) Pareceres diversos:.....	30247
19) Recursos interpostos pelo Ministério Público:.....	1492
20) Ações ajuizadas pelo Ministério Público:	141

REGISTROS PÚBLICOS

21) Pareceres em	
21.1) Retificações, averbações e dúvidas do Registro de Imóveis:.....	2463
21.2) Retificações, averbações e dúvidas no Registro Civil.....	9106
21.3) Ações anulatórias/nulidade de registro:.....	211
21.4) Outras hipóteses de intervenção:.....	2838
22) Ações ajuizadas pelo Ministério Público:	41
23) Recursos interpostos pelo Ministério Público:	13



ATUAÇÃO COMO PROMOTOR ELEITORAL

24) Inquéritos policiais recebidos.....	441
25) Promoções de arquivamento de inquéritos policiais.....	142
26) Promoções diversas em inquéritos policiais (diligências, etc.).....	301
27) Denúncias oferecidas.....	97
28) Expedientes investigatórios instaurados no período.....	84
29) Promoções diversas em feitos criminais.....	998
30) Alegações finais.....	64
31) Ações/medidas ajuizadas pelo Promotor de Justiça.....	69
32) Ação de impugnação de registro de candidatura.....	02
33) Ação de impugnação de mandato eletivo.....	01
34) Investigações judiciais eleitorais propostas.....	06
35) Representações por propaganda irregular propostas.....	495
36) Audiências assistidas.....	816
37) Audiências não assistidas:.....	65
38) Pareceres/intervenções diversas:.....	5117
39) Razões em recursos interpostos pelo Ministério Público:.....	45
40) Contra-razões em recursos.....	44
41) Pareceres em recurso:.....	94

CURADORIA DAS MASSAS FALIDAS

42) Inquéritos judiciais requeridos:.....	55
43) Promoções de arquivamento de inquéritos judiciais:.....	72
44) Promoções diversas em inquéritos (diligências, etc):.....	328
45) Denúncias por crimes falimentares:	98
46) Alegações escritas em feitos criminais:.....	35
47) Promoções diversas em feitos criminais:	718
48) Intervenções em falências:	8454
49) Intervenções em concordatas:.....	402
50) Pareceres em habilitações de crédito:.....	8206



51) Intervenções em processos correlatos:	2398
52) Intervenções em pedido de restituição:.....	636
53) Recursos interpostos pelo Ministério Público:.....	17
54) Pareceres em recursos:.....	188
55) Leilões assistidos:	148
56) Vistorias e inspeções:.....	11
57) Ações ordinárias propostas (art. 46, § único, Lei n.º 6.024/74):.....	01
58) Intervenções em recuperações judiciais.....	73
59) Intervenções em pedidos de alvará judicial.....	333
60) Procedimentos investigatórios criminais	
60.1) Instaurados.....	55
60.2) Arquivados.....	03
60.3) Extinção de punibilidade.....	08
60.4) Promoções diversas.....	335
60.5) Denúncias.....	39
60.6) Outras ações criminais ajuizadas.....	02
60.7) Termos de declaração colhidos.....	36

DADOS GERAIS

61) Assistência a rescisões de contrato de trabalho:.....	10798
62) Audiências assistidas:.....	73171
63) Audiências não assistidas:	15806
64) Pessoas atendidas na Promotoria:.....	34771
65) N.º de processos em carga ao final do período, no prazo:.....	1356
66) N.º de processos em carga ao final do período, fora do prazo.....	109
67) N.º de processos devolvidos ao Cartório, sem exame:.....	2855
68) Palestras/encontros/entrevistas promovidos ou de que participou.....	776



INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO JUDICIAL

69) Processos cíveis em andamento:.....923865

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CRIMINAIS

01) Inquéritos policiais recebidos do período anterior.....6117
02) Inquéritos policiais recebidos no período.....210485
03) Outros expedientes investigatórios recebidos/sindicâncias recebidas.....10787
04) Pedidos de diligência:29158
05) Devolvidos com denúncias:34765
06) Idem, com pedido de arquivamento:120977
07) Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade.....4443
08) Idem, com outra manifestação:40960
09) Devolvidos sem exame3751
10) Pendentes de manifestação no prazo:2281
11) Pendentes de manifestação com prazo excedente:1714

JUIZADO COMUM

12) Pareceres e promoções diversos em processos criminais:136054
13) Alegações finais escritas:25061
14) Audiências judiciais assistidas:90462
15) Audiências judiciais não assistidas:.....18657
16) Manifestações no prazo do artigo 499 do CPP:.....19560
17) Processos pendentes de manifestação na Promotoria:.....364
18) Processos pendentes de manifestação no prazo:.....420
19) Processos pendentes de manifestação fora do prazo:.....34
20) Processos devolvidos sem exame:.....1378
21) Recursos c/decisão singular por questão de mérito:.....2739



22) Idem, por inconf. c/a pena ou regime fixado na sentença:.....	1887
23) Idem, c/rejeição ou não recebimento de denúncia:.....	284
24) Outros recursos:.....	1886
25) Contra-razões recursais:.....	11854
26) Visitas ou inspeções realizadas em Delegacia:	868
27) Pessoas atendidas na Promotoria de Justiça:	14814
28) Debates orais.....	647
29) Correições parciais propostas.....	161
30) Mandados de segurança propostos.....	48
31) Habeas corpus propostos.....	04

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

32) Termos circunstanciados do período anterior:	2691
33) Termos circunstanciados recebidos no período:	221829
34) Denúncias oferecidas:	
34.1) Oraais:	458
34.2) Escritas:	11743
35) Pedidos de diligência:.....	25330
36) Promoções de arquivamento por renúncia.....	18139
37) Outras promoções de arquivamento:.....	52298
38) Pedidos de extinção da punibilidade:.....	34917
39) Termos devolvidos sem exame:.....	2532
40) Termos dependentes de manifestação:.....	14131
41) Transações propostas:.....	20897
42) Transações propostas com medida amparada nos objetivos do Projeto “Justiça Terapêutica”	887
43) Propostas de suspensão condicional do processo:.....	4144



44) Propostas de suspensão condicional do processo, com medida amparada nos objetivos do Projeto “Justiça Terapêutica”.....	320
45) Audiências assistidas:.....	96621
46) Audiências não assistidas:.....	19263
47) Recursos da Promotoria:.....	491
48) Contra-razões do MP:.....	805
49) Processos pendentes de manifestação no prazo:.....	576
50) Processos pendentes de manifestação fora do prazo:.....	36
51) Processos devolvidos sem exame:.....	163
52) Pareceres emitidos (Turma Recursal):.....	171
53) Atuações em sessões realizadas (Turma Recursal):.....	37
54) Manifestações diversas em processos:.....	15401
55) Manifestações diversas em termos circunstanciados:.....	98823
56) Alegações escritas em substituição aos debates:.....	2144
57) Correições parciais propostas:.....	26
58) Mandados de segurança propostos:.....	29
59) Habeas corpus propostos:.....	05

PESSOAS DENUNCIADAS, CONDENADAS, ABSOLVIDAS OU COM PROCESSO SUSPENSO PELOS SEGUINTE CRIMES

	Denunciadas	Condenadas	Absolvidas	Processos Suspensos
60) Crimes de responsabilidade cometidos por ex-prefeitos:	06	02	09	00
61) Crimes comuns cometidos por ex-prefeitos:	03	06	00	00
62) Homicídio dolo eventual trânsito:	45	02	01	00



63) Homicídio c/ criança e adolescente:	13	01	01	00
64) Homicídio no ambiente doméstico:	44	02	01	00
65) Homicídio culposo no trânsito:	502	149	116	08
66) Homicídio culposo p/ médico:	12	03	03	02
67) Homicídio culposo (outras hipóteses):	139	17	19	11
68) Homicídio doloso:	2177	302	137	03
69) Aborto	28	05	01	00
70) Lesões graves c/ criança-adolescente:	42	01	01	00
71) Omissão de socorro p/médico:	02	00	00	00
72) Maus-tratos c/ criança-adolescente:	138	16	08	07
73) Furto de veículos:	1022	370	144	14
74) Furto residência ou comércio:	7363	2020	1226	183
75) Roubo contra pedestre:	2038	947	368	02
76) Roubo em residência/estab.comercial:	2219	954	317	07
77) Roubo banco-transp. Valores:	79	25	06	00
78) Roubo em transporte coletivo:	266	117	32	00
79) Roubo c/ criança-adolescente:	38	03	03	00
80) Roubo de veículo:	771	357	86	00
81) Latrocínio em resid. ou stab.comercial:	198	81	21	00
82) Latrocínio em transporte coletivo:	22	06	01	00
83) Latrocínio c/ criança-adolescente:	16	01	00	00



84) Extorsão mediante seqüestro:	25	11	01	00
85) Receptação de veículos ou peças:	1574	334	227	44
86) Estelionato:	2696	512	389	95
87) Estupro/atentado violento ao pudor:	613	164	145	01
88) Idem, no ambiente doméstico:	111	28	12	00
89) Idem, c/criança ou adolescente:	472	95	92	01
90) Idem, c/ vínculo familiar c/ a vítima:	100	22	13	01
91) Abandono material/intelectual:	290	18	42	14
92) Contra a administração pública:	1278	183	177	32
93) Contra a administração da justiça:	528	80	75	08
94) Porte de arma:	4278	1183	394	64
95) Tortura:	29	04	00	01
96) Tortura c/ criança-adolescente:	19	03	01	00
97) Embriaguez ao volante:	583	57	17	19
98) Racismo:	08	04	01	00
99) Meio ambiente:	663	39	28	51
100) Tráfico de drogas:	2187	760	277	04
101) Porte de tóxicos para uso próprio:	1570	237	70	51
102) Ordem tributária:	80	24	21	00
103) Falimentares:	16	01	02	04
104) Abuso de autoridade civis:	17	01	01	00
105) Abuso de autoridade militares:	79	02	06	00



106) Falsificação de medicamentos:	09	01	03	00
107) Relações de consumo:	122	33	19	02
108) Outras infrações penais:	16470	2326	2166	1035

DA PRISÃO E LIBERDADE

109) Pareceres do MP em pedidos de prisão provisória:.....	8737
110) Pessoas provisoriamente presas no período:.....	440
111) Prisões provisórias requeridas pela Promotoria:.....	2003
112) Recursos do MP:.....	262

TRIBUNAL DO JÚRI

113) Sessões realizadas no período:.....	1494
113.1) Réus absolvidos com pedido do MP:.....	360
113.2) Réus absolvidos sem pedido do MP:.....	224
113.3) Réus condenados:.....	1008
114) Alegações do artigo 406 do CPP:.....	2131
115) Libelos:.....	1889
116) Outros pareceres e promoções:.....	9773
117) Recursos na fase da pronúncia:.....	202
118) Apelação contra mérito do veredicto do Tribunal do Júri:.....	114
119) Apelação contra vício no questionário ou outras nulidades:.....	21
120) Apelação contra a pena ou o regime fixado:.....	263
121) contra-razões recursais:.....	1016
122) Processos pendentes de manifestação no prazo:.....	09
123) Processos pendentes de manifestação fora do prazo:.....	02



EXECUÇÃO PENAL

124) Guias de execução fiscalizadas:.....	9793
125) Pareceres em pedido de serviço externo:.....	5314
126) Idem, soma ou unificação de penas:.....	735
127) Idem, livramento condicional:.....	9219
127.1) Parecer em livramento condicional com proposta de medida amparada nos objetivos do Projeto “Justiça Terapêutica”.....	39
128) Idem, indulto:	5311
129) Idem, progressões e regressões de regime:.....	15216
130) Idem, questões relativas a sursis:.....	1094
131) Idem, saídas temporárias:.....	20057
132) Idem, questões relativas a pena restritiva de direitos:.....	7109
133) Execução da pena de multa:.....	1416
134) Recursos da Promotoria contra progressão de regime:.....	1830
135) Outros recursos do Ministério Público:.....	2566
136) Contra-razões de recurso:.....	2414
137) Outros pareceres ou promoções:	91185
138) Processos pendentes de manifestação no prazo:.....	239
139) Processos pendentes de manifestação fora do prazo:.....	00

AUDITORIA MILITAR

140) Audiências judiciais assistidas.....	1215
141) Audiências judiciais não assistidas.....	772
142) Sessões de julgamento realizadas.....	372
142.1) Réus absolvidos com pedido do MP.....	419
142.2) Réus absolvidos sem pedido do MP.....	49
142.3) Réus condenados.....	148



143) Alegações escritas.....	310
144) Razões recursais.....	67
145) Contra-razões recursais.....	395

INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO JUDICIAL

146) Inquéritos policiais pendentes de vista ao MP:	6177
147) Processos criminais em andamento:	132135
148) Processos de execução criminal em andamento:	19649
149) Processos de Júri em andamento:.....	6117
150) Processos do Juizado Especial Criminal em andamento:.....	81381
151) Processos da Auditoria Militar em andamento	01

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PLANTÃO

INTERVENÇÕES

MATÉRIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

01) Adolescentes infratores apresentados.....	653
02) Representações contra adolescentes.....	377
03) Pedido de internação de adolescente.....	375
04) Pedido de outras medidas de proteção.....	105



MATÉRIA CÍVEL

05) Pedido do Ministério Público de internação psiquiátrica.....	51
06) Manifestação em ação com interesse de menor.....	53
07) Outras manifestações.....	226

MATÉRIA CRIMINAL

08) Manifestação em auto de prisão em flagrante.....	1840
09) Pareceres em pedido de liberdade provisória.....	800
10) Manifestação em representação de prisão preventiva.....	134
11) Manifestação em representação de prisão temporária.....	151
12) Manifestação em pedido de revogação de prisão temporária.....	22
13) Manifestação em representação em pedido de busca e apreensão.....	624
14) Manifestação em representação de interceptação telefônica.....	330
15) Pedido de prisão preventiva.....	303
16) Quebra de sigilo telefônico.....	170
17) Outras manifestação.....	660

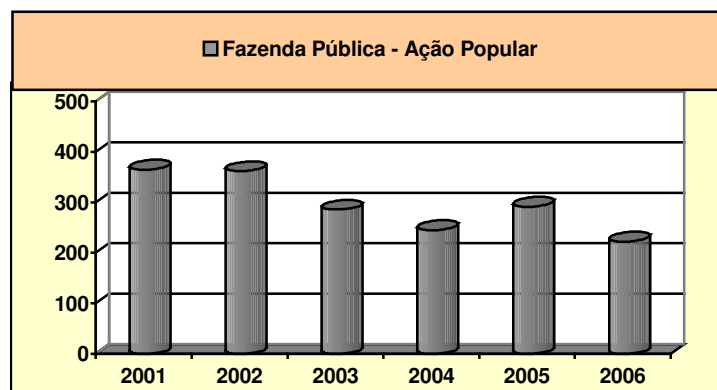
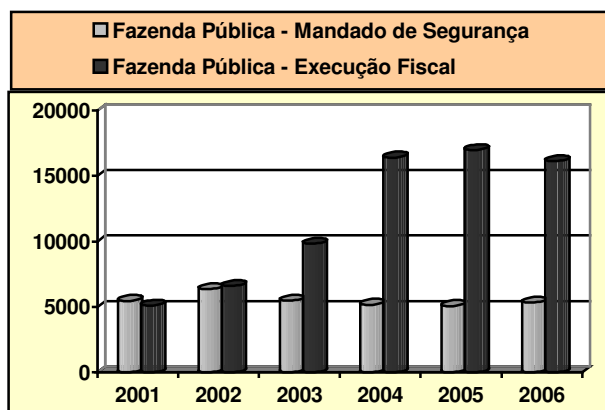
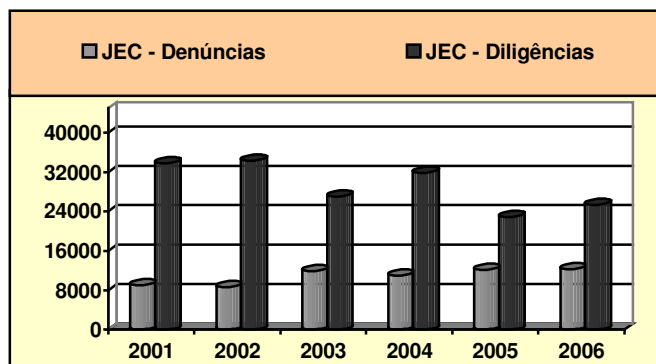
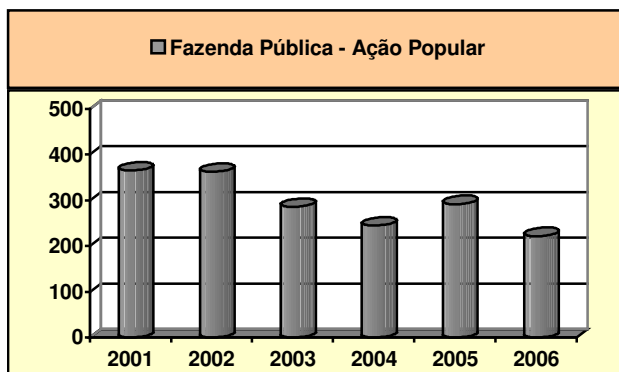
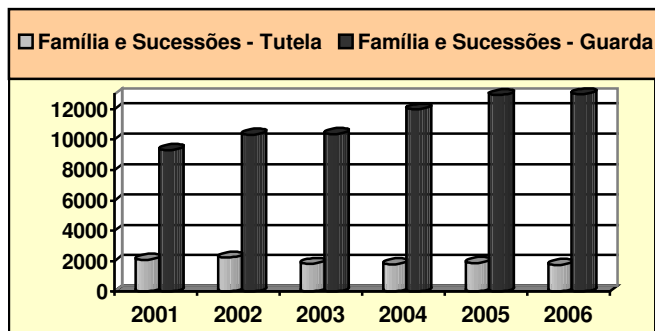
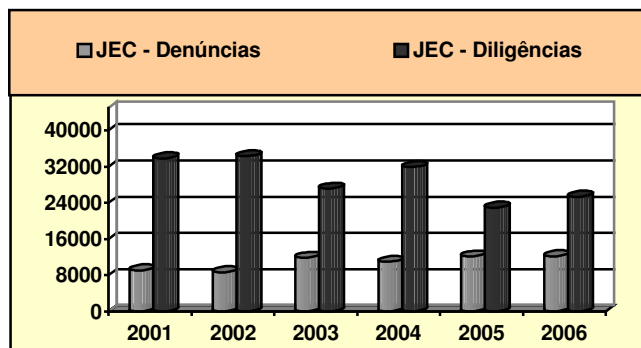
DESIGNAÇÕES

JUIZADO COMUM

18) Contra-razões recursais.....	272
Inquéritos Policiais	
19) Devolvidos com denúncias.....	88
20) Devolvidos com pedido de arquivamento.....	43
21) Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade.....	00
22) devolvidos com pedido de diligências.....	51



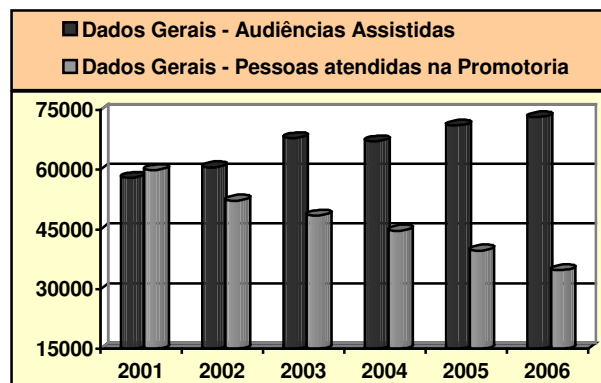
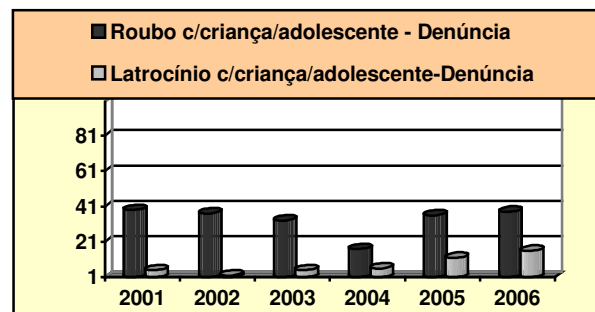
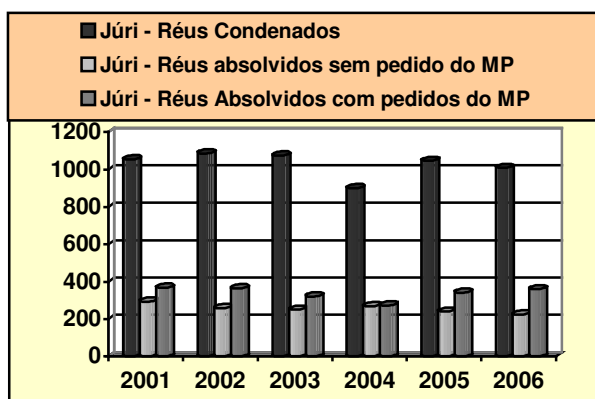
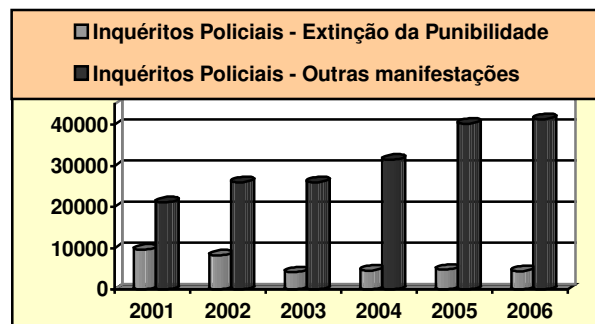
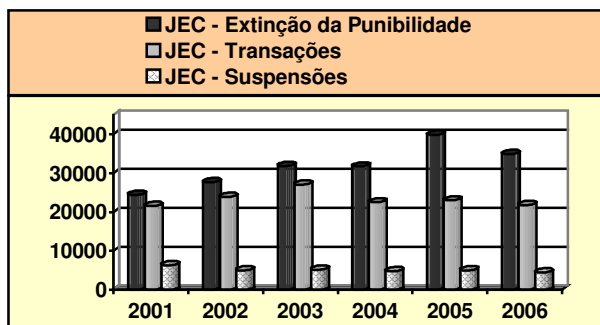
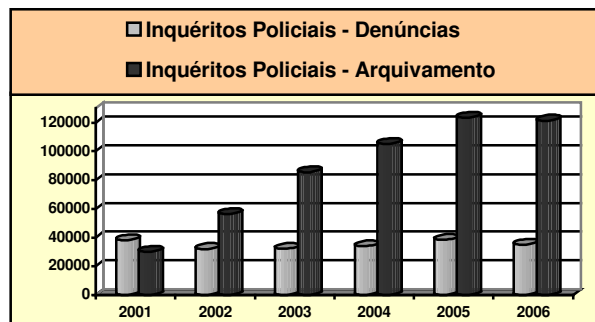
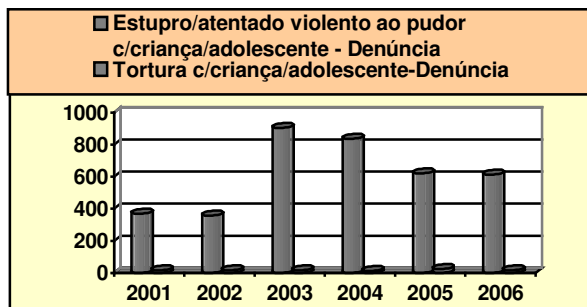
GRÁFICOS COMPARATIVOS – 2001 A 2006 – MATÉRIA CÍVEL





GRÁFICOS COMPARATIVOS – 2001 A 2006

– MATÉRIA CRIMINAL





ATIVIDADES DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

01) Inquéritos Civis instaurados.....	436
02) Notificações Expedidas.....	349
03) Promoções de Arquivamento de ICs.....	390
04) Audiências realizadas em ICs.....	328
05) Pessoas ouvidas em razão de ICs.....	327
06) Manifestações em ações coletivas em andamento.....	499
07) Ações coletivas ajuizadas.....	73
08) Compromissos de ajustamento realizados.....	165

ATIVIDADES DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

01) Ações Civis Públicas ajuizadas no período.....	11
02) Ações de destituição/suspensão do Pátrio Poder propostas no período.....	62
03) Procedimentos administrativos instaurados no período.....	3294
04) Sindicâncias instauradas no período.....	941
05) Inquéritos civis em andamento.....	30
06) Promoções de arquivamento submetidas ao CSMP.....	57
07) Comunicação de Internação Compulsória (Lei n.º 9.716/92).....	731
08) Audiências extrajudiciais de procedimento.....	1894
09) Visitas de Inspeção à Entidades de Atendimento.....	73
10) Total de expedientes arquivados.....	2056
11) Total de ofícios expedidos.....	11519



ATIVIDADES DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

01) Peças de informação instauradas.....	250
02) Inquéritos civis instaurados.....	04
03) Conversões de Peças de Informação em Inquérito Civil.....	171
04) Expedientes arquivados.....	196
05) Expedientes em andamento	445
06) Certidões.....	558
07) Mandados requisitórios.....	09
08) Mandados de verificação.....	06
09) Ofícios expedidos.....	2527
10) Memorandos.....	08
11) Precatórias recebidas.....	33
12) Precatórias expedidas.....	18
13) Ações ajuizadas.....	14
14) Manifestações simples.....	260
15) Réplicas.....	16
16) Memoriais.....	03
17) Razões.....	02
18) Contra-razões.....	14
19) Portarias.....	176



ATIVIDADES DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CRIMINAL

01) Notícias criminais recebidas.....	861
02) Correspondências recebidas.....	2840
03) Audiências realizadas.....	234
04) Expedientes em andamento.....	90
05) Expedientes em andamento no Setor de Controle de Inquéritos Policiais.....	1019
06) Ofícios e notificações expedidos.....	3863
07) Promoções de arquivamento.....	48
08) Denúncias oferecidas.....	80
09) Expedientes enviados aos Juizados Especiais Criminais.....	105
10) Atendimentos realizados pela Promotoria.....	107
11) Expedientes analisados pelo Coordenador.....	784

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO SETOR DE ATENDIMENTO E PROTOCOLO DIREÇÃO-GERAL – CASA DA CIDADANIA

01) Atendimento aos Cidadãos (Pessoal/Telefone).....	2846
02) Guia de encaminhamento (para outros órgãos).....	141
03) Contato telefônico (com outros órgãos).....	878
04) Termos de declarações.....	550
05) Termos de informações.....	208
06) Assuntos administrativos.....	69



ATIVIDADES DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DEFESA DO MEIO AMBIENTE

01) Ações ajuizadas.....	09
02) Liminares concedidas.....	05
03) Liminares negadas.....	01
04) Petições diversas.....	380
05) Réplicas.....	05
06) Audiências.....	173
07) Memoriais.....	06
08) Execuções Compr. Ajustamento.....	11
09) Execuções de Sentença.....	00
10) Sentenças procedentes.....	03
11) Sentenças improcedentes.....	00
12) Sentenças Parcialmente Procedentes.....	00
13) Extinções de Processo sem Julgamento de Mérito.....	00
14) Acordos.....	01
15) Apelações interpostas.....	01
16) Contra-razões.....	09
17) Sessões nos Tribunais	19
18) Agravos de instrumento.....	05
19) Agravos Regimental.....	00
20) Contra-minuta.....	09
21) Embargos Declaratórios.....	02
22) Denúncia – crime ambiental.....	24
23) Alegações finais.....	05
24) Ofícios.....	111



**ATIVIDADES DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

01) Pareceres emitidos/ requerimentos deduzidos.....	3388
02) Inquérito civis/peças de informação em andamento na Promotoria.....	303
03) Manifestações de impulso em inquéritos civis ou peças de informação.....	5806
04) Pedidos de arquivamento submetidos ao CSMP.....	120
05) Audiências relativas a inquéritos civis públicos ou peças de informação realizadas na Promotoria.....	375
06) Comunicações de interações compulsórias recebidas e arquivadas.....	3933



Ministério Público do Rio Grande do Sul

ORGANOGRAMAS